

# NOVOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. PROCESSOS E IMPACTOS.

(ORGS.)  
ELAINE SARAIVA CALDERARI  
JOEL PEREIRA FELIPE



**NOVOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS  
BRASILEIROS.  
PROCESSOS E IMPACTOS.**

**NOVOS  
CAMPI  
UNIVERSITÁRIOS  
BRASILEIROS.  
PROCESSOS E  
IMPACTOS.**

(ORGS.)  
ELAINE SARAIVA CALDERARI  
JOEL PEREIRA FELIPE

## Universidade de Brasília

*Reitora*  
*Vice-Reitor*  
*Decana de Pesquisa e Inovação*  
*Decanato de Pós Graduação*

Márcia Abrahão Moura  
Henrique Huelva  
Maria Emília Machado Telles Walter  
Lucio Remuzat Rennó Junior

## Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UnB

*Diretor da FAU*  
*Vice Diretoria da FAU*  
*Coordenadora de Pós-Graduação*  
*Coordenadora do LaSUS*

Marcos Thadeu Queiroz Magalhães  
Cláudia da Conceição Garcia  
Luciana Saboia Fonseca Cruz  
Marta Adriana Bustos Romero

## Editora do Laboratório de Sustentabilidade Aplicado a Arquitetura e ao Urbanismo - LaSUS

*Conselho Editorial*

Abner Luis Calixter  
Ana Carolina Cordeiro Correia Lima  
Andrey Rosenthal Schlee  
Caio Frederico e Silva  
Darja Kos Braga  
Ederson Oliveira Teixeira  
Gustavo de Luna Sales  
Gustavo Macedo de Mello Baptista  
Humberto Salazar Amorim Varum  
Liza Maria de Andrade  
Marcelo de Andrade Romero  
Marcio Augusto Roma Buzar  
Marcos Thadeu Magalhães  
Marta Adriana Bustos Romero  
Martha Battaglin Ramos  
Rodrigo Studart Corrêa  
Rômulo José da Costa Ribeiro  
Thiago Montenegro Góes

*Editores responsáveis*

Daniel Richard Sant'Ana  
Leonardo da Silveira Pirillo Inojosa

*Organizadores*

Elaine Saraiva Calderari  
Joel Pereira Felipe

*Comitê executivo*

Caio Frederico e Silva  
Valmor Cerqueira Pazos

*Revisão de textos*

Natália de Almeida Vellozo

*Projeto Gráfico*

Marina Rosa

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos campi universitários brasileiros [livro eletrônico] : processos e impactos / organização Elaine Saraiva Calderari , Joel Pereira Felipe. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Universidade de Brasília, 2021.  
PDF

ISBN 978-65-992384-6-8

1. Arquitetura 2. Urbanismo I. Calderari, Elaine Saraiva. II. Felipe, Joel Pereira.

21-75352

CDD-720

### Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

### 1ª Edição

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / LaSUS - Laboratório de Sustentabilidade Aplicada a Arquitetura e ao Urbanismo.

Caixa Postal 04431, CEP 70842-970 - Brasília-DF  
Telefones: 55 61 3107-7458 | Email: lasus@unb.br / www.lasus.unb.br



# SUMÁRIO

**9** **Apresentação**  
Elaine Saraiva Calderari  
e Joel Pereira Felipe

**21** **Prefácio**  
Clare Melhuish

**31** **Introdução**  
Elaine Saraiva Calderari

POTENCIALIDADES E  
PERSPECTIVAS REFERENTES À  
DIMENSÃO SOCIOESPACIAL  
DOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS  
NO BRASIL

## **IMPACTOS URBANOS E AMBIENTAIS DOS NOVOS CAMPI NAS CIDADES E REGIÕES**

**67** **Universidade Federal do ABC**  
Dânia Brajato, Dionísio Neto e  
Joel Pereira Felipe

CAMPUS SANTO ANDRÉ DA  
UFABC: RUPTURA COM O  
PARADIGMA DE CAMPUS  
UNIVERSITÁRIO PERIURBANO E  
SEGREGADO

**105** **Universidade Federal de  
Uberlândia**  
Elaine Saraiva Calderari, Flávia  
Carvalho, Gláucia Trindade e  
Ana Beatriz Lima

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA. COMPLEXIDADES  
DA EXPANSÃO MULTICAMPI  
E OS IMPACTOS NO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

**141** **Universidade Federal de São  
Carlos**  
Luciana M. Gonçalves e Yovana  
M.B. Saavedra

EXPANSÃO UFSCAR E O  
IMPACTO NA URBANIZAÇÃO –  
CAMPUS LAGOA DO SINO

## **UNIVERSIDADE E SOCIEDADE INTERAGINDO NOS TERRITÓRIOS**

**167** **Universidade Federal de São  
Paulo**  
Anita Kurka, Claudia Fegadolli,  
Pedro Arantes e Raiane  
Assumpção

A UNIFESP ENTRE CEUS E  
OBSERVATÓRIOS: ESPAÇOS  
PARTICIPATIVOS DE PRODUÇÃO  
DE CONHECIMENTO E DE AÇÃO  
IMPLICADOS COM A REALIDADE  
SOCIAL

**195** **Universidade da Integração  
Latino-americana**  
Cecilia Angileli e Solange  
Assumpção

A UNILA E O PAPEL DA  
UNIVERSIDADE PERIFÉRICA

**233** **Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira**  
Mara Medina e Klaus Alberto

OS CAMPI DA UNILAB  
COMO UMA JUSTAPOSIÇÃO  
DE PROPOSTAS ESPACIAIS  
DESENVOLVIDAS NO REUNI

## **CAMPUS UNIVERSITÁRIO E LEITURAS CONTROVERSAS DA PAISAGEM URBANA E DA SUSTENTABILIDADE**

**259** **Universidade de Brasília**  
Caio Silva, Liza Andrade, Marta  
Romero e Frederico de Holanda

AMBIÊNCIA E URBANIDADE  
DOS NOVOS CAMPI DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:  
CEILÂNDIA, GAMA E  
PLANALTINA

**295** **Universidade Federal do Piauí**  
Karenina Matos, Wilza Lopes,  
Denise Santiago, Giuliana de  
Sousa e Nícia Leite

A EXPANSÃO DE CAMPI  
UNIVERSITÁRIOS E A  
FORMAÇÃO DE UNIDADES  
DE PAISAGEM: ESTUDO DO  
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO  
PORTELLA, EM TERESINA, PIAUÍ

**325** **Universidade Federal do Sul  
da Bahia**  
Joel Pereira Felipe

UFSB: A UNIVERSIDADE DA/NA  
MATA ATLÂNTICA

**369** **Epílogo**  
Klaus Alberto

AMPLIAR O REGISTRO DE  
EXPERIÊNCIAS E OS DEBATES

**377** **Índice Remissivo**

**381** **Autores**

# APRESENTAÇÃO

Elaine Saraiva Calderari e Joel Pereira Felipe

A presente publicação é uma das primeiras iniciativas de reunião de experiências de implantação de novas universidades no Brasil relativas a um período fecundo de experimentações pedagógicas, metodológicas e arquitetônico-urbanísticas que decorreram do engajamento do governo federal e das instituições de ensino superior brasileiras. O primeiro, por meio do Ministério da Educação, empenhou-se para: (1) reduzir o déficit quantitativo de vagas em ensino superior no país ao atenuar a má distribuição geográfica no território caracterizada pela concentração da oferta de vagas nas capitais e cidades médias do país; e (2) alterar a composição do alunado, mitigando a desigualdade ao implementar as políticas afirmativas de acesso à negros e pobres nas universidades.

Do lado das instituições de ensino superior o período foi marcado pelo desafio das gestões universitárias acostumadas com um crescimento lento e restrito às sedes de seus campi e que passaram a conviver com a necessidade de reativar os setores de produção própria em arquitetura e engenharia ou a contratação terceirizada de planos diretores e projetos – no caso das universidades tradicionais que foram ampliadas-, ou ainda de criar e estruturar setores específicos com essa finalidade nas universidades que foram criadas integralmente ‘do zero’.

A obra exhibe os estudos referentes a nove universidades federais brasileiras criadas, ou que passaram por expressiva expansão entre 2004 e 2014. Trata-se de um período que se inicia a partir da consolidação ou transformação de algumas universidades em 2004, passa por uma tímida ampliação em 2005 com a criação de três universidades (Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal do ABC e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e se estruturou em um movimento consistente após a constituição do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado pelo Ministério da Educação em 2007. O Reuni acelerou esse processo de expansão envolvendo recursos financeiros médios anuais da ordem de R\$ 1,9 bilhões de 2004 a 2010, segundo pesquisa citada por Elaine Saraiva Calderari na Introdução desta coletânea.

Um dos objetivos desta publicação é oferecer às universidades brasileiras, na figura dos seus gestores, pesquisadores, docentes e técnicos administrativos que estão no papel de implantação e gestão de *campi* universitários, um conjunto de reflexões sobre essas experiências a par-

tir da exposição e análise crítica dos processos envolvidos em cada caso, trazendo as suas características mais marcantes, adotando um adequado distanciamento temporal e uma estratégia metodológica apropriada. Sua leitura é indicada igualmente a gestores públicos municipais, metropolitanos, estaduais e federais, que lidam com o planejamento urbano, mobilidade, empreendimentos de impacto nas cidades e a sustentabilidade.

As universidades abordadas neste livro se ergueram no início do século XXI como frutos do expressivo processo de expansão e surgem com lemas ousados e impactantes na relação com a sociedade e o território onde se inserem como: “a universidade do século XXI” (UFABC); “a universidade da integração latino-americana” (Unila); “um bem público a serviço do Brasil” (UFU); “universidade pública, conhecimento público” (Unifesp); “excelência acadêmica e compromisso social” (Ufscar); ou “a universidade da Mata Atlântica” (UFSB), entre outros.

Esta universidade nascente passou a dispor de potentes ferramentas tecnológicas que empregaram desde a concepção para os estudos arquitetônicos e urbanísticos, até a conectividade que viabiliza a diminuição de deslocamentos e a promoção do contato humano, alterando drasticamente a relação docente-discente e de ensino-aprendizagem. Esta universidade enfrenta numerosos desafios que extrapolam: a determinação dos tipos de cursos; a definição do perfil dos estudantes no ingresso e o rumo dos seus egressos; as estratégias metodológicas para lidar com as novas possibilidades exploradas pela interdisciplinaridade voltada para os profissionais do futuro; e o desaparecimento de profissões em um curto horizonte de tempo. A complexidade de sua concretização passa também por compreender o novo papel para o ensino, a extensão e a pesquisa no contexto da globalização e as disputas em *rankings* nacionais e internacionais na chamada “economia do conhecimento”.

Ela é, portanto, desafiada a – para ficar somente no campo da arquitetura e urbanismo - descobrir novos programas arquitetônicos sem indicadores previamente definidos e com referências pouco aplicáveis das correntes e movimentos arquitetônicos do século XX que enfatizavam a racionalização, setorização e compartimentação do *campus* em uma cidade universitária, com marcante consequência na vivência acadêmica e na relação com a sociedade que a patrocina.

A forma clássica de conceber um *campus* está ancorada nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) cujo resultado é a cidade universitária, autônoma, ilha de felicidade e beleza arquitetôni-

ca e paisagística, um oásis imerso em jardins e planejada para o acesso por automóvel, tem se demonstrado um paraíso para seus professores, estudantes e técnicos administrativos. Mas a sua independência e autossuficiência a torna distante da cidade real, informal, marcada pela deficiência do transporte público, pelo saneamento precário, a poluição e ausência de serviços públicos de qualidade.

Nesse contexto os casos relatados se estabeleceram no meio do caminho entre a reprodução e a ruptura com os cânones do movimento moderno de arquitetura que tanto influenciaram a construção dos campi universitários até a década de 1970. Na realidade, parecem que mais reproduziu do que rompeu com eles.

Os casos reportados nesse livro se debruçaram sobre o quanto a universidade impacta no meio que se implanta, com toda a carga simbólica sobre o imaginário social. Portanto aparecerão nesses casos relatados as várias nuances em que foram desenvolvidas: sejam em centros históricos de cidades ou em sua expansão periférica; às vezes integradas e outras isoladas; ora trazendo como proposta o compartilhamento com a sociedade de suas instalações (bibliotecas, restaurantes, centros culturais), ora da sociedade se segregando.

Em relação a esses impactos, no que concerne à integração universidade-cidade-sociedade os casos estudados abordam a implantação dos novos campi à luz das privatizações, especulação imobiliária e o conceito de gentrificação, ampliado nesse livro com o conceito de estudentificação. Se verifica a produção de espacialidades e territorialidades do espaço urbano contemporâneo por meio de processos difusos, como a homogeneização, a segregação urbana, a

fragmentação, a hibridação, a transfuncionalidade ou mesmo a conformação de espaços urbanos cindidos, como aponta diversas pesquisas. Os estudos apontaram a relação da conformação espacial dos espaços universitários e o modo capitalista de produção por meio de iniciativas públicas ou privadas que pulverizam novos produtos e formas de produção do urbano em espaços fracionados, controlados e estimulados pela subordinação e controle, pela hierarquização de formas de ocupação e pela exclusão de grupos e usos reconhecidos.

A reunião dessas pesquisas mostrou a materialização física e ideológica dos espaços universitários como representatividades de estratégias e tendências políticas e a atuação das esferas institucionais por meio de planos e projetos utópicos que podem fortalecer a segregação e a falta de conectividade, a partir da materialização de espaços funcionais, setorializados e segregados caracterizados pelo distanciamento físico em relação às cidades onde se inserem. Os casos relatados, com variados graus de intensidade, apresentam e avaliam as interações físico-espaciais, políticas, culturais e de caráter público na materialização de espaços universitários e se esses são capazes de construir interfaces com os espaços públicos não apenas como produtora do conhecimento, que propicia articulações e conexões com a cidade, utilizando as estruturas e instalações físicas dos campi universitários para o fortalecimento de vivências e experimentações e para o convívio com a sociedade.

Os autores dessa publicação foram reunidos na condição de pertencer ao corpo docente das instituições federais de ensino superior no período retratado, tendo participado da gestão acadêmica em equipes de concepção, projeto, construção, ou ainda como avaliadores das experiências de implantação dos campi universitários dessas nove universidades federais.

Para contextualizar a expansão brasileira junto a uma espécie de renascimento da universidade em escala planetária, foi convidada para prefaciar esta publicação a Dra. Clare Melhuish, coordenadora do Urban Laboratory da University College of London, que tem realizado estudos que relacionam o protagonismo da universidade e de seus campi em processos de reabilitação (*'regeneration'* no Reino Unido) urbana na Inglaterra e que tem acompanhado exemplos semelhantes nos Estados Unidos e na Europa continental. Com o título *Entendendo o impacto urbano das universidades na vizinhança* (título original: *"Understanding the impact of universities on urban neighbourhoods"*), Clare Melhuish apresenta a sua aproximação



com a realidade das universidades brasileiras por meio de intercâmbio com a Unifesp e de diálogo com pesquisadores brasileiros com passagem junto ao Urban Lab. Em seu texto apresenta os fundamentos e base referencial de suas pesquisas presentes na publicação *Case studies in University-Led urban regeneration* (Melhuish, 2016). Denota-se a curiosa e intrigante similaridade aos processos de expansão acelerada da universidade desde a década de 1960 na Europa, combinando o neoliberalismo com investimentos na chamada economia do conhecimento, provocando o surgimento de novos conceitos como o da universidade como âncora ou liderança em processos de reabilitação urbana.

Para contextualizar o ambiente em que se desenvolvem os projetos abordados em cada capítulo, Elaine Saraiva Calderari apresenta a Introdução com o subtítulo “*Potencialidades e perspectivas referentes à dimensão socioespacial dos espaços universitários no Brasil*”. Nele Calderari apresenta um panorama do Reuni, onde mostra a dimensão desse programa governamental que surpreende pela ampliação resultante em apenas uma década, que fez surgir centenas de novos campi, muitos em cidades interioranas e de pequeno porte, com um alto nível de arrojo combinado com precariedade na implantação de suas instalações. A autora não somente apresenta resultados e impactos mas traz um recorte ainda não abundantemente explorado quando se trata desse programa ao observar as formas inovadoras de inserção dos *campi* universitários nos cenários local, regional e nacional, discernindo as metodologias utilizadas para sua incorporação no tecido urbano pré-existente de maneira que, como diz a autora em seu capítulo: “correspondam às ambições de crescimento

e desenvolvimento, mas principalmente são cotejados os conflitos e as fragilidades relacionadas ao tema, tendo como foco o campo de atuação da arquitetura/urbanismo nos processos de produção do espaço urbano contemporâneo”. Para o texto aqui apresentado Calderari se apoia em sua própria tese de doutorado intitulada: *(Des)Continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos: reflexões sobre o papel dos novos campi universitários*. (Calderari, 2018) e elabora uma historiografia do surgimento das universidades no Brasil e identifica características comuns a determinados períodos ajudando-nos a compreender as ideias, estratégias e modelos existentes em cada uma dessas fases.

Após a apresentação de um breve contexto do debate internacional e o cenário nacional, passa-se aos casos das nove universidades, organizadas por aproximações temáticas e reunidas em três partes.

Na primeira, ‘**Impactos urbanos e ambientais dos novos campi nas cidades e regiões**’, os casos são reunidos considerando um recorte da relevância dos novos campi para as transformações no desenvolvimento econômico, mobilidade urbana e processos de impulsionamento de desenvolvimento urbano de áreas rurais ou desindustrializada. Aqui estão reunidas as experiências: da Universidade Federal do ABC (2005, Santo André, São Paulo) em *Ruptura com o paradigma de campus universitário periurbano e segregado*, narradas por Dânia Brajato, Dionísio Neto e Joel Pereira Felipe. Em seguida, descreve-se a expansão da Universidade Federal de Uberlândia (2010, Uberlândia/Ituiutaba/Monte Carmelo/Patos de Minas, Minas Gerais) em *Complexidades da expansão multicampi e os impactos no desenvolvimento regional*, relatada por Elaine Saraiva Calderari, Flávia Carvalho, Gláucia Trindade e Ana Beatriz Lima; e, para finalizar, a descrição do *Campus Lagoa do Sino* da Universidade Federal de São Carlos que é reportado por Luciana M. Gonçalves e Yovana Saavedra.

A segunda seção, ‘**Universidade e sociedade interagindo nos territórios**’, reúne as experiências de três universidades que, ao serem criadas ou ampliadas, desenharam um projeto de interação no território a partir da tentativa de uma metodologia de projeto participativo, procurando uma leitura adequada da região, do entorno dos campi e adequar a universidade ao seu território. São redesenhos ou reposicionamentos institucionais que valorizam práticas extensionistas ao estabelecer mecanismo de observação para a universidade em sua relação com a sociedade e a cidade, em permanente atuação no território. Aproxima, ademais, esses casos o fato de se implantar no território com foco no público-alvo, com

destaque para a missão de acolhimento de estudantes estrangeiros (Unila e Unilab) e da periferia de São Paulo (Unifesp). Aqui serão expostos os casos da expansão da Universidade Federal de São Paulo (2010, São Paulo, Osasco, Santos e Diadema) em *A Unifesp entre CEUS e Observatórios: espaços participativos de produção de conhecimento e de ação implicados com a realidade social*, por Anita Kurka, Claudia Fegadolli, Pedro Arantes e Raiane Assumpção; seguida da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2010, Foz do Iguaçu, Paraná) com *A Unila e o papel da universidade periférica* que é reportada por Cecília Angileli e Solange Assumpção; e, finalmente, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (2010, Redenção e Acarape/Ceará e São Francisco do Conde/Bahia) em *Os campi da Unilab como uma justaposição de propostas espaciais desenvolvidas no Reuni* que é apresentada por Klaus Alberto e Mara Medina.

Na terceira seção, **‘Campus universitário e leituras controversas da paisagem urbana e da sustentabilidade’** serão apresentadas as universidades que, ao pautarem a consolidação, expansão ou adequação de seus campi, dispunham de recursos humanos, conhecimento acumulado e referenciais no campo da paisagem urbana, da sustentabilidade e apresentam soluções discutíveis quando se trata da inserção urbana dos equipamentos e da integração da universidade à cidade. São reportados os novos campi da Universidade de Brasília (a partir de 2007) em *Ambiência e urbanidade dos novos campi da UnB: Ceilândia, Gama e Planaltina* no trabalho de Caio Silva, Liza Andrade, Marta Romero e Frederico de Holanda; em seguida, Karenina Matos, Wilza Lopes, Giuliana Sousa, Denise Santiago e Nícia

Leite apresentam o caso da Universidade Federal do Piauí (expansão após 2011) no texto *A expansão de campi universitários e a formação de unidades de paisagem: estudo do Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina, Piauí*. E, por fim, Joel Pereira Felipe exhibirá em *UFSB: a universidade da/na Mata Atlântica* o Campus Jorge Amado da Universidade Federal do Sul da Bahia (2013, Itabuna, Bahia).

Para finalizar, Klaus Alberto, no capítulo *Ampliar o registro de experiências e os debates*, relata os esforços de produção acadêmica sobre o tema dos campi universitários ocorridos nas últimas duas décadas em fóruns variados e multidisciplinares do campo da arquitetura e urbanismo, do paisagismo, da engenharia ambiental, da sociologia urbana, do planejamento territorial, gestão pública e educacional. Nesse ‘epílogo’, Klaus representa os organizadores e autores que convidam os leitores à participação e fortalecimento da rede de pesquisadores do tema universidade-cidade, reforçando a necessidade de expandir os estudos e debates para que se divulguem mais e mais casos - incluindo, por exemplo, os Institutos Federais de Educação que também passaram por vultoso crescimento nesse período, recolhendo experiências, amadurecendo a crítica e apontando para caminhos que façam com que essas jovens universidades possam aprender com as experiências negativas e positivas apresentadas até o presente momento.

Em síntese, esse livro que ora se apresenta na forma de coletânea de artigos, traz o contexto de criação de cada universidade e seus aspectos físico-territoriais, políticos e sociais, pretende ajudar na reflexão sobre se e como a universidade do século XXI pode ou deve ter um papel de âncora no desenvolvimento econômico, social e ambiental das cidades e regiões.

Para encerrar, os casos aqui narrados não têm compromisso com a divulgação publicitária das universidades retratadas. O ponto de partida comum é a constatação de que a universidade que emerge desse processo de expansão possui atributos de valor inestimável. As críticas ou autocríticas aqui desenvolvidas em aspectos pontuais, ainda que sejam relevantes para seus respectivos processos, revelam pessoas preocupadas em se debruçar com um olhar crítico sobre as experiências, mas, ao mesmo tempo, guardam com afetividade e reconhecimento o papel que a universidade pública e gratuita trouxe para a sociedade brasileira reconhecidamente desigual, e auxilia para que ela saia dessa redoma de vidro em que tem se acostumado fechar.

Esse livro foi concebido e produzido no Brasil, em vários estados da federação e de forma coletiva, entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, período em que vivemos perplexos a evolução da pandemia da Covid-19. Foi desenvolvido durante as lutas diárias pela permanência do bom senso e afirmação que a universidade tem contribuição fundamental para o presente e o futuro da humanidade. É a nossa singela contribuição no atual momento.



# PREFÁCIO

## ENTENDENDO O IMPACTO URBANO DAS UNIVERSIDADES NA VIZINHANÇA

**University College London – UCL**  
Clare Melhuish

No meu relatório *Regeneração Urbana Conduzida por Universidades* para o *UCL Urban Laboratory* [Laboratório Urbano da University College London], em 2016, explorei as maneiras pelas quais as universidades no Reino Unido e nos EUA se tornaram algumas das várias agências e figuras urbanas envolvidas na montagem e remontagem de cidades ao redor do mundo para atender às necessidades da economia do conhecimento pós-industrial, projetando novos futuros urbanos por meio de uma proliferação de promessas embaladas em retórica e imagens visuais atraentes. Tal como a University of the Arts (UAL) [Universidade das Artes] em King's Cross, Londres – um local de regeneração urbana de alto padrão perto de nossa universidade – e nosso novo *campus*, UCL East, no Queen Eli-

zabeth Olympic Park [Parque Olímpico Rainha Elizabeth], as instituições de ensino superior estão cada vez mais se incorporando a novos desenvolvimentos urbanos especulativos, operando como âncoras culturais ou centros de ciência e tecnologia ligados a zonas empresariais.

Os *campi* também estão cada vez mais propensos a assumir a liderança em novos projetos acadêmicos e de uso misto em seus próprios direitos, como, por exemplo, no caso do *campus* de Manhattanville da Universidade de Columbia, em Nova York, moldado por Planos Diretores urbanos projetados por empresas internacionais, que explicitamente fazem ligações e conexões físicas com a cidade mais ampla e comunidades além da academia. Ao assumir o papel de “instituição âncora” (MORRIS *et al.*, 2010) para o desenvolvimento urbano, as universidades podem ser vistas como agentes na circulação e nos fluxos mais amplos da política e prática urbana que, conforme descrito por McCann, Roy e Ward, são gerados pelo “trabalho de agenciamento [*assemblage*]” de diferentes atores urbanos, “engajando-se com várias redes de políticas e comunidades, espalhadas por todo o mundo, a fim de aprender, ensinar e compartilhar conhecimentos sobre modelos das ‘melhores práticas’ [...] eles produzem cidades e políticas como uma montagem de políticas translocais emergentes ‘deduzidas’ de fluxos mais amplos (DELEUZE; GUATTARI, 1987; PRINCE, 2010). No contexto globalizado contemporâneo, quase todas as políticas podem ser vistas como esse agenciamento de conhecimentos e recursos de outros lugares” (MCCANN; ROY; WARD, 2013, p. 583).

Embora a minha pesquisa entre 2013 e 2016 tenha se concentrado principalmente nos processos envolvidos nas práticas de desenvolvi-

mento urbano lideradas por universidades – construção narrativa, planejamento e concepção, estruturas de governança e engajamento público –, não foi assim tão fácil especular sobre os impactos de tais desenvolvimentos. Os projetos que eu estudava estavam, em sua maioria, em um estágio inicial de desenvolvimento e entre os primeiros do seu tipo. Isso mudou ao longo dos anos, mas o trabalho de avaliação dos impactos sociais e físicos dos projetos de desenvolvimento universitário em contextos urbanos e nas populações urbanas ainda está pouco desenvolvido, em comparação às avaliações econômicas da contribuição que as universidades podem dar às cidades e regiões urbanas. Wiewel e Perry observaram há uma década que “a localização urbana e a centralidade das universidades em relação à natureza e ao bem-estar das cidades significa que se pode esperar que cidades e países recorram às suas universidades como parte de estratégias para responder aos novos desafios e oportunidades que a competição econômica global representa para as regiões urbanas” (WIEWEL; PERRY, 2008, p. 304), mas ainda sabemos relativamente pouco sobre as formas pelas quais novos desenvolvimentos universitários e projetos de expansão podem mudar ou beneficiar as paisagens físicas e sociais das cidades. Esse fenômeno ainda está pouco documentado.

De fato, as instituições universitárias têm sido lentas na avaliação de seu impacto no contexto urbano: “as infraestruturas [...] físicas [...] são centrais para as estratégias de transferência de conhecimento das universidades [...] no entanto, seu impacto sobre as comunidades e espaços sociais adjacentes são frequentemente uma preocupação secundária para a produção de inovação e crescimento econômico”. (ADDIE; KEIL; OLDS, 2015, p. 34)

É por isso que tenho grande interesse em trabalhar com colegas brasileiros do campo da Arquitetura, do Planejamento Urbano e das Ciências Sociais que estão ativamente envolvidos com essas questões após a enorme expansão do setor público universitário em diversas cidades brasileiras, sob o governo Lula. É claro, alguns podem argumentar que não é produtivo comparar universidades ou cidades brasileiras e britânicas, tamanhos são os contrastes e diferenças estruturais entre elas. Por outro lado, não podemos ignorar a análise do “trabalho de *agenciamento* [*assemblage*] urbano” que aponta para a poderosa influência de modelos operacionais e práticas que atravessam fronteiras urbanas, nacionais e continentais, e para a crescente complexidade da ‘inter-referência’ (ONG; ROY, 2011) entre cidades em uma economia global de ideias, imagens,

capital circulante, *expertise* e pessoas.

Para o Laboratório Urbano da UCL, este engajamento representa uma importante iniciativa dentro de seu compromisso fundacional no desenvolvimento de pesquisas urbanas comparativas no Norte e Sul globais, prestando especial atenção às condições das cidades do Sul em rápida expansão como contexto para o que Comaroff e Comaroff (2012) descrevem como “prefigurando formas avançadas de modernismo”, e fonte de fenômenos urbanos que agora estão se tornando familiares nos contextos do Norte (por exemplo, informalização e precariedade das relações de trabalho, conflito étnico, desregulamentação etc.) (COMAROFF; COMAROFF, 2012). Os autores argumentam que o ocidente (Norte) tem sido visto historicamente como o lócus da teoria urbana, enquanto o Sul o gerador de dados urbanos brutos, esta relação precisa ser reavaliada a fim de entender o sul como produtor consolidado de teoria por seu próprio direito.

Pedro Fiori Arantes, da UNIFESP, desenvolveu uma análise detalhada da história da teoria urbana no Brasil desde meados dos anos 1900, embutida nos “processos próprios de industrialização e urbanização do país”, e as condições específicas que moldaram esses processos, notadamente a urbanização em um contexto de “subdesenvolvimento”. Além disso, devemos entender a relevância desta teoria gerada pelo Sul para a análise das cidades ocidentais (do Norte). Isto contraria o que Schindler (2017, p. 60) chama de “estereótipo da cidade global do sul como um espaço ‘patológico’ que necessita de salvação às mãos de especialistas ocidentais”, em relação a uma reformulação do norte global como o local da “essência da urbanidade” que, ele argumenta, tem sido uma consequência da epistemologia da

urbanização planetária de Brenner e Schmid (2015) que “ofusca a diferença” (SCHINDLER, 2017, p. 48) e desenha um véu sobre as características distintivas das cidades entre o sul e o norte globais.

As universidades públicas brasileiras têm desenvolvido um trabalho crítico que objetiva compreender os impactos da expansão e desenvolvimento universitários em cidades e comunidades profundamente desiguais e enquadrar a sustentabilidade urbana como uma ecologia ambiental, climática, social e econômica complexa, na qual as universidades têm um papel central a desempenhar. Essas pesquisas podem oferecer reflexões inestimáveis sobre as metodologias que deveríamos estabelecer para avaliar os impactos do desenvolvimento universitário no Reino Unido e na Europa. No Reino Unido, o conceito de “regeneração” urbana tem celebrado o papel de arquitetos, instituições e investidores na implementação de intervenções planejadas em nome da melhoria e urbanização de áreas urbanas periféricas, dentro de um discurso de processos globais de construção de cidades do Norte que enfatiza a importância do planejamento estratégico de base local. É neste cenário que a pesquisa sobre a identidade e função da “universidade cívica” (GODDARD; VALLANCE, 2013), como um exemplo de uma instituição híbrida público-privada no Reino Unido (a partir da introdução de anuidades para estudantes em 2003), mudou para uma dimensão explicitamente urbana e espacial.

Entretanto, os processos de gentrificação e a desigualdade nas cidades europeias aumentaram rapidamente nas últimas décadas, e as universidades, muitas vezes beneficiadas por subsídios públicos, precisam demonstrar que suas responsabilidades “cívicas” se estendem para abraçar os setores mais desfavorecidos da sociedade, para os quais o futuro se tornou ainda mais sombrio como resultado da pandemia da COVID-19, em 2020.

Fui convidada pela Unifesp, em outubro de 2019, para apresentar minha pesquisa sobre a restauração do conceito de universidade “cívica”, “pública” ou “engajada” no contexto urbano do Reino Unido e para participar de discussões acadêmicas em torno da tradução desse conceito entre Reino Unido e Brasil, com o intuito de apoiar a iniciativa dos novos Observatórios Institucionais da Unifesp. Ao mesmo tempo, o professor Joel Pereira Felipe trabalhava no Laboratório Urbano de Londres em um projeto de pesquisa que examinava indicadores sociais e ambientais para o papel da universidade como instituição-âncora nas cidades brasileiras, com referência à UCL. Sua visita de pesquisa se seguiu à da professo-

ra Anita Kurka no ano anterior, para investigar os processos de envolvimento comunitário em relação aos projetos de desenvolvimento universitários.

Durante minha visita a São Paulo, aprendi muito sobre os incentivos para as universidades brasileiras combinarem pesquisa, ensino e extensão, trabalhando com as comunidades locais e políticas públicas como uma forma de resistência política e como um compromisso de inovação social e compartilhamento de conhecimento através de parcerias com outras organizações e partes interessadas. Uma das principais funções dos Observatórios Institucionais estabelecidos em cada um dos sete *campi* da Unifesp é analisar os impactos socioespaciais da presença e função da universidade em cada um dos municípios em que estão localizados, incluindo os processos de transformação urbana e as mudanças nos modos de vida que eles provocam. A iniciativa aborda o contraste na qualidade de vida e o abismo cultural existente entre centros urbanos e periferias e responde ao impacto catalisador da mobilização dos movimentos populares por melhores oportunidades e melhor infraestrutura social em áreas menos privilegiadas.

Este modelo fornece um ponto de referência valioso para universidades como a UCL, incluindo as que participam de nossa rede do *New Campus Group*, liderada pela diretora da UCL East, Paola Lettieri, que professaram um compromisso de engajamento e responsabilidade cívica dentro das cidades.

Os “observatórios urbanos” têm sido definidos como “organizações de pesquisa que trabalham através dos âmbitos da elaboração de políticas e do meio acadêmico [...] cada vez mais identificados como críticos para alcançar o

desenvolvimento urbano sustentável”, e “bem posicionados para desenvolver e testar meios inovadores de produção de conhecimento e de interação entre o meio acadêmico e os tomadores de decisão política”, desempenhando o papel de “organizações de fronteira” em “zonas de transição do conhecimento urbano”. (WASHBOURNE *et al.*, 2019, p. 4) No artigo citado, as “parcerias cidade-universidade” são identificadas como um dos quatro tipos de observatório urbano, que abordam especificamente o desafio de traduzir e comunicar diferentes tipos de conhecimento (teórico/aplicado/baseado em problemas) através de contextos transdisciplinares.

No âmbito da Nova Agenda Urbana da UN-Habitat (Habitat III, 2016) e sua concretização das 17 Metas de Desenvolvimento Sustentável (2015), o observatório é definido como uma plataforma de coleta de dados, geração de conhecimento e aplicação em processos de governança urbana, que tem pertinência particular em relação ao ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. O modelo de observatório adotado pelas universidades brasileiras oferece uma plataforma para as universidades tanto para se engajarem na tradução do conhecimento além das fronteiras, quanto para a coleta de dados pelas universidades para facilitar a reflexão e avaliação de seu próprio papel e dos impactos nos bairros urbanos e na sociedade em geral. Isso oferece uma contribuição fundamental para o esforço coletivo, social e político em prol da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Em 1966, Lewis Mumford identificou a significância da contribuição das universidades de Oxford e Cambridge para o planejamento urbano através de suas configurações *colegiais*, como “o superbloco e o recinto urbano divorciado da antiga rede de becos e ruas” (MUMFORD, 1966, p. 319) daquelas cidades inglesas. Ele desenvolveu o conceito de “superbloco” como um modelo para habitação integrada pós-guerra, infraestrutura social e lojas comerciais dentro de bairros urbanos delimitados. Hoje nos afastamos de uma conceitualização da universidade como uma comunidade voltada para dentro, autocontida, segregada do tecido urbano circundante, e abraçamos uma visão de permeabilidade, acessibilidade e integração com a cidade mais ampla em diferentes escalas, do bairro para regiões da cidade. Isso tem implicações arquitetônicas e urbanísticas significativas para o *design* e planejamento de instalações universitárias e contextos urbanos do século 21, que não é o objetivo deste Prefácio explorar.

Mas se visualizarmos a universidade como um farol olhando para

a cidade, talvez queiramos considerar outra referência histórica arquitetônica, antes de concluir – a da *Outlook Tower* de Patrick Geddes, em Edimburgo (1892), que ele descreveu como “um museu educacional em cada cidade e vila para a coesão social e a melhoria pública”, “científico, mas prático”, e projetado para “trabalho cívico prático”, que poderia contribuir para a evolução das cidades: “o observatório urbano icônico da era moderna”. (TEWDWR-JONES *et al.*, 2019, p. 3)

Como seria, então, uma rede de tais observatórios, ou “torres de perspectiva” contemporâneas, modeladas pelas universidades, em uma escala internacional de cidades interligadas, moldando e avaliando a circulação e implementação de políticas e práticas urbanas, assim como o “agenciamento de conhecimentos e recursos de outros lugares” (MCCANN; ROY; WARD, 2013)?

Como isso pode dar sentido às “complexas vidas sociais e genealogias” das políticas, “que seguem trajetórias particulares e reúnem atores e instituições em diferentes locais e escalas, do local ao nacional e internacional, criando novas redes e novas comunidades” (SHORE; DURÃO, 2010)? Como sugere esta citação final do antropólogo Chris Shore, este é um projeto desafiador, envolvendo análise multilocal e uma abordagem transdisciplinar, mas um trabalho que as universidades estão bem posicionadas para empreender, dentro de uma estrutura colaborativa. Este livro contribui significativamente para o processo de instituição de tais formas de trabalho, nas quais tive o privilégio de participar.

## Referências

ADDIE, J.-P.; KEIL, R.; OLDS, K. Beyond town and gown: higher education institutions, territoriality and the mobilization of new urban structures. *Territory, Politics, Governance*, Londres, v. 3, n. 1, p. 27-50, 2015.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban?, *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015. DOI: 10.1080/13604813.2015.1014712. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13604813.2015.1014712?journalCode=ccit20>. Acesso em: 18 jan. 2021.

COMAROFF; COMAROFF. Theory from the south: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. *Anthropological Forum*, v. 22, n.2, p. 113-131, 2012.

GODDARD, J.; VALLANCE, P. *The university and the city*. Oxon: Routledge, 2013.

MCCANN, E.; ROY, A.; WARD, K. Assembling/Worlding cities. *Urban Geography*, v. 34, n. 5, p. 581-589, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/02723638.2013.793905>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02723638.2013.793905>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MELHUISH, C. *Case studies in university-led regeneration*. Londres: UCL Urban Laboratory, 2016.

MORRIS, K.; JONES, A.; WRIGHT, J. Anchoring growth: the role of ‘anchor institutions’ in the regeneration of UK cities. The Work Foundation, Research paper 2. 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/303751278\\_Anchoring\\_Growth\\_The\\_role\\_of\\_Anchor\\_Institutions\\_in\\_the\\_regeneration\\_of\\_UK\\_cities](https://www.researchgate.net/publication/303751278_Anchoring_Growth_The_role_of_Anchor_Institutions_in_the_regeneration_of_UK_cities). Acesso em: 18 jan. 2021.

MUMFORD, L. *The city in history*. Londres: Secker and Warburg, 1966.

ONG, A.; ROY, A. *Worlding cities: asian experiments and the art of being global*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2011. 376 p. ISBN: 978-1-405-19276-7.

SCHINDLER, S. Towards a paradigm of southern urbanism. *City*, v. 21, n. 1, p. 47-64, 2017. DOI: 10.1080/13604813.2016.1263494. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13604813.2016.1263494>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SHORE, C.; DURÃO, S. From a political anthropology to an anthropology of policy: interview with Cris Shore. *Etnografica*, v. 14, n. 3, p. 595-614, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.220>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/220#text>. Acesso em: 18 jan. 2021.

TEWDWR-JONES, M.; SOOKHOO, D.; FREESTONE, R. From Geddes’ city museum to Farrell’s urban room: past, present, and future at the Newcastle City Futures exhibition. *Planning Perspectives*, v. 35, n. 2, p. 277-297, 2020. DOI: 10.1080/02665433.2019.1570475. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02665433.2019.1570475>. Acesso em: 18 jan. 2021.

WASHBOURNE, C.; CULWICK, C.; ACUTO, M.; BLACKSTOCK, J.; MOORE, R. Mobilising knowledge for urban governance: the case of the Gauteng City-region observatory. *Urban Research & Practice*. Latest Articles. DOI: 10.1080/17535069.2019.1651899. Disponível em: <https://doi-org.libproxy.ucl.ac.uk/10.1080/17535069.2019.1651899>. Acesso em: 18 jan. 2021.

WIEWEL, W.; PERRY, D. C. (ed.). *Global universities and urban development*. Armonk/NY: M. E. Sharpe, 2008.







**INTRODUÇÃO**

# POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS REFERENTES À DIMENSÃO SOCIOESPACIAL DOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL

Elaine Saraiva Calderari

## Introdução

Os espaços universitários acabaram se tornando grandes objetos experimentais de conceitos, ideologias e contradições, sob as mais variadas concepções projetuais, que transcreveram seu imaginário e suas convicções. Foram fortalecidos pelas ideologias e pelos princípios modernistas, principalmente no contexto latino-americano e no Brasil.

Ao analisarmos a estruturação da universidade na história urbana em sua gênese e formação, com a criação dos campi universitários e/ou com a inserção do conceito de cidade universitária, verificamos que eles se transformaram em equipamentos urbanos de destaque, seja sob a ótica conceitual ou ideológica que rege a for-

mação das cidades, estando vinculados a determinados ideais ou a ambições de modernização e progresso das representatividades de poder e propriedade em contextos políticos e econômicos.

Entre os anos 1920 e meados de 1990, antes da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), os últimos *campi* universitários foram criados no Brasil. Por essa implantação ter ocorrido em contextos conflituosos, como a ditadura militar e a redemocratização, os *campi* apresentam diversas peculiaridades em relação às suas definições e diretrizes, principalmente no que se refere aos investimentos públicos e aos modelos de implantação baseados nas ideologias do urbanismo modernista (modelo norte-americano).

Assim, os espaços universitários brasileiros foram, em diversos casos, implementados por meio de determinações e algumas vezes até de imposições de configuração espacial, de forma que sua incorporação às cidades funciona, muitas vezes, como palco de atuação das forças sociopolíticas imbricadas no contexto físico-espacial, forças essas que ora adotam discursos progressistas, ora discursos autoritários em busca da chamada modernização do país.

Neste capítulo<sup>1</sup>, discorre-se sobre como, diferentemente das décadas de 1920 a 1980, a implantação de novos *campi* enfrentou ques-

tionamentos, reflexões e desafios, por estarem estes inseridos nos tecidos urbanos das cidades contemporâneas e compartilharem os efeitos e aspectos das novas formas de produção da cidade e dos novos agentes da conformação espacial dos territórios, principalmente em relação à atuação do mercado sobre as ações políticas.

Desta forma, investiga-se aqui a atuação do Reuni, não apenas como um novo episódio na implantação de espaços universitários no tecido urbano no Brasil, mas também em suas potencialidades e perspectivas, vinculadas às novas formas de inserção dos *campi* universitários vinculadas às novas formas de inserção dos *campi* universitários no contexto nacional, abrangendo diferentes cidades e regiões.

Identificam-se ainda as metodologias utilizadas para garantir a inserção desse equipamento nos tecidos urbanos existentes de uma forma que correspondam às ambições de crescimento e desenvolvimento, mas principalmente são cotejados os conflitos e as fragilidades relacionadas ao tema, tendo como foco o campo de atuação da arquitetura/urbanismo nos processos de produção do espaço urbano contemporâneo.

Nessa conjuntura, este capítulo aponta algumas reflexões, já que, apesar de contextualizado, não é objetivo deste trabalho o estudo das características e dos aspectos do Reuni em contraposição a outros períodos históricos, e sim a investigação do impacto dessa política pública por meio da avaliação de três contextos brasileiros: o contexto nacional, que apresenta as alterações e transformações nas dinâmicas territoriais com a inserção dos *campi* universitários e seus processos de expansão, principalmente após sua interiorização no Brasil; o contexto regional, que revela as transformações físico-espaciais promovidas por essa inserção em cidades principalmente de pequeno e médio porte; e o contexto local, que investiga questões relacionadas às problematizações do cotidiano das Instituições Federais de Ensino Superior e suas repercussões na sociedade.

## Uma breve historiografia dos espaços universitários

Ao longo da história urbana, a universidade (e suas estruturas e instalações físicas) passou por modificações e transformações, principalmente com relação ao seu papel na cidade e na sociedade, assumindo posições políticas, econômicas, culturais e sociais, estando estas ora sobrepostas, ora intercaladas, demonstrando um posicionamento ideológico e conceitual. No entanto, alguns aspectos da universidade se mantiveram constan-

<sup>1</sup> Este capítulo apresenta estudos e análises desenvolvidos na tese de doutorado *(Des)continuidades e rupturas do espaço urbano contemporâneo: reflexões sobre o papel dos novos campi universitários*, de Elaine Saraiva Calderari, defendida em 2017, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

tes em todos os períodos, como sua influência físico-espacial ou as alterações das dinâmicas socioespaciais no território onde são inseridas.

Diversas pesquisas apresentam fases de implementação dos *campi* universitários no Brasil e podemos identificar a evolução destes em quatro fases distintas (até este momento), considerando as estratégias de implementação em torno de sua concepção formal e suas interfaces com a sociedade e a cidade.

Na fase 1, que podemos considerar entre os anos 1920 a 1960, percebe-se a transferência do modelo de cidade universitária, “regida fortemente pelos princípios norteadores da cidade-jardim, propostos pela Carta de Atenas”, com a implantação de algumas das maiores universidades brasileiras: a Universidade do Brasil- UB (hoje Universidade Federal de Rio de Janeiro) e a Universidade Federal de Minas Gerais (RODRIGUES, 1997, p. 307).

Esse período é identificado pela forte influência do modelo americano, caracterizado pela criação de projetos de cidades universitárias que, de fato, nunca saíram do papel em sua plenitude, mas que permeavam os imaginários e as teorias da época, tendo sido largamente divulgados e almejados. O distanciamento e a autosuficiência dos *campi* em relação às cidades são acentuados pela falta de conectividade destes com o entorno.

O conceito de cidade universitária no Brasil foi construído em contextos históricos extremamente conflituosos desde 1920, passando pelo Estado Novo e pelo regime militar nas décadas de 1960 e início de 1970. Esse processo durou praticamente 30 anos entre (in)definições e mudanças, envolveu a regularização do ensino superior no país e a implementação de inúmeros

decretos e legislações, tendo sido materializado na Universidade do Brasil, atual UFRJ, com a implementação do *campus* do Fundão na cidade do Rio de Janeiro.

Fase 1: Criação de universidades entre 1920 a 1960 no Brasil	
Ano	Universidade
1920	UFRJ   Universidade Federal do Rio de Janeiro
1949	UFMG   Universidade Federal de Minas Gerais
1950	UFRGS   Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1950	UFBA   Universidade Federal da Bahia
1950	UFPR   Universidade Federal do Paraná
1954	UFC   Universidade Federal do Ceará
1955	UFRPE   Universidade Federal Rural de Pernambuco

**Tabela 1.** Fase 1: Criação de universidades entre 1920 a 1960 no Brasil.

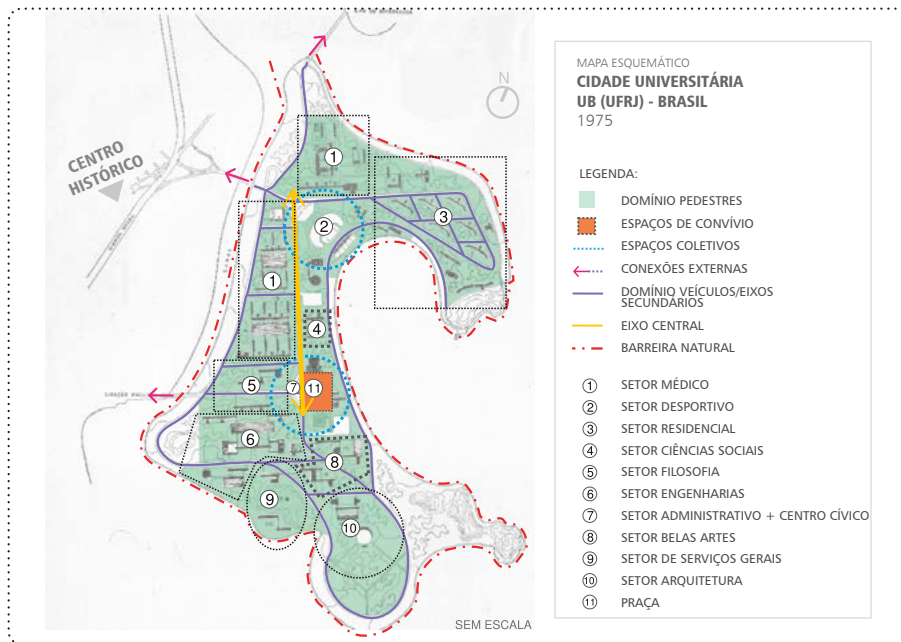
**Fonte.** Adaptado pela autora a partir de Brasil ([2008]) e Calderari (2017).

Além disso, nesse período entre 1920 a 1960, um outro fator que influenciou de maneira significativa a visão da sociedade no que concerne à universidade é a sua representação como equipamento urbano diferenciado em relação aos demais equipamentos da cidade, promovendo o rompimento com a população, em vez da aproximação, do sentimento de pertencimento a esta e do fortalecimento do seu papel de colaboração com a cidade.

O exemplo da UFRJ, como referência dessa fase, apresenta questões de cunho político, técnico e ideológico, camufladas, no entanto, pela busca de idealizações individuais de diversos atores e agentes envolvidos, pela busca de uma identidade e de um simbolismo que representasse a modernização do país, pela aplicação de conceitos de desenho urbano que marcavam preceitos da modernidade.

A decisão tomada foi a de construir edificações isoladas e pulverizadas nessa nova “ilha”, conforme pode ser identificado na Figura 1, sem conexões ou articulações com a cidade existente, sem a promoção

de espaços de convívio e permanência entre as edificações, sem a construção de núcleos de convivência nas proximidades destas. Ou seja, não houve a criação de uma escala urbana voltada para o indivíduo, que não se preocupasse apenas em promover sucessivas inaugurações de prédios, completamente isolados entre si.



**Figura 1.** Esquema de análise da cidade universitária na Ilha do Fundão. Mapa de 1975.

**Fonte.** Decourt (2009), adaptado por Calderari (2018).

O fato é que durante 50 anos de processo de implementação, entre a idealização e o início de suas atividades, todas as definições e decisões passaram pelo domínio tanto da universidade e dos profissionais técnicos (engenheiros e arquitetos), como também pela política. E indepen-

dentemente dos períodos que atravessou, a UFRJ é uma grande ilha no sentido físico, como também funcional, onde o isolamento e a fragmentação são geográficos, espaciais e sociais, promovendo uma estrutura física completamente dissociada das atividades urbanas e representativa de uma ruptura com a cidade e com a sociedade.

Já na fase 2, entre os anos de 1960 a 1980, a concepção de *campus* universitário é fortalecida e implementada em diversas localidades do território brasileiro, sob forte influência dos ideais do engenheiro Rudolph Atcon<sup>2</sup>.

É um período de grande expansão dos espaços universitários, em que parte dos princípios anteriores é relativizada, principalmente “no que se refere à adoção de edifícios em destaque, e parte-se para uma arquitetura tipificada e modulada (segundo padrões funcionalistas que perseguem o conceito de unidade arquitetônica)” (RODRIGUES, 1997, p. 307). Além da implantação do tão sonhado modelo de universidade brasileira, a Universidade de Brasília (UnB), surgiram também outras em diversas capitais do país e em algumas cidades de referência populacional e econômica seguindo esse mesmo modelo.

Para Alberto (2008), esse período também foi caracterizado por um movimento de interiorização das universidades federais no território brasileiro, com a criação, por exemplo, da Universidade Federal de Goiás-UFG e da Universidade Federal de Pará - UFPA, respectivamente nos estados de Goiás e Pará. Em síntese, o período foi pautado pela demonstração da modernização, associada aos interesses políticos e baseada em discursos progressistas no país pela busca de desenvolvimento e da expansão territorial.

<sup>2</sup> Em 1963, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em uma tentativa de aproximação também com a educação superior e não apenas com a educação básica, passou a estabelecer acordo com o Ministério da Educação (MEC) por meio de apoios e consultorias para promover a formação educacional dos futuros dirigentes da sociedade brasileira (SILVA, 2014, p. 34). Desta forma, em 1965 foi contratado o engenheiro Rudolph Atcon, visto como um dos consultores de maior renome internacional no assunto, com participação em diversas consultorias nos Estados Unidos, como também na Venezuela, no Chile, na Colômbia, na República Dominicana, em Honduras, no México, na Alemanha e em Portugal (SOUZA, 2015). Atcon teve uma forte influência, juntamente a outro nome relevante, Anísio Teixeira, na composição e formação dos espaços universitários nas cidades brasileiras.

Fase 2: Criação de universidades entre 1960 a 1980 no Brasil	
Ano	Universidade
1960	UFG   Universidade Federal de Goiás
1960	UFJF   Universidade Federal de Juiz de Fora
1960	UFPA   Universidade Federal do Pará
1960	UFPB   Universidade Federal da Paraíba
1960	UFSM   Universidade Federal de Santa Maria
1960	UFF   Universidade Federal Fluminense
1960	UFRN   Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1960	UFSC   Universidade Federal de Santa Catarina
1961	UFES   Universidade Federal do Espírito Santo
1961	UFAL   Universidade Federal de Alagoas
1962	UFAM   Universidade Federal do Amazonas
1962	UnB   Universidade de Brasília
1963	UFRRJ   Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1965	UFPE   Universidade Federal de Pernambuco
1966	UFMA   Universidade Federal do Maranhão
1967	UFS   F. Universidade Federal de Sergipe
1968	UFPI   F. Universidade Federal do Piauí
1968	UFSCAR   Universidade Federal de São Carlos
1969	UFV   Universidade Federal de Viçosa
1969	UFOP   Universidade Federal de Ouro Preto
1969	FURG   F. Universidade Federal do Rio Grande
1969	UFPEL   Universidade Federal de Pelotas
1969	UFU   Universidade Federal de Uberlândia
1970	UFMT   Universidade Federal do Mato Grosso
1974	UFAC   Universidade Federal do Acre
1979	UFMS   Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
1979	UNIRIO   Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**Tabela 2.** Fase 2: Criação de universidades entre 1960 a 1980 no Brasil.

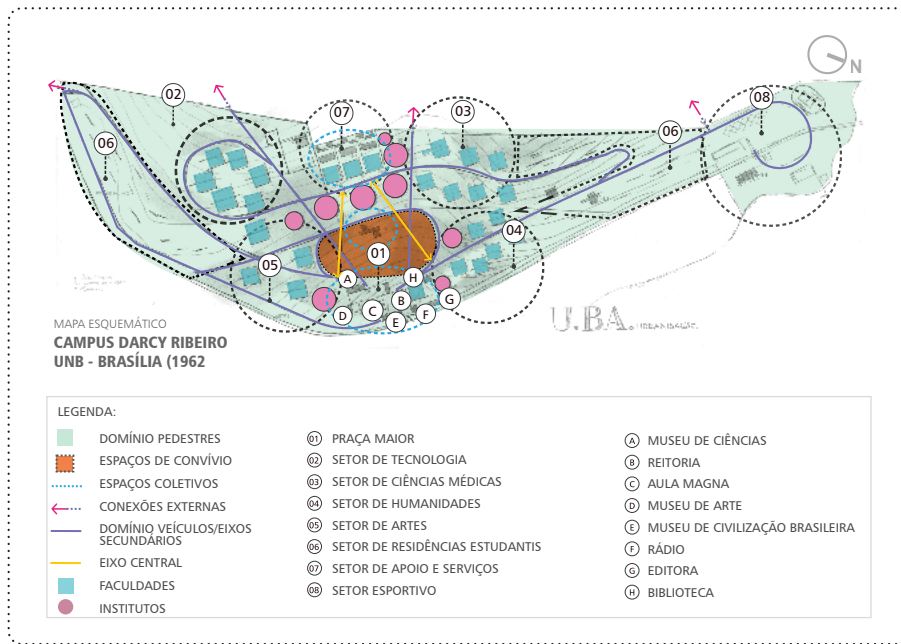
**Fonte.** Adaptado pela autora a partir de Brasil ([2008]) e Calderari (2017).

A superação do modelo anterior, contudo, ainda ficou no imaginário e nas tentativas realizadas, pois em grande parte das universidades brasileiras a formação estabelecida resultou em processos de segregação socioespaciais, também discutidos por Rodrigues (1997, p. 13), que afirma “que o campus universitário foi produzido sob um padrão morfológico de forte perfil segregador”, e que essa segregação promoveu o processo de guetificação, sendo “fruto não apenas de governos autoritários, como de um projeto de modernidade, que ao objetivar espaços funcionais, termina por ocasionar espaços segregados” (RODRIGUES, 1997, p. 284). Pode-se dizer que essa segregação ocorreu tanto externamente, com o distanciamento físico em relação à cidade, quanto internamente, com o distanciamento físico entre as edificações.

A Universidade de Brasília (UnB), com o *Campus* Darcy Ribeiro, surge como a materialização do “novo” modelo de planejamento de *campus* universitário no Brasil, tentando superar o modelo adotado na Universidade do Brasil (atual UFRJ). Esse processo é atrelado à ideia de modernização, interiorização e integração do território com o surgimento de uma nova capital (ALBERTO, 2008; COSTA, 2002; MAHLER, 2015). Tanto para Alberto (2008) como para Mahler (2015), a UnB pode ser considerada um dos exemplos mais significativos referentes à adoção dos conceitos modernistas na configuração dos espaços universitários e na implantação dos ideários relacionados à cidade universitária modernista, principalmente no Brasil.

Todavia, conforme indicado no esquema de análise (Figura 2), o que se percebe é a forte rigidez no zoneamento e na setorização de atividades por áreas de conhecimento; a construção de edificações isoladas, independentes e pulverizadas pelo *campus*; e ainda a falta de interação na escala urbana entre elas, o que se pode considerar como um forte fator de segregação e de desarticulações internas no que se refere às conexões com a cidade.

E mesmo após diversos estudos e reflexões apontados para o planejamento do *campus* e ao longo da estruturação deste, a falta de continuidade nas diretrizes propostas e na execução das edificações e da infraestrutura em espaços com baixa densidade e edificações isoladas e dispersas, ainda representando uma ocupação desordenada e um planejamento visto sob os olhares da arquitetura e não da escala urbana, são fatores determinantes para a manutenção da situação de desconexão do *campus* com a cidade.



**Figura 2.** Esquema de análise da Universidade de Brasília. Mapa de 1962.

**Fonte.** Alberto (2008, p. 72); UnB (1962, p. 22), adaptado por Calderari (2017).

Na denominada fase 3 (pós-1980), inicia-se um movimento para “rever certos conceitos modernistas (ainda que muito timidamente)” no que tange à racionalização e setorizações. Em relação ao espaço universitário, os anos 1980 viram surgir propostas que apontavam rupturas com o modelo vigente, como o projeto de “adensamento da UFG na Praça Universitária” (centro de Goiânia), o projeto para a “UFMA no Centro Histórico de São Luís” e o projeto de eixos de integração para o *campus* da UnB (RODRIGUES, 1997, p. 307).

Nesse período não são implementados novos *campi*, com exceção da Universidade Federal de Rondônia, mas é nesse momento que se

inicia uma tentativa de rompimento com o modelo “exportado” e que já apresentava sinais de processos de segregação e guetificação, com a materialização de espaços funcionais, setorizados e segregados.

Esse processo é agravado pelo rompimento do Estado com a universidade, o qual passa a partilhar o dever de garantir a educação da população com o mercado. É possível observar que a universidade pública se torna um fragmento isolado e separado da cidade, deixando de ser vista como uma instituição de direito da população. Isto promove uma verdadeira crise de identidade e memória e o estranhamento desse equipamento por parte da população, a qual deveria ter direito a ele.

É também nesse contexto que são iniciadas as primeiras pesquisas que buscam identificar o papel dos espaços universitários na sociedade, apontando o potencial percebido no espaço “público” de suas estruturas e instalações, principalmente quando estas são utilizadas como domínio público para sua integração tanto com a cidade (físico-espacial) quanto com a sociedade (sociocultural).

Nesse período, na própria UnB foram promovidas diversas intervenções nos eixos de integração e propostas possíveis articulações com os eixos existentes ou usuais de circulação nas edificações (ALBERTO, 2008). Entre 1987 e 1988, foi elaborado o documento *Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial – UnB*, considerado como um dos mais importantes documentos de propostas de reestruturação do *campus*, pois havia uma intenção clara de estudo dos princípios de urbanidade e centralidade, buscando identificar eixos de estruturação e um sistema de espaços públicos que permitissem a continuidade entre as edificações e a escala do pedestre (SOARES, 2013).

Fase 3: Criação de universidades entre 1960 a 1980 no Brasil

Ano	Universidade
1982	UNIR   Universidade Federal de Rondônia

**Tabela 3.** Fase 3: Criação de universidades entre 1960 a 1980 no Brasil.

**Fonte.** Adaptado pela autora a partir de Brasil ([2008]) e Calderari (2017).

O Reuni<sup>3</sup> surge como uma quarta fase de evolução do espaço físico universitário brasileiro, com um papel estratégico/político para o desenvolvimento econômico e social do país. Esse período proporcionou um aumento significativo dos novos *campi* universitários, fato que não acontecia desde a década de 1980, e foi marcado por inúmeras tentativas de rompimento com o modelo racional e funcionalista, com novas leituras e propostas ideológicas vinculadas às novas formas de inserção dos *campi* universitários nos contextos regionais e em diversas cidades do Brasil.

A criação do Reuni, a partir de 2002, por meio do atendimento de demandas específicas, e, de fato, a partir de 2007, pensado como uma ação estratégica para o desenvolvimento do país, almejava a expansão do ensino superior com o objetivo de interiorização e consolidação das universidades públicas federais.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2012, p. 42), em 2003, o Brasil possuía 45 universidades até a implantação do Reuni, distribuídas em 148 *campi*/unidades, sendo atendidos 114 municípios, com a última unidade implementada em 1982. O Reuni promoveu a criação de 14 novas universidades e de mais de 100 novos *campi*, além da reestruturação dos já existentes, totalizando 321 *campi* universitários de univer-

3 Política pública de expansão e interiorização do ensino superior desenvolvida pelo governo federal e denominada Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que também promoveu a implantação de novos institutos federais para o fortalecimento do ensino técnico profissionalizante (BRASIL, 2007a). O Reuni foi implementado entre os anos 2002 a 2010; no entanto, várias ações se estenderam até o ano de 2014.

sidades federais localizados em 275 municípios, fazendo com que o número destas, entre os anos de 2003 a 2010 no país, aumentasse de 45 para 49, conforme apresentado na Figura 3 (BRASIL, 2012).

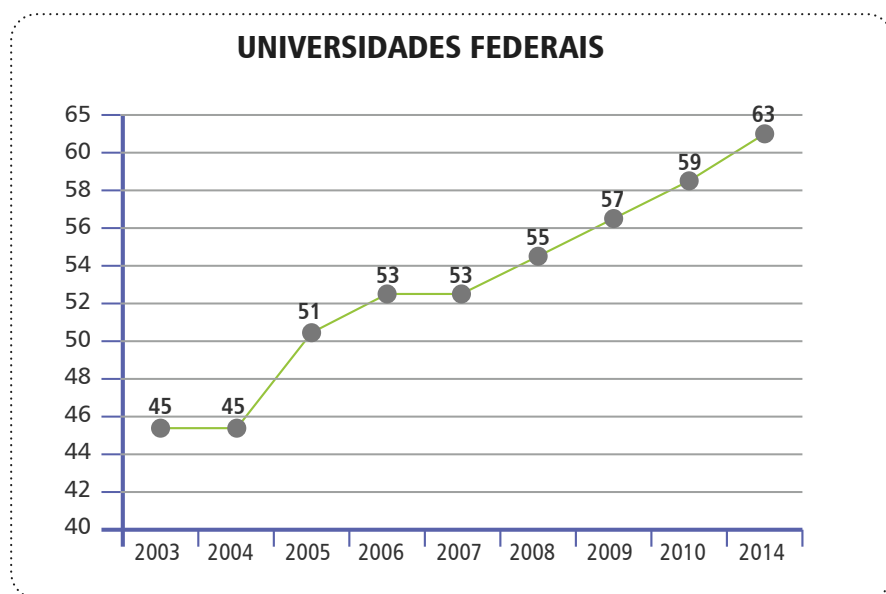
Fase 4: Criação de universidades entre 2000 a 2010 no Brasil	
Ano	Universidade
2003	UFT   Universidade Federal do Tocantins (Consolidação).
2004	Univasf   Universidade Federal do Vale do São Francisco (Consolidação).
2005	UFGD   Universidade Federal da Grande Dourados.
2005	UFRB   Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
2005	UFTM   Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Transformação).
2005	Ufersa   Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Transformação).
2005	Unifal   Universidade Federal de Alfenas (Transformação).
2005	UFVJM   Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Transformação).
2005	UTFPR   Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Transformação).
2006	UFABC   Universidade Federal do ABC. UFSCar   Campus Sorocaba (consolidação) e Campus Lagoa do Sino.
2008	UFCSPA   Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.
2008	Unipampa   Universidade Federal do Pampa.
2009	UFFS   Universidade Federal da Fronteira Sul: Chapecó (SC) com campus-sede + 4 campi: Erechim (RS), Cerro Largo (RS), Laranjeiras do Sul (PR) e Realeza (PR).
2010	Ufopa   Universidade Federal do Oeste do Pará: Santarém (PA), com campus-sede + 3 campi (Itaituba, Oriximiná e Monte Alegre - PA). UFU   Universidade Federal de Uberlândia (Campus Pontal, Campus Glória, Campus Monte Carmelo e Campus Patos de Minas). * O Campus Pontal não foi um projeto Reuni, mas recebeu investimento para sua estruturação.
2010	Unila   Universidade Federal da Integração Latino-Americana: Foz do Iguaçu (PR).
2010	UNILAB   Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: Redenção(CE); com campus-sede + unidades acadêmicas estaduais e internacionais (África).

**Tabela 4.** Fase 4: Criação de universidades entre 2000 a 2010 no Brasil.

**Fonte.** Adaptado pela autora a partir de Brasil ([2008]) e Calderari (2017).



Com o Reuni, foram implementados em 2010 um total de 59 universidades, sendo 14 novas, onde foram instalados 274 *campi*/unidades, sendo 126 novos, atendidos 230 municípios. Já em 2014, foram ampliadas para 63 universidades, sendo 4 novas, instaladas em 321 *campi*/unidades, sendo 47 novos, atendidos 275 municípios, conforme apresentado na Figura 3.

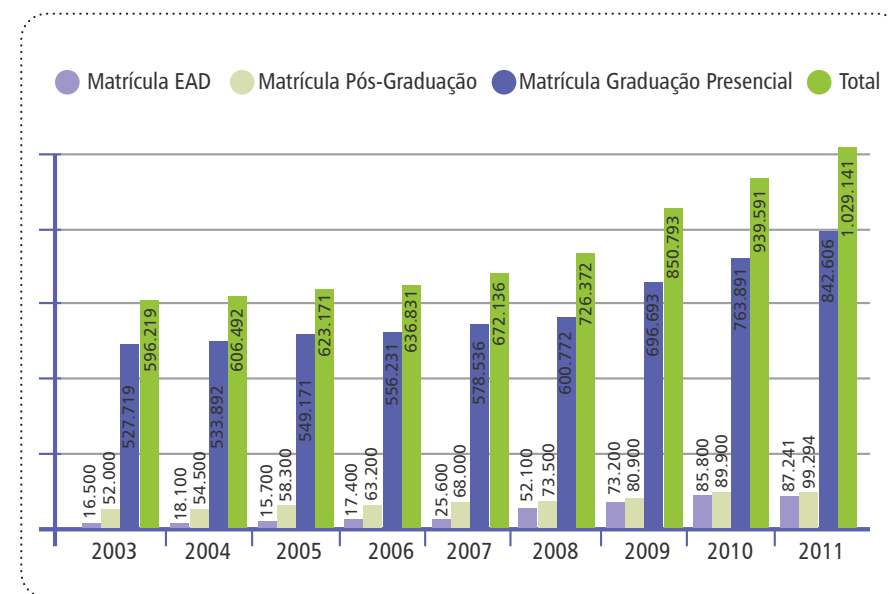


**Figura 3.** Crescimento das universidades federais no Brasil (2003-2010).

**Fonte.** Brasil (2010), adaptado por Calderari (2017).

O programa tinha em vista um amplo processo de abertura não apenas de novas instituições, mas também de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições já existentes, o que promoveu um significativo

aumento dos campi universitários em todas as regiões brasileiras, com a expansão de cursos (53% = 3.647), vagas presenciais (73% = 225.946) e matrículas (66% = 1.080.924) (BRASIL, 2012, p. 9-10).



**Figura 4.** Matrículas na graduação e pós-graduação nas universidades federais de 2003 a 2011.

**Fonte.** Brasil (2012), adaptado pela autora.

De acordo com as Diretrizes do Reuni:

“Os projetos apresentados ao REUNI serão avaliados em função da consistência entre as suas proposições e as exigências do decreto que instituiu o Programa, bem como quanto à exequibilidade dessas proposições. Este documento, expondo os principais pontos do REUNI, busca esclarecer e orientar as universidades federais que desejem participar do programa, uma vez que a sua implementação está fundamentada no princípio da adesão (BRASIL, 2007b, p. 6).

De uma forma geral, cada universidade determinou suas estratégias e tipologias de implantação, assim como as relações a serem adotadas com a cidade onde os *campi* se localizariam, os modelos conceituais e as formas de elaboração de seus projetos urbanísticos e arquitetônicos. Também promoveram tendências de concepções projetuais que trouxeram consigo novas leituras urbanas com soluções/propostas de superação dos conceitos modernistas das décadas anteriores.

Como materialização e referência desse período, podemos destacar a Universidade Federal do ABC (UFABC) com seu novo modelo de implantação de espaços universitários, que buscou a experimentação de uma nova universidade brasileira por meio de um modelo pedagógico sob enfoque tecnológico em virtude das conquistas científicas do século XX.

A escolha do local do *campus* Santo André, uma antiga área industrial da cidade, e sua proposta de regeneração por meio do Projeto do Eixo Tamanduateí (considerado um dos grandes projetos urbanos brasileiros) é um dos pontos-chave dessa estrutura. O *campus* destaca-se pela unidade do conjunto arquitetônico, obtida pela verticalização dos principais edifícios e pela compactação do programa de necessidades, resultado da análise do projeto pedagógico da própria universidade aplicado na espacialização do projeto urbano e nas edificações.

A construção da unidade propiciou um aumento significativo de usuários (docentes, discentes e técnico-administrativos), o que desencadeou elevada demanda de habitação, serviços, lazer e outras necessidades cotidianas em toda a região. Esse processo promoveu um acréscimo expressivo na valorização dos imóveis, tanto na

compra quanto nos aluguéis, e no fluxo de veículos (carros e ônibus), gerando crescimento da economia local, com o surgimento de vários comércios e serviços, em grande parte informais, em todo o entorno.

Apesar das tentativas de concretização do Projeto do Rio Tamandateí, utilizando o *campus* Santo André como uma das estratégias de requalificação, não houve uma continuidade nos processos e, principalmente, nos diálogos/acordos entre as partes de forma a garantir as articulações previstas com os espaços físicos do *campus* com a cidade.

Com o avanço do projeto e levando em consideração as condições de segurança da região e a visão do setor de segurança da UFABC, foram instalados gradis ao redor do *campus*, ocasionando um rompimento com a proposta inicial, que previa a promoção de integração e interação com o entorno.



**Figura 5.** Esquema de análise da Universidade Federal do ABC. Mapa de 2015.

**Fonte.** Adaptado pela autora a partir da coordenadoria de projetos da UFABC (2015).

De uma forma geral, apesar de o *campus* Santo André ser uma referência do plano Reuni, envolvendo questões relacionadas a uma imagem de renovação do espaço universitário no contexto brasileiro, ainda estão pendentes e/ou em tentativa de solução diversas questões para a conclusão da concepção original. Também é importante destacar que o *campus* foi implantado em quase toda a sua totalidade (uma exceção do programa Reuni), e, apesar de algumas alterações no que diz respeito ao seu projeto de arquitetura, uma grande parte atendeu ao projeto original.

Entretanto, no caso do projeto urbano, muitas propostas significativas foram alteradas, principalmente as relações de permeabilidade e acessibilidade e suas conexões com o tecido urbano no entorno, na Avenida dos Estados, e sua transposição, além das relações propostas pela composição das praças como acessos e espaços de atração, como espaços públicos de livre acesso e circulação pelo *campus* para a população.

### **As interfaces com a cidade e a sociedade**

A relação entre os espaços públicos e os espaços universitários na cidade contemporânea perpassa pela atuação das dimensões socioespaciais da universidade (*campus* universitário) na sociedade (cidade) e por sua interface com um novo agente norteador da conformação espacial no espaço urbano contemporâneo, o mercado, apontando problematizações (tensões) e tendências (conexões) do tema, estabelecendo reflexões sobre o papel do *campus* universitário (como também da instituição pública) e suas possíveis relações com a cidade, a sociedade e os espaços públicos e de domínio público.

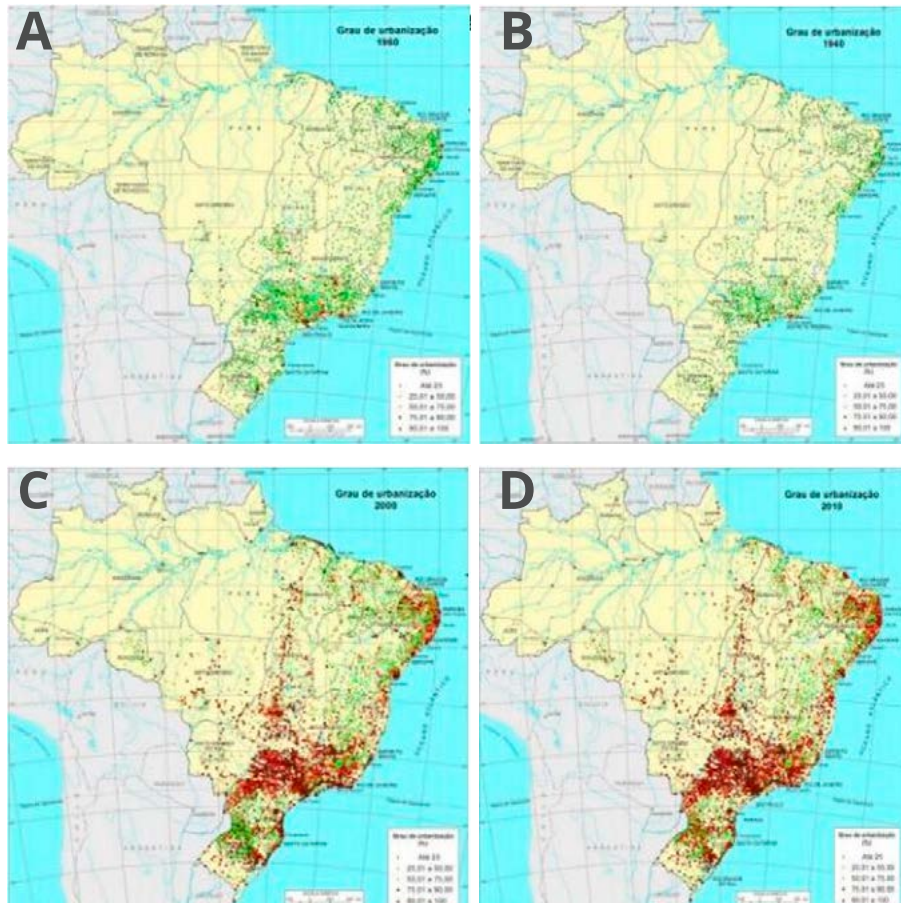
De fato, os novos *campi* favoreceram o surgimento de novas conformações espaciais no entorno relacionadas diretamente à produção do capital e à atuação do mercado, utilizando os espaços universitários também como âncoras de expansão e investimento.

Foram identificadas algumas pesquisas que buscaram discutir as relações entre a universidade e a cidade com a materialização do Reuni, sendo quatro relevantes: a de Soares (2013), a de Marques (2015), a de Pierro (2016) e a de Vinhais (2013).

No contexto nacional, foi verificado um processo de urbanização acelerado, resultando em impactos no aumento populacional, com o consequente surgimento de novas demandas, em que a educação se tornou relevante por abranger outros aspectos relacionados ao desenvolvimento das cidades, decorrentes do surgimento de novos produtos vinculados às ações do mercado.

Esse processo foi responsável por grandes transformações físicas e territoriais. Conforme Soares (2013, p.02), “em 50 anos o crescimento da população urbana foi muito expressivo, transformando as dinâmicas territoriais das cidades, principalmente devido à intensa concentração de bens, serviços e pessoas”. A autora afirma, de acordo com dados e informações fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que o crescimento urbano inverteu a distribuição da população no Brasil: em 1945, a população urbana representava 25% da população total de 45 milhões; e em 2010, 84,52% da população brasileira morava em cidades, ou seja, 160.925.792 pessoas (IBGE, 2007, 2010; SOARES, 2013).

A elevação do grau de urbanização no Brasil nos anos 1940, 1960, 2000 e 2010, respectivamente, apresentada na Figura 6, demonstra aumentos populacionais significativos em diversas regiões do país. Nos mapas apresentados, as regiões mais urbanizadas são indicadas pelas cores vermelha e laranja, sendo possível perceber as principais concentrações na Região Sudeste, nos estados de São Paulo, no sul de Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo; no norte do Paraná, como também na região central do Rio Grande do Sul e no litoral de Santa Catarina; além de nos litorais dos estados da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, de Sergipe e do Rio Grande do Norte. É importante verificar que desde o ano 2000 ocorre um aumento significativo no interior dos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, além do aumento expressivo nas regiões já citadas anteriormente.



**Figura 6.** Mapa de crescimento urbano nos anos a) 1940; b) 1960; c) 2000 e d) 2010.

**Fonte.** IBGE (2010a); Calderari (2017).

O aumento populacional expressivo no território promoveu o surgimento de diversas novas demandas na sociedade, sendo significativa a demanda educacional. Esta, associada às melhorias nas condições socioeconômicas, políticas e espaciais e a “qualificação da força de trabalho, o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, a constante inovação nos processos

produtivos etc. tornam-se elementos constantes que enveredam o funcionamento das atividades produtivas modernas desenvolvidas em determinados subespaços do território brasileiro” (NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p.02).

Consideram-se como atividades produtivas “modernas” as atividades necessárias para o desenvolvimento socioeconômico das cidades associadas aos processos de globalização, “como a modernização do campo; o crescimento das cidades pela realização de atividades industriais e de serviços; as mudanças culturais; a expansão urbana, entre outros” (SOARES, 2013, p.22).

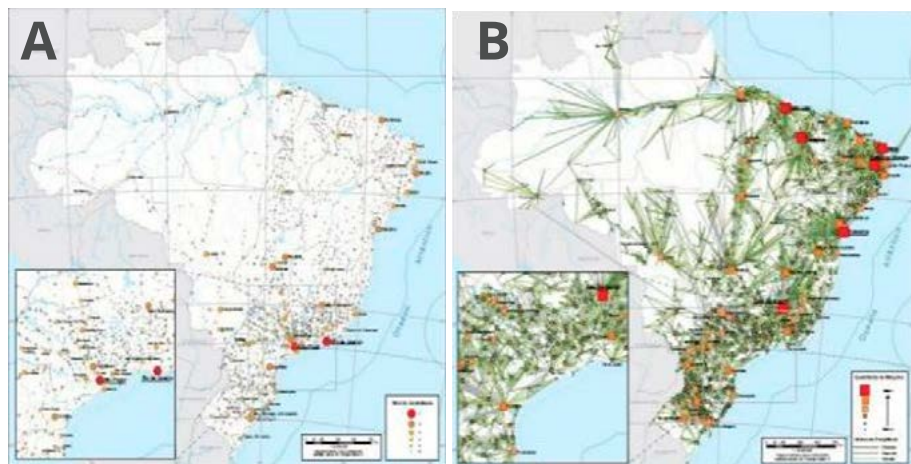
Diante dessa nova realidade, o Brasil, assim como outros países, passou a promover um elevado investimento no setor da educação por meio da expansão, criação e consolidação dos seus *campi* universitários.

Na Figura 7, o mapa A apresenta a localização das principais instituições de ensino superior do país no ano de 2004, período anterior ao Reuni, identificadas pelos pontos de cor laranja e vermelha, demonstrando que a concentração das instituições estava basicamente na Região Sudeste, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (os únicos pontos em vermelho no mapa). Em 2007, o IBGE realizou uma nova análise, com a publicação do mapa de descolamentos promovidos pela inserção do primeiro ciclo do Reuni. É importante observar o aumento de deslocamentos para diversas regiões, principalmente com a interiorização dos *campi* (até então pouco significativa) e o surgimento de novos polos de atração, como as cidades de Salvador, São Luís, Natal e região, Teresina, Campo Grande e Belo Horizonte (novos pontos vermelhos no mapa).

No contexto regional, na pesquisa de Marques (2015), revelou-se a possibilidade de as universidades funcionarem como uma reinvenção econômica, passando a serem utilizadas como lojas âncoras para a renovação e vitalidade das cidades, principalmente aquelas que passam por crises econômicas, políticas, sociais, entre outras.

A pesquisa, denominada “O DNA da Inovação das Metrôpoles” foi publicada na *Revista Fapesp* e apresenta um estudo sobre a importância da presença das universidades para o desenvolvimento das principais metrôpoles do mundo. Apesar de ter como foco as questões relativas à produção de pesquisa e à qualificação de mão de obra para a reinvenção econômica das cidades, também indica a influência estabilizadora em sua vizinhança com “lojas âncoras”, ou seja, com a criação de empregos, a reconstrução da infraestrutura e a regeneração dos tecidos urbanos. Para o

autor, “não é à toa que tantos municípios recorrem às instituições de ensino superior para dar vitalidade a seus centros urbanos envelhecidos” (MARQUES, 2015, p. 01).



**Figura 7.** Mapa de localização do ensino superior (2004) (A) e mapa de localização dos deslocamentos promovidos pelo ensino superior (2007) (B).

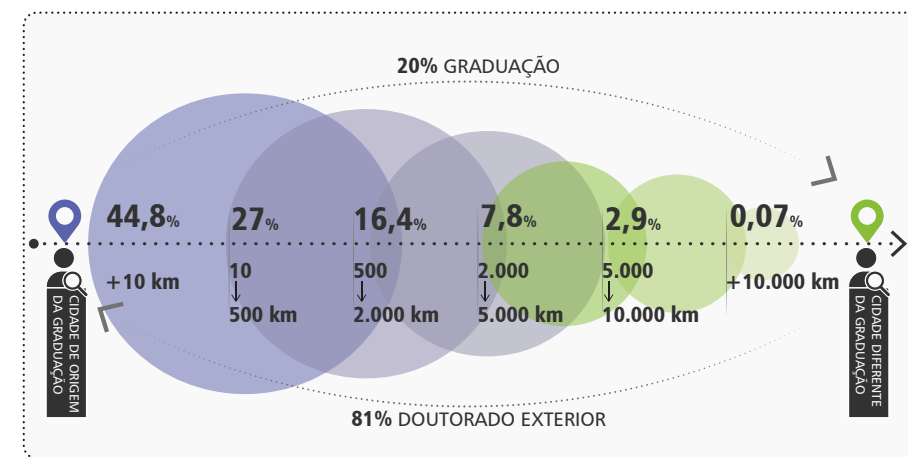
**Fonte.** IBGE (2010a).

Já a pesquisa de Pierro (2016) identifica o potencial de criação e fixação de mão de obra altamente qualificada nas regiões de implantação desses *campi*, assim induzindo à promoção de ciclos de inserção de desenvolvimento científico e inovação tecnológica. Também publicado pela mesma revista em janeiro de 2016, o trabalho intitulado “Circulação Limitada” aponta as trajetórias territoriais e a mobilidade dos principais pesquisadores brasileiros. Ele mostra que grande parte dos pesquisadores brasileiros “tendem a trabalhar e fazer carreira em regiões muito próximas às instituições em que cursaram a graduação”, sendo que 44,8% permanecem em um raio

de no máximo 10 km de sua instituição de origem. E apenas 20% dos estudantes de graduação se deslocam para cidades diferentes ou distantes da cidade onde realizou seu curso acadêmico.

Essa situação também foi verificada para os cursos de pós-graduação e, mesmo havendo pesquisadores que cursaram doutorado no exterior, aproximadamente 81% se estabeleceram em regiões próximas aos seus cursos de origem, conforme apresentado na Figura 8.

Além disso, a pesquisa demonstra a influência das estruturas e das instalações físicas das universidades para a composição do quadro de desenvolvimento científico e inovação tecnológica na cidade inserida, como também a promoção de um ciclo de inserção de mão de obra qualificada no entorno imediato e, conseqüentemente, o incentivo para a reinvenção econômica da região (PIERRO, 2016).



**Figura 8.** Movimentação de pesquisadores no Brasil e sua relação com o espaço urbano.

**Fonte.** Pierro (2016), adaptado pela autora.

No contexto regional, podemos identificar o aumento na influência do capital financeiro no espaço urbano, fato já apontado por Harvey (2004) em diversos estudos, o qual estabelece a inserção de uma nova variável, sendo o mercado estabelecido como agente norteador da conformação espacial das cidades, promovendo transformações significativas também nas relações entre a sociedade (cidade) e a universidade (*campi* universitários).

Podemos observar que os novos *campi* universitários instalados em cidades de médio e pequeno porte do interior brasileiro ou em regiões metropolitanas com grande déficit de ensino superior vêm representando uma nova dinâmica territorial da educação superior no país, antes extremamente desigual, e transformando a dinâmica urbana e a paisagem, tanto positiva quanto negativamente nas cidades onde são inseridos.

A implantação dos *campi* universitários passa a ser também indutora de novos vetores de crescimento e desenvolvimento, sendo rodeada por “novos produtos” induzidos pelo mercado, com clara intenção de promoção, valorização e especulação imobiliária, valorizando excessivamente a terra e, em alguns casos, estabelecendo ou aumentando os processos de segregação socioespacial, inclusive levando a processos de gentrificação.

Com os novos *campi* universitários, surgem os novos produtos de consumo como, por exemplo, os imobiliários, além de outras conformações espaciais e, assim, a fragmentação, de forma que as cidades se transformam em cidades cindidas (termo utilizado por Arroyo, 2013), configuradas também por processos de dispersão do tecido urbano. A segregação socioespacial é ampliada com a proliferação de áreas cercadas e de acesso restrito (como loteamentos ou condomínios fechados, bairros “inteligentes”, *shoppings centers*, centros de negócios, parques ou praças temáticas fechadas, entre outros), incluindo os próprios *campi* universitários.

Esses novos produtos, que geram a proliferação de áreas cercadas, controladas e restritas, com loteamentos e condomínios fechados, centros de negócios e *shoppings centers*; o aumento das invasões e ocupações irregulares em áreas

adjacentes, que enxergam uma oportunidade de aceleração nos processos de desapropriação pelo Estado; e a indução de processos de privatização, inclusive dos próprios espaços públicos no entorno, estão reconfigurando a conformação espacial das cidades e regiões.

Essa situação coloca a universidade, representada não só pelo seu espaço físico, mas também pela sua relação com a sociedade, em uma situação aparentemente até “simplista”, mas que gera uma interferência significativa, principalmente quando consideramos sua inserção físico-territorial em locais inadequados e/ou impróprios (fora do perímetro urbano, em zonas rurais, em áreas de preservação permanente, contrária aos vetores de expansão da cidade, em bairros periféricos), em áreas distantes e isoladas, sem conexão e articulação com a cidade.

Tal contexto gera ainda inúmeros problemas para o município e o estado, como a necessidade de infraestrutura básica (água, esgoto, drenagem, iluminação pública, sistema viário, deslocamento por meio de transporte público, construção de acessos, ofertas de moradia nas proximidades, entre outros, mas principalmente a criação de espaços que não se articulam com a vida urbana, com falta de atividades compartilhadas com a cidade.

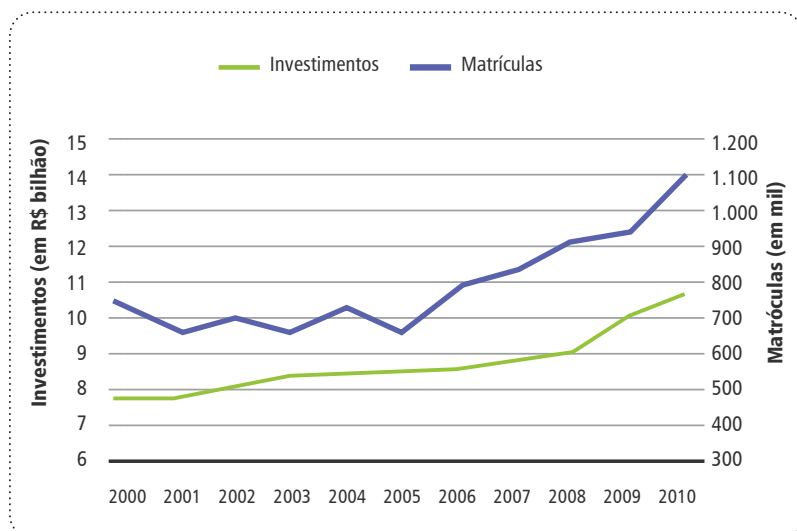
Como exemplificação, pode-se citar a pesquisa de doutorado realizada por Henrique Eduardo Ferreira Vinhais, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, realizada em 2013, que aponta os efeitos econômico-administrativos e seus devidos impactos regionais de curto prazo nas microrregiões onde foram implantados novos *campi* universitários no Brasil durante o programa Reuni.

A pesquisa indica, “no período de 2004 a 2010, um efeito total de R\$ 19,9 bilhões sobre o valor bruto da produção e R\$ 11,5 bilhões sobre o valor adicionado, que representa 0,39% sobre o PIB nacional e um efeito médio anual de R\$ 1,9 bilhão” em investimentos e custeios na implantação dos novos *campi* universitários (VINHAIS, 2013, p.10).

Para o autor, o maior impacto econômico foi na Região Sudeste, representando 46,2% do efeito total de gastos, seguida pelas Regiões Centro-Oeste e Sul. Ele também destaca os efeitos sobre o valor bruto em outros setores econômicos. É possível destacar alguns setores econômicos com impacto direto como alimentos e bebidas; comércio; serviços imobiliários e aluguel; transporte; armazenagem e comércio; eletricidade e gás; água, esgoto e iluminação pública; intermediação financeira e seguros; serviços de informação, entre outros.

Há um destaque para o setor da construção civil, que apesar de não apresentar efeito significativo referente ao valor bruto, como valor adicionado apresenta em torno de 80% do efeito total, determinado principalmente pela necessidade de novas construções e estruturas para composição do *campus* universitário (VINHAIS, 2013).

Além disso, a pesquisa indica um efeito significativo na locação de novos empregos, em torno de 467 mil novos servidores e impacto de “3,3% sobre a renda domiciliar *per capita* municipal, com o grupo de municípios com até 65 mil habitantes apresentando o maior efeito do tratamento, com valor de 5,2% sobre a renda” (VINHAIS, 2013, p. 10). Destaque também para o acréscimo significativo dos números de matrículas de discentes em 2000, que de 460 mil se elevou para 800 mil em 2010.



**Gráfico 01.** Evolução de gastos e número de matrículas anuais em universidades federais entre os anos 2000-2010.

**Fonte.** VINHAIS (2013, p. 38), adaptado pela autora.

Por meio dessa análise é possível identificar que a interface entre universidade, cidade e sociedade perpassa entre a dimensão política: atuação na esfera político institucional, por meio de estratégias de demonstração de poder e modernização, por meio do crescimento e expansão urbana; a dimensão pública: atuação na composição da vida pública, verificando-se a intenção de interação com o espaço público; dimensão econômica: atuação nos interesses e nas oportunidades vinculadas às ações mercantis (mercadorias, bens e serviços); dimensão social: atuação no compartilhamento de suas estruturas com as demais funções sociais da cidade e da sociedade e a dimensão cultural: atuação como identidade e memória na composição do espaço urbano, como equipamento necessário para o funcionamento da cidade, entre outros.

## Considerações finais

Com a criação de novos *campi* universitários pelo país, surgiram grandes desafios para cada universidade, sendo cada uma delas objeto de diversas reflexões, questionamentos e estudos realizados pelos profissionais de arquitetura e urbanismo sobre as metodologias a serem utilizadas para garantir a inserção desse equipamento nos tecidos urbanos existentes de uma forma que correspondam às ambições de crescimento e desenvolvimento. Mas, principalmente, houve uma preocupação com as fragilidades relacionadas ao tema, tendo como foco o campo de atuação da arquitetura/urbanismo nos processos de produção do espaço urbano contemporâneo.

O Reuni estabeleceu uma nova dinâmica territorial, gerando alterações significativas na educação superior do país, não apenas por sua expansão territorial, mas também pelas potencialidades e perspectivas de implementação de um equipamento urbano que pudesse, de fato, promover uma alteração significativa em toda a dimensão socioespacial e econômica das cidades e regiões.

Dessa forma, como uma potencialidade do Reuni, é possível identificar a reinvenção econômica em localidades até então isoladas, as quais teriam dificuldades para promover o desenvolvimento local. O aumento populacional e a inserção de recursos financeiros federais levou à geração de emprego, à permanência de profissionais qualificados e à movimentação do comércio e serviços locais para a transformação destes locais.

Como perspectivas do programa, temos a implementação de uma ferramenta para a redução das desigualdades sociais, como também para o desenvolvimento social, econômico e geográfico, e, conseqüentemente, a oportunidade de suprir a carência de ofertas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão de nível superior em diversas regiões do país.

Todavia, com os novos *campi* e as novas conformações espaciais no entorno, surgem novas tensões e conexões em suas territorialidades e espacialidades, as quais são relacionadas diretamente à produção do capital e à atuação do mercado, utilizando os espaços universitários também como âncoras de expansão e investimento.

Desta forma, se nas décadas de 1920 a 1980 vivemos a ideologia da universidade ideal sob os moldes modernistas, regidos pelos discursos progressistas e de desenvolvimento territorial, com a implementação de espaços universitários como uma microescala de modelos urbanos funcionalistas e racionalistas a serem aplicados e replicados, em diversos casos como “carimbos” de territórios universitários isolados e segregados.

Nos anos 2000 a 2010, houve uma verdadeira “corrida” para a implementação de novos espaços universitários, regidos sob a atuação de um novo agente norteador da conformação espacial no espaço urbano contemporâneo, o mercado, apontando problematizações (tensões) e tendências (conexões), criando uma série de descontinuidades desse equipamento com o tecido urbano e com o comportamento dos indivíduos no que tange à garantia de relações de pertencimento e apropriação da cidade.

Diferentemente das décadas passadas, a atuação implacável do mercado, as “oportunidades” vislumbradas por este com as novas inserções urbanas dos espaços universitários e a promoção e o “incentivos” imobiliários, em vários casos proporcionados em parceria pelo próprio Estado, são capazes de provocar transformações no entorno com impactos tanto positivos quanto negativos na dinâmica intraurbana e extraurbana e direcionadores dos vetores de expansão e desenvolvimento urbano nos municípios de implementação dos campi universitários. Temos ainda as ações diretas e indiretas dos agentes públicos na produção espacial e nas transformações das qualidades físico-espaciais e socioambientais, não apenas no entorno imediato, mas em toda a cidade e região (principalmente se considerarmos as cidades de pequeno porte).

É fato que os espaços universitários intensificam o mercado, criando uma diversidade de atividades, aumentando as oportunidades de negócios e o desenvolvimento urbano em seu entorno. Assim, pode-se identificar que os espaços universitários atuam como atração de capitais. Isso nos faz novamente refletir no que de fato é ou deve ser o papel do *campus* universitário no Brasil, quando pensamos em um efetivo planejamento e no uso equânime do espaço público para a promoção de espaços acessíveis, inclusivos e abertos para todas as camadas da população em uma intenção clara de construção da cidadania.



## Referências

ALBERTO, Klaus Chaves. *Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UNB e seu projeto urbanístico*. 2008. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior. Plano de Reestruturação e Expansão das IFES REUNI. Brasília, DF, [2008]. Apresentação em pps. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, DF, 2012

CALDERARI, Elaine Saraiva. *(Des)Continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos*. Reflexões sobre o papel dos novos campi universitários. 2017. 783f. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-17042018-154833/pt-br.php>. Acesso em: 15 dez. 2020.

COSTA, Aline Moraes. *(Im)possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. Censo 2010. Rio de Janeiro, 2010a.

LIBESKIND, Claudio. Concurso para a Sede da UFABC: 1º Lugar. Vitruvius, [s.l.], ano 6, fev. 2006. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2015. MADEIRA, Guilherme. Projetos atualizados do Campus Santo André UFABC [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 28 set. 2015a.

MADEIRA, Guilherme. Informações sobre o andamento das obras: Campus Santo André-UFABC [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 28 set. 2015b.

MAHLER, Cristiane. Territórios universitários: tempos, espaços e formas. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015

MARQUES, Fabricio. O DNA da inovação das metrópoles. *Revista Fapesp*, São Paulo, ed. 237, nov. 2015. Disponível em: <https://revista-pesquisa.fapesp.br/o-dna-da-inovacao-nas-metropoles/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

NASCIMENTO JUNIOR, Francisco das Chagas do. O fenômeno de expansão das instituições de ensino superior e o território brasileiro. *Revista Geografia*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 145-171, jan./jun. 2006.

PIERRO, Bruno de. Circulação limitada. *Revista Fapesp*, São Paulo, ed. 239, jan. 2016. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/circulacao-limitada/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. *Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Universidade, cidade, cidadania*. São Paulo: Hedra, 2014.

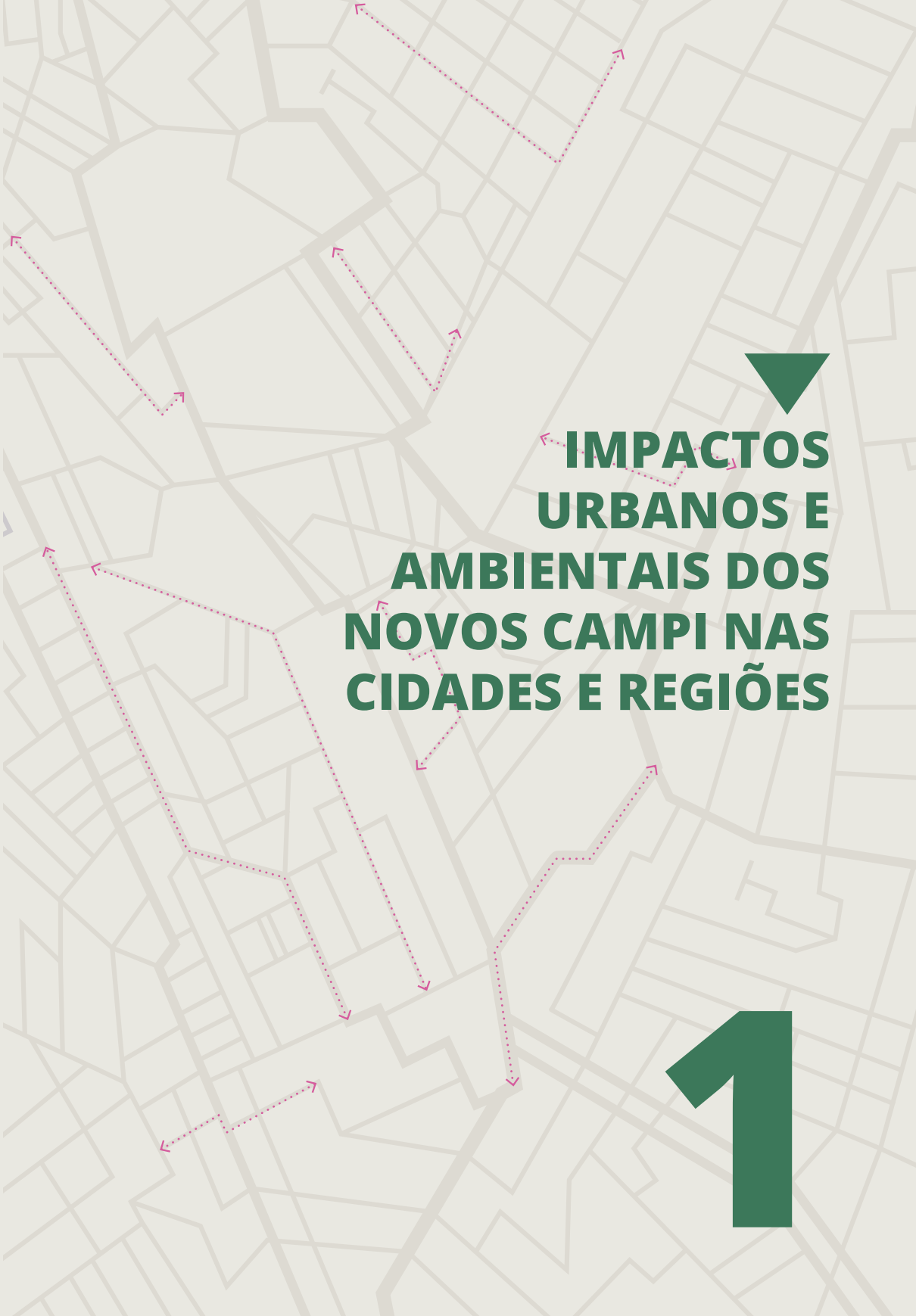
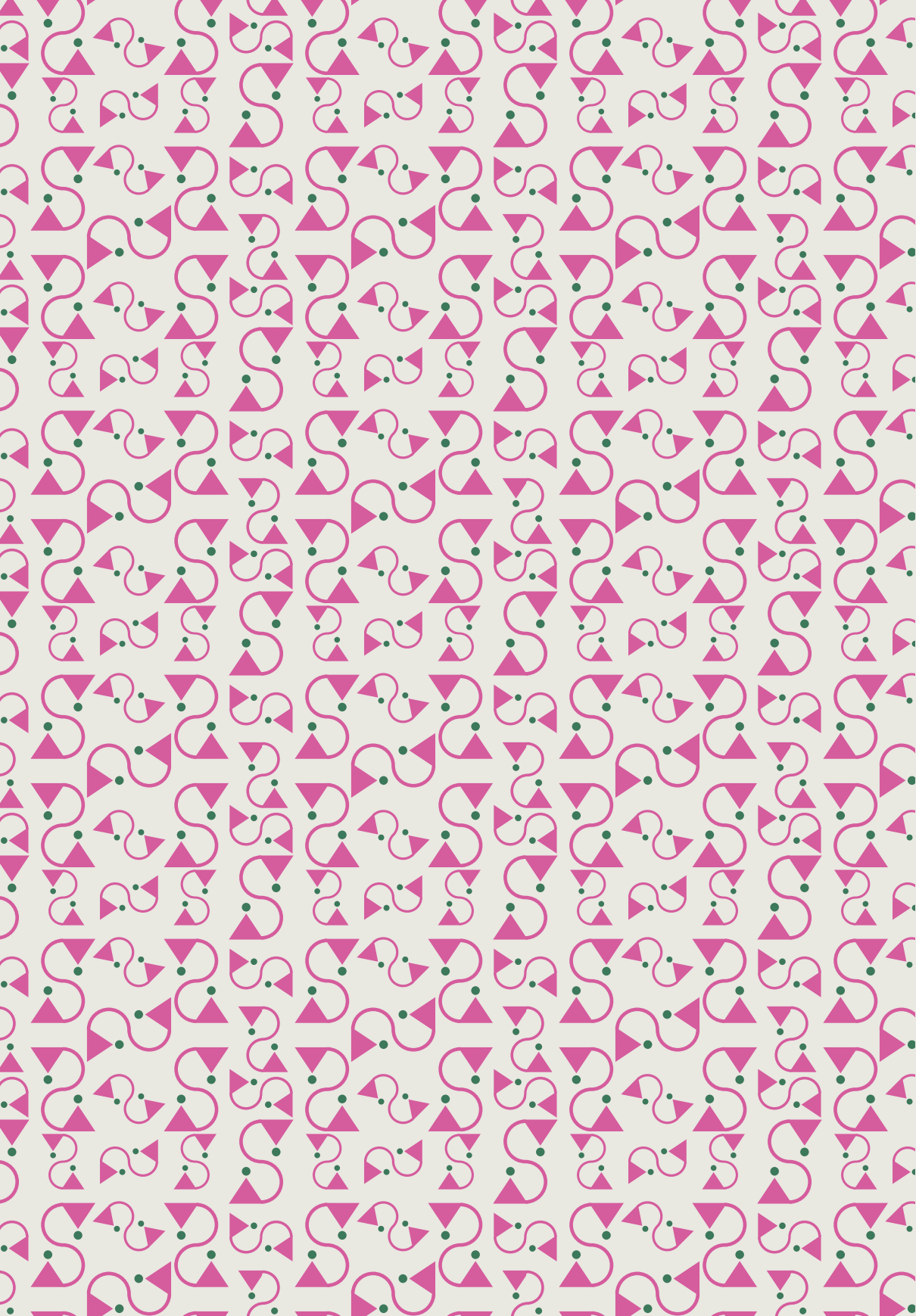
SOARES, Beatriz. Palestra apresentada na Universidade Federal de Uberlândia, Seminário UFU em Expansão. Monte Carmelo: Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SOUZA, Gabriella Inhan de. *Rudolph Atcon, entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para campi universitários no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/142/1/gabriellainhansouza.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano orientador da Universidade de Brasília. Brasília, DF: Ed. UnB, 1962.

VINHAI, Henrique Eduardo Ferreira. *Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20012014-152929/publico/HenriqueEduardoFerreiraVinhaisVC.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.





**IMPACTOS  
URBANOS E  
AMBIENTAIS DOS  
NOVOS CAMPI NAS  
CIDADES E REGIÕES**

**1**



## CAMPUS SANTO ANDRÉ DA UFABC: RUPTURA COM O PARADIGMA DE CAMPUS UNIVERSITÁRIO PERIURBANO E SEGREGADO

**Universidade Federal do ABC**

Dânia Brajato, Dionísio Neto e Joel Pereira Felipe

### **Uma Universidade para demandas de resgate econômico, urbano e social**

Ao elaborar esse capítulo os autores levaram em consideração que, ao participar da coletânea de artigos de diversas universidades e com suas experiências de implantação com foco no impacto urbano e ambiental, poderiam contribuir com o debate naquilo que a Universidade Federal do ABC (UFABC) traz de mais característico: seu processo de criação, inserção e impacto urbano e integração ao projeto de cidade e região.

Outros tópicos mereceriam ser abordados como a originalidade e urgência de seu projeto político-pedagógico para o país, uma vez que

serviu de alavanca para a disseminação dos cursos de bacharelados interdisciplinares, que questiona a disciplinaridade, especialização e segmentação das universidades tradicionais. Mas não é o caso desse texto<sup>1</sup>.

O estudo da UFABC pretende discutir o protagonismo da universidade e a sua capacidade de servir como âncora em processos de regeneração urbana em cidades outrora industriais e que passam a se especializar em oferta de serviços, comunicações e educação. Nesses processos, as universidades são cotejadas pelos governos locais a participarem e liderarem a dinâmica de inserção dessas cidades na economia do conhecimento com reflexos regionais, mas inseridas na cadeia global e sem fronteiras.

A UFABC constitui-se em um interessante caso de estudo tendo em vista suas especificidades acadêmico-administrativas, desde a *multicampia*, a oferta dos mencionados bacharelados interdisciplinares, a crítica à departamentalização da estrutura acadêmica e administrativa e a reorganização do calendário anual em quadrimestres. Trata-se de uma universidade criada “a partir do zero”, com tudo a se estruturar, da contratação de docentes e técnico-administrativos à elaboração dos projetos pedagógicos de cursos inteiramente novos e, ainda, à concepção e construção de espaços adequados às atividades de pesquisa, ensino e extensão.

O objetivo do presente capítulo é levantar e analisar o papel desempenhado pelo Campus Santo André da UFABC nas transformações que ocorreram no seu entorno por meio do estudo

<sup>1</sup> O Projeto Pedagógico da Universidade Federal do ABC encontra-se disponível em: [http://www.ufabc.edu.br/images/imagens\\_a\\_ufabc/projetopedagogico.pdf](http://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projetopedagogico.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

das consequências de sua ocupação, identificadas a partir do monitoramento dos impactos no meio físico e biótico, no sistema viário e de transportes, no mercado imobiliário e de terras urbanas, bem como na microeconomia local<sup>2</sup>.

Algumas destas questões estarão presentes nesse texto e os autores procurarão:

1. Descrever o surgimento da UFABC considerando as fortes mobilizações dos atores locais e regionais para a sua criação e as consequências em seu desenho institucional e acadêmico.

2. Apresentar o projeto do *campus* que foi desenvolvido no contexto de existência de um projeto urbano destacado na cena do urbanismo brasileiro dos anos 1990 (o Eixo Tamanduatehy) marcado pela defesa ou o ataque à internacionalização e à cidade global.

3. Relatar o desenvolvimento e os resultados dos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) elaborados pela UFABC com vistas à adequação da implantação do *campus* à legislação instituída pelo Estatuto da Cidade.

4. Analisar a sua localização como fator de inclusão social e atendimento aos critérios de mobilidade ao se instalar em um polo de desenvolvimento na área urbana próxima ao centro da cidade de Santo André.

O texto pretende, portanto, mostrar os elementos de transformação da morfologia urbana que estão presentes na macroárea de implantação da UFABC em Santo André, confirmando a hipótese de que as mudanças operadas no local promoveram uma transformação exitosa em relação às expectativas geradas quando de sua criação, identificando os principais fatores para esse êxito.

## Breve histórico e contexto da criação

Após tramitação de projeto de lei de autoria do Executivo, durante o ano de 2004, foi aprovada em 26 de julho de 2005 a Lei Federal nº 11.145, que instituiu a Universidade Federal do ABC, com atuação *multicampi* e sede da reitoria em Santo André.

Em 1º de agosto de 2005 o então prefeito de Santo André, João Avamileno, enviou à Câmara Municipal o projeto de lei que dispunha

<sup>2</sup> A UFABC possui um segundo campus em São Bernardo do Campo (teve o início das obras em 2010 e foi inaugurado parcialmente em dezembro de 2013), mas o presente trabalho apresentará processos, avaliações e resultados relacionados somente ao campus de Santo André, cujas obras tiveram início em setembro de 2006.

sobre a doação de imóvel localizado próximo à área central da cidade para a UFABC, visando à instalação e operação de seu primeiro *campus*. A Câmara autorizou, em 8 de setembro de 2005, a alienação mediante doação desse imóvel por intermédio da Lei Municipal nº 8.768/2005.

A Região do Grande ABC paulista é composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, que nomeiam a sigla, mas abrange também Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, e localiza-se na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo. A população do ABC era de 2.551.328 habitantes em uma superfície de 842 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

O Grande ABC foi um *locus* importante no nascimento da indústria no Brasil, a partir da década de 1930 até a década de 1950, tendo como pilar o eixo ferroviário São Caetano do Sul/Santo André, passando posteriormente, nas décadas de 1950 a 1970, o eixo de desenvolvimento para São Bernardo do Campo e Diadema, a partir das rodovias Anchieta e Imigrantes, e o predomínio dos transportes rodoviários (DANIEL, 2001 *apud* LÉPORE; KLINK; BRESCIANI, 2006). Esse território, moldado pelo processo de industrialização, foi palco, nas décadas de 1970 e 1980, de forte articulação de trabalhadores urbanos e de movimentos sociais que lutaram contra o regime militar e pela redemocratização do país.

A evolução demográfica no ABC revela uma região que passou por elevados índices de crescimento populacional até a década de 1980, acima dos patamares do estado de São Paulo e do Brasil, motivado pelo recebimento de grandes fluxos migratórios em função da oferta de empregos em seu polo industrial. A partir da década de 1990, o ABC passou a apresentar um

crescimento reduzido, registrando taxas menores do que o estado de São Paulo e o país, conforme ilustra a Tabela 1:

Regiões	Ano do Censo	Ano do Censo	TCD	Ano do Censo	TCD	Ano do Censo	TCD	Ano do Censo	TCD	Ano do Censo	TCD
	1960	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
<b>Brasil</b>	70.070.452	93.139.037	33%	119.002.706	28%	146.825.475	23%	169.799.170	16%	190.755.799	12%
<b>Estado de São Paulo</b>	12.809.231	17.771.730	39%	25.040.712	41%	31.588.925	26%	37.032.403	17%	41.262.199	11%
<b>ABC</b>	504.416	988.677	96%	1.652.781	67%	2.048.674	24%	2.354.722	15%	2.551.328	8%
<b>Santo André</b>	245.147	418.826	71%	553.072	32%	616.991	12%	649.331	5%	676.407	4%

**Tabela 1.** Evolução da população residente entre 1960 e 2010 (Brasil, Estado de São Paulo, ABC paulista e Santo André) e Taxa de Crescimento Bruto na década (TCD)

**Fonte.** Elaborada pelos autores com base nos censos do IBGE (1960-2010).

Os dados da Tabela 1 mostram que o ABC teve sua população praticamente duplicada de 1960 a 1970 e triplicada até 1980. Tal evolução levou ao surgimento de inúmeros problemas, como crise habitacional e deficiências em infraestrutura urbana.

Nos anos 1990, o ABC foi fortemente impactado pela globalização e pelas transformações tecnológicas e econômicas, que desestruturaram as cadeias produtivas implantadas em períodos anteriores (DENALDI, 2012). A crise econômica teve rebatimentos no território e resultou na expansão das favelas e na ocupação de áreas de risco, de preservação ambiental e de proteção e recuperação de mananciais, além do esvaziamento da várzea do rio Tamanduateí, região que abrigou plantas da primeira fase da industrialização brasileira e que, em Santo André, desde 1997, foi objeto do Projeto Eixo Tamanduatehy<sup>3</sup>. No final da década de 1980 e durante os anos 1990, prefeitos progressistas inovaram na gestão das cidades do ABC por meio de administrações democráticas e populares e colocaram

<sup>3</sup> O “Projeto Eixo Tamanduatehy” foi um dos projetos formulados no âmbito do Programa ‘Santo André, Cidade Futuro’, durante o segundo mandato do Prefeito Celso Daniel (1997-2000), “um esforço de mobilização produtiva e de planejamento participativo, na busca pela construção de uma cidade melhor em tempos de crise” (DENALDI, 2012).

em prática diversas políticas públicas inovadoras, com destaque para experiências pioneiras de urbanização de favelas e adoção do orçamento participativo.

Nesse cenário e contexto, em 2006 iniciou-se a implantação do primeiro *campus* da UFABC em Santo André, com expectativa de expansão para outros municípios nos anos seguintes. Tal iniciativa foi intensamente desejada e reivindicada pelas comunidades locais nos 40 anos que a antecederam: a criação da UFABC está relacionada diretamente com a luta histórica para construção de uma universidade pública na região.

Oliveira (2010) descreveu o processo de maturação na criação da UFABC com origens na década de 1960, antes do golpe militar. Além das movimentações que ocorreram em âmbito nacional voltadas à criação de uma universidade federal de São Paulo localizada no ABC, vários atores e setores locais constituíram o Movimento Pró-Universidade Pública do Grande ABC que propunha a formação da quarta universidade estadual de São Paulo<sup>4</sup>, a partir da união de quatro instituições existentes na região: a Fundação Santo André, a Fundação Universitária do ABC, o Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul e a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

A luta pela universidade pública no ABC ganhou novo contorno a partir da articulação regional, com a criação do Consórcio Intermu-

<sup>4</sup> As outras três são: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP).

nicipal Grande ABC<sup>5</sup>, em 1990, conduzida por uma importante liderança política da região, o ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. Contudo, os esforços para a implantação dessa universidade junto às esferas estadual e federal, durante os anos 1990, resultaram infrutíferos. Com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002 e no contexto do compromisso do governo federal de ampliação da oferta de vagas do ensino superior no país, a criação de um *campus* universitário de ensino e pesquisa na região se materializou.

Diante de um cenário de grande politização e mobilização regional, estavam criadas as bases do relacionamento da UFABC com o setor econômico da região, aproximando-se pelo viés da pesquisa em ciência e tecnologia, e com os movimentos sociais, ao constituir a formação em ciências humanas e sociais e, potencialmente, ao inserir graduados e pós-graduados para a atuação na própria região.

### **A questão da UF “no ABC” ou “do ABC”: intensa participação dos atores locais na definição da futura universidade**

Uma universidade está meramente localizada na cidade ou pertence à cidade? Essa simbiose e o envolvimento da universidade no território traz à tona a dubiedade de seu papel quando, por meio de seus dirigentes e comunidade interna, passa-se a questionar se são universidades “da” ou “na” cidade. Esse paradoxo esteve presente na criação da UFABC quando políticos e lideranças locais questionaram se a universidade era “do” ABC ou “no” ABC, pois se fosse “do” ABC, como registra o seu nome, deveria ser mais engajada na sociedade e no desenvolvimento locais. É uma contradição importante, pois houve uma reação de parte da comunidade acadêmica de se afastar do engajamento com a cidade em respeito à “autonomia universitária”.

Desde o início do Movimento Pró-Universidade Pública do Grande ABC, defendia-se que essa instituição deveria ter um forte vínculo regional. No cenário de arrefecimento da economia local e esgarçamento do tecido social, a universidade poderia contribuir para o avanço do conhe-

<sup>5</sup> O Consórcio Intermunicipal Grande ABC reúne os sete municípios da região para o planejamento, a articulação e a definição de ações de caráter regional. Para adequação à Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, o Consórcio Grande ABC foi transformado em órgão público.

cimento científico e tecnológico, como também para a proposição de ações para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais na região.

Além das lideranças políticas, as instituições municipais e regionais, principalmente, como o Consórcio Intermunicipal e a Câmara Regional do Grande ABC<sup>6</sup>, também tiveram papel fundamental na criação e no desenho da nova universidade, dialogando diretamente com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), à época, paralelamente ao envio, para o Congresso Nacional, em 2004, do projeto de lei de criação da UFABC.

A Câmara do Grande ABC (2004) produziu o documento *Propostas para a Universidade Federal do ABC* que, elaborado de forma participativa, reforçou a expectativa e importância da instalação de um Centro de Pesquisa e Ensino na região, tanto como fator preponderante para a retomada e o avanço do desenvolvimento econômico local, quanto como alternativa para o ingresso da população pobre ao ensino superior, por meio da articulação de políticas de acesso e permanência.

Esse documento apontou, entre outras questões, grande demanda na região por investimentos a) na produção do conhecimento e na formação de profissionais de alto nível no campo da pesquisa tecnológica para as indústrias da região (plástico, química, cosméticos, mecânica etc.); b) na pesquisa e formação permanente de profissionais do campo educacional; e c) na produção de conhecimento e formação permanen-

<sup>6</sup> A Câmara Regional do Grande ABC é uma experiência inovadora que reúne, num mesmo espaço, o poder público – governo do Estado de São Paulo e os municípios que constituem o Grande ABC – e a sociedade civil (entidades civis e representantes do empresariado e de trabalhadores).

te de agentes sociais para políticas públicas.

O texto a seguir demonstra aspectos da dinâmica do processo de construção do projeto pedagógico da UFABC, pela comissão do MEC, incorporando diretrizes e demandas da região.

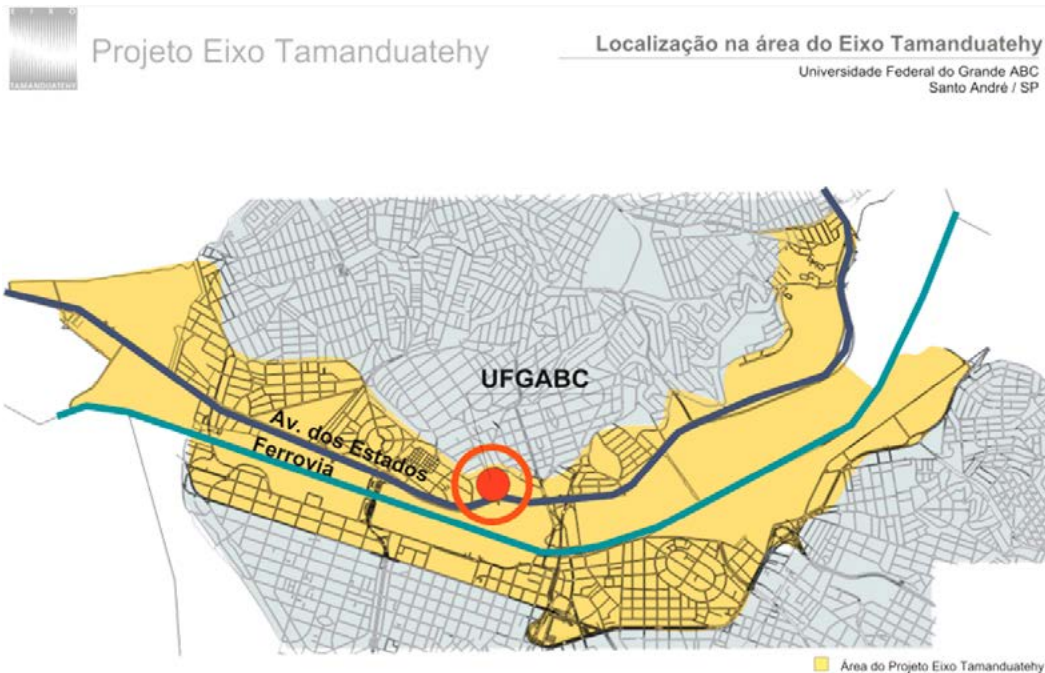
“Enquanto no movimento pró-universidade era mais frequente falar em democratização do acesso, em dívida para com a região mais desenvolvida economicamente e em apoio aos trabalhadores, na nova fase, o que se passa a ouvir mais amiúde é a busca pela excelência do desenvolvimento, a importância da interdisciplinaridade e primazia da qualidade. Vale reafirmar que não se trata de antagonismo ou de visões opostas: no perfil definido pela comunidade local também estava descrito de forma clara a busca pela interdisciplinaridade e, no projeto pedagógico elaborado pela comissão, foram inequivocamente contempladas as políticas afirmativas de inclusão. (OLIVEIRA, 2010, p. 11)

Os elementos históricos demonstram que a UFABC é resultado dessa intensa movimentação dos atores que a reivindicaram e participaram externamente da definição de sua missão por intermédio dos órgãos regionais. Essa ligação da UFABC com a região se sustenta a despeito de setores realçarem a excelência e internacionalização da instituição como finalidade última da universidade.

### **A UFABC e a localização estratégica para a cidade: o Projeto Eixo Tamanduatehy**

O perímetro definido como Projeto Eixo Tamanduatehy corresponde a uma área de conformação linear, com cerca de 10 km de extensão, que abrange quadras lindeiras ao rio Tamanduateí, a linha férrea (antiga Ferrovia Santos-Jundiaí) e a Avenida dos Estados, que liga o município de Santo André ao centro da capital do estado. Constitui-se, desse modo, em um importante eixo viário metropolitano. Essa região, um dos principais polos industriais brasileiros até meados da década de 1970, foi impactada pelo processo de reestruturação produtiva, enxugamento das plantas industriais e transferência de parte delas para outras regiões do estado e

do país. Apesar de concentrar importante passivo ambiental, apresenta localização privilegiada, em termos de mobilidade e acesso aos serviços e equipamentos públicos. Além disso, abriga a maior parte do estoque de lotes e glebas vazias aptas à ocupação na área urbana do município (DENALDI *et al.*, 2015). A Figura 1 apresenta a localização do Campus Santo André no Projeto Eixo Tamanduatehy.



**Figura 1.** Localização do Campus Santo André no Projeto Eixo Tamanduatehy

**Fonte.** Arquivo dos autores com a apresentação preparada pela Prefeitura de Santo André para o Ministério da Educação visando viabilizar a implantação da universidade. Nota: nos estudos de viabilidade utilizava-se a sigla UFGABC.

A doação de terreno de propriedade da Prefeitura de Santo André à UFABC em 2005 na área de abrangência do Eixo Tamanduatehy (Figura 2) se deu a fim de reforçar a proposta de revitalização da área, juntando-se ao esforço do referido projeto para a reabilitação de terrenos vazios ou subutilizados e recuperação de áreas degradadas no entorno do rio Tamanduateí.



**Figura 2.** Em destaque terreno doado pela Prefeitura de Santo André à UFABC, na Avenida dos Estados

**Fonte.** Arquivo dos autores com a apresentação preparada pela Prefeitura de Santo André para o Ministério da Educação visando viabilizar a implantação da universidade. Nota: nos estudos de viabilidade utilizava-se a sigla UFGABC.

De acordo com depoimento de Klink (informação verbal<sup>7</sup>):

<sup>7</sup> KLINK, J. J. Depoimento [dez. 2017]. Entrevistadora: Dânia Brajato (sem gravação). Entrevista concedida para realização de trabalho programado para disciplina "Geografia da Inovação: desenvolvimento territorial com base em conhecimento e inovação".



“ A localização do campus universitário, na parte central do Eixo Tamanduatehy, foi um passo consciente nesta estratégia geral. É um campus urbano localizado na área central do eixo que simboliza a fase inicial da industrialização na região. Esta localização aponta para o papel central da Universidade – como protagonista em articulação com outros atores como empresas, sindicatos, movimentos sociais etc. - no processo de transformação urbana, econômica e social da região.

Bresciani (informação verbal<sup>8</sup>) revela que havia uma expectativa de que esse eixo urbano se transformasse em um “eixo tecnológico”, considerando-se a existência do Polo Petroquímico em expansão, dentre outras indústrias que permaneceram na região, além da iminência de instalação do Polo Tecnológico do Grande ABC. Seria o *habitat* da inovação que, potencializado pela presença de um centro universitário público de ensino e pesquisa, poderia atrair novos empreendimentos para o local.

A Prefeitura de Santo André, no intuito de reforçar a política de reabilitação da região, viabilizou a doação de terreno para a UFABC em 2005 que, somada a outras ações pontuais, deu continuidade e sobrevida ao projeto que havia nascido no então longínquo 1997 com Celso Daniel.

O Projeto Eixo Tamanduatehy gerou controvérsias no meio acadêmico, tendo sido duramente criticado como se fosse seguidor de uma cartilha de conveniência empresarial ligado ao planejamento urbano estratégico, usando-se ins-

8 BRESCIANI, L. P. Depoimento [dez. 2017]. Entrevistadora: Dânia Brajato (sem gravação). Entrevista concedida para realização de trabalho programado para disciplina “Geografia da Inovação: desenvolvimento territorial com base em conhecimento e inovação”.

trumentos urbanísticos como as operações urbanas consorciadas e parcerias público-privadas, cujo resultado foram ações pontuais e de impacto negativo. Critica-se desde o montante de recursos investidos em infraestrutura na própria região dos empreendimentos até a qualidade das obras resultantes de contrapartidas devidas pelos empreendedores em praças e equipamentos esportivos.

O presente trabalho não pretende discutir o conceito do Eixo Tamanduatehy, suas raízes, contexto e processo que perpassam duas décadas de concepção e implementação, tendo atravessado várias gestões, com coordenação conduzida por diferentes gestores na administração municipal. Apesar das críticas que recebeu no meio acadêmico, identificamos resultados profícuos relacionados à reabilitação urbana, sem processos nocivos de gentrificação que tantas vezes acompanham os projetos urbanos. Repercussões positivas também são visíveis, como a recuperação de áreas contaminadas e reconversão de usos adequados à contemporaneidade. Houve também o atendimento às demandas de habitação social, especialmente após o Plano Diretor Participativo de 2004, tendo sido demarcadas Zonas de Habitação de Interesse Social em seu perímetro, que foram parcialmente ocupadas nos anos seguintes e, no caso em estudo aqui, conduziu à instalação em um local privilegiado da cidade, quanto à acessibilidade e infraestrutura urbana, de um equipamento público ímpar: a UFABC.

### **Contratação e elaboração do projeto arquitetônico-urbanístico**

As características urbanístico-arquitetônicas do projeto da UFABC no Campus Santo André são muito peculiares em relação ao conjunto das expansões do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Calderari (2017) estudou os *campi* universitários surgidos com a implantação do Reuni e observou que o *campus* da UFABC em Santo André era divulgado pelo Ministério da Educação como um modelo a ser seguido, alinhado ao que o governo federal defendia no período de expansão, embora não tenha se reproduzido enquanto ideia de localização em áreas centrais nas cidades, se constituindo como exemplo, mas único.

“Entre todos os novos campi universitários do plano Reuni, é importante indicar que um ganhou destaque como novo modelo de implantação de espaços universitários na contemporaneidade no Brasil. Assim, se na década de 60, o campus da UNB foi considerado o exemplo de modelo universitário, no Plano Reuni, o campus Santo André, assim como a própria criação da Universidade Federal do ABC (UFABC) estabeleceu nova referência no contexto nacional e foi tido pelo governo federal como modelo, seja de conformação espacial, como pedagógico para as unidades de expansão das universidades federais. (CALDE-RARI, 2017, p. 434)

A implantação do Campus Santo André teve início em um terreno de 76.951,86 metros quadrados localizado na Avenida dos Estados. O imóvel doado era subutilizado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SOSP) da Prefeitura de Santo André, mas apresentava vantagens quanto à a) facilidade de acesso, com localização privilegiada em relação aos terminais de transporte coletivo (rodoviário local, metropolitano e ferroviário); b) proximidade ao Parque Industrial do Polo Petroquímico de Capuava e das demais indústrias do parque automobilístico (autopeças); além de c) disponibilidade de cabeamento de fibra ótica e demais condições de comunicação em banda larga (NUNES NETO; BRAJATO; MADEIRA, 2014). O projeto arquitetônico e urbanístico do Campus Santo André foi selecionado por meio de licitação pública nacional na modalidade concurso de projeto, em janeiro de 2006. O concurso público, promovido pelo MEC, foi organizado pela direção nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e teve a Prefeitura de Santo André como entidade parceira.

O concurso contou em sua banca com nomes de expressão do cenário nacional de arqui-

tetura, como Jaime Lerner, Walmir Amaral, Frank Svensson, João Honório de Mello Filho, Pablo Benetti e Leonardo Barci Castriota, além da arquiteta Rosana Denaldi, indicada pela Prefeitura de Santo André, na condição de secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do município. A coordenação esteve a cargo de Sérgio Roberto Leusin de Amorim.

Foram apresentadas 50 propostas, dentre as quais foram selecionados os três primeiros lugares e duas menções honrosas. O escritório Libeskindllovet Arquitetos foi o vencedor, e o conjunto arquitetônico proposto, em sua versão preliminar, resultaria em aproximadamente 96 mil metros quadrados de área construída (Figura 3). Na fase do concurso, o novo *campus* foi planejado para atender 9 mil estudantes de graduação, 2.500 de mestrado e 1.000 de doutorado e deveria atender à proposta de estrutura da UFABC refletindo uma visão inovadora que conjugava flexibilidade acadêmica e curricular com altos padrões de qualidade<sup>9</sup>.

O vencedor do projeto da UFABC incorporou também em sua proposta a diretriz do Eixo Tamanduatehy quanto à continuidade do Parque Linear<sup>10</sup>:

“Este parque faz parte da requalificação urbana desta área incluída no Projeto Eixo Tamanduatehy. A circulação se realiza através de um caminho em zigue-zague que interliga todo o parque arborizado com guapuruvús, paus-brasis e jequitibás-rosas, permitindo ao visitante encontrar-se com áreas de descanso, tornando o percurso mais agradável. O intuito deste acesso é interligar através de passarelas elevadas sobre a Avenida dos Estados, o rio Tamanduateí e a estrada de ferro, a parte da cidade que hoje se encontra ilhada por estas barreiras. Esta transposição uniria o Parque do Relógio com o Parque Celso Daniel, criando uma continuidade paisagística e configurando ao mesmo tempo outro trecho do parque linear, conforme propõe o Projeto Eixo Tamanduateí. (LIBESKINDLLOVET, 2005)

<sup>9</sup> Para histórico completo dos projetos e obras do Campus Santo André, ver: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/obras/santo-andre/historico>.

<sup>10</sup> Uma das intenções do Eixo Tamanduatehy era a criação de um parque linear ao longo da Avenida dos Estados, do rio Tamanduateí e da ferrovia, integrando novos conjuntos urbanísticos à ideia de recuperação paisagística do vale.



**Figura 3.** Prancha do projeto vencedor do concurso de ideias para o Campus Santo André (janeiro/2006)

**Fonte.** Arquivo dos autores.

O desenvolvimento do projeto executivo, de responsabilidade do escritório vencedor do concurso, resultou em seis edifícios principais, totalizado 101.533,70 metros quadrados de área construída. Em sua concepção original, o Campus Santo André previa dois edifícios acadêmicos (Bloco A e Bloco B), um centro cultural (Bloco C), um restaurante universitário (Bloco D), um centro esportivo (Bloco E), uma torre do relógio/mirante (Bloco F) e as áreas externas,

compostas pelas praças do Sol e da Memória, pelo parque do Relógio, junto à avenida dos Estados (parque linear), além de espaços de convivência, estacionamentos e edificações complementares, como guaritas, abrigos de resíduos e gases especiais, entre outras (NUNES NETO; BRAJATO; MADEIRA, 2014).

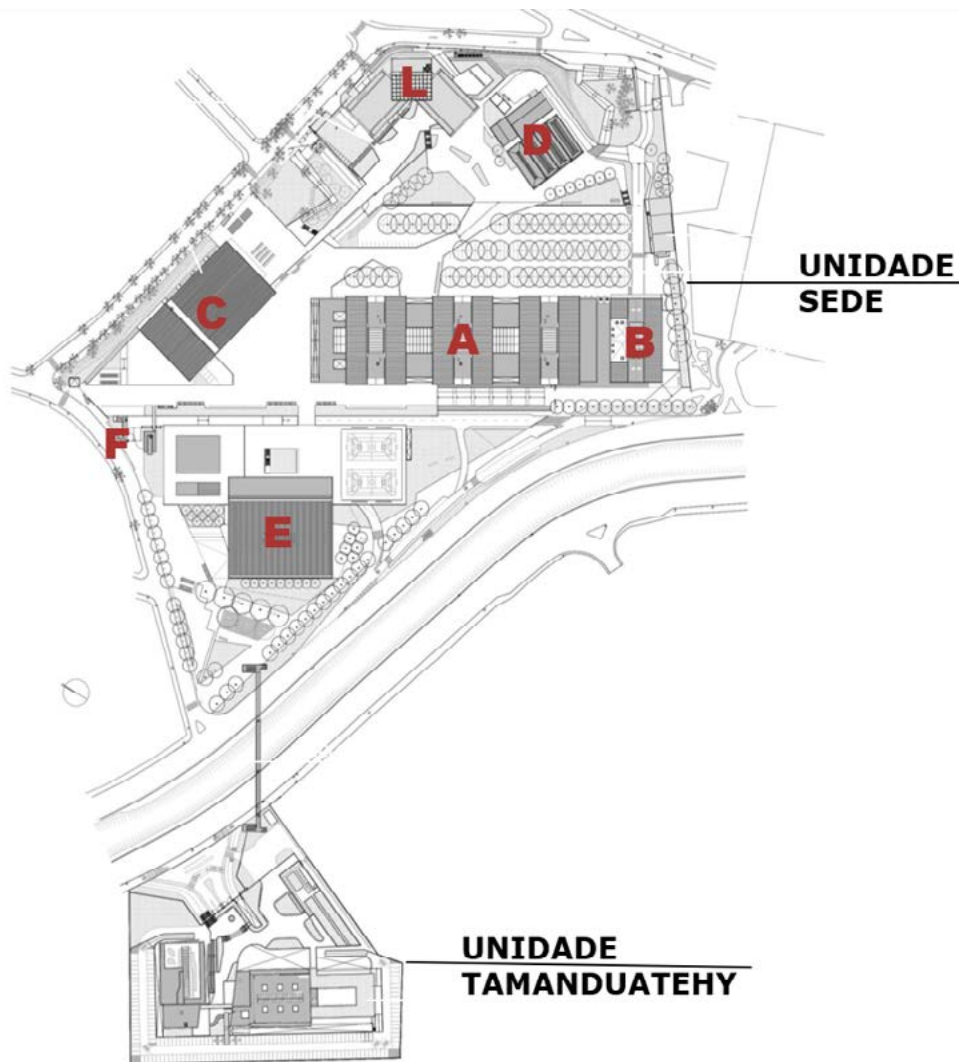
No decorrer da execução das obras, iniciadas em setembro de 2006, e após a contratação de um número significativo de docentes e técnico-administrativos, além do avanço das atividades de pesquisa, ensino e extensão, as necessidades reais por ampliação dos espaços físicos ficaram evidentes. As novas demandas da comunidade acadêmica resultaram na expansão das instalações físicas do *campus* em duas frentes, concomitantemente: a) construção de um novo edifício para abrigar laboratórios de pesquisa (Bloco L, 16 mil metros quadrados), na porção do campus que passou a ser denominada como 'Unidade Sede', e b) aquisição de terreno também na Avenida dos Estados, do lado oposto, para implantação da Unidade Tamanduatehy, com área total projetada de cerca de 35 mil metros quadrados, destinada a abrigar, especialmente, os laboratórios didáticos das Engenharias, mas também almoxarifados e novas áreas administrativas para acomodação dos dirigentes e técnico-administrativos da universidade.

Com as ampliações projetadas, as instalações físicas do Campus Santo André, quando concluídas, em sua totalidade, resultarão em aproximadamente 141 mil metros quadrados de área construída. As duas unidades (Unidade Sede e Unidade Tamanduatehy) serão interligadas por ciclopassarela sobre a Avenida dos Estados e o rio Tamanduateí (Figura 4).

O acesso ao *campus* foi um fator de relevância para o interesse da área, tendo ampla testada para a Avenida dos Estados, importante via de conexão metropolitana, e localizada com proximidade a duas estações ferroviárias (CPTM), havendo integração dessas estações a terminais rodoviários de linhas municipais (à época EPT – atualmente SATrans), intermunicipais, inclusive pelas linhas de tróleibus do Corredor ABD (EMTU / Metra) e interestaduais (TERSA), o que facilita o acesso de pessoas de qualquer bairro da cidade ou dos municípios vizinhos e incentiva o uso do transporte público.

A vizinhança imediata influenciou nas definições do partido arquitetônico adotado: de um lado, a Avenida dos Estados, com usos comercial e industrial e, de outro lado, as ruas do entorno, que mesclam o uso residencial de baixa densidade (as exceções são três torres de apartamentos)

com comércio local, também de baixo adensamento (exceto pela presença de um hipermercado). Todos seriam afetados pela implantação da UFABC.



**Figura 4.** Implantação do Campus Santo André, com identificação dos blocos de edificações já construídos na Unidade Sede, interligada à Unidade Tamanduatehy (em implantação)

**Fonte.** Nunes Neto, Brajato e Madeira (2014).

Segundo os autores, o conjunto arquitetônico projetado procurou constituir um monumento integrando edifícios cuja volumetria se harmoniza no espaço, com ocupação pouco intensa do solo e alturas que se dispersam no terreno, não bloqueando o panorama local (LIBESKINDLLOVETT, 2005). Assim, o projeto contou com um elemento escultural, constituído pela torre do relógio, com altura de 78 metros, que é uma nova referência para a região na cidade.

A implantação do conjunto projetado trouxe ganhos significativos para a paisagem local, os quais se potencializaram face ao complexo de edificações antigas mantido pela Prefeitura de Santo André até 2005 (Figura 2), constituído basicamente por galpões, armazéns e pátios, implantados aleatoriamente ao longo do tempo no terreno, sem qualquer preocupação formal ou com impactos ambientais, resultando em um grande cenário de degradação e poluição visual.

Embora não houvesse algum patrimônio histórico tombado na área, o projeto previu a preservação do edifício onde funcionou, durante as primeiras décadas do século XX, o matadouro municipal. Foi feita a reforma e a adequação do edifício para a instalação da cozinha e do refeitório de alunos, professores e funcionários. Consigna-se que o valor histórico deste edifício foi, de certa forma, resgatado, já que antes da realização da reforma encontrava-se descaracterizado quanto à sua arquitetura original, em estado de conservação sofrível e era ocupado por oficinas de manutenção.

Analogamente, não se verificava um patrimônio natural significativo a ser preservado na área, tendo em vista a ocupação industrial anterior, de alta densidade, e o grau elevado da impermeabilização do terreno doado à UFABC.

### **Estudo de Impacto de Vizinhança: instrumento estratégico para avaliar o antes e depois da UFABC na cidade**

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é um instrumento urbanístico definido na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, mas sua aplicação está condicionada à regulamentação por meio de lei municipal. No caso de Santo André, o Licenciamento Ambiental e o EIV foram previstos no Plano Diretor Participativo (Lei Municipal nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004) e são exigidos para a aprovação dos projetos e concessão de licenças necessárias

à implantação de empreendimentos de impacto, isto é, aqueles com área construída superior a ou acima de 5.000 metros quadrados.

A Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo da Macrozona Urbana (LUOPS), Lei Municipal nº 8.836, de 10 de maio de 2006, estabelecia que o EIV deve constituir documento que apresente o conjunto das informações técnicas relativas à identificação, avaliação, prevenção, mitigação e compensação dos impactos na vizinhança de um empreendimento ou atividade, possibilitando a análise das diferenças entre as condições que existirão a partir de sua implantação e as que existiriam sem essa intervenção. Somente após a aprovação dos estudos dos impactos é que podem ser concedidas as licenças para a sua realização.

Dessa forma, o EIV constitui-se em um instrumento que previne a implantação de empreendimentos que possam se tornar nocivos ao ambiente urbano antes de serem ressaltadas as condições de mitigação aos eventuais danos que possam causar.

Muitas questões presentes no EIV demonstraram as preocupações da universidade em monitorar o papel desempenhado pela instituição nas transformações que ocorreriam ao longo do tempo no seu entorno imediato (perímetro formado pelos lotes que são lindeiros às vias circundantes do lote da universidade, os quais deveriam sofrer um impacto direto na implantação do projeto) e no seu entorno imediato (delimitação mais abrangente, tratando-se da área de influência do projeto, ou seja, aquela que poderia ser atingida considerando-se os marcos viários que deveriam ser impactados com o funcionamento da UFABC). Os estudos também previram as consequências de sua ocupação,

identificadas a partir do acompanhamento dos impactos no meio físico e biótico, no sistema viário e de transportes, no mercado imobiliário e de terras urbanas, bem como das transformações na microeconomia local.

O *campus* da UFABC em Santo André envolveria a implantação de instalações e atividades novas, significativamente diferentes daquelas existentes até então, potencializando alteração das condições de uso, ocupação e aproveitamento do solo, bem como uma demanda mais intensa da infraestrutura urbana, além de alterações nas atividades do entorno.

A localização destinada à instalação do campus colocava a UFABC como um importante polo atrativo e gerador de novas demandas, indutor de desenvolvimento em área de Operações Urbanas Consorciadas definida pelo Plano Diretor, além de estar inserido na área de intervenções do Projeto Eixo Tamanduatehy.

Cabe registrar que o terreno situa-se na região da cidade historicamente denominada como 2º Subdistrito, separada da região central pela linha ferroviária e pelo rio Tamanduateí. Devido a essas barreiras, com poucas pontes e viadutos que proporcionassem conexão com o centro da cidade, além das frequentes inundações na estação de chuvas, essa região teve seu desenvolvimento prejudicado em relação a aspectos socioeconômicos, tornando ainda mais significantes os impactos da implantação do *campus* da UFABC nessa região.

Justificava-se, portanto, a elaboração deste que viria a ser o primeiro Estudo de Impacto de Vizinhança elaborado para o município de Santo André. Em complementação ao EIV, demonstrou-se importante a elaboração de um Relatório de Impacto de Trânsito (RIT) face aos impactos do *campus* como Polo Gerador de Tráfego (PGT), atingindo o fluxo de veículos da Avenida dos Estados – via estrutural de interligação metropolitana – e também os sistemas de transporte coletivo e a infraestrutura para circulação de pedestres. Os impactos no meio biótico foram tratados em estudo específico, que compõe o Relatório Ambiental Preliminar (RAP), configurando-se análise integrada, conforme previsto na legislação.

A elaboração do EIV ocorreu entre 2006 e 2007, paralelamente à evolução dos projetos técnicos de arquitetura e engenharia, já na etapa de desenvolvimento dos projetos executivos das edificações, da urbanização das áreas externas e das obras de infraestrutura.

Com base nas diretrizes da LUOPS e em consequência da localização da UFABC e das características do empreendimento, os impactos que causavam maior preocupação eram aqueles relacionados aos seguin-

tes aspectos: circulação de veículos e pedestres, transporte público, adensamento populacional, valorização imobiliária, efeitos socioeconômicos, disponibilidade de equipamentos comunitários, uso e ocupação do solo, configuração da paisagem urbana e do patrimônio natural e cultural, adequação à infraestrutura e serviços urbanos.

Finalizado o EIV e seus estudos complementares, uma síntese do trabalho com as conclusões obtidas foi apresentada ao Conselho Municipal de Política Urbana em reunião aberta ao público, no início de 2007, na qual o estudo foi aprovado mediante Termo de Compromisso para intervenções de compensação aos impactos urbanos identificados.

Ainda no decorrer das obras, mas já com atividades de ensino em andamento e operação parcial do Campus Santo André, a UFABC se deparou com a necessidade de alterações no projeto para expansão do *campus* pelos motivos já registrados. Assim, procedeu à desapropriação de um lote vago com área aproximada de 17.000 metros quadrados, na quadra do outro lado do rio Tamanduateí, também com a frente voltada para a Avenida dos Estados. A aprovação do projeto de expansão do *campus* demandou a complementação dos estudos de impacto elaborados inicialmente.

Mediante a elaboração de EIV para a implantação do campus (2007) e para sua ampliação (2014), foram abordados e problematizados todos os aspectos importantes, constatando-se cenário do Campus Santo André já implantado e em operação (Figura 5), conforme o quadro a seguir.

## Campus em Operação – constatações e conclusões

### 1. Circulação de veículos e pedestres

Desde o início das atividades acadêmicas e administrativas da UFABC, o sistema viário vem demonstrando capacidade de absorver os impactos do afluxo de veículos no local, mesmo nos horários de pico, ao final da tarde.

No decorrer de todo o período de instalação do campus, o sistema viário local passou por diversas intervenções, inclusive com a substituição de duas pontes, que entraram em colapso por consequência de inundações, por outras de capacidade maior para o fluxo de veículos.

A circulação de pedestres no entorno do campus e nos trechos de acesso às estações de trens e ônibus demonstrou condições satisfatórias quanto à capacidade de absorver a demanda de tráfego adicional decorrente da UFABC e quanto à qualidade do pavimento. A conclusão das obras de pavimentação e paisagismo na faixa de frente à Avenida dos Estados, em continuidade ao Parque Linear por uma extensão de cerca de 300 metros, além da abertura do campus à circulação pública possibilita trajetos mais curtos, seguros e confortáveis à população local. No ano de 2019 foi entregue à Prefeitura Municipal uma ciclovia/ciclofaixa interligando o campus ao acesso da Estação Ferroviária Prefeito Celso Daniel, localizada na região central da cidade. Junto com essa obra, a UFABC promoveu também a instalação de sinalização complementar, inclusive semafórica, conforme compromisso firmado na aprovação do EIV.

O remanejamento de parte das vagas de estacionamento para a Unidade Tamanduatehy traria alívio aos acessos de veículos da Unidade Sede, atenuando aquele que seria o impacto mais crítico apontado pelo EIV de 2007 sobre o sistema de tráfego local, no horário de pico – entre o final da tarde e o início da noite.

### 2. Transporte público

Apesar da utilização intensa dos sistemas modais de transporte coletivo disponíveis no entorno do campus universitário por parte da população da UFABC, não houve uma sobrecarga que causasse impacto nas condições de saturação dos veículos, mesmo nos horários críticos de operação do sistema de transporte público.

Não houve, portanto, a necessidade de qualquer intervenção no sistema para alteração de ciclos de operação, exigindo a introdução de veículos adicionais.

Essa condição não se alterou sequer por consequência da interligação da Linha 10 – Turquesa, da rede ferroviária da CPTM, com a Linha Verde do Metrô, na Estação Tamanduateí, no ano de 2010, a qual proporcionou melhor integração entre os sistemas e acesso à região da Avenida Paulista, na cidade de São Paulo.

No decorrer do tempo durante a implantação do Campus Santo André da UFABC, houve outras expansões da rede metroviária e intervenções na rede ferroviária que vêm preservando as condições de atendimento à população local, inclusive ampliando o alcance do sistema de transporte coletivo.

### 3. Adensamento populacional

A população trazida pela UFABC para habitação em seu entorno constitui-se, essencialmente, em alunos da graduação, ainda que ocorra também uma ocupação gradual de professores e técnico-administrativos, com tendência de crescimento. A ocupação por alunos, a que mais impacta o ambiente socioeconômico local, acontece predominantemente na forma de aluguel compartilhado, compondo “repúblicas”, e incorpora-se à população local, não alterando de forma drástica o ambiente urbano. Ainda que haja alguns conflitos decorrentes da realização de encontros festivos por essa nova população, causando transtornos de ruído em locais e horários não adequados, e uma agitação que incomoda a população original, composta por uma parcela significativa de idosos, não se verifica conflitos relevantes que extrapolem os limites toleráveis.

Pode-se concluir que essa nova população está formando um novo perfil para o entorno da UFABC, com a introdução de habitantes de outras culturas, de diferentes regiões do Brasil – muito em virtude do Sistema de Seleção Unificado (SISU), e de outros países, principalmente da América Latina.

Em função dessa demanda por unidades habitacionais pelos estudantes, verifica-se no entorno da UFABC, uma oferta de imóveis construídos especificamente para essa população, gerando uma nova tipologia de empreendimentos, destinados à locação para habitação por um ou dois moradores, formando conjuntos de unidades com área máxima de 30 m<sup>2</sup>, de até três andares, incorporados em terrenos de lote único. Além desses empreendimentos sui generis, outra modalidade de construção que vem se tornando comum na cidade de Santo André e encontrou boas condições de mercado na região de vizinhança da UFABC é a de unidades de padrão médio, destinadas ao uso residencial, com área em torno de 100 m<sup>2</sup>, formando edificações também de até três andares, incorporadas em lote único ou em até dois lotes. Mesmo ainda sob efeitos da crise imobiliária que se instaurou severamente no setor desde 2016, a partir de 2019 verifica-se na região próxima à UFABC o lançamento de empreendimentos típicos de ver-

ticalização, com a efetiva realização das obras de edifícios de andares múltiplos destinados ao uso residencial, de padrão médio e área próxima de 100 m<sup>2</sup>.

Não se constata, portanto, um adensamento populacional impactante, conseqüente da implantação e operação do campus universitário, ainda que tenha se iniciado um processo que prossegue em expansão, induzido pela ocupação de alunos, professores e técnico-administrativos da UFABC, como um vetor de renovação da população local.

### 4. Valorização imobiliária

A análise quanto à valorização de imóveis no entorno da UFABC, em função da atratividade desse empreendimento, ficou bastante prejudicada por alguns movimentos no mercado imobiliário nos últimos anos.

Após um período relativamente estável do mercado, desde quando a UFABC iniciou suas obras, no ano de 2006, até 2010 / 2011, houve uma euforia no setor, com valorização expressiva dos imóveis que se manteve até por volta de 2016. Desde então, a crise no setor não reduziu o valor dos imóveis, mas manteve os preços estagnados, até o início de 2020.

O que se pode afirmar é que, por conta de valorização dos imóveis, não se constatou expulsão de moradores no entorno.

### 5. Efeitos socioeconômicos

Ainda que tenha ocorrido alterações na população e no cenário de comércio e outros serviços no entorno do campus da UFABC, passados cerca de 13 anos desde o início das atividades da universidade, não se verifica no local transformações importantes a ponto de configurar um impacto socioeconômico significativamente modificado em relação à situação anterior ao empreendimento.

Houve o ingresso de atividades comerciais e serviços esperados, como escola de línguas, academia de ginástica, papelaria, copiadora, bares e restaurantes; contudo, foram poucos estabelecimentos e, à exceção de uma churrascaria com capacidade para mais de 200 pessoas, todos os empreendimentos foram de pequeno porte. Esses estabelecimentos instalaram-se apenas no entorno próximo do campus, em um raio de distância não superior a 300 metros, denotando alcance restrito dos impactos da UFABC nas atividades econômicas de sua vizinhança.

A desmobilização do pátio de licenciamento do órgão Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), que funcionava no local, demonstrou-se menos impactante do que o esperado, atingindo alguns estabelecimentos que encerraram as atividades, mas preservando a maioria das oficinas de reparos de veículos, que se sustentaram em sinergia com a profusão de lojas de veículos usados no corredor da Rua Oratório, importante via de trânsito no entorno do campus, constituindo um nicho consolidado de comércio e serviços com foco no segmento de automóveis.

Esse impacto de magnitude moderada no contexto socioeconômico do entorno do campus da UFABC, face às proporções do empreendimento e de sua

população, em uma localização da cidade com oferta escassa de comércio e serviços para as demandas dessa população e suas atividades, pode ser entendido pelo perfil dos alunos da universidade federal, em grande parte com poder aquisitivo limitado e com grande dedicação aos estudos, conforme exigem os cursos de bacharelado e engenharia da UFABC.

Por outro lado, a presença de alunos é cada vez mais marcante no entorno do campus, aumentando a circulação de pessoas nas vias públicas e os encontros em bares e lanchonetes, além de reuniões festivas nas “repúblicas” e, mais recentemente, nas áreas externas do campus, sendo que esses espaços têm acesso livre ao público. Cabe mencionar que essas reuniões e encontros frequentemente geram incômodos aos moradores antigos, muitas vezes idosos e avessos à agitação, resultando em reclamações e conflitos. Esse fenômeno ocorre também nos edifícios onde há unidades compartilhadas por alunos, resultando incompatibilidade com outros moradores de perfil mais conservador, conforme foi apontado no EIV aprovado em 2014.

Um impacto bastante positivo decorrente da instalação do campus consiste em seu uso, condizente com os conceitos de projeto, como ponto de encontro e convivência, não apenas pela comunidade universitária, mas também pela população do entorno, tornando-se cada vez mais comum e frequente a presença de grupos de diferentes idades e perfis reunidos nos bancos de concreto instalados em áreas externas, dentro e fora dos limites de cercamento do campus.

Sensível a essa vocação do campus como espaço de convivência, a UFABC promoveu estudos de projeto, visando implementar as áreas externas quanto aos aspectos de paisagismo e a disposição de mobiliário urbano, além de outros equipamentos que venham a proporcionar melhores condições para a presença de pessoas em suas instalações.

## 6. Configuração da paisagem urbana e do patrimônio natural e cultural

O impacto positivo do campus da UFABC ante as instalações da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de Santo André é inquestionável, uma vez que o terreno, antes cercado por muro alto e ocupado predominantemente por pátios e galpões de oficinas, passou a incorporar edificações de qualidade estética significativa, que constituem agora marco referencial na cidade, em espaço aberto e integrado ao seu entorno.

A implantação do campus promoveu a integração com seu entorno por meio de intervenções, inclusive em áreas públicas, dando continuidade ao Parque Linear por uma extensão em torno de 300 metros em sua frente para a Avenida dos Estados, promovendo recuperação ambiental na faixa de Área de Preservação Permanente (APP) do rio Tamanduateí, antes degradada e descaracterizada, inclusive com a ocupação de edificações que foram demolidas. Essa integração com o espaço público externo, com a abertura do campus por vários acessos para a circulação interna, trouxe melhores condições para a circulação de pedestres e ganhos para a paisagem, ante a área ocupada pela prefeitura municipal, cercada por muro alto e vedada ao acesso interno.

A preservação do galpão que abrigou o matadouro municipal, já centenário, constitui contraponto aos novos edifícios e um vínculo com o histórico de ocupação da área. Contudo, esse fato carece de maior divulgação pública, reforçando o sentido e o significado de se manter essa edificação no campus.

Também são evidentes os ganhos para o patrimônio natural da cidade, pela introdução de novas espécies nativas, mais adequadas ao ecossistema local e proporcionando diversidade à vegetação. A cobertura vegetal resulta maior em relação à ocupação anterior, tendo-se preservado espécimes existentes mais significativos.

Essa alteração teve reflexo na avifauna local, percebendo-se, gradativamente, um aumento no número de pássaros, tendo os icônicos “quero-quero” como indicador desse efeito, com presença constante nos pátios de estacionamento entre os veículos e a população do campus, nidificando e procriando nas áreas gramadas, o que só se observou no decorrer da implantação do campus.

Face a esses aspectos, o EIV concluiu que haveria impactos positivos para a paisagem urbana e para o patrimônio natural e cultural do entorno e para a cidade.

O novo projeto para a passarela, compartilhada com o público externo ao campus, conta com recursos para plena acessibilidade, tanto entre as unidades da UFABC, como para a área externa, em ambas as marginais ao rio, para pedestres e ciclistas. A obra, com projeto arquitetônico integrado com os conjuntos de ambas as unidades – Sede e Tamanduatehy –, passa a compor, junto à Torre do Relógio, mais um marco monumental, constituindo nova referência para a cidade de Santo André.



## 7. Disponibilidade de equipamentos comunitários

A população trazida pela UFABC não provocou sobrecarga que comprometesse a qualidade de atendimento aos serviços de saúde ou de educação em sua vizinhança. A questão da creche também não teve repercussão na comunidade universitária quanto à sua necessidade, não disponível no entorno da UFABC como equipamento público.

Quanto à questão de segurança pública, há aspectos paradoxais. Se, por um lado, a circulação de alunos com aparelhos celulares, cartões bancários e, muitas vezes, com computadores portáteis do tipo notebook proporcionou aumento na ocorrência de roubos nas proximidades do campus, por outro lado, a segurança pública foi intensificada no entorno da UFABC, com maior presença da polícia militar por parte da Ronda Escolar e a instalação de uma base móvel na quadra onde se localiza a UFABC, no ponto onde inicia-se o Parque Linear.

O compartilhamento das instalações esportivas do campus com a população externa é uma realidade com a disponibilização das quadras externas para uso por equipes praticantes de esporte amador e por meio de convênios com a Prefeitura Municipal, envolvendo o uso do ginásio poliesportivo e da piscina semiolímpica.

Esse compartilhamento se confirma também no uso da biblioteca, aberta ao público para consulta de seu acervo pela população externa, enquanto ainda não estão concluídas as instalações para o teatro e as salas de cinema, que também serão disponibilizados para a população externa ao campus.

A UFABC frequentemente promove eventos e cursos de caráter cultural e científico em suas instalações, gratuitos e abertos a toda a população.

## 8. Uso e ocupação do solo

A implantação do campus universitário, mesmo ocupado por edificações de grande porte e com elevado aproveitamento do terreno, mas dentro dos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação municipal para a região, não causa incômodos ou qualquer comprometimento à salubri-

dade, conforto e segurança às habitações, inclusive sob os aspectos de insolação e ventilação, conforme fora verificado nos EIV elaborados.

Contudo, um efeito inesperado gerou manifestação por parte de moradores dos condomínios de apartamentos com frente voltada para o campus onde encontra-se o Bloco C – Cultural, por consequência de reflexo da luz do sol pelo telhado, em determinados dias e horários, afetando as condições de iluminação natural interna de algumas unidades dos edifícios, de forma incômoda. A UFABC acolheu tais manifestações e está empenhada em solucionar esse impacto, não identificado pelos EIV.

## 9. Disponibilidade de equipamentos de infraestrutura e serviços urbanos

A instalação do Campus Santo André – Unidade Sede, já em plena operação, foi adequada à infraestrutura local de serviços urbanos, não causando impactos significativos à sua vizinhança. Os impactos causados foram pontuais e ocorreram durante a fase de implantação do campus, com a execução de obras de adequação das redes públicas de drenagem e de esgoto, resolvendo deficiências em ambos os sistemas. Ainda no sentido de solucionar deficiências da rede local de drenagem urbana, a UFABC implantou, com projeto e obra às suas expensas, uma galeria interna ao terreno do campus, com diâmetro de 800 a 1200 mm, conduzindo águas pluviais captadas na Rua Abolição, até a calha do rio Tamanduateí.

Cumprindo as diretrizes do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa), foi construído um reservatório de retardo para águas pluviais com capacidade proporcional à área do terreno, atenuando impactos na bacia hidrográfica do rio Tamanduateí. Os reservatórios e as redes para o aproveitamento de águas pluviais captadas no terreno também foram incorporados nas obras do campus. No intuito de reduzir ainda mais o impacto do consumo de água potável da rede pública, a UFABC tentou viabilizar a utilização de água de reuso disponível em rede denominada Projeto Aquapolo, implantada sob pistas da Avenida dos Estados pela concessionária Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para fins não potáveis. Com essa mesma finalidade, a UFABC vem desenvolvendo internamente um projeto para a instalação de sistema de tratamento de esgoto sanitário na Unidade Sede, enquanto o projeto executivo da Unidade Tamanduatehy já contempla disposição para sistemas de tratamento de esgoto sanitário e efluentes químicos de laboratórios.

O projeto do Bloco L, destinado à pesquisa, incorporou um novo abrigo de resíduos sólidos, dotado também de compartimentos destinados à armazenagem de resíduos químicos e perigosos, além das células para resíduos sólidos secos/recicláveis e para resíduos úmidos/orgânicos, conforme a política de coleta de resíduos sólidos do município, passando a atender também o Restaurante Universitário. Esse novo abrigo vem se somar a outro previsto no projeto original do campus, já construído, em atendimento às diretrizes do Semasa.

Mediante projeto realizado pelo corpo docente da UFABC, está sendo instalado na Unidade Sede, pela empresa concessionária de energia elétrica para o campus, sem qualquer ônus, um sistema de geração de energia elétrica por placas fotovoltaicas que captam energia solar na cobertura dos edifícios do Bloco A, do Bloco B e do Ginásio Poliesportivo (Bloco E).

O projeto da Unidade Tamanduatehy foi elaborado com disposição para a instalação de um sistema de cogeração de energia térmica e elétrica, com geradores a gás natural, suprindo energia elétrica complementar ao campus e acionando parte do sistema de ar-condicionado para os edifícios.

Tais ações, diversificando a matriz energética em atendimento ao campus, reduzem tanto os impactos sobre a infraestrutura de fornecimento de energia elétrica local, como também os impactos ambientais pela produção de energia limpa, especialmente no caso da energia solar, e mais eficientemente, no sistema de cogeração.

**Quadro 1.** Do EIV 2007 ao EIV 2014  
**Fonte.** Elaborado pelos autores.



**Figura 5.** Situação urbana do Campus Santo André, integrado e permeável em relação à vizinhança  
**Fonte.** Arquivo dos autores.

Em síntese, foram produzidas duas versões de EIV, em 2006/7 e 2011/14, ambos com longo processo de análise e aprovação, sempre concomitantes com as obras em andamento, demonstrando um paradoxo, considerando-se que deveria ser de realização prévia à implantação de cada etapa do processo de construção dos edifícios.

Isso parece ser comum às novas universidades criadas sob o Reuni, uma vez que sempre se coloca a urgência de provisão de espaços edificadas e aptos para as atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, incluindo sofisticadas instalações de laboratórios, que demandam anos de projeto e execução, enquanto os corpos dirigentes e técnicos das instituições optam – ou são empurrados a optar – por pular etapas de submissão de projetos à aprovação de órgãos públicos de gestão urbana e ambiental. Isso quando não decidem ignorar as instâncias de aprovação, contando com a imunidade do órgão federal, e colocar em execução obras sem autorizações, alvarás e licenças, somente os submetendo caso sejam acionados pelo Ministério Público, pelo corpo de bombeiros ou pelos departamentos municipais de controle urbano.

Os dois EIVs da UFABC analisaram todos os aspectos previstos pela legislação municipal considerando as características de localização do terreno destinado ao *campus* universitário. O resultado foi de total compatibilidade do *campus* com a sua finalidade e local de inserção e definição objetiva de adequações no projeto para mitigar impactos.

Ao abordar de forma evolutiva e comparativa esses dois EIVs, observou-se que o processo de licenciamento de uma obra pública de ampla relevância e impacto recomenda o atendimento à legislação existente e o respeito aos órgãos municipais que lidam com licenciamento ambiental, planejamento urbano, saneamento e trânsito – ou aos órgãos estaduais, quando não há instância local. Essa é mais uma grande contribuição que o *campus* universitário deveria oferecer às cidades.

### **Conclusões: qual o legado do processo de implantação da UFABC?**

Cabe contextualizar, que a existência da UFABC está diretamente relacionada a uma luta histórica para construção de uma universidade pública no ABC paulista e, nesse sentido, a instituição segue tentando atender às expectativas geradas pela comunidade regional, entre as quais se destacam: a democratização do acesso ao ensino público superior, com

a possibilidade de inclusão da população pobre e jovem da região e a contribuição para a retomada do desenvolvimento econômico local, fortemente impactado pela crise da indústria montadora de veículos, de produção em série e predominantemente metalúrgica, durante a década de 1990, por meio, principalmente, de pesquisa e desenvolvimento para a inovação tecnológica e diversificação das cadeias produtivas locais.

A implantação da UFABC, no decorrer de 15 anos de existência, viabilizou-se durante um período caracterizado por aportes expressivos do governo federal até o ano de 2014, tendo se consolidado pela construção dos *campi* de Santo André e de São Bernardo do Campo, contando em 2020 com cerca de 140 mil metros quadrados de edificações em operação, entre salas de aula, laboratórios didáticos e de pesquisa e espaços administrativos.

Ao longo desse tempo, mesmo com obras ainda em andamento, o Campus Santo André da UFABC se consolidou como um equipamento público de grande porte na região do Projeto Eixo Tamanduatehy. Em que pese o fato de que as edificações da Unidade Sede tenham sido recentemente concluídas e entregues ao uso da comunidade acadêmica, já vem ocorrendo também, de variadas formas, um uso compartilhado das instalações do campus com a comunidade local, promovendo a requalificação e a otimização do uso do solo de um terreno anteriormente subutilizado, ocupado por instalações da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do município.

Um exemplo significativo da importância do *campus* da UFABC, servindo como equipamento público, consiste na utilização do ginásio poliesportivo adaptado para funcionar como

hospital de campanha no atendimento aos pacientes acometidos pela pandemia da COVID-19, conforme demonstra a Figura 6.



**Figura 6.** Interior do Bloco E (ginásio poliesportivo) transformado temporariamente em hospital de campanha desde junho/2020

**Fonte.** UFABC (2020).

Também no intuito de dar consistência à sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, a UFABC criou uma Comissão Consultiva à Sustentabilidade (CCS). A universidade elaborou, em 2016, o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), parte integrante de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2013-2022), acompanhando a movimentação surgida em grande parte das universidades federais por exigência de legislação federal.

Sendo um dos eixos do PLS e aspecto crítico dentre os impactos de vizinhança analisados, a mobilidade urbana é um fator primordial para o acesso de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos que têm no transporte coletivo e no não motorizado elementos cruciais de in-

clusão social e de sustentabilidade. A fim de definir uma política que atenda a essa constatação, a UFABC promoveu uma parceria com a WRI Brasil – Cidades Sustentáveis, a qual resultou na elaboração do Plano de Mobilidade para o Campus Santo André visando a posterior construção de recomendações para a instituição (UFABC; WRI Brasil, 2016).

Em seu plano de desenvolvimento institucional, a UFABC tem ainda outras diretrizes com foco em aspectos como consumo de água e energia, geração de efluentes de esgoto, gerenciamento de resíduos e no uso de espaços, atuando no sentido de reduzir os impactos de sua operação e promovendo a qualidade ambiental do *campus*.

Pode se concluir, portanto, que também pela sua atuação institucional responsável quanto a questões urbanas e ambientais, a UFABC constitui-se em elemento de valorização do território onde está inserida, além de estar implantada como equipamento urbano conformado por conjunto arquitetônico relevante e que, mesmo não estando plenamente concluído, resulta em maior qualidade das condições urbanas e ambientais e na melhoria da infraestrutura local, por meio da construção de ciclovia, implantação de dispositivos de drenagem, recuperação e tratamento das faixas de Área de Preservação Permanente (APP) nos dois terrenos com plantio de espécies arbóreas nativas. O próprio conjunto arquitetônico conta com pequenas praças e parque linear aberto a toda cidade. A conclusão plena das obras de expansão projetadas para o Campus Santo André irá incorporar passarela sobre o rio Tamanduateí, proporcionando integração da vizinhança do campus com o centro da cidade.

Diante do cenário exposto, pode-se afirmar que, em grande medida, a UFABC tem correspondido às expectativas iniciais da comunidade local, trazendo ainda outras perspectivas em relação a essa instituição pública de ensino, pesquisa e extensão.

A UFABC, por meio de seu quadro docente e discente, tem contribuído também para o planejamento territorial da região do ABC. No âmbito dos objetivos e prioridades do Plano Plurianual Regional 2014-2017, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC formalizou o Termo de Cooperação Técnico-Científico com a UFABC para auxílio na implementação do plano que se deu por meio de um processo de planejamento participativo, valorizando o diálogo com a sociedade civil regional.

Ressalta-se que a presença do Campus Santo André, concentrando o ensino de engenharia e o desenvolvimento de pesquisas de ponta, associada à proximidade ao complexo industrial do Polo Petroquímico, torna evidente o potencial para a área do projeto Eixo Tamanduatehy vir a se tornar um lugar de inovação regional. Dessa forma, dada a expressiva presença de imóveis vazios e subutilizados no território de abrangência do projeto, vislumbra-se inclusive a possível instalação de um Parque Tecnológico nessa localidade do município.

Neste cenário, a implantação da UFABC reforça a existência de um importante polo de desenvolvimento, atraindo novos empreendimentos e serviços que, mesmo não sendo de grande porte em sua vizinhança, possuíam potencial para alavancar outros projetos de desenvolvimento urbano, seja como núcleo atrativo e gerador de novas demandas para a cidade e região ou ainda como referência para requalificação de seu entorno.

Conclui-se que a localização do *campus*, pouco comum quando se compara a novos *campi* universitários, geralmente implantados em zonas periféricas das cidades conhecidas como periurbanas, contribuiu definitivamente para a inserção da universidade na cidade e promoveu a integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

No entanto, ainda há muitos desafios para a continuidade e ampliação da atuação da UFABC no contexto regional: manter sua política de inclusão social, em um período de contenção de gastos e ajuste fiscal ao âmbito federal; viabilizar a consolidação de um espaço físico voltado à inovação, para que a relação da UFABC com o setor produtivo local se amplie e fortaleça; enfrentar a posição arraigada dos empresários da indústria local, com 70 anos de existência e característica fordista voltada

ao setor metalúrgico; identificar tendências para a inovação tecnológica regional, que podem ser encampadas pela universidade, como, por exemplo, questões relacionadas à energia e novos materiais.

## Referências

BRASIL. *Lei 10.257 de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

CÂMARA DO GRANDE ABC. Propostas para a Universidade Federal do ABC. 2004.

CALDERARI, S. E. *(Des) Continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos: reflexões sobre o papel dos novos campi universitários*. 783f. Tese de Doutorado. São Carlos, Universidade de São Paulo, 2017.

DENALDI, R. et al. *Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e IPTU progressivo no tempo: regulamentação e aplicação*. Projeto Pensando o Direito. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

DENALDI, R. (org.). *O desafio de planejar a cidade: política urbana e habitacional de Santo André/SP, 1997-2008*. São Paulo, SP: Annablume, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sino>. Acesso em: 17 dez. 2020.

LÉPORE, W. C.; KLINK, J. J.; BRESCIANI, L. P. Câmara Regional do Grande ABC: produção e reprodução do capital social na região do Grande ABC Paulista. *Revista Economia e Gestão*, v. 6, n. 13. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/29/124>. Acesso em: 4 dez. 2017.

LIBESKINDLLOVET Arquitetos. *Memorial justificativo para o concurso do campus da UFABC*. 2005. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/obras/santo-andre/historico>. Acesso em: 19 jan. 2018.

NUNES NETO, D. Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para implantação das instalações do Campus Santo André da Universidade Federal do ABC. UFABC/CTAGeo, 2007.

NUNES NETO, D. Relatório Ambiental Preliminar (RAP) para implantação das instalações do Campus Santo André da Universidade Federal do ABC. UFABC/CTAGeo, 2007.

NUNES NETO, D.; BRAJATO, D.; MADEIRA, G. S. Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para ampliação das instalações do Campus Santo André da Universidade Federal do ABC. UFABC/Geris Engenharia Ltda, 2014.

OLIVEIRA, G. A. G. *Interdisciplinaridade e inclusão social no processo de implantação da Universidade Federal do ABC: da proposta à prática*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTO ANDRÉ. *Lei 8.696, de 17 de dezembro de 2004*. Institui o novo

Plano Diretor do Município de Santo André, nos termos do Artigo 182 da Constituição Federal, do capítulo III da Lei 10.257/2001, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – e do Título V, do capítulo III da Lei Orgânica do Município de, de Santo André. Santo André: PMSA, 2014. Disponível em: [http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=505&Itemid=64](http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=505&Itemid=64). Acesso em 17 dez. 2020.

SANTO ANDRÉ. *Lei 8.836, de 10 de maio de 2006*. Institui a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo da Macrozona Urbana. Disponível em: <https://cm-santo-andre.jusbrasil.com.br/legislacao/698635/lei-8836-06>. Acesso em 17 dez. 2020.

UFABC – Universidade Federal do ABC. *Santo André conta com mais 110 leitos em hospital de campanha na UFABC*. 2020. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/santo-andre-ganha-mais-110-leitos-exclusivos-para-tratamento-de-pacientes-com-covid-19>. Acesso em: 17 dez. 2020.

UFABC; WRI Brasil. *Projeto de Mobilidade da UFABC - Relatório de Diagnóstico 2016 – Cidades Sustentáveis*. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/images/reitoria/projeto-de-mobilidade-da-ufabc-relatorio-de-diagnostico-2016.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.





## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA COMPLEXIDADES DA EXPANSÃO MULTICAMPI E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Universidade Federal de Uberlândia**

Elaine Saraiva Calderari, Flávia Fernandes Carvalho,  
Gláucia Trindade Pereira e Ana Beatriz Pereira Lima

### Introdução

A adesão da Universidade Federal de Uberlândia<sup>1</sup> (UFU) ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Uni-

---

<sup>1</sup> *A Universidade Federal de Uberlândia é uma fundação pública, integrante da Administração Federal Indireta, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A instituição, ainda com o nome de Universidade de Uberlândia (UnU), foi autorizada a funcionar pelo Decreto-Lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, e federalizada pela Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978, sediada na cidade de Uberlândia/MG, encontrando-se atualmente estruturada em quatro campi – Santa Mônica, Umuarama, Educação Física e Glória – possuindo ainda três campi avançados nas cidades de Ituiutaba/MG, Monte Carmelo/MG e Patos de Minas/MG.*

versidades Federais (Reuni), em 2007, conjuntamente à aprovação do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (Pide-UFU), nos anos de 2008 a 2012, promoveram uma alteração significativa na universidade, seja quantitativamente, com um aumento significativo dos cursos ofertados e das vagas disponibilizadas, seja no que se refere à sua organização e planejamento de estrutura física e à sua localização territorial no país.

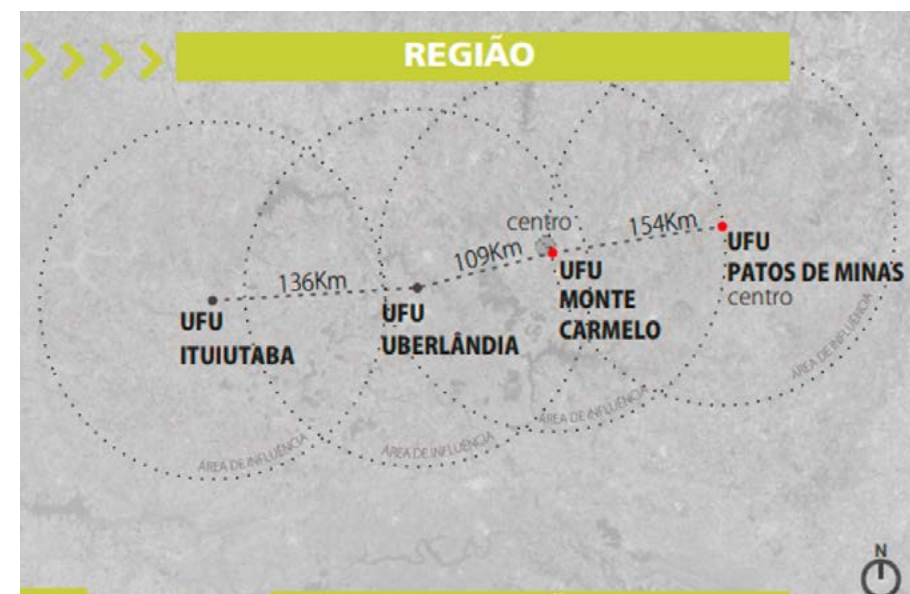
Os objetivos dessa adesão foram o de promover o crescimento da instituição, mas também de garantir uma atuação regional no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo como principal centro de referência as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes; e o de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social em uma ampla região do Brasil Central, buscando abranger uma área que engloba o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o noroeste e partes do norte de Minas, o sul e o sudoeste de Goiás, o norte de São Paulo e o leste de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso.

Desta forma, foram ampliados os três *campi* existentes: Santa Mônica, Umuarama e Educação Física, localizados na cidade de Uberlândia-MG, além de terem sido criados quatro novos *campi*: o campus Glória, em Uberlândia; o campus do Pontal, em Ituiutaba<sup>2</sup>; o campus Monte Carmelo e o campus Patos de Minas, na cidade de mesmo nome.

Os novos *campi* universitários estão localizados a uma distância em torno de 100 a 150 km uns dos outros, formando uma área de

<sup>2</sup> Importante destacar que o campus Pontal foi uma expansão da universidade em período anterior à implementação do Reuni.

abrangência linear na região e nas proximidades da cidade de Uberlândia-MG, atuando em uma rede de influência que abrange diretamente os municípios de Ituiutaba, Patos de Minas, Monte Carmelo e Araguari; e os municípios vizinhos, como Ribeirão Preto, Franca e Uberaba; além das capitais São Paulo, Brasília e Goiânia, conforme apresentado na Figura 1.



**Figura 1.** Localização dos campi universitários da UFU

**Fonte.** CALDERARI (2018).

Nesse contexto, na Universidade Federal de Uberlândia foram identificadas diversas transformações e adequações em sua estrutura física, relacionadas às características determinantes para a sua conformação espacial desde o seu surgimento, seja em decorrência de sua localização ou da formação de espaços voltados para dentro do *campus*.

Este capítulo apresenta o papel dos espaços universitários da Universidade Federal de Uberlândia no que concerne à sua estrutura e/ou instalações físicas ou ao formato de seus *campi* universitários de uso público (ou de domínio público), possuindo seus equipamentos urbanos estratégicos e as potencialidades/perspectivas por meio da interface destes com

a produção do espaço urbano contemporâneo.

Pretende-se aqui apresentar uma visão ampla dos possíveis impactos da criação dos espaços universitários da UFU nas diversas dimensões socioespaciais, sejam elas políticas, públicas, sociais ou ambientais, e também na conformação espacial das cidades em que os *campi* foram implantados, identificando as relações entre eles e a cidade, o que vai além da produção de ensino, pesquisa e extensão, com a garantia de espaços também para a sociabilização, vivências e manifestações da própria população, cumprindo seu papel sociocultural na sociedade.

### **A trajetória de formação dos campi universitários da UFU**

Para compreendermos a conformação espacial da Universidade Federal de Uberlândia, é relevante identificarmos os fatos e episódios que marcaram a trajetória de formação dos espaços universitários da UFU, não só por meio dos incentivos proporcionados por políticas públicas, por contextos políticos e econômicos, pela atuação de políticos regionais e da sociedade e pelas tomadas de decisões administrativas, mas também por intermédio da atuação da instituição na organização de dados e informações referentes às suas estruturas e espaços físicos e na definição de sua composição espacial, seja na cidade de Uberlândia ou em suas expansões regionais.

Assim como os municípios brasileiros<sup>3</sup>, as universidades federais utilizam a elaboração dos

3 Conforme previsto na Constituição com a regulamentação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que trouxe a regulamentação da participação da sociedade na elaboração e na revisão dos Planos Diretores Municipais.

Planos Diretores dos *campi* universitários como instrumento para a definição do ordenamento físico e territorial de suas estruturas e espaços, buscando estabelecer uma política interna para o planejamento e diretrizes para a sua execução.

Em síntese, os Planos Diretores buscam estruturar as seguintes definições para o planejamento e a execução dos *campi* universitários:

- Índices urbanísticos: definem a previsão de área construída, a altura máxima permitida para os edifícios, o percentual de área verde (livre de construção) em relação à área total do *campus*;
- Sistema viário: define o traçado das vias (pedestres, ciclovias e automóveis), a quantidade de vagas de estacionamento, os acessos ao *campus*;
- Uso e ocupação: definem onde serão localizados os edifícios para usos específicos, conforme a demanda e as características de cada *campus* (ensino, pesquisa e extensão); os edifícios para usos administrativos essenciais ao funcionamento do *campus*; os edifícios de uso coletivo (restaurante universitário, biblioteca); e os edifícios para esporte e lazer (centro esportivo, praças, parques), entre outros;
- Infraestrutura: define a forma de instalação das redes de saneamento, de energia, de dados e drenagem; onde ficarão localizados equipamentos como reservatórios de água e estações de tratamento; como será a destinação final dos resíduos gerados;
- Etapas de implantação: definem como será a forma e as áreas a serem ocupadas da primeira etapa de implantação até a consolidação total do *campus*.

Além disso, com o crescimento da universidade, também foi necessária a criação de diagnósticos e de um banco de dados/informações que pudesse estabelecer critérios e índices de ocupação de acordo com a tipologia de uso e ocupação das unidades administrativas ou acadêmicas.

É importante destacar que a UFU surgiu em 1969, tendo sido federalizada em 1978. Entretanto, os primeiros Planos Diretores elaborados foram o Plano Diretor Físico do campus Santa Mônica (28 hectares), o do campus Umuarama (27,3 hectares) e o do campus Educa (5,3 hectares), em 1991, na cidade de Uberlândia-MG, produzidos pelos arquitetos Paulo de Melo Zimbres e Luiz Antônio Almeida Reis, contratados pela instituição.

O Plano Diretor Físico foi aprovado na 115ª reunião do Condir, em 17 de maio de 1991, e na 197ª reunião do Consun, em 24 de maio



de 1991. No Plano, foram apresentadas as edificações construídas em meados das décadas de 1970 e 1980; a análise do contexto urbano; as diretrizes para a setorização de áreas de conhecimento (áreas de Humanas e Exatas, Saúde e áreas esportivas e suas estruturas e instalações físicas); e os critérios de ocupação e ordenamento físico-espacial para as edificações estratégicas, como, por exemplo, a biblioteca (inclusive com projeto do arquiteto Paulo Zimbres) (UFU, 1991; PRIETO, 2012).

Todavia, as diretrizes para a ocupação dos *campi*, em sua maioria, não foram obedecidas e o planejamento foi substituído pelas contingências e urgências administrativas. As localizações das edificações foram modificadas em relação ao plano original e novas estruturas foram criadas ao longo das implementações, decorrentes da justificativa de disponibilidade orçamentária e financeira e novas necessidades identificadas ao longo de sua implementação.

Apenas em 1995 foi elaborado o Boletim de Dados Físicos da UFU com a relação, os dados e as informações sobre todos os terrenos e as edificações da universidade, e, em 2003, foi contratado o arquiteto Sebastião Lopes para a implantação do Sistema de Planejamento e Administração de Tempo e Espaço (SPATE), responsável por diversos relatórios com diagnóstico e proposições para gerenciamento do uso e ocupação da universidade.

Com a sistematização de dados e informações, em 2001, foi criada a Comissão Permanente de Espaço Físico (CPOEF), que elaborou um documento sobre o planejamento futuro e a ocupação do espaço físico da UFU, com debate sobre propostas, inclusive de transferência, total ou parcial, de atividades para a área denominada

Glória. Contudo, o debate sobre o planejamento da expansão física foi, mais uma vez, abortado pelas urgências.

Em 2004, o Ministério da Educação, com o objetivo de expandir o ensino superior federal, implementou ações de interiorização do ensino para atender às vocações econômicas das diversas regiões. A UFU, com o objetivo de ampliar sua inserção regional e a oferta de vagas no ensino superior, criou o *campus* Pontal, no município de Ituiutaba-MG. Foram abertos nove cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Física, História, Geografia, Matemática, Química e Pedagogia. Mais recentemente, foram criados os cursos de Engenharia de Produção e de Serviço Social e um curso de mestrado em Geografia (UFU, 2009).

O Plano Diretor Físico do *campus* Pontal (PD-Pontal), desenvolvido para uma área de 50 hectares doada pela Prefeitura, foi elaborado em 2009 pela Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (FAUeD). Os projetos urbanístico e paisagístico foram desenvolvidos como atividade de extensão e os projetos de infraestrutura foram elaborados pela Prefeitura Universitária.

Porém, em 2014, o fato de o PD-Pontal 2009 não ter sido aprovado pelos conselhos superiores em razão das diversas manifestações da comunidade universitária alegando definições e decisões equivocadas, somado à criação de dois novos cursos, culminou na revisão do Plano Diretor antes mesmo que ele fosse consolidado.

O Plano revisado atendeu às demandas de novas construções, de adequação às reais necessidades do *campus* e do traçado viário. Ele foi aprovado pelo Conselho Universitário com a Resolução nº 15/2016, de 30 de setembro de 2016. Este Plano foi uma atualização do PD-Pontal 2009, elaborada pelo Grupo de Trabalho Técnico do Plano Diretor Físico-Territorial do *campus* Pontal, composto por docentes, discentes e técnico-administrativos da universidade.

Em 2009, foi elaborado o primeiro Diagnóstico do Espaço Físico de todos os *campi*, em decorrência da criação de novos cursos, da ampliação de vagas, das contratações de professores e de técnico-administrativos. Além das novas medidas de reestruturação previstas pelo Reuni, surgiu a necessidade de análise das reais necessidades de cada unidade acadêmica em relação às salas de aula, aos laboratórios, aos gabinetes de professores e às áreas administrativas, bem como de uma clara definição das formas de ocupação das áreas dos *campi* e da implantação das novas unidades.

E em 2013, houve a atualização do Diagnóstico do Espaço Físico com a criação de um Banco de Dados Integrados por meio do geoprocessamento de mapas, dados e informações de todos os *campi* da UFU e de seus espaços físicos, incluindo os novos *campi*.

Com a adesão da UFU ao Reuni em 2007, a demanda por espaço físico para a expansão de cursos e infraestrutura de pesquisa levou o Conselho Universitário, por meio da Resolução nº 18/2008, a aprovar a criação do *campus* Glória em parte da área da Fazenda Experimental do Glória, tendo em vista a saturação dos espaços nos atuais *campi* da UFU (UFU, 2011a).

Desta forma, em 2009, foi constituída uma comissão responsável pela elaboração da proposta de desenvolvimento físico-ambiental do *campus* Glória, a fim de que se discutissem diretrizes para a definição das políticas de espaço físico nos *campi* atuais e propostas de ocupação do *campus* em questão. O Plano Diretor do *campus* Glória (PD- Glória) foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Técnico do Plano Diretor do *campus* Glória da Prefeitura Universitária<sup>4</sup> da UFU, composto por docentes, discentes e técnico-administrativos da universidade, com a consultoria externa do arquiteto Francisco Spadoni, do escritório Spadoni Associados/SP. Em 2011, o documento foi aprovado pelo Conselho Uni-

<sup>4</sup> Com a participação externa de diversos especialistas da temática como o Prof. Dr. Francisco Spadoni (FAU), Prof. Dr. Laerte Bernardes Arruda (FECIV-UFU), Geog. Diego Alves de Oliveira, Profª. Maria de Lourdes Pereira Fonseca (UFABC), Prof. Gelson de Almeida Pinto (IAU-USP), Profª. Ms. Liliane Torres de Oliveira, Profª. Dra. Maria Eliza Alves Guerra (FAUED -UFU), Prof. Flávio Villaça (FAU-USP), Prof. Dr. Joel Felipe (UFABC), Prof. Dr. Fernando Cruz (FAUED-UFU) e Prof. Geovany Jessé Alexandre da Silva (UFTM).

versitário por meio da Resolução nº 11/2011. (PRIETO, 2012).

Em 2010, o Conselho Universitário também aprovou a criação do *campus* Patos de Minas e do *campus* Monte Carmelo. O início das atividades, já em 2011, foi em dependências disponibilizadas, respectivamente, pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas e pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), até que a universidade iniciou a implantação dos *campi* em áreas doadas pela comunidade (UFU, 2013).

Para o *campus* Monte Carmelo, proprietários da região doaram uma área de 24,2 hectares localizada na zona rural da cidade e parcialmente distribuída por fragmentos de três fazendas. O Plano Diretor (PD-Monte Carmelo) foi determinado por um Grupo de Trabalho Técnico do Plano Diretor do *campus* Monte Carmelo, composto por docentes, discentes e técnico-administrativos da universidade, com a colaboração de arquitetos sob a coordenação da Prefeitura Universitária da UFU<sup>5</sup>.

Foram previstos os cursos de Agronomia, do Instituto de Ciências Agrárias; de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, do Instituto de Geografia; e o de Sistemas de Informação, da Faculdade de Computação, todos na modalidade bacharelado, e posteriormente, em 2013, houve a criação dos cursos de graduação em Engenharia Florestal e Geologia. Atualmente, o *campus* também conta com o mestrado em Agricultura e Informações Geoespaciais. O Plano Diretor foi aprovado pelo Conselho Universitário em 27 de fevereiro de 2015 por meio da Resolução nº 03/2015.

Por fim, em 2017 foi elaborado o Plano Diretor do *campus* Patos de Minas, o qual possui uma área de 30 hectares, pelo Grupo de Trabalho Técnico do Plano Diretor do *campus* Patos de Minas (GTTPD)<sup>6</sup>, com a participação de docentes, técnicos e discentes da universidade. Foram previstos os cursos de Biotecnologia, Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações e Engenharia de Alimentos. Atualmente, há dois mestrados

<sup>5</sup> Com a participação dos docentes Prof. Dr. Adilson Macedo (USP), Profª. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (IGUFU-UFU), Prof. Dr. Luiz Cesar Machado de Macedo (Fadir-UFU) e Profª. Dra. Maria de Lourdes Pereira Fonseca (UFABC).

<sup>6</sup> Com a participação externa dos professores-doutores Alan Silveira, do curso de Geologia do Instituto de Geografia, *campus* Monte Carmelo; Giovanna Damis Vital, da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design, *campus* Santa Mônica; Willian Rodrigues Ferreira e Marlene Teresinha de Muno Colesanti, ambos do Instituto de Geografia, *campus* Santa Mônica; e da técnica Késia Pontes de Almeida, do Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial/UFU.

acadêmicos: em Biotecnologia e em Engenharia de Alimentos. O Plano Diretor do *campus* Patos de Minas se encontra em pauta para apreciação e aprovação do Conselho Universitário da UFU.

Em 2020, foi criada a Divisão de Cadastros Integrados do Espaço Físico e a Diretoria de Projetos da Prefeitura Universitária, sendo um marco institucional que visa garantir um planejamento adequado, sustentável e compatíveis com sua dimensão físico-espacial para melhoria dos ambientes urbanos, das estruturas/espços físicos e atuação de forma integrada, no intuito de promover a integração das atividades e iniciativas relacionadas com a infraestrutura dos *campi*, por meio do elaboração dos projetos urbanísticos e arquitetônicos e seu monitoramento/controlado interno.

Além de garantir as atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas, onde determina as atividades relativas ao planejamento, coordenação, elaboração de projetos de arquitetura e coordenação de planos diretores sob atribuições legais do profissional de arquitetura e urbanismo.

Ambas estruturas organizacionais têm como objetivo acompanhar e monitorar a área construída de edifícios e passeios, o paisagismo, a localização de terrenos, bem como as áreas específicas para subsidiar a elaboração de contratos de serviços diversos. Além disso, a Divisão também deve acompanhar e atualizar os Planos Diretores da UFU. No mesmo ano foi reativada a Comissão do Espaço Físico, que coordena a atualização do Anuário com a sistematização de dados e informações da instituição.

## Da ideologia à realidade

Na Universidade Federal de Uberlândia, foi elaborada uma metodologia para a concepção dos seus novos *campi* na tentativa de integração e disseminação de ações e compromissos com o objetivo de torná-la uma “universidade sustentável”. As conceituações utilizadas atendem aos acordos nacionais e internacionais com os quais diversas universidades se comprometeram, tendo como foco a problemática ambiental<sup>7</sup>.

Os Planos Diretores indicam a implementação de práticas sustentáveis com a utilização de soluções denominadas “ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente aceitas, baseadas nos seguintes conceitos: a participação popular, a adequação da morfologia urbana, a adaptação da mobilidade e acessibilidade, a inserção da urbanidade e a implantação de uma infraestrutura verde” (UFU, 2013).

Esses conceitos foram estruturados em quatro princípios estratégicos que nortearam as definições para a elaboração do desenho urbano e foram baseados nos conceitos de conexão e integração entre os sistemas naturais e antrópicos, sendo caracterizados como conexões extracampus, intracampus, fluxos e ambiental. No *campus* Glória, foram determinados sete ei-

---

<sup>7</sup> Por exemplo: a Declaração de Talloires/França (1990); a Declaração de Halifax/Canadá (1991); a Declaração de Swansea/País de Gales (1993); a Declaração de Kyoto/Japão (1993); a Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável (1994), do Programa Copernicus (Cooperation Program for Environmental Research in Nature and Industry through Coordinated University Studies), de cooperação europeia; a Declaração Tessalônica/Grécia (1997); a Declaração de Lunenburg/Alemanha (2001); e a Declaração de Ubuntu-Joanesburgo/África do Sul (2002).

xos estruturantes que delimitaram as principais diretrizes de planejamento: Gestão Ambiental, Capacidade Hidrológica, Recursos Renováveis, Fluxos de Circulação, Funções Sociais, Paisagem Urbana, Ocupação e Técnicas Construtivas (UFU, 2011c).



**Figura 2.** Plano Diretor e projeto urbanístico do campus Glória (UFU, 2011a)

**Fonte.** Prefeitura Universitária (UFU, 2011a)

O programa previsto indicava a construção do *campus* Glória em três fases de implementação, sendo a primeira entre os anos 2011 a 2014. Esta etapa consistia na a) construção dos primeiros blocos para a transferência dos cursos de Zootecnia (Famev), Engenharia Ambiental (Iciag) e Engenharia Aeronáutica (Femec), além da transferência dos cursos de Fisioterapia (Reu-

ni) e Educação Física (consolidado); b) na construção da infraestrutura de trânsito e transportes (sistema viário, transporte interno e estacionamento), saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial) e energia e comunicações para atendimento inicial; c) criação do restaurante universitário e da biblioteca; e d) transferência da garagem, do almoxarifado central e do prédio de apoio para serviços gerais da universidade. Nessa etapa também foram previstas as tratativas com o Ministério dos Esportes para a construção do Centro Olímpico e Paralímpico na universidade para atuação nacional.

A fase 2, prevista para os anos 2015 a 2020, contava com a transferência do curso de Engenharia Mecânica (Femec); da Faculdade de Computação (Facom); dos Sistemas de Informação (Reuni) e Ciência da Computação (consolidado); da Faculdade de Engenharia Civil (Feciv); da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (FAUeD) e da Faculdade de Engenharia Elétrica (Felet). Essa fase também tinha como objetivo a implantação de novos prédios para centros de pesquisa e a implementação do Centro de Convenções da UFU.



**Figura 3.** Implementação do campus Glória (2009-2020).

**Fonte.** Prefeitura Universitária, adaptado pelos autores (UFU, 2011a)

Já na fase 3, esperava-se a implementação gradual das demais infraestruturas de trânsito e transportes (sistema viário, transporte interno e estacionamento), de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial) e de energia e comunicações, além da implantação de áreas verdes, espaços comuns e de vivência e equipamentos de lazer e recreação e das demais edificações para os novos cursos propostos.

Todavia o *campus* Glória encontra-se ainda na sua fase inicial de implantação, apresentando diversos problemas relacionados ao acesso, à infraestrutura, ao transporte, à segurança, aos recursos financeiros, aos recursos humanos, entre outros, conforme apresentado na Figura 3.

O destaque na elaboração do *campus* Glória foi a implementação de amplo processo participativo e colaborativo (Figura 4), por meio da criação de diversos eventos públicos como oficinas, *workshops*, concurso de ideias sustentáveis, entre outros, que buscaram também estabelecer um processo formativo e educativo sobre o papel dos *campi* universitários para a UFU, mas também para a cidade, utilizando a metodologia de construção de um grande pacto interno (que envolve a comunidade universitária) e externo (a comunidade uberlandense) pelo desenvolvimento e expansão da Universidade Federal de Uberlândia.



**Figura 4.** Processo participativo Campus Glória  
**Fonte.** Prefeitura Universitária (UFU, 2011b)

No caso do *campus* Monte Carmelo, as diretrizes e propostas abrangem dez áreas: Função Social, Gestão Ambiental, Fluxos de Circulação (mobilidade urbana), Recursos Renováveis, Capacidade Hidrológica, Técnicas Construtivas, Usos e Ocupação do Solo, Conforto Ambiental, Acessibilidade e Paisagem Urbana (UFU, 2013).

Assim como no caso do PD Glória, em Monte Carmelo promoveu-se uma série de eventos públicos, conforme apresentado na Figura 5, com o objetivo principal de viabilizar o processo de democratização e socialização das discussões e o desenvolver propostas para o Plano Diretor do *campus*. Estas iniciativas atraíram a participação da comunidade, tendo sido aplicado um questionário para a comunidade universitária com o intuito de orientar o desenvolvimento das propostas para o Plano Diretor.





**Figura 5.** Processo participativo Campus Monte Carmelo  
**Fonte.** Prefeitura Universitária (UFU, 2013)

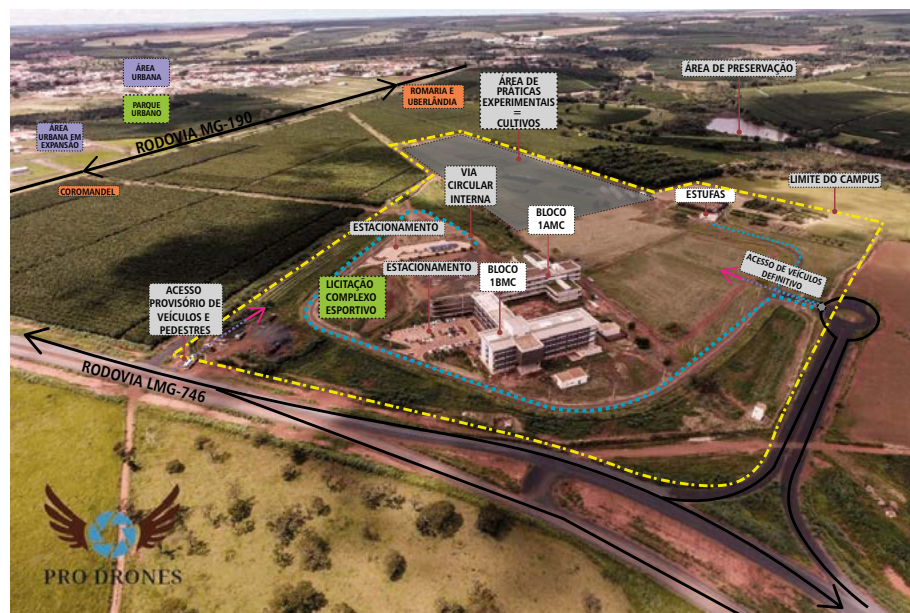
O destaque do Plano é a previsão de conexões viárias com a cidade e articulações internas no intuito de promover atividades de uso comum com a população (através da Biblioteca, do Centro de Convenções, do Parque Linear com centro esportivo, do Museu etc.). Essas áreas foram locadas junto aos principais acessos ao *campus*, com o objetivo de promover a atratividade para os espaços de convivência e garantir o fortalecimento da relação *campus*-cidade.



**Figura 6.** Plano Diretor e projeto urbanístico do campus Monte Carmelo.  
**Fonte.** Prefeitura Universitária (UFU, 2013).

A ocupação do *campus* Monte Carmelo foi prevista em três etapas. A primeira, de implantação, com a construção de dois blocos de salas de aula, laboratórios, coordenação de curso, auditórios, restaurante universitário provisório, dois bolsões de estacionamento, vias de acesso e de circulação principal e infraestrutura básica, deveria ter ocorrido até 2016. Já a segunda etapa deveria ter sido implementada entre 2016 e 2020, e contaria com a construção do Restaurante Universitário e do Centro de Convivência, da Biblioteca, das quadras poliesportivas e da praça de convivência, e ainda abrangeeria a complementação de vias secundárias e áreas verdes.

A terceira etapa de implantação está prevista para o ano de 2021, com a construção de blocos multiuso, blocos de pesquisa, prédio administrativo, portarias de acesso e outras complementações de infraestrutura, estacionamentos e áreas verdes. Em relação às etapas construtivas, o complexo previa a construção inicial em torno de 50.000 m<sup>2</sup> de área construída. No entanto, até o ano de 2019 o *campus* contava apenas com 12.000 m, conforme apresentado na Figura 7.



**Figura 7.** Implementação do campus Monte Carmelo (2010-2020).

**Fonte.** ASSESSORIA MONTE CARMELO (2020), adaptado pelos autores

Desse faseamento, percebe-se a construção parcial da via circular e de dois blocos, além dos dois primeiros bolsões. A subestação também foi construída, assim como, parcialmente, a rede de esgoto e água para abastecimento dos primeiros blocos. O acesso, construído apenas em 2018, deve-se a uma articulação com a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, apenas depois de anos de negociações e tratativas.

As estufas e algumas áreas experimentais também foram implantadas e, em 2020, um complexo esportivo, com a construção de uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, licitados e viabilizados via emenda parlamentar.

No *campus* Pontal, a estruturação foi baseada nos princípios da sustentabilidade, considerando-se o tripé ambiental, social e econômico. A

sustentabilidade ambiental está relacionada à capacidade de suporte dos ecossistemas de absorver e de se recuperar das agressões da ação antrópica – uso racional e conservação de recursos naturais. A sustentabilidade social tem como base a melhoria da qualidade de vida, com a redução da exclusão social, econômica e política e a valorização cultural, enquanto a sustentabilidade econômica relaciona-se ao crescimento econômico, à estabilidade financeira e à capacidade de investimentos e inovação (UFU, 2016b).

As diretrizes foram organizadas de acordo com as seguintes temáticas: Organização Espacial; Parâmetros Urbanísticos; Sistema Viário e Unidades Paisagísticas; Sistema de Alimentação de Água e Esgoto; Sistema de Drenagem de Águas Pluviais; Sistema de Coleta de Lixo; Sistema de Iluminação Pública, Infraestrutura e Comunicação; e Arquitetura: Diretrizes para Projetos.

O destaque do plano é a ocupação de parte do *campus* por quadrantes com o objetivo de otimizar a infraestrutura a ser instalada. Porém esse elemento não desqualifica o caráter abrangente do plano, idealizado para atender ao longo do tempo à necessidade de criação ou ampliação de cursos.

Foram definidas três etapas para implementação. A primeira, entre os anos 2014 e 2015, contou com a finalização das obras já iniciadas, a fim de atender prioritariamente às salas de docentes e laboratórios de ensino (Bloco 1J) e pesquisas. A segunda etapa, entre os anos 2015 a 2021, abrangerá grande parte das obras de infraestrutura nos quadrantes Nordeste e Norte: portarias 1 e 2, parte do sistema viário, cinco estacionamentos, canaleta subterrânea para receber os sistemas elétrico/lógica, hidrossanitário e as seguintes edificações: ETE, Biblioteca, Centro de Convivência, administração/terceirizados, duas praças (central e pública) com paisagismo e caminhos de pedestres, reservatório/mirante 1, reservatório para água pluvial etc.

Já a terceira etapa, entre os anos 2021 a 2024, prevê a continuidade de construções necessárias para a consolidação do *campus* (Quadrantes Centro/Sudoeste e Sul) relacionadas ao sistema viário, à infraestrutura e ao paisagismo, com a construção ainda do restaurante universitário, do auditório, das portarias 3, 4 e 5, além de obras não descritas, mas pensadas em função da possibilidade de aprovação de novos cursos.

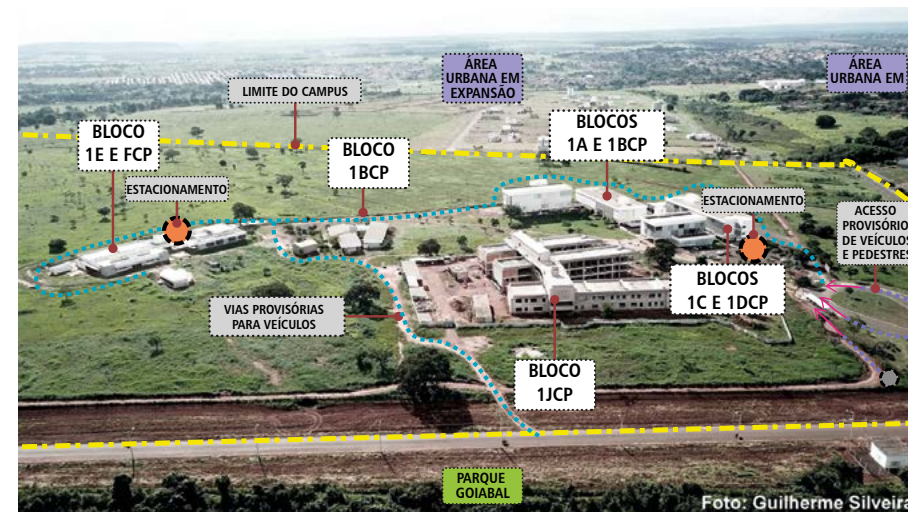


**Figura 8.** Plano Diretor e projeto urbanístico do campus Pontal

**Fonte.** Prefeitura Universitária (UFU, 2016b)

Das etapas propostas, até agora apenas dois blocos foram construídos para acomodação de salas de aulas, laboratórios, Restaurante Universitário e Biblioteca, com o intuito de serem temporários, assim como três blocos de pesquisa. A portaria secundária de pedestres foi parcialmente executada e um bloco encontra-se em execução para atender aos laboratórios experimentais e às salas de docentes.

Os acessos principais e as circulações internas (vias, passeios e ciclovias) não foram construídos, provocando graves dificuldades de deslocamento interno, além do atendimento às normativas de acessibilidade, conforme apresentado na Figura 7.



**Figura 9.** Implementação do campus Pontal (2007-2020).

**Fonte.** SILVEIRA, 2020, adaptado pelos autores

## As dimensões socioespaciais dos novos campi: tendências e problematizações

A compreensão das espacialidades e territorialidades existentes e propostas – através da identificação da atuação regional, da área de abrangência territorial e/ou dos espaços físicos construídos e a serem construídos, e das atividades, usos e ocupações implantadas nesses *campi* – é fundamental para estabelecer os desafios a serem alcançados, principalmente quando analisamos os novos *campi* universitários, que passam por transformações no entorno e por alterações em sua dinâmica intraurbana e extraurbana, direcionando os vetores de expansão e desenvolvimento das cidades (CALDERARI, 2018).

Para tal entendimento, foram verificadas a importância e a relevância, no contexto urbano, de atores e agentes, de ideologias e conceitos, e ainda da composição projetual (dimensões socioespaciais) da universidade, culminando com os apontamentos referentes às reflexões sobre os objetos de análise e sobre as problematizações encontradas. Foram também identificadas as dificuldades e os desafios dos novos *campi* universitários decorrentes do surgimento de novas conformações espaciais no entorno relacionadas diretamente à produção do capital e à atuação do mercado,



de forma que os espaços universitários também são utilizados como âncoras de expansão e investimento.

Os novos *campi* são isolados, localizados distante do tecido urbano existente. Entretanto, o mais impactante nesses locais é a falta de atividades e funções urbanas, até as primárias, em seu entorno imediato, não sendo possível prever o compartilhamento de equipamentos, tampouco garantir a vitalidade do *campus*.

Para estabelecer as tendências e os problemas encontrados, não só na estruturação dos *campi*, como nas suas tentativas de consolidação, foram analisadas quatro dimensões socioespaciais: política, pública, social e ambiental nos novos *campi* da Universidade Federal de Uberlândia.



**Figura 10.** Dimensões socioespaciais

**Fonte.** Calderari (2018)

A sobreposição das dimensões pode ser capaz de estabelecer reflexões e análises dos novos *campi* universitários estruturados em tendências e problematizações do espaço urbano contemporâneo, assim como o entendimento

dos parâmetros e variáveis a serem consideradas como potencialidades e fragilidades que podem ser capazes de promoverem mudanças e transformações significativas na cidade contemporânea. (CALDERARI, 2018).

Desta forma, ao reconhecermos as potencialidades e fragilidades em suas estruturas/instalações físicas, é possível identificar como estabelecer as funções e atividades em espaço / tempo, articulações e conexões plúrais no território, para garantir a sociabilização da comunidade e o princípio conceitual, em ser um equipamento urbano em prol da sociedade.

#### • Dimensão política

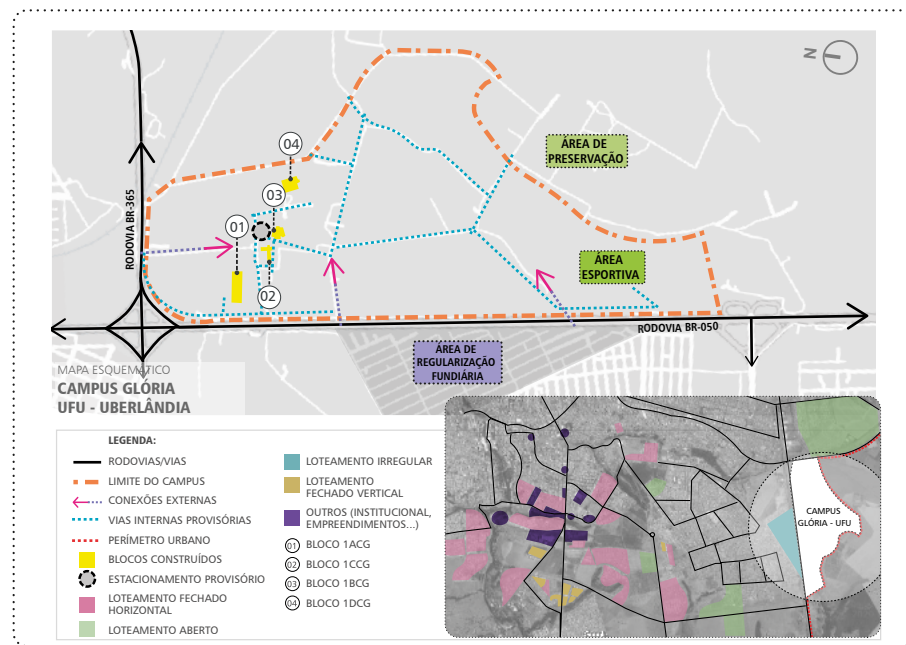
A dimensão política busca abranger o crescimento e o desenvolvimento dos *campi* e sua relação com as ações e políticas públicas representadas pelo Estado ou por iniciativas privadas como regulamentadores e/ou ordenadores territoriais, estabelecendo a implantação de equipamentos como ferramentas de planejamento urbano.

No caso de Monte Carmelo, a primeira questão é sua própria localização, com terreno fora do perímetro urbano, em sentido oposto ao vetor de crescimento e distante das principais atividades da cidade. Localizado na zona rural, trouxe inúmeros desafios para a universidade. No caso de Patos de Minas e do Pontal, apesar de dentro do perímetro urbano, as áreas são distantes do centro e das áreas ocupadas, o que se configura como um fator de desconexão com a cidade.

O distanciamento físico das áreas urbanas também foi verificado no *campus* Glória, no entanto dentro de um vetor de amplo crescimento urbano, ligado à região sul-sudeste da cidade. O *campus* apresenta graves deficiências de infraestrutura urbana no que se refere ao sistema de água e esgotamento sanitário (coleta ou tratamento), à drenagem pluvial, à energia elétrica e às telecomunicações, como também apresenta deficiência do transporte público para atender às demandas de deslocamento da comunidade universitária e das atividades do *campus*.

Desta forma, a maior parte dos *campi* depende de articulações com as prefeituras municipais, com os órgãos responsáveis e com os doadores, como no caso do *campus* Pontal e em Patos de Minas (ainda em construção), onde as avenidas de acesso e a infraestrutura foram construídas pelos doadores das áreas da universidade ou adjacentes. Em Monte Carmelo, a construção do *campus* dependeu de uma ampla articulação com o Governo do Estado para o asfaltamento de uma estrada local. Já no Glória, os acessos ainda são via rodovia. A própria universidade desenvol-

veu um projeto para a construção de um viaduto para conexão com bairros locais. Todavia, não há previsão orçamentária para a sua execução, já que ao estabelecer a concessão da rodovia, tal empreendimento não foi incorporado nas tratativas contratuais.



**Figura 11.** Localização das estruturas construídas no campus Glória e expansão urbana no seu entorno imediato.

**Fonte.** Adaptado de Google Earth (2019)

Considerando principalmente as cidades de pequeno porte, como Monte Carmelo e Patos de Minas, uma estratégia local poderia ter sido a ocupação de áreas já consolidadas e com infraestrutura, com equipamentos e habitações em suas proximidades, como já se faz com a utilização de estruturas provisórias para a implantação da universidade. Isso poderia trazer para

a cidade uma oportunidade única de reestruturação da área central e/ou potencializar uma área em desenvolvimento.

No caso do Glória e de Monte Carmelo, as rodovias fortalecem o isolamento desses *campi*, assim como a área de preservação ambiental, que poderia ser potencializada por meio da utilização de um parque urbano com atividades de lazer/recreação para a cidade e a garantia de uma continuidade ecológica para a área de proteção manancial no entorno.

Diversas pesquisas apontam que as áreas e regiões de implantação dos novos *campi* universitários passam por transformações no entorno e por alterações em sua dinâmica intraurbana e extraurbana, direcionando os vetores de expansão e o desenvolvimento das cidades. Tanto no caso do Glória e do Pontal, como no de Monte Carmelo e de Patos de Minas, a doação do terreno promoveu uma supervalorização das áreas lindeiras e conseqüentemente o surgimento da especulação imobiliária como promotora de “desenvolvimento”, alterando o vetor de crescimento da cidade previsto na legislação municipal e norteando o surgimento de diversos loteamentos, como condomínios horizontais fechados, equipamentos comerciais e de prestação de serviços, clubes, Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros, inclusive com o surgimento de processos de invasão e ocupações irregulares, modificando de maneira significativa as dinâmicas territoriais dessas regiões.

Nas proximidades do *campus* Glória, constatou-se a ocupação do chamado “Triângulo do Glória” (uma área também da universidade, adjacente ao *campus*), com a presença de mais de 2.200 famílias. Este fato promoveu uma das maiores regularizações fundiárias por meio da negociação da cessão do terreno com a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab), o município de Uberlândia, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Associação de Moradores do Bairro Élisson Prieto (Assentamento do Glória). Para a mediação, a UFU recebeu o terreno da fazenda Capim Branco, já pertencente à União e que possui 59 hectares, evitando um dos maiores casos de desapropriação do país.

Foi possível verificar no entorno dos *campi* Glória, Pontal e Monte Carmelo o amplo crescimento de novos loteamentos, de novos condomínios horizontais fechados e de grandes equipamentos, fruto do processo da valorização do espaço público e de domínio público como um bem de consumo, com a supervalorização, privatização, especulação e gentrificação dos espaços urbanos.

### • Dimensão ambiental

A dimensão ambiental abrange os desafios e as preocupações ambientais intrínsecas às transformações nas práticas de produção da cidade e às novas formas de consumo da sociedade. Nos quatro casos houve preocupação com questões ambientais na área de implantação e no entorno dos *campi*, com a forma como elas poderiam ser potencializadas, pela inserção de parques e áreas de lazer/recreação, como também com a instalação de corredores ecológicos e a definição de sua área de implantação.

No caso do *campus* Pontal, foram fatores determinantes para se pensar a relação *campus*-cidade e sua interação como um todo a) a existência da área verde ao longo do Córrego Buritizal, cuja nascente se encontrava em processo de degradação, limítrofe aos bairros Tupã e Santa Maria, áreas do *campus* da UFU e do futuro loteamento Baduy e Cia; b) a presença do Parque do Goiabal; e c) a ausência de equipamentos comunitários de lazer para a população local (UFU, 2009). Desta forma, a ideia era ampliar a área verde em frente ao *campus* e permitir não só a ligação do “corredor verde” com o parque existente (Parque Goiabal), mas também a requalificação do espaço urbano vizinho, com a construção de uma praça pública caracterizada como acesso principal ao *campus*. (UFU, 2009)

A proposta da criação do Parque Linear lindeiro não foi executada. Em 2011, o espaço fora delimitado concomitantemente ao sistema viário do loteamento adjacente, porém não atendeu às distâncias mínimas para a proteção da nascente (que não foi despoluída), não previu a construção de calçadas e ciclovias e, até o momento, não foi qualificado para uso da população.

Já em Monte Carmelo, apesar de haver a previsão de conexões com um futuro tecido urbano no entorno e com futuros parques, tais ações dependem da condução dos órgãos envolvidos, principalmente da Prefeitura Municipal, que já revelou não ter “fôlego”, ou seja, recursos financeiros para essas intervenções.

No caso do *Campus* Glória, a proposta é a criação de eixos verdes que percorrem as áreas de preservação, com o cinturão verde contornando todo o limite e adentrando o *campus* como grandes faixas de vegetação densa que atravessam a rodovia pelas passarelas, formando um novo parque urbano ou conectando os parques existentes. Considera-se, ainda, a implementação de um amplo e complexo sistema de drenagem natural para captação, armazenamento e uso das águas provenientes de precipitação, com a construção de lagoas e represas em todo o *campus*. O projeto foi orçado, porém ainda se encontra no papel em razão da falta de recursos financeiros para a sua execução.

### • Dimensão pública

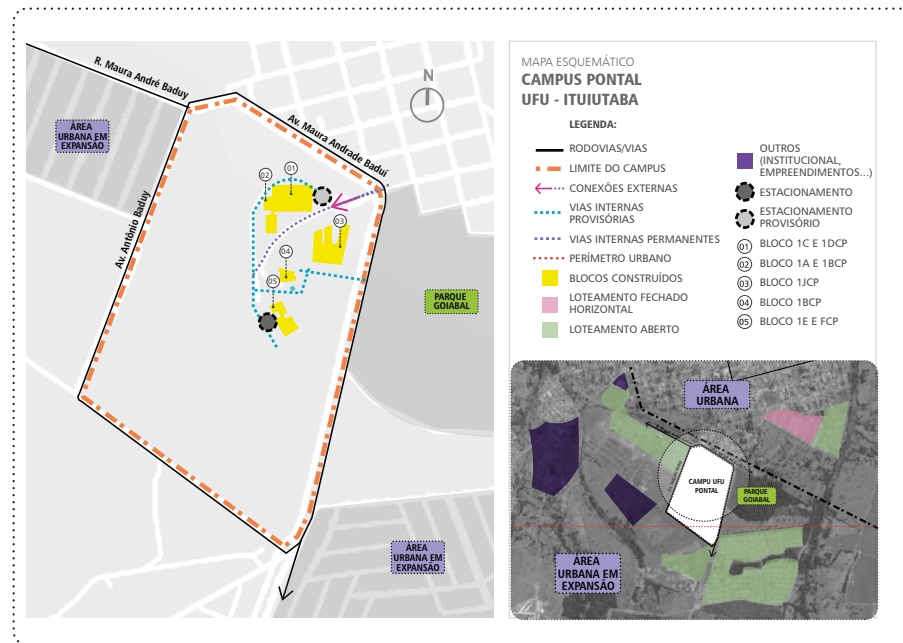
Na dimensão pública, validou-se o envolvimento e a participação da sociedade na concepção e no desenvolvimento dos Planos Diretores, com a atuação de agentes e atores nas decisões e definições adotadas ao longo do processo de implementação.

Em todos os casos definidos, constatou-se uma preocupação clara com os processos de elaboração dos Planos Diretores e dos projetos urbanísticos por meio da adoção de processos participativos e como uma forma de entendimento dos processos realizados e da apropriação da comunidade universitária e da população no entorno.

O que se observa nesse processo é que a criação e a gestão de um *campus* universitário exigem o envolvimento de toda a comunidade universitária e externa, por isso tal gestão deve ser construída e executada com a participação de todos, estruturando-se sobretudo no planejamento das ações, bem como na sensibilização e na mobilização da comunidade (UFU, 2011a).

A participação da comunidade permite não apenas a institucionalização, garantindo uma maior legitimidade das decisões tomadas, mas aproxima o *campus* dos seus usuários ao envolver os atores no processo de discussão, traduzindo no projeto os principais anseios da comunidade universitária e das cidades (UFU, 2011a).

No caso do *campus* Pontal, a falta de aprovação do projeto pelos órgãos competentes gerou uma descontinuidade do processo, o que demonstra a relevância da participação dos dirigentes universitários e dos conselhos superiores da instituição para que não ocorra a descontinuidade administrativa na implantação do *campus*. A alternância de administradores muitas vezes interrompe ou suspende ações; isto teria menos chances de ocorrer caso o processo fosse institucionalizado e discutido pela comunidade.



**Figura 12.** Localização das estruturas construídas no campus Pontal e expansão urbana no seu entorno imediato.

**Fonte.** Adaptado de Google Earth (2018)

Outro episódio marcante no processo de implementação dos *campi* foi a relação entre Monte Carmelo e Patos de Minas. Em Monte Carmelo, construiu-se um movimento estruturado da “sociedade carmelitana através dos comerciantes, das entidades de classe, da Prefeitura, da Câmara Municipal e da sociedade civil, com a organização de um abaixo-assinado e o envio de comitivas a Brasília com o objetivo de implantar um *campus* avançado da UFU em Monte Carmelo” (UFU, 2013). Essa movimentação é relevante, já que, naquele momento, a universidade estruturava sua extensão apenas para a cidade de Patos de Minas. Assim, a gestão administrativa da universidade definiu a criação de um grupo de trabalho composto por membros internos e externos para a elaboração de um estudo de viabilidade também para Monte Carmelo e para tratar as negociações tanto com os órgãos públicos municipais como com os federais (UFU, 2013). Ao final, optou-se pela implantação nas duas cidades.

O *campus* Monte Carmelo foi um desejo articulado pela sociedade civil, em uma ideia clara de busca de crescimento e desenvolvimento para a cidade e região, após a diminuição e o fechamento das fábricas ligadas ao setor ceramista. A ida da universidade, desta forma, tinha em vista atrair não apenas novos investimentos, mas também mão de obra qualificada, além da permanência dos jovens ativos na cidade e região.

Observa-se que quando o tema é de interesse e apresenta um poder de mudança e transformação local, ele é capaz de unir fortemente as forças políticas e a população. De fato, a sociedade carmelitana não estava equivocada quando se mostrou interessada na alocação de uma universidade federal em sua cidade.

Com a implementação do *campus*, Monte Carmelo, de acordo com os dados censitários do IBGE de 2000 e 2010, apresentou na área da educação um aumento da população com ensino superior de 1,80% para 5,81%; e de pós-graduados, de 0,05% para 0,17%. A população, que no ano 2000 encontrava-se concentrada no setor central, em 2010 deslocou-se para o setor sudeste da cidade.

No que se refere à faixa etária, houve um aumento da população adulta de 27,33% para 33,48%; e de idosos, de 7,39% para 10,51%, com um decréscimo da população jovem de 31,94% para 27,02%. A população adulta, em 2000, encontrava-se concentrada na região central; já em 2010, pulverizou-se por todos os setores. Já a população idosa permanece concentrada na região central. Houve um aumento significativo da classe E, que passou de 50,41% para 69,01%; e uma diminuição da classe C,

que, de 23,84%, passou para 11,27%. É possível verificar a população sem rendimento e a classe E nas regiões periféricas da cidade, enquanto se nota um deslocamento das classes B e C para os novos bairros na região sudoeste, nas proximidades do novo *campus*. (CALDERARI, 2018)

A análise dos dados censitários da cidade também demonstra um aumento significativo do acesso ao ensino superior e à pós-graduação e a diminuição da faixa ativa da população, com a permanência dos jovens na cidade. Nota-se uma movimentação de praticamente todas as variáveis em direção aos setores sudeste e nordeste, direção oposta à localização do novo *campus*; na variável rendimento, verifica-se uma movimentação em direção ao setor leste (em direção ao *campus*). (CALDERARI, 2018)

Há ainda a atual situação do *campus* de Patos de Minas, lançado em 2010, no entanto iniciado apenas em 2017 devido a processos judiciais que envolvem a doação da área do terreno para a implantação do *campus* no município, situação essa que foi levada à justiça. O *campus* ainda se encontra na construção da primeira edificação e sem a conclusão das obras de acesso e infraestrutura para atendimento ao local.

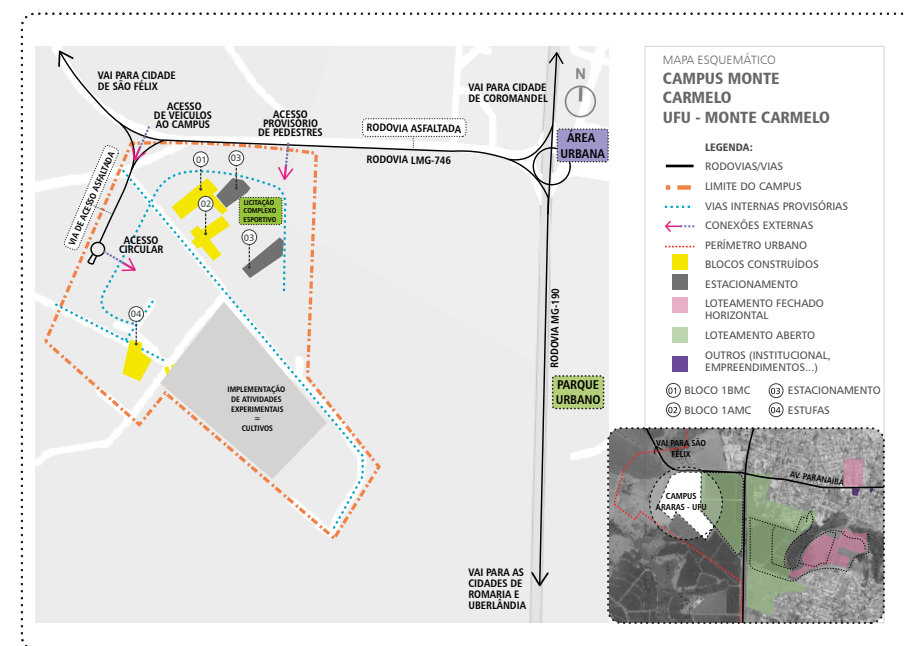
### • Dimensão social

A dimensão social apresenta a importância dos equipamentos propostos e as possibilidades de compartilhamento dessas estruturas entre a universidade e a cidade, para que sejam criados núcleos de vizinhança em que a instituição passa a exercer um papel social de interação e integração das atividades urbanas para o funcionamento da cidade.

A consolidação da universidade nessas cidades ainda passa pela complexidade de im-

plantação de estruturas provisórias, que incluem desde a logística das atividades entre as edificações até a precariedade das construções, com instalações temporárias que ultrapassam o tempo de permanência. Foi observado que em todos os *campi* as estruturas denominadas provisórias estão, em grande parte, se transformando em definitivas.

No *campus* Monte Carmelo, a previsão de construção da Biblioteca Pública, do Centro de Convivência, do parque e das áreas de convivência, esporte e lazer, além do Museu de Tecnologia, foi vista como um grande atrativo pela população local. Já no *campus* Pontal, alguns equipamentos, como a Biblioteca e o Complexo Esportivo, com a implementação da primeira pista de treinamento de atletismo e suas modalidades para a cidade e região, foram identificadas como grandes potenciais para o atrativo da população jovem e aproximação com a universidade.



**Figura 13.** Localização das estruturas construídas no campus Monte Carmelo e expansão urbana no seu entorno imediato.

**Fonte.** Adaptado de Google Earth (2019).

No caso do *campus* Glória, foram previstos diversos equipamentos que seriam amplamente utilizados pela comunidade, como a Praça de Eventos, com a implementação inclusive de um Centro de Convenções e um Centro Esportivo para recebimento de competições nacionais e internacionais, além do Parque das Ciências destinado a atividades, passeios, trilhas e a demonstrações de experiências científicas, tecnológicas e de cultura humanística em geral para crianças, jovens e adultos. Pretendia-se, ainda, a instalação dos equipamentos utilizados pelo Museu DICA para o auxílio às atividades dos cursos de Física, Matemática e Geografia. Pela falta de investimentos, o museu foi instalado em outro parque da cidade, já construído.

### Considerações finais

A implantação dos novos *campi* da Universidade Federal de Uberlândia apresenta peculiaridades em virtude de inúmeras questões, que envolvem desde recursos financeiros, problematizações com as áreas de implantação, planejamento e previsão orçamentária até a continuidade administrativa das diversas gestões, não apenas da universidade, mas de um planejamento como política de estado. Essas situações não se restringem à UFU, ocorrendo de forma geral (com algumas exceções) com outras universidades.

No caso da Universidade Federal de Uberlândia, fica clara a necessidade de discutir uma política de continuidade da implementação e consolidação dos “novos” *campi* avançados de Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, assim como do *campus* Glória, mas também de reestruturação dos *campi* consolidados, tendo em

vista que o Plano Diretor Físico da UFU não é atualizado desde a década de 1990.

Os novos *campi* universitários da UFU foram criados e implementados com a proposta do Reuni como uma ação estratégica para o desenvolvimento do país, tendo como foco a interiorização em regiões brasileiras com recursos, vocações e potencialidades para a expansão do ensino superior público.

É fato em todos os casos analisados que os *campi* ainda constituem um projeto, não se podendo falar em *campus* universitário com os equipamentos que foram implementados até então. Todavia, tanto o processo participativo quanto o do desenvolvimento sustentável necessitam de implementação, ou seja, precisam sair do papel, dos documentos e, principalmente, dos discursos. É necessário garantir a continuidade desse processo por meio de consultas e avaliações periódicas as etapas a serem implementadas, junto a comunidade universitária e a sociedade, como também de sua implementação, o que depende de uma política permanente da universidade e do governo federal, dos compromissos preestabelecidos com os demais órgãos competentes envolvidos e com a própria sociedade.

É fundamental, ainda, o diálogo entre os órgãos competentes e suas legislações, como o Ministério da Educação, a universidade, o estado de Minas Gerais e as Prefeituras Municipais, e também entre os atores e agentes envolvidos na estruturação e consolidação dos espaços universitários e a compreensão do papel sociocultural que o *campus* universitário irá desempenhar em cada cidade e região, partindo-se da sua localização, da dimensão e da preexistência de infraestrutura/acessos e atividades urbanas como critérios essenciais para sua consolidação.

Aponta-se, assim, a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas para a consolidação dos *campi* universitários, as quais reconheçam o papel sociocultural de cada *campus* nas cidades e regiões onde estão inseridos e sejam agentes de transformação na conformação espacial urbana.

Deve-se reconhecer a qualidade projetual nos projetos e planos diretores desenvolvidos da Universidade Federal de Uberlândia, o cuidado de garantir os processos participativos, a preocupação de estabelecer relações e articulações dos novos *campi* universitários com as cidades e a reestruturação do organograma para o planejamento e a execução adequada dos seus *campi* universitários. Também é notável, a criação de um grande eixo de desenvolvimento técnico-científico, onde com seus cam-

pi, a Universidade Federal de Uberlândia passa a englobar o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o noroeste e partes do norte de Minas, o sul e o sudoeste de Goiás, o norte de São Paulo e o leste de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso.

No entanto, se pretendemos de fato garantir um efetivo planejamento e um uso equânime dos campi universitários como um espaço público, é necessária a interface nas decisões projetuais no que se refere à sua localização e conformação urbana, de forma que se propicie a possibilidade de transformação dessa tipologia de equipamento urbano para que ele se torne de fato um equipamento público, permitindo o acesso efetivo a todas as camadas da população para que possa ser realmente de uso destas.

Assim, acredita-se, que as políticas públicas sejam sociais, culturais, ambientais, tecnológicas, entre outros e a garantia de continuidades, sejam de gestões, recursos financeiros, obras e projetos definidos, entre outros, articulando a comunidade universitária e as relações externas nas suas diversas esferas políticos-institucionais, é possível promover interfaces e conexões entre a qualidade de suas instalações físicas para com a melhoria da qualidade do ensino superior da Universidade, mas além disso, como de garantir a (re)significação da produção de espaços universitários como espaços de domínio público como lugares públicos, com possibilidades de articulação entre os fragmentos das cidades contemporâneas, onde a universidade passa a estabelecer seus espaços físicos conectados às atividades cotidianas urbanas relacionadas também à construção de cidadãos, aos seus estudantes.

## Referências

ASSESSORIA MONTE CARMELO. Fotos aéreas atualizadas do campus Monte Carmelo. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 22 jan. 2020.

CALDERARI, Elaine Saraiva. *(Des)Continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos*. Reflexões sobre o papel dos novos campi universitários. 2017. 783f. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-17042018-154833/pt-br.php>. Acesso em: outubro 2020.

PRIETO, E. C. Universidade sustentável: desafios e compromissos da educação e da gestão ambiental na Universidade Federal de Uberlândia, MG. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVEIRA, Guilherme. Fotos aéreas atualizadas do campus Pontal. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 26 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano diretor da UFU*. Uberlândia-MG, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano diretor físico/Projetos urbanístico e paisagístico do campus Pontal (UFU)*. Ituiutaba-MG, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano diretor físico-territorial do campus Glória (UFU)*. Uberlândia-MG, 2011a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Diagnóstico e leituras: plano diretor físico-territorial campus Glória*. 2011b. Disponível em: [www.campusgloria.ufu.br/node/116](http://www.campusgloria.ufu.br/node/116). Acesso em: 23 set. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Diretrizes e propostas: plano diretor físico-territorial campus Glória*. 2011c. Disponível em: [www.campusgloria.ufu.br/node/116](http://www.campusgloria.ufu.br/node/116). Acesso em: 23 set. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano diretor físico-territorial do campus Monte Carmelo (UFU)*. Monte Carmelo, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Conheça a UFU*. Uberlândia, 16 fev. 2017. Disponível em: <http://www.ufu.br/campi>. Acesso em: 10 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Dados gerais*. Uberlândia, 2016a. Disponível em: [http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/folder\\_dados\\_gerais\\_2016\\_ano\\_base\\_2015.pdf](http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/folder_dados_gerais_2016_ano_base_2015.pdf). Acesso em: 10 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Revisão do plano diretor físico/Projetos urbanístico e paisagístico do campus Pontal (UFU)*. Ituiutaba-MG, 2016b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Resolução nº 9/2010, do Conselho Universitário*. Aprova a criação do Campus Monte Carmelo, na cidade de Monte Carmelo, e dá outras providências. Uberlândia, 7 maio 2010. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ata-CONSUN-2010-9.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Diagnóstico físico-ambiental do campus Patos de Minas (UFU)*. Patos de Minas-MG, 2017.





## EXPANSÃO UFSCAR E O IMPACTO NA URBANIZAÇÃO – CAMPUS LAGOA DO SINO

**Universidade Federal de São Carlos**  
Luciana M. Gonçalves e Yovana M.B Saavedra

*“Conversar é muito importante, meu filho, toda  
palavra, sim, é uma semente”.*  
Raduan Nassar – Doador da área do campus  
Lagoa do Sino

### **Expandindo os horizontes da UFSCar: Campus Lagoa do Sino**

O processo de expansão do ensino superior brasileiro, por uma década, contou com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, que visava a ampliação do acesso e permanência na educação superior. Entre suas metas estava a duplicação no número de alunos nos cursos de graduação a partir de 2008 e a interiorização das universidades, com a presença mais maciça



em cidades de pequeno porte, principalmente nas regiões do Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Porém, muito além dos reflexos educacionais, o Reuni foi responsável por impactos sociais e urbanos nas regiões que receberam tais investimentos.

Caracterizados esses objetivos e contextos, apresenta-se aqui a particularidade da Universidade Federal de São Carlos, que se desdobra em quatro *campi*: o *campus* sede, na cidade de São Carlos, criado em 1970; o *campus* de Araras, criado em 1991; o *campus* de Sorocaba, criado em 2005; e seu *campus* mais recente, criado no contexto de interiorização e expansão, cujas atividades acadêmicas iniciaram-se em 2014: o *campus* de Lagoa do Sino. Todos os *campi* da UFSCar situam-se no interior do estado de São Paulo.

Neste capítulo, analisa-se do ponto de vista da inserção urbana e regional a experiência da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na implantação de um novo *campus* universitário resultante do processo de interiorização e ampliação de cursos do Reuni. A oportunidade surge com uma doação à UFSCar, em meados de 2010, de uma fazenda de 643 hectares no município de Buri/SP, pertencente à Mesorregião de Itapetininga, no estado de São Paulo.

A área total da fazenda foi doada pelo escritor brasileiro Raduan Nassar, autor de diversos livros, sendo *Lavoura Arcaica* um dos mais famosos. Na obra, conta, em primeira pessoa, sua vida e experiência na roça. Nassar é ganhador de diversos prêmios, como o prêmio da Academia Brasileira de Letras e o prêmio Camões, de Portugal.

O escritor teve o anseio de doar sua fazenda para o governo federal com algumas exigên-

cias: a fazenda teria que ter um *campus* de uma Instituição de Educação Superior ligado às Ciências da Natureza e ao campo e com foco na agricultura familiar. Além disso, a doação incluiu a parte produtiva da fazenda com todos seus equipamentos. O então denominado *campus* de Lagoa do Sino começou a ser planejado em 2011 e seus desafios vão muito além das questões didático-pedagógicas, seja em pesquisa, ensino ou extensão.

A implantação do *campus* Lagoa do Sino, entre outros implantados no país devido ao programa Reuni, nos remete à responsabilidade nos impactos socioeconômicos, ambientais e culturais resultantes da presença da universidade no contexto urbano local e microrregional. A relação entre universidade e cidade acentua-se nas cidades de médio e pequeno porte e provoca alterações nas atividades socioeconômicas, nas relações de valor do solo urbano e nos impactos ambientais.

No caso do Lagoa do Sino, muitos desses impactos, mais do que previstos, eram esperados, e foram imediatamente refletidos em pequenos núcleos urbanos que fazem parte do entorno da antiga fazenda, em especial no município de Campina do Monte Alegre, que dista aproximadamente 6 km do *campus* e configura-se na referência de cidade mais próxima, enquanto o município sede da fazenda, Buri, dista 30 km do *campus*.

A proposta de implantação elaborada por um grupo de professores da UFSCar para a unidade, considerando as características produtivas da fazenda e das características socioeconômicas da região, estrutura-se em três eixos: Desenvolvimento Sustentável Territorial; Soberania e Segurança Alimentar; e Agricultura Familiar. (UFSCAR, 2011) Esses eixos deram origem aos três primeiros cursos de graduação que iniciaram as atividades acadêmicas em 2014: Engenharia Ambiental, com linha de formação em ambiente e desenvolvimento territorial; Engenharia Agrônoma, com linha de formação em agricultura familiar sustentável; e Engenharia de Alimentos, com linha de formação em segurança alimentar e desenvolvimento agroindustrial sustentável. Em 2016 foram criados mais dois cursos: Ciências Biológicas, com linha de formação em Biologia da Conservação, e Administração, com linha de formação em Sistemas Agroindustriais.

A partir do documento inicial de proposta para implantação de um novo *campus* da UFSCar (UFSCar, 2011), desenvolveram-se as estratégias de implantação do ponto de vista físico e acadêmico. Para o desenvolvimento físico que abrange a ocupação da fazenda, foram projetadas novas edificações e adaptações às instalações agrícolas existentes para uso

acadêmico. Por meio de contratação, montou-se, simultaneamente o plano de ocupação físico da área, desenvolvido a partir de 2013 configurando-se o primeiro Plano Diretor de Lagoa do Sino. O Plano Diretor e conseqüentemente o Zoneamento Ambiental Urbano (ZAU- Lagoa do Sino) fica a cargo do Escritório de Desenvolvimento Físico (EDF/UFSCar) que se situa no *campus* de São Carlos e que elabora, coordena e acompanha todos os projetos para os demais *campi* da Universidade.

O Escritório de Desenvolvimento Físico - EDF, criado em 1993, idealizou e colaborou na consolidação e expansão dos espaços físicos de todos os *Campi UFSCar* (*São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino*), por meio da elaboração de estudos, projetos e acompanhamento de obras, juntamente às prefeituras e subprefeituras dos *campi*. e administra as demais atividades conforme as metas estabelecidas pela comunidade UFSCar. O EDF teve diversos diretores, todos servidores docentes da universidade (em especial engenheiros e arquitetos) do *campus* São Carlos. Cabe ressaltar que a partir de início de 2020 o EDF passou a ser denominado SeGEF – Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico.

O presente capítulo estrutura-se em dois tempos:

1) desafios do primeiro Plano Diretor 2013/2015 e implantação/adequação inicial do *campus* e expectativas microrregionais (baseado em documentos produzidos na época);

2) a situação atual após a construção das sucessivas edificações e instalações didático-pedagógicas e de pesquisa no *campus* e seus reflexos na microrregião (abordados no formato da matriz SWOT).

Segundo sua natureza, este capítulo pode ser classificado como uma pesquisa básica e qualitativa. Desde o ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória e explicativa. As técnicas usadas para essa abordagem foram baseadas em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa ex-post facto. Além disso, foi usada a matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*) [em português: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças], criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen entre os anos 1960 e 1970. Segundo Chiavenato e Sapiro (2009), a matriz SWOT é usada para cruzar o ambiente interno (forças e fraquezas) com o ambiente externo (oportunidades e ameaças) na avaliação de empreendimento e no planejamento estratégico das empresas. No entanto, atualmente a análise SWOT é usada em diversas áreas. E, aqui, considera-se o *campus* Lagoa do Sino um empreendimento educacional, público e de grande impacto internamente, em seu *campus*, e externamente, em seu território microrregional.

Como destaque dos desafios desde os primeiros planos e projetos para o *campus* Lagoa do Sino, ressalta-se a experiência de planejar a transformação de uma área rural em universidade. Caracteriza-se como uma atividade de planejamento urbano, pois tal “empreendimento” pode ser considerado a criação de um ambiente urbanizado em zona rural e, portanto, equipara-se aos parcelamentos em glebas rurais para uso urbano, o que resulta nos mesmos problemas destes, principalmente quanto ao acesso à infraestrutura. Tal abordagem justifica a importância de um Plano Diretor físico-territorial no acompanhamento desde as primeiras adaptações e construções no *campus* e suas sucessivas ampliações.

A oportunidade de resgatar o início de uma experiência muito específica de urbanização acelerada em uma região de herança completamente rural agrícola pode colaborar com o questionamento quanto aos impactos sobrevindos à implantação do *campus*. Nesse processo histórico da criação iniciada há quase 10 anos da doação da área, estão as sementes de ideais e de preocupações com o impacto regional presente desde os primeiros estudos e relatos na proposta de implantação do *campus*:

“Do ponto de vista socioeconômico, tomando como indicador o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que integra o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a longevidade e a educação, a maior parte dos municípios (35) apresenta os menores índices e apenas 11, os melhores. Analisando o Estado de São Paulo como um todo, constata-se que a região em foco se constitui numa das mais pobres do estado e, inclusive, do país. (UFSCAR, 2011, p. 12)

Objetiva-se avaliar os impactos inicialmente previstos e compará-los com as fases posteriores e a perspectiva de avanços fora dos limites do *campus*, com um panorama dos impactos econômicos, sociais e ambientais sobre a cidade de Buri e principalmente sobre a pequena cidade de Campina do Monte Alegre.

Na região, encontra-se ativo o Consórcio de Desenvolvimento da Região Sudoeste (CONDERSUL), constituído por 17 municípios que que integram a 16ª Região Administrativa de Itapeva: Campina do Monte Alegre, Buri, Capão Bonito, Taquarivaí, Ribeirão Grande, Guapiara, Itapeva, Nova Campina, Ribeirão Branco, Apiaí, Bom Sucesso de Itararé, Barra do Chapéu, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Riversul, Itararé e Ribeira.

Possíveis avanços e impactos positivos com a chegada da universidade federal na região são expressos em várias oportunidades e podem ser resgatados na abordagem da CONDERSUL (2019), que revela que a expectativa criada com a implantação de centros educacionais de ensino superior marca uma nova era na região através da qualificação da mão de obra e das pesquisas para o desenvolvimento do Sudoeste Paulista. Destaca-se, ainda, que uma das características que marca a região é o fato de possuir as maiores propriedades em termos de áreas territoriais produtiva do estado de São Paulo, porém

destaca também que necessitam de novas experiências de gestão a fim de agregar valor ao produto agrícola de forma a aumentar a riqueza regional e gerar mais emprego e renda.

Para melhor caracterizar o perfil da microrregião, é importante observar que o total de habitantes dos municípios que compõem o consórcio é de 347.193. O maior município entre eles é Itapeva, onde se situa a sede do consórcio, com 94.804 habitantes, e o menor é Itaoca, com 3.330 habitantes. O Município de Buri possui estimadamente 19.965 habitantes e Campina do Monte Alegre 6.057 habitantes, segundo estimativa para o ano de 2020. (IBGE, 2021)

Devido aos impactos previstos, esperados ou não, com a implantação do *campus*, as cidades em sua área de influência passaram a ter a necessidade de aprimorar seus instrumentos de planejamento e política urbana, até então pouco expressiva, dada a reduzida velocidade de crescimento econômico, urbano e populacional da região.

Conforme exigências do Estatuto da Cidade (2001) para elaboração de Planos Diretores, tanto Buri como Campina de Monte Alegre estariam entre os municípios isentos da obrigatoriedade por possuírem menos de 20 mil habitantes, porém conforme determinação da Constituição do Estado de São Paulo (1989), todos os municípios paulistas deveriam desenvolver seus Planos Diretores. Contudo, a própria oportunidade e impactos gerados pelo “empreendimento” UFSCar já justificam a necessidade da elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, pois conforme inciso V do artigo 41 da Lei nº 10.257/2001, o plano diretor é obrigatório para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (BRASIL, 2001)

Quanto ao impacto ambiental resultante da implantação do *campus*, é inegável o esforço em mitigar as ações, a começar pelo perfil dos profissionais (docentes e técnico-administrativos) que iniciaram as atividades acadêmicas para as quais a preservação das características locais sempre foi primordial. Segundo Proposta para Implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar elaborado em 2011, que descreve o que foi encontrado na área e região da então fazenda, o local conta com fontes de água e quatro açudes, localizando-se a poucos quilômetros do rio Paranapanema. A área possui também como reserva legal uma região de alagados. Segundo relato da Comissão de Implantação do *Campus* (UFSCAR, 2011, p. 15), “além de peixes, nessas águas é comum encontrar-se jacarés e

aves. Também na área da fazenda são avistados, com frequência, tamanduás, capivaras e várias espécies de aves”. Tais descrições comprovam o perfil rural e ambientalmente resguardado que o território possuía na fase que antecede a implantação do *campus*.

## Olhares sobre as questões ambientais no Campus Lagoa do Sino

O primeiro Plano Diretor para a implantação do *campus* Lagoa do Sino foi desenvolvido pelo Escritório de Desenvolvimento Físico (EDF/UFSCar), por meio da contratação do AE Arquitetos Associados, vencedores de processo licitatório em 2012. Assim, deram início aos trabalhos paralelamente às demais equipes de definição pedagógica e administrativa (Figura 1), seguindo as orientações do relatório de propostas:

“É fundamental a formação de 3 grupos para acompanhamento do processo de desenvolvimento do novo campus. Esses grupos devem ser multidisciplinares e com representantes de todos os campi da UFSCar. Esses grupos atuarão nas seguintes dimensões:

1. Produção e comercialização: grupo encarregado de desenvolver uma proposta para buscar a manutenção da produção da fazenda Lagoa do Sino.
2. Implantação do projeto pedagógico: grupo encarregado de desenvolver a proposta para criar cursos no novo campus que tenham direcionamento para o desenvolvimento sustentável, com prioridade para a excelência acadêmica, a inovação e o compromisso social.
3. Promoção de articulação institucional: grupo que vai promover a articulação com os demais campi da UFSCar. Importa também elaborar o Plano Diretor para o novo campus, o que deve ser iniciado imediatamente após a aprovação desta proposta. (UFSCAR, 2011, p. 67)

UFSCAR Universidade Federal de São Carlo   Campus Lagoa do Sino	
Projeto	 <p>Fonte: UFSCAR (2015a).</p>
Contexto	<p>Localiza-se na zona rural do município de Buri (19 mil habitantes), distante 36 km do distrito sede e cerca de 5 km da cidade de Campina do Monte Alegre (6 mil habitantes), com 643 hectares em uma área doada por um fazendeiro da região (UFSCAR, 2015a).</p>
Potencialidades	<p>Próxima ao Vale do Ribeira, a região é considerada uma das mais pobres do Estado e, também, do País. Apesar de sua localização entre municípios bastante industrializados, a maior parte das cidades da região tem economia voltada principalmente para a pequena agricultura. A região também tem características ambientais interessantes, com remanescentes de Mata Atlântica e de Cerrado (UFSCAR, 2015a).</p>
Perspectivas	<p>Transformações urbanas ocorridas nas cidades do entorno, promoção de ofertas e oportunidades nas áreas de habitação, serviços e bens para a cidade e região.</p>
Problematisações	<p>Localização e dimensão distância entre o centro urbano de Buri (30 km) e proximidade (6 km) de uma pequena cidade, Campina de Monte Alegre e que promoveram uma “erupção” de ofertas e “oportunidades”, em busca dos benefícios econômicos vindos da instalação da Universidade, incluindo questões relacionadas ao surgimento de novos loteamentos, equipamentos comerciais e de prestação de serviços, entre outros. Necessidade de construção de acessos em área rural, criação de acessos a partir de uma rodovia (inclusive com passagens de pedestres e ciclistas), transporte público. Falta de serviços básicos, como educação para filhos e empregos aos conjúgos.</p>
Implantação	 <p>Fonte: UFSCAR (2015a).</p>

**Figura 1.** Considerações Regionais do PD Lagoa do Sino 2013/2015

**Fonte.** CALDERARI (2018)

O primeiro Plano Diretor para o campus Lagoa do Sino foi discutido e apresentado à comunidade acadêmica, inclusive aos novos docentes e administradores do *campus*, mas não chegou a ser aprovado, razão pela qual não está disponível nos sites oficiais da UFSCar. A exceção é o Mapa de Zoneamento, definido em 2015, que se encontra disponível para consulta junto a outros planos e projetos, incluindo a nova proposta de Plano Diretor apresentada pelo EDF em 2019.

O *campus*, portanto, foi planejado inicialmente a partir do Plano Diretor 2013/2015, em 2019 recebeu novo Zoneamento por meio da aprovação de novo Plano Diretor Físico-Ambiental do *campus* Lagoa do Sino, o qual foi desenvolvido ao longo de 2017 e 2018, pelo Escritório de Desenvolvimento Físico (EDF/UFSCar) e pela Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS/ UFSCar) junto à comunidade do *campus*.



**Figuras 2 a 5.** Capela; Sede da fazenda; Escritório administrativo; Garagem de tratores  
**Fonte.** Os Autores (2013).

As Figuras 2 a 5, de 2013, mostram as primeiras obras de adequação das construções existentes para a transformação da fazenda em *campus* universitário e foram tiradas durante a fase de vistorias inicial das obras básicas de acesso às construções existentes e suas adaptações. Conforme dados da UFSCar (2020), o *campus* possui de 643,3421 hectares (Figura 6), constituindo a fazenda (Lagoa do Sino) que apresentava, na ocasião, produção de grãos e contava com 11 funcionários. Naquele momento, viviam na área 39 pessoas; porém estas foram substituídas por funcionários. As áreas internas e externas de acesso ao *campus* se urbanizaram aos poucos,

tendo seu aspecto rural alterado após ter convivido inicialmente com a recém estrutura de salas de aula, laboratórios e edificações administrativas. A capela (Figura 2) foi preservada e considerada patrimônio cultural, histórico e arquitetônico da fazenda. A casa sede (Figura 3) foi preservada e adaptada internamente para abrigar a diretoria e a prefeitura do *campus*. Foram instaladas rampas de acesso a antigas edificações. A garagem de tratores, que será apresentada mais adiante na Figura 8, foi transformada no primeiro conjunto de salas de aula, tendo sido aproveitada totalmente a estrutura de cobertura existente. Estas e outras adaptações contribuíram para o início das atividades acadêmicas do ponto de vista das edificações.

### Identificando os aspectos ambientais no Campus Lagoa do Sino

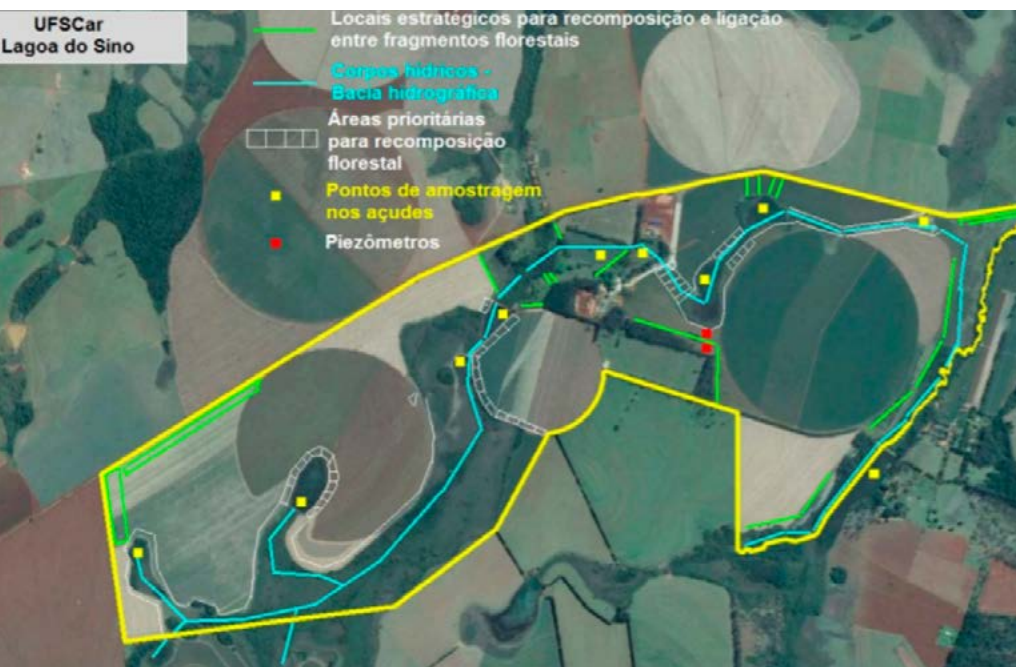
Segundo definições do primeiro Plano Diretor (EDF 2013/2015), a proposta segue uma ordem de prioridades para a recuperação das áreas ambientalmente protegidas, priorizando as regiões à montante da bacia, especialmente: nascentes, mata ciliar à montante da microbacia, açudes e nascentes próximas ao lago e igreja. A Figura 6 delimita o *campus* sobre uma imagem de satélite e indica locais estratégicos para recomposição de fragmentos florestais.

Na Figura 6 observa-se não só a área da fazenda, mas também seu entorno que se caracteriza basicamente por áreas de preservação e áreas produtivas completamente rurais. Dessa forma, para a implantação de um *campus* universitário neste contexto, faz-se necessária uma mudança estrutural e grandes investimentos em infraestrutura básica (energia elétrica, rede e reservatório de água, vias e pavimentos, redes de informação etc.).

O Plano Diretor inicial, contratado em 2013 pelo EDF, estabelece as fases da implantação. A Figura 7 define essas zonas de uso estabelecendo as etapas físicas da implantação do *campus* e teve importante papel na definição administrativa quanto às primeiras estruturas a serem adaptadas, conservadas e construídas, além de estabelecer acessos e percursos intracampus considerando as diferentes atividades que deveriam coexistir (atividades acadêmicas e atividades agrícolas produtivas).

A UFSCar, ao aceitar o desafio da implantação de mais um *campus* no interior do estado de São Paulo, confirma o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dessa região e, em 2014, inicia as atividades dos três primeiros cursos de graduação da unidade. Faz parte do pacto do aceite

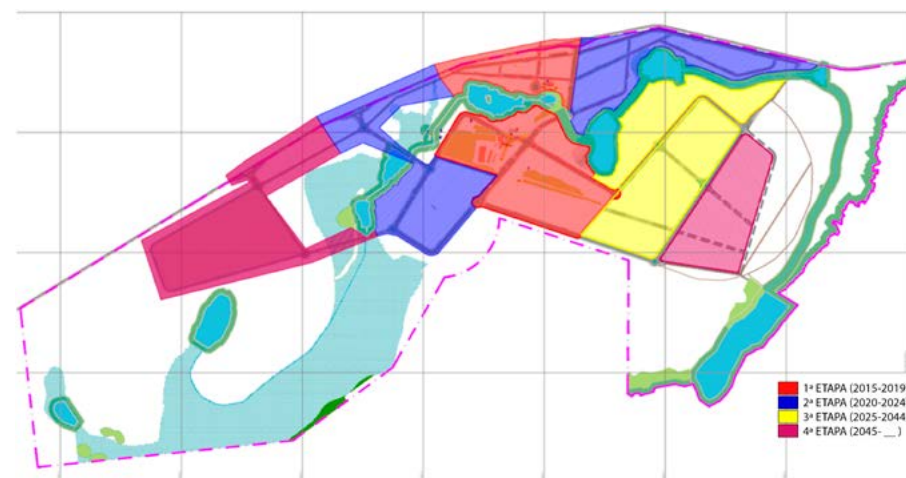
das condições de doação da fazenda à universidade receber, além da área, todas as instalações e parte dos equipamentos da propriedade, como tratores, colheitadeiras e silos de armazenagem.



**Figura 6.** Delimitação de áreas no campus  
**Fonte.** Plano Diretor de Lagoa do Sino 2013/2015 (UFSCAR/EDF).

O *campus* fica a 130 km da cidade de Sorocaba, em uma região caracterizada pelo contraste entre alguns municípios muito industrializados e outros com economia voltada para a agricultura familiar. A região também possui características ambientais interessantes, com remanescentes de Mata Atlântica e de Cerrado, sendo uma das regiões do estado de São Paulo com maiores índices de preservação da vegetação nativa.

Em 2020, o processo de implantação contou com 9.947,15 m<sup>2</sup> de área construída, entre edificações da antiga fazenda que foram adaptadas para atender às novas necessidades e edifícios construídos pela universidade, que abrigam salas de aula, laboratórios didáticos, sala de informática, salas de reuniões, gabinetes para docentes, estrutura administrativa, Biblioteca e Restaurante Universitário, entre outras.



**Figura 7.** Definição das etapas físicas a serem implantadas  
**Fonte.** UFSCAR/EDF (2013).

## Novos olhares no Campus lagoa do Sino

A atualização do Plano Diretor Físico-Ambiental do *campus* Lagoa do Sino, desenvolvida pelo Escritório de Desenvolvimento Físico (EDF) e pela Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) e segundo a UFSCar/EDF (2019), apresenta dois grandes desafios: expansão física e preservação ambiental sobre o território do *campus* (antiga fazenda).

A proposta do PD 2019 (UFSCar/EDF, 2019) busca atender às demandas acadêmicas e ambientais do *campus* e dos seus cinco cursos atuais. Neste documento, caracterizado somente por um mapa de zone-

amento, destaca-se o fato de que, instalado em uma fazenda produtiva, o *campus* Lagoa do Sino tenha sua estrutura física ampliada e aprimorada para o atendimento às especificidades didático-acadêmicas dos cursos em andamento. Não há abordagem quanto à região ou impactos extracampus, seja de ordem ambiental, social ou econômica.

Segundo o PD apresentado (UFSCar/EDF, 2019) este contexto de ensino, pesquisa e extensão de Lagoa do Sino possui particularidades, pois necessita de ambientes para experimentação e cultivo; possui patrimônio histórico relativo ao período anterior à criação da universidade; dispõe de zonas de preservação ambiental permanente, entre outras peculiaridades.

Nesses relatos, abordam-se o primeiro tempo dos desafios do Plano Diretor 2013/2015 e a implantação/adequação inicial do *campus* e as expectativas microrregionais, baseados principalmente em documentos produzidos na época.

A segunda abordagem analisa a visão da situação atualizada em meados de 2020, após a construção das sucessivas edificações e instalações didático-pedagógicas e de pesquisa no *campus* e aborda-se como são tratados os seus reflexos na microrregião.

As fotos do *campus* em meados de 2020 (Figuras 8 a 11) mostram que convivem, na paisagem da antiga fazenda transformada em *campus* universitário, as novas edificações complexas de laboratórios com construções preexistentes que sofreram adaptações e preservação de edificações administrativas principalmente.

A maioria das adequações e reformas procuraram respeitar os valores arquitetônicos das singelas construções e das estruturas metálicas dos galpões agrícolas existentes, porém as novas

construções trouxeram o padrão construtivo já desenvolvido para os demais *campi* e impuseram à paisagem a marca dos edifícios da UFSCar. Edificações como o ambulatório somente tiveram adequações de implantação no terreno; o projeto básico e o executivo seguiram padrões prontos, com orçamento e descritivos construtivos já definidos.



**Figuras 8 a 11.** Antiga garagem transformada em bloco de salas de aula; Edificações existentes adaptadas - Biblioteca; Ambulatório; Bloco Didático 2  
**Fonte.** Os Autores (2020).

O *campus* Lagoa do Sino iniciou o ano de 2020 com aproximadamente 922 discentes, distribuídos nos cinco cursos: 184 em Engenharia Ambiental, 249 em Engenharia Agrônoma, 196 em Engenharia de Alimentos, 146 em Ciências Biológicas e 147 no curso de Administração. Além disso, dos 922 discentes, 16 são indígenas. Em 2019, o *campus* teve a primeira indígena formada no curso de Administração com linha de formação em Sistemas Agroindustriais. É importante destacar que todos os cursos já passaram pelo processo de avaliação de reconhecimento do MEC, sendo que as três engenharias obtiveram conceito 4 e Ciências Biológicas e Administração, conceito 5.

O corpo docente é formado por 66 professores, entre fixos e substitutos, com dedicação exclusiva. É importante destacar que os professores estão alocados no Centro de Ciências da Natureza (CCN) e não em um dos cursos, ou seja, a maioria dos docentes ministram aulas em mais de um curso. Além disso, o *campus* tem aproximadamente 46 técnico-administrativos e seis estagiários, distribuídos nos diferentes setores. Este é o quadro funcional acadêmico, não integrando a estrutura funcional e operacional da fazenda e suas atividades agrícolas, não abordados neste capítulo.

Referente à infraestrutura, até 2019 foram concluídos os seguintes laboratórios: Laboratório de Agricultura Familiar; Laboratório de Tecnologia de Alimentos; Laboratório de Biologia Celular e Genética; Laboratório de Engenharia; Laboratório de Física; Laboratório de Fisiologia Vegetal e Bioquímica; Laboratório de Gestão, Inovação e Estratégia; Laboratório de Microbiologia; Laboratório Multiusuário; Laboratório de Processos Biológicos e Ambientais; Laboratório de Produção Vegetal; Laboratório de Química; Laboratório de Solos; três Laboratórios de Informática e Sala de Reologia. Além disso, o *campus* possui 15 salas de aula, um auditório com capacidade para 100 pessoas e três salas de reuniões, além de restaurante, biblioteca e uma unidade básica de saúde. Estas estruturas funcionam, em sua maioria, em edificações novas.

Entre os projetos mais consolidados dentro do *campus* estão os de extensão que, nos últimos anos, tiveram um crescimento acelerado: de dois projetos em 2014, aumentaram para 42 projetos em 2020. A maioria segue os três eixos norteadores do *campus*: Desenvolvimento Sustentável, Segurança Alimentar e Agricultura Familiar.

Para alcançar os objetivos iniciais deste capítulo, utilizou-se uma metodologia que fez a correlação de potencialidades intrínsecas com externalidades (positivas e negativas), com base na matriz SWOT. Para o ambiente interno, foram listadas as principais Forças (S) e Fraquezas (W) e para o ambiente externo foram listadas as principais Oportunidades (O) e as principais Ameaças (T). O Quadro 1 apresenta os resultados da SWOT realizada.

Os resultados inicialmente mostraram que, para o ambiente interno ao *campus*, foram indicadas 16 variáveis, sendo 10 para as Forças (S) e 6 para as Fraquezas (W). Na parte das forças são destacados os espaços naturais que o *campus* possui, tais como: Áreas de Preservação Ambiental (APPs), áreas de reserva legal e trilhas ecológicas e o acesso a recursos hídricos (quatro nascentes e nove lagoas), o que permite uma maior interação entre homem e natureza e auxilia na formação de profissionais com maior consciência ambiental relacionada ao uso e cuidado dos recursos naturais. Outra força a destacar é a área onde se encontra o *campus*, pois é um laboratório a céu aberto para os cinco cursos atuais, como é o caso da fazenda produtiva, onde os alunos podem ter vivências práticas e reais.

Entre as fraquezas pode ser destacada a limitação de destinação de verbas para expansão do *campus*, o que afeta diretamente a falta de infraestrutura, já que existe a necessidade de terminar as obras do novo prédio que abriga salas de aula, laboratórios e gabinetes para docentes e técnico-administrativos. Além disso, existe a necessidade de expansão da Biblioteca e do Restaurante Universitário.

Outra fraqueza é a falta do quadro completo de docentes, o que acarreta, para eles, uma alta carga horária, muitas vezes inviabilizando outros tipos de atividades, como adesão a programas de pós-graduação e desenvolvimento de mais projetos de pesquisa e extensão.

Já no ambiente externo foram indicadas 20 variáveis, sendo 11 oportunidades (O) e 9 Ameaças (T). Dentro das Oportunidades, podem ser destacados o alto número de indivíduos sem ensino superior e as diversas parcerias que têm sido criadas entre a universidade e os diferentes atores da região, o que tem ajudado a melhorar os empreendimentos já existentes. Outro ponto observado com a chegada do *campus* é relacionado ao auxílio e apoio indireto ao desenvolvimento, principalmente do município de Campina de Monte Alegre/SP, onde mora 90% da comunidade universitária.



	Fatores Positivos	Fatores Negativos
	Strengths (Forças)	Weaknesses (Fraquezas)
<b>Ambiente Interno (campus)</b>	<p>S1 Acesso a laboratórios a céu aberto – estruturas funcionais da fazenda.</p> <p>S2 Corpo docente e técnico-administrativo qualificado e especializado.</p> <p>S3 Projeto Pedagógico inovador conforme avaliação MEC e equipe pedagógica UFS-Car.</p> <p>S4 Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, envolvendo questões locais.</p> <p>S5 Convivência da comunidade acadêmica em espaços naturais.</p> <p>S6 Acesso para uso dos recursos hídricos disponíveis na fazenda e campus.</p> <p>S7 Acesso à Mata Atlântica e ao Cerrado para estudos e visitação.</p> <p>S8 Desenvolvimento científico tecnológico e inovativo.</p> <p>S9 Políticas afirmativas e ações para o desenvolvimento humano (estudantes).</p> <p>S10 Acesso a diferentes eventos culturais e esportivos.</p>	<p>W1 Corpo docente ainda incompleto no campus, segundo projetos pedagógicos já aprovados e implantados.</p> <p>W2 Ausência de uma área adequada para o armazenamento de resíduos sólidos do campus.</p> <p>W3 Infraestrutura ainda incompleta no campus (ginásio esportivo, salas de estudo, expansão de laboratórios).</p> <p>W4 Falta de mais possibilidades de acesso dos docentes do campus à gestão da fazenda.</p> <p>W5 Limitação da destinação de verbas para a expansão do campus em desenvolvimento.</p> <p>W6 Falta de criação de programas de pós-graduação e especialização para aproveitamento de corpo docente e dos laboratórios, provocando subutilização da capacidade instalada.</p>
	Opportunities (Oportunidades)	Threats (Ameaças)
<b>Ambiente Externo (Região e entorno)</b>	<p>O1 Parcerias com outras universidades e centros de pesquisa (nacional e internacional).</p> <p>O2 Parcerias com pequenos agricultores e empresas, especialmente da microrregião.</p> <p>O3 Parcerias com as escolas municipais, estaduais e particulares da região.</p> <p>O4 Parcerias com as prefeituras da região.</p> <p>O5 Muitos indivíduos ainda sem ensino superior na região.</p> <p>O6 Abertura de novos cursos não existentes na região.</p> <p>O7 Abertura de novas vagas para concursos públicos de professores e técnico-administrativos.</p> <p>O8 Expansão das vias para mobilidade mais sustentável.</p> <p>O9 Oferta de assessoria técnica e de consultoria para as empresas e pequenos agricultores da região.</p> <p>O10 Oportunidade de oferta de cursos para vestibulares gratuitos, inexistentes na região.</p> <p>O11 Criação de espaços para eventos culturais, esportivos e acadêmicos.</p>	<p>T1 Insuficiência de verbas para pesquisas de projetos de pesquisa e extensão.</p> <p>T2 Fuga dos docentes e técnico-administrativos para outros campi.</p> <p>T3 Falta de verbas públicas para expansão do campus.</p> <p>T4 Dificil acesso às cidades próximas e ao campus (falta de transporte).</p> <p>T5 Falta de infraestrutura física das cidades próximas ao campus.</p> <p>T6 Concorrência com outras instituições de ensino da região.</p> <p>T7 Fuga dos profissionais formados no campus para outras regiões e outros campi.</p> <p>T8 Falta de mais oportunidades de empregos na região para profissionais de ensino superior.</p> <p>T9 Mudança de perfil imobiliário das ofertas de moradia para locação em Campina de Monte Alegre/SP.</p>

**Quadro 1.** Resultados da SWOT aplicada ao campus Lagoa do Sino

**Fonte.** Os autores (2020)

Como ameaças externas, o T9 evidencia a dificuldade de encontrar imóveis adequados para morar na pequena cidade de Campina de Monte Alegre. O perfil quase rural das casas foi impactado pelas novas construções urbanas (a exemplo do modelo de quitinetes). Em geral, muitos dos imóveis são inadequados para estudantes, docentes e técnico-administrativos e os aluguéis são caros.

No trabalho de Mota (2020), que analisou as relações entre sujeitos em Campina de Monte Alegre após a implantação da universidade, alguns pontos positivos e negativos foram identificados por moradores e estudantes entrevistados. Do ponto de vista dos moradores, foram relatados pontos positivos relacionados ao respeito dos alunos pelas pessoas da cidade, ao incremento econômico para a cidade, à maior interação entre moradores e estudantes e à maior oportunidade no ingresso de uma universidade pública pela população. No entanto, alguns pontos negativos foram levantados, principalmente relacionados aos comportamentos dos estudantes, que são incompatíveis com os hábitos da antiga cidade, como barulho em festas até altas horas da noite, uso de substâncias ilícitas e aumento no consumo de bebidas alcoólicas. Além disso, aborda-se um significativo aumento de preços dos aluguéis.

Na parte das ameaças, as mais destacadas estão relacionadas aos cortes de verbas para *campi* de universidades públicas em franca implantação, como é o caso de Lagoa do Sino, o que representa um risco à sua gestão e manutenção, pois tais cortes de verba atingem a contratação de novos docentes e técnico-administrativos, dificulta a manutenção da infraestrutura e de serviços e diminui a verba destinada a projetos de extensão.

Outras ameaças estão relacionadas à falta de infraestrutura na cidade, especialmente o serviço de saúde, a disponibilidade de transporte e as dificuldades de acesso a serviços da rede bancária. Estes últimos dados foram constatados no trabalho de Mota (2020), no qual acrescenta a falta de diversidade em lazer e alimentação. Como pontos positivos relatados pelos estudantes entrevistados, foi destacada a aproximação afetiva com algumas pessoas da cidade.

Entre as potencialidades positivas observadas, podem ser destacadas as parcerias da universidade com os diferentes atores (pequenos agricultores, prefeituras, empresas, escolas etc.), de forma a aumentar os projetos de pesquisa e extensão para os próximos anos e viabilizar verbas para a realização de projetos de pesquisa, de extensão e de Iniciação

Científica. Além disso, o aumento da assistência técnica e de consultoria realizada por docentes e discentes do *campus*, alguns inseridos dentro da consultoria Junior do *campus* e do projeto Enactus, pode ajudar a aumentar ainda mais os empreendimentos na região e a melhorar os empreendimentos existentes.

Outro potencial positivo a ser destacado é o cursinho popular Carolina Maria de Jesus, criado em um projeto de extensão da UFSCar-Lagoa do Sino por técnico-administrativos e que, nos últimos anos, tem ajudado na preparação para vestibulares e no ingresso a universidades públicas, inclusive no mesmo *campus*.

Entre as potencialidades negativas, o maior destaque é o problema de insuficiência de verbas, tanto interna quanto externamente, para a expansão e manutenção do *campus* em franca expansão. Conseqüentemente, isto leva a um retrocesso frente aos objetivos delineados na proposta inicial do *campus* e impacta no ritmo insuficiente da expansão da infraestrutura e da composição do corpo docente e técnico-administrativo. Tais fraquezas podem, inclusive, inviabilizar a possibilidade de criação de novos cursos no *campus*.

Para neutralizar essas potencialidades negativas frente aos problemas de verbas, devem de ser traçadas novas estratégias, como a procura por ajuda de verbas parlamentares, alternativas de parcerias internacionais com projetos de pesquisa que apoiem a infraestrutura com parte da verba (construção de laboratórios e compra de equipamentos). Por fim, é importante que sejam revistos os critérios de repasse de verbas da fazenda produtiva para o *campus*, para que sejam canalizadas, conforme os planos iniciais da formação do *campus* e doação da área, e ajudem na

expansão dos cursos e na realização de atividades que reduzam os impactos ambientais e sociais do *campus* na microrregião.

## Vivendo e aprendendo com o Campus Lagoa do Sino

A oportunidade de escrever este capítulo foi mais do que o resgate histórico e avaliativo de uma experiência de criação de um novo campus universitário em área rural em pequeno município do interior do estado de São Paulo. Foi a oportunidade de reconhecer a Universidade Federal, em especial a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como propulsora de desenvolvimento urbano para além das expectativas da população da microrregião e, especialmente, da população dos municípios de Buri, Angatuba e Campina do Monte Alegre.

Ironicamente, a universidade que leva o nome da cidade de seu campus sede, São Carlos, interior do estado de São Paulo, estendeu-se para dentro do estado e chegou em 2020 com quatro *campi*, sendo Lagoa do Sino o mais recente, com maior área territorial e com grandes desafios ambientais, sociais e microrregionais, tanto do ponto de vista do processo de ampliação da capacidade educacional, como no impacto nos Indicadores de Desenvolvimento Humano da região geográfica na qual está inserida. A universidade, vista desse âmbito, pode transformar e contribuir para melhorias na qualidade de vida da população local e de sua própria comunidade acadêmica.

As conclusões traçadas a partir da matriz SWOT ajudaram a levantar um diagnóstico preliminar do cenário atual; contudo, são ainda bem parciais, tendo em vista que o campus possui tenra idade e ainda poucos estudos sobre suas potencialidades específicas e externalidades resultantes de expectativas e especulações.

No intuito de resgatar os impactos inicialmente previstos e compará-los com ocorrências posteriores, confirma-se a preocupação da abrangência de implantação de um novo campus universitário, principalmente em regiões de múltiplas carências urbanas. O impulso para o crescimento da taxa de urbanização, as mudanças comportamentais e, principalmente, as novas demandas de uso e ocupação de solo urbano, resultantes de perfil socioeconômico diverso ao anteriormente existente, devem ser questões a serem incluídas em planos e diretrizes de implantação da UFSCar, como também devem compor a política de desenvolvimento urbano dos municípios diretamente afetados.

A responsabilidade das universidades públicas federais enquanto objeto tratado neste capítulo, com a implantação de novos *campi* ou mesmo ampliações significativas de antigos *campi*, evoca efeitos muito fortes deixados pela ação de urbanizar, tais como empreendimentos privados, educacionais ou não, que provocam impactos em sua vizinhança imediata ou nas cercanias, além dos impactos ambientais que podem ser diagnosticados quanto à sua influência direta ou indireta.

Na busca de aprofundar o conhecimento sobre como tais abordagens foram tratadas inicialmente e como seguem em seu processo de desenvolvimento no campus de Lagoa do Sino, evidenciaram-se, na matriz SWOT, inúmeros impactos da implementação, que se expandiram para fora dos limites do campus. Apresentou-se, assim, um panorama dos impactos econômicos, sociais e ambientais e culturais sobre a cidade de Buri e, principalmente, sobre a pequena cidade de Campina do Monte Alegre, onde mora aproximadamente 90% dos universitários. Com a instalação de um campus universitário, há de estruturar-se todo um modo de vida característico das comunidades universitárias que, por vezes, confronta o cotidiano existente do entorno, mas se caracteriza como uma grande oportunidade de melhorias fundamentais na infraestrutura em geral, especialmente na mobilidade, na tolerância social e na capacitação técnico-científica dos novos profissionais que podem (re)construir o modelo de desenvolvimento da região dentro de uma visão mais sustentável.

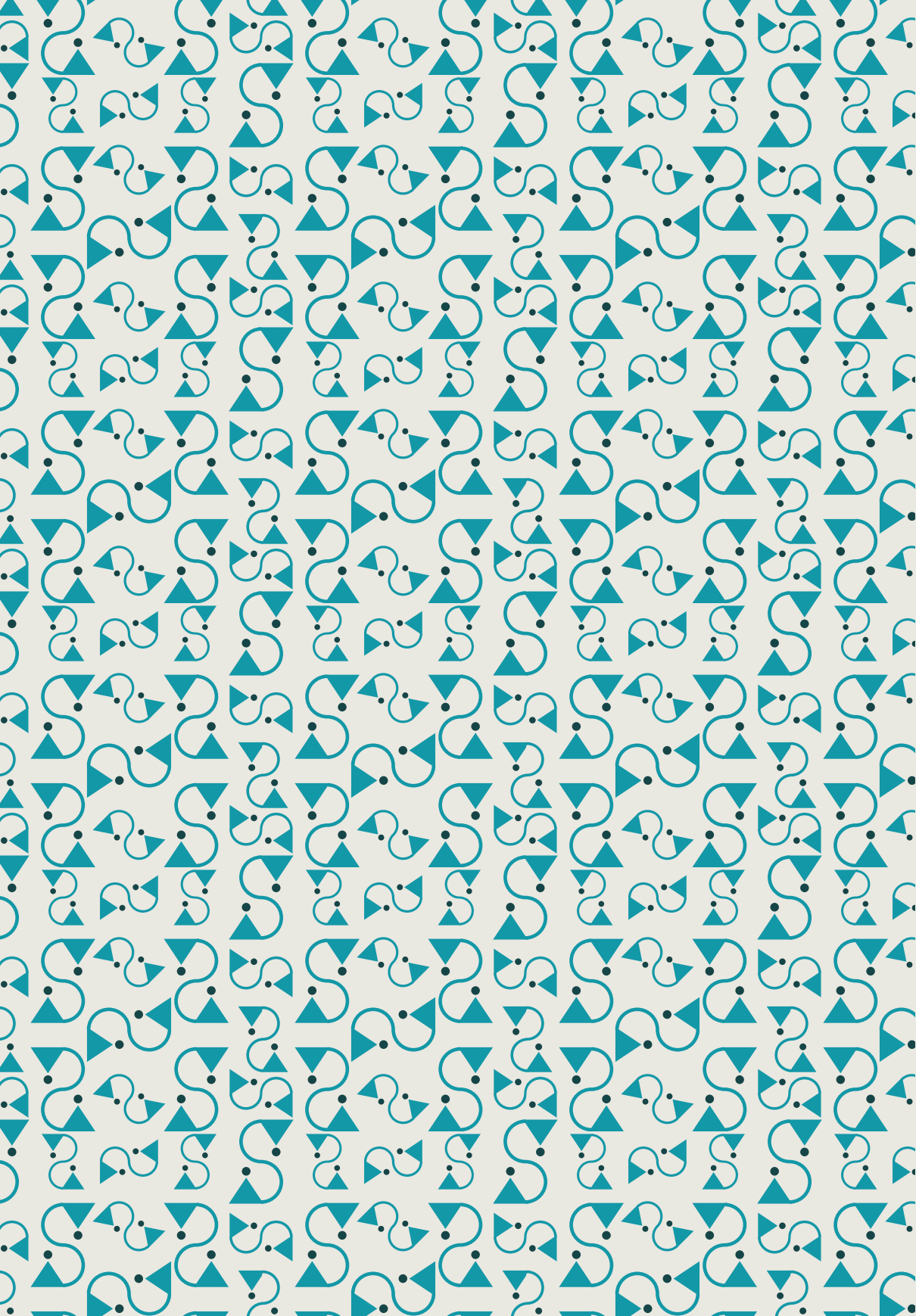
Tais perspectivas de impacto, intrínseco ao processo de urbanização de um campus universitário, devem ser tratadas de forma equilibrada com medidas de mitigação ou compen-

sação, buscando sustentabilidade e respeito às comunidades preexistentes, como é o caso de Campina do Monte Alegre.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.html). Acesso em: 30 jun. 2020.
- CALDERARI, Elaine Saraiva. *(Des)Continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos: reflexões sobre o papel dos novos campi universitários*. 2018. 396f. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, 2018.
- CONDERSUL – *Consórcio de Desenvolvimento da região Sudoeste*. Disponível em: <http://condersul.com.br/2019/02/01/prefeitos-do-condersul-se-reunem-com-joao-doria/>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. Disponível em: IBGE | Cidades@ | São Paulo | Campina do Monte Alegre | Panorama. Acesso em: 22 an. 2020.
- MOTA, Ilka de Oliveira. Relações entre sujeitos em Campina do Monte Alegre após a implantação da UFSCar. *RUA, Campinas/SP*, v. 26, n. 1, 2020. DOI: 10.20396/rua.v26i1.8659645. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8659645>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- UFSCAR. Conselho Gestor da Fazenda Lagoa do Sino. *Breve histórico sobre o início da construção do projeto campus Lagoa do Sino*. [S. l.; s. n.]. Disponível em: <http://www.cgfls.ufscar.br/o-campus>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- UFSCAR/EDF. *Plano Diretor Físico-Ambiental Campus Lagoa do Sino*. São Carlos/SP, [2019]. Disponível em: <http://www.soc.ufscar.br/coad/2019/arquivos/pauta-da-52-reuniao-ordinaria-do-coad-04-10-2019/plano-diretor-fisico-ambiental-campus-lagoa-do-sino.pdf/view>. Acesso em: 6 maio 2020.
- UFSCAR. *O campus*. [S. l.; s. n.]. Site oficial da UFSCar campus Lagoa do Sino. Disponível em: <https://www.lagoadosino.ufscar.br/o-campus>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- UFSCAR. Proposta para Implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar- comissão presidida pelo prof. Prof. Dr. Luiz Fernando Paulillo, São Carlos, 2011. Disponível no site institucional UFSCar no link: <http://www.cgfls.ufscar.br/o-campus>. Acesso em 07 jun. de 2020.





**UNIVERSIDADE  
E SOCIEDADE  
INTERAGINDO NOS  
TERRITÓRIOS**

**2**



## **A UNIFESP ENTRE CEUS E OBSERVATÓRIOS: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DE AÇÃO IMPLICADOS COM A REALIDADE SOCIAL**

**Universidade Federal de São Paulo**

Anita Kurka, Claudia Fegadolli, Pedro Arantes e  
Raiane Assumpção

### **Introdução**

As universidades são, em geral, instituições plurais permeadas por interesses, demandas e expectativas variadas, podendo coexistir propostas pedagógicas que tenham intencionalidades distintas e até antagônicas, que se manifestam no ensino, na pesquisa, na extensão e nas instâncias deliberativas e governamentais. Portanto, é sempre importante reconhecer e analisar quais concepções e projetos de educação se materializam nas ações e nos processos institucionais que constituem o espaço acadêmico, em especial na produção de conhecimento e troca de saberes que fortalecem as dimensões democráticas, participativas e colaborativas, ou quais as negam.

Neste capítulo, apresentaremos as motivações e o processo de implantação do Conselho Estratégico Universidade-Sociedade (CEUS) e da Política de Observatórios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2019d) como espaços institucionais de análise, produção de conhecimento, formação e articulação, implicados com a realidade brasileira, especificamente no campo das políticas públicas e da garantia de direitos, com as especificidades dos diferentes contextos socioterritoriais em que a universidade atua nos seus sete *campi*.

O CEUS e os Observatórios nasceram como políticas institucionais da Unifesp no final de 2018, após uma eleição presidencial muito polarizada e amplamente baseada em estratégias de desinformação da população (ALMEIDA, 2018). Naquele momento, entendeu-se que era preciso fortalecer a missão da universidade pública na interlocução qualificada com a sociedade e na produção de conhecimento baseado em dados, evidências e divulgação de informações confiáveis sobre as transformações em curso no país e que deveriam se aprofundar nos anos seguintes. Para isso, era preciso construir espaços institucionais novos, como o CEUS e os Observatórios.

Esses espaços institucionais, de natureza dialógica, especialmente os Observatórios, passaram a incorporar uma ação importante para a forma de ser e atuar da universidade no contexto citado: sistematizar, de forma participativa e inovadora, dados e análises sobre a nossa recente expansão (a maior do país de uma universidade existente), apresentando o impacto acadêmico, social e territorial da nova Unifesp.

Essas iniciativas de construção de processos participativos (CEUS e Observatórios) foram

também meios encontrados para orientar esta nova fase da história institucional, pós-expansão da universidade pública federal brasileira, diante do objetivo de consolidação e constituição identitária e pública da Unifesp, para além da Escola Paulista de Medicina-EPM.

A EPM e o Hospital São Paulo (maior hospital universitário federal do país), fundados em 1933, nasceram como uma escola e hospital privados, de iniciativa da oligarquia cafeeira de São Paulo, diante do crescimento da cidade e, concomitantemente, das epidemias e doenças próprias a um grande centro urbano e industrial, marcado pela desigualdade. A EPM tornou-se pública ao ser federalizada em 1956, quando o governo injetou mais recursos para o crescimento da Escola e de seu Hospital. Em 1994, a Escola Federal, junto com a Escola Paulista de Enfermagem, transformou-se em universidade temática na área da saúde e recebeu o nome de Universidade Federal de São Paulo. Até aquela data, o estado de São Paulo contava apenas com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), voltada às engenharias, e era pouco articulado com o sistema universitário federal, tendo investido no fortalecimento de um sistema estadual independente.

A partir de 2005, a Unifesp tornou-se uma universidade multitemática, com forte expansão, passando de 2 mil para 19 mil estudantes de graduação e pós-graduação, impulsionada pelo REUNI, abrindo seis novos *campi*: na Baixada Santista (com o Instituto de Saúde e Sociedade e o Instituto do Mar); em Guarulhos (com a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); em Diadema (com o Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas); em São José dos Campos (Instituto de Ciência e Tecnologia); em Osasco (Escola Paulista de Política, Economia e Negócios) e na Zona Leste da capital (Instituto das Cidades, em implantação).

A Unifesp, em 2020, passou a oferecer 54 cursos de graduação, 70 cursos de mestrado e 45 de doutorado. A comunidade acadêmica é formada por 13,4 mil estudantes de graduação e 5,6 mil de pós-graduação *stricto sensu*, 1,4 mil residentes (médicos e multiprofissionais), 1,7 mil docentes e 4 mil técnicos, sendo 2,5 mil atuando em nosso Hospital Universitário. Na maioria dos *rankings* nacionais e internacionais a Unifesp tem se mantido entre as 5 melhores universidades do Brasil.

A enorme expansão da Unifesp, e de todo o sistema federal, foi interrompida a partir de 2015, com o aprofundamento das crises econômica, orçamentária e política no contexto brasileiro. Em 2016, o afastamento da presidente Dilma Rousseff, a Emenda Constitucional nº 95,

do Teto dos Gastos e do Novo Regime Fiscal, e, desde então, uma sucessão de contra reformas trabalhistas, sociais e da previdência impuseram ainda mais restrições ao setor público.

A conjuntura que deu origem às iniciativas do CEUS e dos Observatórios está relacionada à virada política desse período, em que as universidades assumiram papel importante na luta por direitos, por financiamento público e em defesa da democracia e, ao mesmo tempo, entraram em alerta, vivendo uma crise orçamentária permanente e ataques à sua autonomia. Também se tornaram alvo de uma “guerra cultural”, que procurava deslegitimar a universidade pública e seu papel científico e social no país e impedir professores, em todos os níveis, de exercerem sua liberdade de pensamento e de ensino. Essa situação se agravou com o processo eleitoral à presidência em 2018 e com o início da gestão Bolsonaro a partir de 2019.

O clima de guerra aberta contra as universidades ficou mais evidente em 2018. Seu ponto culminante ocorreu na semana anterior ao segundo turno das eleições presidenciais, em outubro de 2018, quando mais de duas dezenas de universidades foram alvo de operações policiais supostamente destinadas a impedir a disseminação de propaganda eleitoral por instituições públicas. O Supremo Tribunal Federal, ao final, manifestou-se contra as operações policiais e em defesa do princípio constitucional da autonomia universitária, por unanimidade dos votos.

A partir de janeiro de 2019, o governo Bolsonaro aprofundou a “guerra cultural” de difamação das universidades públicas, com repetidas tentativas de ingerência na democracia universitária, inclusive por meio de indicação de interventores ou de reitores que não foram os

escolhidos como primeira opção por suas universidades, além da edição de duas medidas provisórias para alterar a regra de indicação de reitores, ambas rejeitadas pelo Congresso Nacional.

Nesse contexto, de escalada de ataques às universidades, a Unifesp considerou urgente aprofundar e ampliar a interlocução qualificada e a sua articulação com a sociedade, em especial com os movimentos sociais, por meio de novas estratégias. Ao mesmo tempo, criou mecanismos para orientar parte das suas ações do campo da extensão universitária e da pesquisa para compreender contextos e tendências associadas a perdas de direitos, violência de Estado, conflitos sociais e predação ambiental, entre outros. O CEUS e os Observatórios são iniciativas exemplares desse movimento da Unifesp com vistas à articulação e alianças sociais, criando novos espaços e instrumentos institucionais para fazer frente aos desafios do tempo presente.

### **Ampliando o diálogo com a sociedade: a criação do CEUS<sup>1</sup>**

A interlocução institucionalizada com a sociedade civil, para além de projetos pontuais de extensão, pesquisa ou cooperação não tinha encontrado, até 2018, uma configuração mais potente na Unifesp. Até então, quando muito, havia a presença de um ou dois representantes da sociedade civil em cada Conselho Central e no Conselho Universitário (Consu). A presença desses representantes logo era desestimulada pela forma de condução da pauta pelos temas internos do dia a dia da universidade, com uma série de procedimentos já conhecidos e cifrados da comunidade acadêmica e de não simples entendimento e envolvimento dos demais. Na reforma de Estatuto da Unifesp, que ocorreu ao longo das diversas sessões do Consu entre 2015 e 2018, foi criado um espaço institucional novo, um Conselho opinativo, no modelo que alguns governos já haviam adotado, com escuta qualificada e representativa da sociedade civil e espaço para diálogo e prestação de contas do que faz a universidade. Foi assim criado o Conselho Estratégico Universidade-Sociedade (CEUS), instituído como um órgão de caráter consultivo, cuja finalidade é assessorar o Consu e os

<sup>1</sup> *Esse tópico toma como base, amplia e atualiza trecho de outro artigo: ARANTES, Pedro et al. Democracia e participação na Unifesp: a universidade como laboratório de inovações democráticas. In: NEMI; GALLIAN (org.). Unifesp 25 anos história e reflexões. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.*

demaís conselhos centrais da instituição.

O CEUS é composto por representantes internos da Unifesp em cargos de direção e/ou representação (discente, docente e de técnicos) e por 60 representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, com mandato de dois anos. Foram definidos 15 segmentos de representação, com quatro vagas cada, de representação sindical e de movimentos sociais, passando por ONGs e entidades da área de educação, cultura e ciência, além de representações empresariais e patronais. Também foram previstas vagas para representação de governos, poder legislativo e órgãos do judiciário.

### Unifesp abre inscrições para Conselho Estratégico Universidade-Sociedade

*Órgão será espaço de diálogo entre  
a instituição e os setores público,  
privado e terceiro setor*

Inscrições abertas até  
**28 de novembro de 2018**

**Ajude a convidar nossos parceiros  
a se inscreverem!**

Mais informações no site da Unifesp



**Figura 1.** Chamada para eleição de representantes para o CEUS Unifesp

**Fonte.** Unifesp / ProPlan. Arte de Mariana Zanetti

Em outubro de 2018, foi aberta a chamada a interessados e todas as vagas foram preenchidas. Alguns segmentos não ocuparam as quatro vagas de direito e, conforme previsto no edital de chamamento, estas foram transferidas para segmentos que tiveram mais do que quatro candidaturas de representantes, com destaque para os de movimentos sociais e de entidades da sociedade civil (ONGs).

O Estatuto reformado da Unifesp deu competência ao CEUS para debater e propor: temas de interesse local, regional, nacional e internacional que orientem as ações de ensino, pesquisa e extensão da Unifesp; metodologias de ensino inovadoras; perfil de profissional para o século XXI alinhado com as necessidades da sociedade brasileira; parcerias para o desenvolvimento de inovações científicas, sociais e tecnológicas; parcerias para políticas públicas nas três esferas de governo; metodologias de avaliação, incluindo formas de avaliação das políticas de acesso, inclusão e permanência dos estudantes (UNIFESP, 2020, art. 33).

Entre 2019 e setembro de 2020, o CEUS realizou seis sessões, que abordaram os seguintes temas: apresentação geral da Unifesp; mapa das ações de extensão e de pesquisa desenvolvidas pela Unifesp; inclusão social e diversidade na universidade; estratégias de comunicação; situação orçamentária e de cortes; Programa Future-se apresentado pelo Governo Federal e sua avaliação crítica-propositiva. Também foram apresentados vídeos institucionais de divulgação científica para opinião dos conselheiros. Esse conselho também se subdividiu em grupos de trabalho, que se organizaram por aplicativo de celular para comunicação para avançar em determinados temas. Mais recentemente, com reuniões *on-line*, o CEUS passou a discutir as ações da universidade diante da pandemia.

Em agosto de 2019, o CEUS convocou uma Audiência Pública no Plenário Principal da Câmara Municipal de São Paulo para discutir o futuro das universidades públicas, envolvendo 35 entidades da educação e 12 mandatos parlamentares, que iniciaram uma frente pluripartidária. Essa iniciativa demonstra a sua vitalidade em colaborar para o diálogo extramuros da universidade, reatar antigas ou construir novas interlocuções e redes de aliados e colaboradores.

A Audiência deu origem a um grupo de trabalho e a uma renovada articulação entre universidades e institutos federais, movimentos estudantis e movimentos sociais de São Paulo, que resultou no lançamento, em dezembro de 2019, de um manifesto, intitulado *Por Outro Futuro*, desafiando o projeto *Future-se* do governo Bolsonaro para a educação



superior pública. Sindicatos, associações de pesquisa científica, colégios profissionalizantes e movimentos sociais têm um papel importante a desempenhar na mobilização da sociedade em defesa da educação pública e de seu papel no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido, o CEUS tem cumprindo esse papel de reverberação social. Vale lembrar que, até agora, os dois maiores protestos nacionais contra o governo de Bolsonaro foram em defesa da educação e das universidades públicas.

Parte significativa dos Conselheiros do CEUS são originários de entidades, associações e movimentos sociais da Zona Leste de São Paulo e foram sujeitos ativos na luta tanto pela USP Leste quanto pelo *campus* da Unifesp nessa região. Alguns desses membros estiveram envolvidos numa iniciativa pioneira, que foi a constituição de um comitê misto, envolvendo universidade e sociedade, que atuou ativamente entre 2013 e 2014 para definir o tema gerador do *campus* Zona Leste da Unifesp e para elaborar o projeto político pedagógico do Instituto das Cidades. Esses conselheiros e outros ativistas da região também participaram de sessões do Conselho Universitário, em 2014 e em 2019, com importante presença e direito a voz para debater e defender a pactuação para a abertura do *campus* e, cinco anos depois, aprovar, mesmo em contexto nacional adverso, a abertura da primeira graduação no *campus* Zona Leste, em Geografia, para a qual se mobilizaram e conseguiram apoio de mais de uma dezena de parlamentares de diversos partidos com emendas parlamentares para este fim.

Em 2020, o CEUS tem participado, por meio de sessões remotas, das discussões da Uni-

fesp nas ações para fazer frente à pandemia. O Hospital São Paulo tem sido referência nacional na conduta do SUS em relação ao diagnóstico e tratamento da COVID-19, além de ter ampliado emergencialmente leitos de terapia intensiva e coordenado as compras nacionais dos 50 hospitais universitários federais. A área de pesquisa também se mostrou atuante e engajada e, em setembro de 2020, chegou a 120 pesquisas no tema, além de estar na liderança nacional nos testes de vacinas. Desde o início da pandemia, a Unifesp manteve-se como um espaço de formação aberto, com mais de 600 ofertas de extensão *on-line* e realizou um Congresso Acadêmico com 26 mil participantes, quase metade deles externos à comunidade acadêmica, ampliando o diálogo com a sociedade. A retomada das atividades remotas de graduação foi amplamente discutida com docentes e estudantes, cuidando de aspectos pedagógicos, psicológicos e de condições de acesso e infraestrutura digital.

A mobilização do sistema de universidades federais diante da pandemia tem sido um exemplo de engajamento e espírito público. Mesmo assim, em agosto de 2020, quando o número oficial de mortos por COVID-19 ultrapassou 100 mil, o governo informou aos reitores das universidades federais que, em 2021, haveria um corte adicional de 18,2% em seus orçamentos discricionários, que são usados para cobrir despesas correntes de funcionamento, obras e assistência estudantil. Se confirmada pelo Congresso, será a maior redução de um ano fiscal a outro nos gastos do governo com universidades federais. Isso poderia levar o sistema ao colapso.

Para colaborar com a Unifesp nas estratégias de resistência e ação, o CEUS tem apoiado dirigentes e representantes da universidade na reflexão sobre esses temas. Em sua última sessão antes da conclusão deste artigo, em setembro de 2020, propôs novamente uma série de ações concatenadas em defesa da recomposição do orçamento de 2021, na esteira da mobilização da Emenda Constitucional do Fundeb e de novas ações da Unifesp nas periferias durante a pandemia. O Plano de Desenvolvimento Institucional da Unifesp (PDI), ciclo 2021-2025, também irá, pela primeira vez, incluir propostas que virão de um Conselho com esse perfil. Os conselheiros do CEUS irão debater e enviar sugestão de objetivos estratégicos para o PDI em temas como defesa da vida, da educação pública, da ciência e inovação com impacto social, da ampliação da articulação com a sociedade, da consolidação da expansão, entre outros.

O CEUS tem se mostrado, assim, um espaço de grande vitalidade para estimular a Unifesp em várias frentes, seja para organizar reações, como foi o caso do *Outro Futuro*, defender a expansão, como no caso do *campus Zona Leste*, seja para novas linhas e formas de atuação com os movimentos sociais. Os próximos passos previstos são a abertura de CEUS locais em cada campus, além do Conselho Central, e a construção participativa para o lançamento de um Fórum Social da Unifesp, inspirado na experiência da Universidade Federal do Sul da Bahia.

### A Política de Observatórios Unifesp

Nesse movimento de enfrentamento de um novo cenário econômico, político e de dificuldades no acesso à informação confiável no país, a Unifesp desenvolveu uma segunda iniciativa de espaço institucional para articulação com a sociedade, por meio das Pró-Reitorias de Extensão e Cultura (Proec) e de Planejamento (Proplan). No fim de 2018, a instituição promoveu uma mobilização interna para debater a necessidade de criar espaços de produção de conhecimento e de ações voltados à evidenciação de temas sensíveis a medidas geradoras de riscos de perda, de limitação ou de violações de direitos sociais (educação, moradia, saúde etc.) no Brasil. Partiu-se da visão de que era necessário renovar o engajamento da universidade com a sociedade, com movimentos sociais e comunidades, e construir novos contornos para a produção de dados, informações, análises, reflexões, debates e proposições referentes às políticas públicas, inclusive com o desenvolvimento de uma autoanálise da expansão e da consolidação da Unifesp, diante do risco de retrocessos.

A condução desse processo foi a primeira ação da recém-criada coordenadoria de Inovação Social da Proec, atualmente assessoria de Ações Estratégicas, um espaço pensado para ser disparador, fomentador e apoiador de novas iniciativas de engajamento e de transformação da realidade social pela maior integração universidade-sociedade. Somava-se à Proec, a Proplan, formuladora do CEUS e provocadora inicial da política de Observatórios como espaço de produção de conhecimento em articulação com movimentos, comunidades e populações atingidas por violações de direitos. Formava-se, assim, um sistema de duplo compromisso com a sociedade: de um lado, o CEUS como arena pública de interlocução e, de outro, os Observatórios, trazendo dados e análises que permitirão a mobilização social embasada em informações confiáveis e relevantes.

Nasceu, assim, a motivação para a construção de uma Política de Observatórios, que passou a ser refletida e proposta coletivamente. Essa Política teve como fundamento epistemológico uma derivação da pesquisa-ação participante: o que denominamos de *observação*, que foi traduzida na concepção, nos conceitos e na sua operacionalização. Esse princípio norteou todo o processo de envolvimento da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil, que foram progressivamente se apropriando do projeto e dando forma a uma proposta de política institucional a partir de acúmulos teóricos, de experiências, de possibilidades reais de desenvolvimento e do desejo coletivo de criar espaços qualificados de amplificação do diálogo e da troca de saberes entre universidade e sociedade.

Foram enfrentados os desafios de compartilhar as ideias que impulsionavam a iniciativa, de despertar percepções e de construir um processo que ressignificasse, para os envolvidos, suas práticas de produção e de difusão do conhecimento. Esse processo exploratório foi disparado por um chamamento inicial (cartaz 1, Figura 2), em cada um dos *campi*, para que estudantes, professores, técnico-administrativos e parceiros da comunidade participassem de rodas de conversa (Figura 3) para debaterem uma proposta de elaboração de um instrumento normativo institucional que possibilitasse a implementação dos futuros observatórios.

Constituiu-se, assim, um grupo de trabalho com representantes de todos os *campi*, sendo 19 membros da comunidade e três da gestão, nomeados por uma portaria da Proec (UNIFESP, 2019d), que tinha a missão de preparar a proposta de minuta da Política e de acompanhar o processo de uma consulta pública e de discussão e aprovação no Conselho

de Extensão e Cultura (COEC) e no Consu. A primeira versão da minuta da Política foi amplamente discutida no Seminário *A Construção de uma Política de Observatórios na Unifesp: Um Caminho para Observação na Realidade Social* (cartaz 2, Figura 2). Os debates contribuíram para um amadurecimento e aperfeiçoamento do texto, que se concretizou com a definição dos conceitos e dos princípios propostos para a futura Política, que teve sua aprovação pelo COEC e, enfim, pelo Consu, em novembro de 2019.



**Figura 2.** Cartazes do processo de construção e implementação da política de observatórios

**Fonte.** Unifesp / PROEC. Arte de Mariana Zanetti (2018 e 2019).

## Processo formativo para a construção da política de Observatórios

A construção da Política de Observatórios decorreu de processo institucional participativo, que conjugou a definição político-conceitual e metodológica com o desenvolvimento dos marcos normativos e operacionais, além de institucionalizar um processo educativo permanente, que concebeu a formação como parte das práticas e vivências. A formação introduziu conceitos para fundamentar as ações dos observatórios e difundiu exemplos de experiências, compondo um repertório de ideias compartilhadas entre os participantes.

Uma das concepções adotadas para fomentar as experiências dos observatórios foi a de inovação *social*, no sentido de dar ênfase à necessidade de incorporação de demandas e de participação social, assim como à importância de inovar nas formas de produção e difusão de conhecimento com as pessoas. Essa experiência dialogou com a construção da Política e da agência de inovação da Unifesp, que também estava em curso.

Docentes que participavam da construção da Política de Observatórios, alguns deles também inseridos nas discussões sobre inovação, foram, organicamente, incorporando recursos formativos ao processo, por exemplo, compartilhando programações de eventos científicos, inclusive com convidados internacionais, a partir de iniciativas de pesquisas individuais. Com tais apoios, dois seminários foram estruturados: *Ciência Cidadã e Inovação Social*, em parceria com o Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento e com o Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo; e *A Inovação Social na Política de Inovação da Unifesp: Concepções e Experiências*. Nesses dois eventos foram apresentadas e debatidas as ideias do professor Antonio Lafuente, pesquisador do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha. Os eventos promoveram, também, a discussão sobre o conceito de inovação social e de possibilidades de uso de indicadores para a construção e avaliação de projetos nesse contexto.

Em consonância com as articulações intrainstitucionais e com a amplitude do debate, a agência de inovação da Unifesp recebeu o nome de Agência de Inovação Tecnológica e Social (AGITS) e incluiu em sua política, entre as modalidades de inovação, o campo das tecnologias sociais, da economia solidária e da inovação em políticas públicas (UNIFESP, 2019a).

Outro aspecto destacado no processo formativo foi relacionado ao potencial transformador da universidade nos contextos em que se insere, principalmente sob a perspectiva de como afeta a vida e muda trajetórias e dinâmicas nos territórios. Como estímulo a essa reflexão, organizou-se o Seminário *A Universidade Pública e suas Repercussões Socioterritoriais: Diálogos no Contexto da Política de Observatórios Unifesp*, com a participação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clare Melhuish, do Urban Laboratory da University College of London (*UrbanLab-UCL*), que compartilhou suas experiências na interação universidade-cidade, com a qual docentes do grupo de trabalho da Unifesp já desenvolviam parcerias de estudo e de elaboração de projeto de pesquisa no escopo de um termo de cooperação internacional Unifesp/UCL. Para dar suporte às atividades do seminário foram disponibilizados materiais, tradução e difusão da introdução do livro de Melhuish (2015), publicado pelo *Urban Lab-UCL*<sup>2</sup>. O seminário teve, ainda, o objetivo de debater com a comunidade acadêmica os marcos normativos institucionais e as experiências acumu-

2 Este texto é uma livre tradução do capítulo inicial “Introdução para os Estudos de Caso” do Relatório *Case studies in University-Led Urban Regeneration*, de autoria da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clare Melhuish e publicado em 2015 pelo Laboratório Urbano (*Urban Lab*) da University College of London (*UCL*). A presente tradução foi feita pelo Prof. Dr. Joel Pereira Felipe, da Universidade Federal do Sul da Bahia (*UFSB*), com a colaboração da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anita Burth Kurka, da Universidade Federal de São Paulo (*Unifesp*), e da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Fegadolli (*Unifesp*) em outubro de 2019, para fins exclusivamente acadêmicos, com a autorização de Melhuish. O acesso à obra completa e original em língua inglesa está disponível em: [https://www.ucl.ac.uk/urban-lab/sites/urban-lab/files/Case\\_Studies\\_in\\_University-led\\_Urban\\_Regeneration.pdf](https://www.ucl.ac.uk/urban-lab/sites/urban-lab/files/Case_Studies_in_University-led_Urban_Regeneration.pdf)

ladas na Unifesp, com ênfase nos aspectos conceituais, contextuais, estratégicos, metodológicos e operacionais relacionados à institucionalização dos Observatórios.

Além desses momentos, todo o processo de discussão a respeito da Política foi permeado por leituras compartilhadas entre os membros do grupo de trabalho, que foram inspiradoras dos conceitos e princípios assumidos no texto final, como aqueles que tratavam da ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e da pesquisa-ação participante (BRANDÃO, 2006).

## Formalizando os Observatórios

A Política de Observatórios da Unifesp, conforme artigo 2, definiu os Observatórios como:

“ (...) espaços de articulação democrática, participativa e dialógica, capazes de contribuir para o monitoramento e a transformação da realidade, por meio de análises, reflexões, produção de dados e conhecimentos, subsídios e recomendações, visando acompanhar, dar visibilidade, problematizar e evidenciar temas, situações, problemas, políticas públicas e processos de relevância socioambiental e de garantia de direitos. (UNIFESP, 2019b, p. 2)

Essa definição e outros critérios de estrutura e funcionamento passaram a regular o reconhecimento institucional das iniciativas a serem formalizadas por meio de sua vinculação à Proec. A Política prevê duas modalidades de Observatórios: os “observatórios institucionais” e os “observatórios temáticos”, com características e objetivos diferentes, além dos princípios comuns mencionados.

Os Observatórios Institucionais são espaços de análise dos impactos científicos, sociais, políticos, econômicos, ambientais e territoriais daquela unidade universitária da Unifesp. Têm a intenção de estudar as repercussões socioespaciais da implantação de cada *campus* e de sua consolidação diante dos processos de transformação urbana, incluindo modo de vida e formas de sobrevivência da população local frente às políticas públicas estabelecidas para cada região, em resposta aos novos desafios e oportunidades do desenvolvimento local diante da desigual competição econômica global.

Os observatórios temáticos, por sua vez, desenvolvem suas atividades em temas específicos, determinados pelas trajetórias dos pesquisadores e pelas articulações institucionais e com os sujeitos e parceiros envolvidos, com abordagem relacionada às políticas públicas e à garantia de direitos. Têm a finalidade de contribuir para o monitoramento e para a transformação da realidade, por meio de análises, reflexões, produção de dados e conhecimentos, subsídios e recomendações, visando a acompanhar, a evidenciar e a apresentar proposições para políticas públicas em diferentes campos do saber.

Como resultado da Política, foram credenciados, até setembro de 2020, 17 observatórios temáticos: quatro deles vinculados ao *campus* Baixada Santista, quatro ao *campus* Diadema, cinco ao *campus* Guarulhos, um ao *campus* Osasco, um ao *campus* São Paulo, um ao *campus* Zona Leste e um à Reitoria, sendo alguns deles com composição intercampi ou interinstitucional. Destes, sete foram habilitados em tempo e concorreram ao primeiro edital de fomento para os observatórios (UNIFESP, 2019c). Os observatórios atualmente credenciados são<sup>3</sup>:

- Observatório Internacional das Práticas de Gestão Autônoma da Medicação (GAM)
- Observatório da Dinâmica Costeira
- Observatório Envelhecimento: Linhas de Cuidado nas Demências com Enfoque na Atenção Básica
- Observatório Socioambiental da Cidade de Diadema

- Observatório do Uso de Medicamentos e Outras Drogas
- Observatório de Educação e Sustentabilidade
- Observatório de Educação Superior
- Observatório de Educação: Violência, Inclusão e Direitos Humanos
- Observatório da História
- Observatório do Poder Econômico
- Observatório da Proteção dos Direitos Humanos
- Observatório de Políticas Públicas em Saúde/SUS
- Observatório de Lutas Urbanas
- Observatório dos Direitos Educativos da População Carcerária
- Observatório Temático do Laboratório Multiusuário Teatro Universitário Adamastor Pimentas
- Observatório de Culturas Brasileiras (Culturas BR)

A constituição dos observatórios temáticos e sua rápida multiplicação mostram que a comunidade acadêmica reconhece a importância de produzir conhecimento socialmente referenciado, participativo, que evidencie temas relevantes socialmente e que contribua para a garantia de direitos com ações e debate público.

### Os Observatórios Institucionais

Diante do desafio de perceber a universidade em sua relação com a sociedade no seu entorno e região, foram criados os Observatórios Institucionais, também denominados “meta-observatórios”, nas nove diferentes Unidades Universitárias da Unifesp e Reitoria. A configuração e ação desses observatórios têm demonstrado a importância de as universidades produzirem dados e reflexões a respeito da sua atuação, em especial aquelas que envolvam a escala local e os sujeitos e territórios onde e com quem atuam. Algumas das questões norteadoras destes observatórios são: Como foi o processo de implantação do *campus* e como ele impacta a região que o acolheu, na sua vida pública e no seu desenvolvimento local? Qual a rede de parceiros que foi sendo construída nesse período e como ela se articula com a Unifesp? Como aquela unidade da Unifesp é reconhecida pública e socialmente; qual sua identidade? Por fim, como interpretamos o papel do *campus* na transformação urbana, em múltiplas dimensões: imobiliária, de infraestrutura e serviços, ambiental e, sobretudo, na garan-

<sup>3</sup> Para mais informações, ver: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/observatorios>.

tia do direito à cidade?

Um dos principais aspectos no processo de construção da metodologia de implantação dos Observatórios Institucionais é a participação ativa dos cidadãos. A construção da memória de cada unidade acadêmica onde os observatórios estão inseridos por meio da linha do tempo e o mapeamento para a sistematização de dados das atividades de ensino, pesquisa e extensão supõem processos colaborativos com a comunidade acadêmica, com profissionais dos serviços e com a sociedade em geral. Este processo de construção de parcerias e de fortalecimento daquelas já existentes nos levará a planejar ações envolvendo o CEUS local, em fase de implementação em cada *campus*, que possam diminuir a distância na relação universidade-sociedade e contribuir para a constituição de arenas públicas locais.

A participação social como ação política é a face contraditória dos processos estabelecidos, pois as cidades ao mesmo tempo em que são fruto de relações estruturais em uma economia capitalista (e, no caso brasileiro, dependente, patrimonialista e baseada em mecanismos de espoliação e predação), constroem-se permanentemente pelas pessoas, empresas, Estado e demais instituições (incluindo as universidades) no uso do território, na perspectiva da totalidade em movimento, onde a história, a cultura, a política, entre outros, se encontram. São processos dotados de propósito e estão relacionados a projetos e a sujeitos que os intencionam, com resultados muitas vezes catastróficos, que reforçam desigualdades. Os projetos políticos, segundo Evelina Dagnino (2006), são representações, construções simbólicas que mantêm relações cruciais com o campo da cultura e com culturas políticas

específicas. O processo de construção democrática se dá, por isso, na tensão entre diferentes tradições políticas, algumas participativas e democráticas, outras clientelistas, corporativas e autoritárias. Todas estas apresentam continuidade e rupturas em contextos e realidades determinadas.

As metodologias participativas, portanto, são procedimentos com base teórica, que orientam o caminho a ser seguido no uso das técnicas e instrumentos, são estratégias para a consolidação de uma cultura cidadã, inclusive para uma cultura de oposição, como “cidadania insurgente” (HOLSTON, 2013). A “observação participante” deve-se dar em todos os momentos do processo de implementação dos Observatórios Institucionais, na socialização das informações com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral para a mobilização permanente, em cursos e oficinas de capacitação e atividades educativas. Quando se trabalha com enfoque participativo, a atenção não deve estar centrada apenas nos instrumentos e técnicas, mas naquilo que constitui a questão central da participação, as relações de poder, pois a participação social como ação política envolve sujeitos com intencionalidades e projetos políticos em disputa.

Clare Melhuish aponta que o papel dos novos *campi* universitários na chamada “regeneração urbana” ou desenvolvimento social e econômico é ambíguo pois, diante do contexto capitalista, também está relacionado com aumento do valor da terra, especulação imobiliária, gentrificação, declínio social e criminalidade. Muitas vezes, inclusive, um novo *campus* é apresentado como uma oportunidade ou “âncora” para justificar o investimento e a reconstrução de bairros inteiros nos centros das cidades (MELHUIH, 2015).

Com o papel de organizar e de acompanhar a implementação da Política de Observatórios, conforme já definido no próprio texto da resolução, foi constituído um comitê gestor de acompanhamento composto pelos coordenadores de cada um dos dez Observatórios Institucionais, além de representantes da Proec e da Proplan.

A Política ganha maior materialidade com o primeiro edital de fomento dos Observatórios da Unifesp, que foi publicado em outubro de 2019 com recursos advindos de emenda parlamentar no orçamento público e direcionados para bolsas de extensão universitária. Além de selecionar estudantes de graduação, o edital inova com a possibilidade de também selecionar membros da comunidade, que passam a ter vínculo com a universidade por meio de curso de formação, com o papel de mediar e facilitar a relação da universidade com os sujeitos da sociedade.

O objetivo foi:

“ Estimular a participação dos estudantes da Unifesp e de membros da comunidade em atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), com vistas a proporcionar oportunidades de formação, com desenvolvimento de competências acadêmico-científicas e técnico-políticas, com vista à transformação socioambiental. (UNIFESP, 2019c, p. 1)

Essa etapa com o primeiro edital se encerra em dezembro de 2020. Outras fontes de fomento estão sendo buscadas, principalmente junto às emendas parlamentares e um Acordo de Cooperação da Unifesp com o Ministério Público Federal (Acordo 100/2018).

### Processo formativo para a implantação e apoio aos observatórios<sup>4</sup>

Para a implementação da Política de Observatórios na Unifesp, foi elaborado, com a participação de membros da própria comunidade acadêmica, e oferecido pela Proec, um processo formativo (curso de aperfeiçoamento e de extensão) para todos os membros dos observatórios

<sup>4</sup> Esse tópico toma como base, amplia e atualiza trechos de outros artigos, a saber: ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino; LEONARDI, Fabricio Gobetti. *Educação popular na universidade: uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências a partir do PET educação popular da UNIFESP Baixada Santista*. *Revista Currículo*. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculo/article/view/27448/20349>. Acesso em: 30 set. 2020; ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. *Direito à educação, participação popular e definição de políticas públicas. Emancipa: o cotidiano em debate*, São Paulo, p. 78-94, 2017.

contemplados com o edital de fomento citado anteriormente, com o objetivo de aprimorar metodologias dos observatórios e, assim, aprofundar a atuação conjunta com a comunidade.

A partir de janeiro de 2020, promoveram-se encontros com os Observatórios Institucionais, que culminaram em cursos de aperfeiçoamento e de extensão ministrados por 8 meses com o propósito de tornar comum o uso de metodologias e ferramentas na produção de dados acadêmicos, possibilitando, assim, que todos os observatórios dispusessem de meios para realização do trabalho conforme a concepção prevista na Política Institucional.

Esse processo de formação das equipes e de implantação foi avaliado e reorganizado pelo comitê de acompanhamento dos observatórios com a participação dos coordenadores, tanto dos temáticos quanto dos institucionais, a fim de acompanhar coletivamente o desenvolvimento dos planos de trabalho e o processo de implementação da Política.

A defesa da existência de um processo formativo que acompanhasse toda a construção e implementação da Política de Observatórios da Unifesp está pautada por uma concepção de educação e uma compreensão sobre o papel da universidade em que a práxis é o elemento fundante, ou seja, na compreensão de que as inquietações, reflexões, vivências, estudos e pesquisas existentes no espaço da universidade no contexto atual (início do século XXI) devam ser capazes de responder às questões e às expressões que emergem da realidade, constituída por imensas desigualdades, decorrentes de conflitos de classe, étnico-racial, geracional, de gênero e da forma de exercício do poder político.

Nesse sentido, a experiência vivida buscou institucionalizar procedimentos e colocar em prática ações que materializassem o fundamento da práxis e os seguintes argumentos político-pedagógicos defendidos:

- A democratização da gestão e a construção do protagonismo dos sujeitos nos espaços institucionais e nos movimentos sociais;
- A produção do conhecimento, com a participação dos sujeitos envolvidos, por meio da problematização, da teorização e da criatividade, comprometida com a realidade social;
- A formação científica e política, constituída por meio de ações que dialoguem com diversos sujeitos sociais, como estratégia para enfrentar o desafio de combater as desigualdades, construir a unidade na diversidade e a efetiva democracia.

A concepção de educação formulada por Paulo Freire (1983) é a referência que dialoga com a aposta feita nos processos formativos dos observatórios para ser refletida e processada no seu desenvolvimento e sustentá-la ao longo do tempo, pois tem como pressuposto o papel político da educação e que as experiências educativas devem ser capazes de provocar os olhares naturalizados e as explicações costumeiras, gerando provocações, reflexões, inquietude e indignação nos e com os sujeitos, na perspectiva da construção da emancipação da espécie humana.

O processo de mudança do “olhar” só ocorre a partir de situações que façam sentido para os sujeitos envolvidos, abordando seus problemas, reconhecendo seus limites e possibilidades e fazendo a inter-relação entre a existência concreta pessoal e as questões de ordem social. É a partir da contradição da realidade material que os sujeitos poderão rever suas concepções e posturas, como também assumirem a reconstrução, permanentemente, da realidade em que vivem. Assim, a mudança de “visão do mundo” significa adotar novas concepções e posturas. Essa transição deve levar os sujeitos a ter capacidade de ler a realidade (consciência de si enquanto ser social) e de agir coletivamente para transformá-la (consciência do mundo, enquanto construção histórica e produto de projetos societários em disputa). Abordar os problemas que nos cercam, reconhecer os limites e possibilidades dos processos sociais em andamento, relacionar a própria existência concreta individual às questões decorrentes da ordem social e às contradições da realidade material podem ser movimentos de revisão de práticas, posturas, concepções que auxiliem a reconstrução da realidade em que vivemos.

Nesse sentido, compreendem-se os observatórios, por meio de sua dimensão educativa, um espaço público que oportuniza o diálogo e a participação na construção do conhecimento científico, por meio da sistematização de experiências e da problematização da realidade, para fomentar a ação política, constituindo-se em mecanismos que podem e devem fazer frente às ininterruptas ondas conservadoras que se apresentam. Portanto, os observatórios podem ser espaços da práxis política, concebida como estratégia na disputa de projetos societários, para contribuir com o combate às desigualdades, às violências e às opressões que historicamente têm sido vivenciadas e naturalizadas. Assim, podem alavancar processos que recoloquem o papel social da universidade, considerando a realidade contraditória, diversa e desigual na qual estamos inseridos.

### **Considerações finais**

Do ponto de vista processual, evidencia-se que a experiência da implantação do CEUS e da Política de Observatórios na Unifesp possibilita aprofundar a reflexão sobre o papel e o significado social da universidade: que conhecimento ela está sendo capaz de gerar? Para quem e para que o conhecimento tem sido produzido? Tem sua produção, sistematização de conhecimentos e a formação profissional sido referenciadas nas questões postas pela realidade socioterritorial, sem se submeter à ela? Tem articulado saberes por meio de um diálogo crítico, fecundo e propositivo? A universidade tem sua dinâmica institucional e didático-pedagógica sustentada pelos princípios da autonomia do saber, da liberdade de expressão, do compromisso com as questões de caráter público? Tem preservado a sua natureza democrática no convívio com os sujeitos individuais e coletivos?

As iniciativas que aqui foram apresentadas convidam à reflexão sobre a realidade da universidade brasileira que, na perspectiva da construção do conhecimento, ainda mantém uma forte cultura individualista e competitiva, que impede a interação, comunicação e construção dos pesquisadores em coletivos com uma visão da realidade como totalidade. O que se revela como desafio ainda está no plano da mobilização para a participação em torno de necessidades e temáticas de pesquisa e formativas, que traduzam a demanda da sociedade materializada nas suas singularidades e particularidades territoriais.

Como fruto dessa trajetória, a Unifesp possui, após um ano das iniciativas apresentadas, 17 Observatórios Temáticos e 10 Observatórios



Institucionais nos diferentes *campi*, que demandam, ainda, um esforço de articulação entre si e na sua inter-relação com os demais espaços de produção e gestão acadêmicas.

Algumas questões e desafios que temos a partir daqui são: como articular o CEUS central com os CEUS locais e estes com os observatórios? Como monitorar e avaliar a quantidade e a qualidade de observatórios temáticos que emergem a partir da iniciativa da Política? Como construir, no cotidiano de cada *campus*, uma mobilização para a participação na construção de um olhar mais abrangente a partir da sociedade e do território? O que cada grupo ou observatório têm em comum ou complementar que possa direcionar as ações em um movimento novo? Como dar lugar a coletivos temáticos que caminhem na direção da produção de um conhecimento socialmente referenciado e que não reproduzam as fragmentações já conhecidas? Como os Observatórios Temáticos podem dialogar com os Observatórios Institucionais, ao refletir sobre as ações específicas do *campus* na cidade e região, diante do desenvolvimento socioterritorial, em diálogo com as políticas públicas?

Tais questionamentos demandam, evidentemente, respostas que não emergem apenas internamente à universidade, mas que devem vir da socialização e reflexão com outros coletivos implicados com os valores de uma sociedade justa e equitativa, fortalecida pelos processos democráticos na coexistência e respeito às alteridades nas relações étnico-raciais e de gênero, entre outras, assim como no enfrentamento da profunda desigualdade socioterritorial brasileira. Todo esse processo, em um movimento dialético em permanente relação com o conhe-

cimento implicado com a realidade concreta, vai incitando a universidade pública a avançar na construção permanente de uma identidade socialmente construída. Nesse sentido, acredita-se que a universidade amplia e aprofunda seu processo de legitimação na e pela sociedade, sendo por ela apropriada e ressignificada como “bem público” em um momento em que as instituições públicas, a cidadania e mesmo o direito à vida estão sob forte ataque.

## Referências

- ALMEIDA, R. Q. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura [on-line]*, v. 70, n. 2, p. 9-12, abr./jun. 2018.
- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra/Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- FELIPE, J. P.; KURKA, A. B.; FEGADOLLI, C. (trad.). Introdução. In: *Estudos de casos de universidades implicadas em processos de regeneração urbana*. Cidade: Editora, 2019.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MELHUIISH, C. *Case studies in University-Led Urban Regeneration*. Londres: University College of London (UCL)/Urban Lab, 2015. Disponível em: [https://www.ucl.ac.uk/urban-lab/sites/urban-lab/files/Case\\_Studies\\_in\\_University-led\\_Urban\\_Regeneration.pdf](https://www.ucl.ac.uk/urban-lab/sites/urban-lab/files/Case_Studies_in_University-led_Urban_Regeneration.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 78, p. 3-6, 2007.
- UNIFESP. CONSU. *Resolução nº 170, de 10 de abril de 2019*. Dispõe sobre a política de inovação da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. São Paulo: Conselho Universitário, 2019. Disponível em: [https://agits.unifesp.br/images/documentos/Resolucao\\_170\\_19\\_Politica\\_Inovacao.pdf](https://agits.unifesp.br/images/documentos/Resolucao_170_19_Politica_Inovacao.pdf). Acesso em: 3 jan. 2021.
- UNIFESP. CONSU. *Resolução nº 177, de 13 de novembro de 2019*. Dispõe sobre a Política de Observatórios Unifesp. São Paulo: Conselho Universitário, 2019. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/Observat%3b3rio/Resolu%3a7%3a3o\\_177\\_Politica\\_de\\_Observat%3b3rios\\_CONSU.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/Observat%3b3rio/Resolu%3a7%3a3o_177_Politica_de_Observat%3b3rios_CONSU.pdf). Acesso em: 3 jan. 2021.

UNIFESP. PROEC. *Edital de fomento aos observatórios da Unifesp nº 585/2019, de 14 de outubro de 2019*. São Paulo: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2019. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/Observat%C3%B3rio/EDITAL\\_PROEC\\_No\\_5852019\\_-Observatorios\\_FomentoPTex-19.11.04.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/Observat%C3%B3rio/EDITAL_PROEC_No_5852019_-Observatorios_FomentoPTex-19.11.04.pdf). Acesso em: 3 jan. 2021.

UNIFESP. PROEC. *Portaria nº 01, de 11 de janeiro de 2019*. Constitui grupo de trabalho para a construção da Política de Observatórios da Unifesp. São Paulo: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/PROEX/Portarias/Portaria%20Observat%C3%B3rio%2011%2001%202019.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

UNIFESP. CONSU. *Resolução nº 183 de 22 de junho de 2020*. Dispõe sobre o texto final do Estatuto da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. São Paulo: Conselho Universitário, 2020. Disponível em: [https://www.unifesp.br/images/docs/consu/resolucoes/2020/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_183\\_Estatuto\\_TextoFinal\\_\\_23089.101867\\_2020\\_14.pdf](https://www.unifesp.br/images/docs/consu/resolucoes/2020/Resolu%C3%A7%C3%A3o_183_Estatuto_TextoFinal__23089.101867_2020_14.pdf). Acesso em: 3 jan. 2021.



## A UNILA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE PERIFÉRICA



**Universidade da Integração Latino-americana**  
Cecilia Angileli e Solange Assumpção

### **Em busca de uma nova universidade: a criação da Unila**

Neste capítulo pretendemos discorrer sobre o potencial e os desafios que se apresentam para as *universidades periféricas*, aqui concebidas como as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) implantadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que, na busca pela superação do modelo de universidade tradicional vigente no país até então, assumiram para si função política e estratégica, pela via da Educação, para a redução das desigualdades sociais locais, regionais, nacionais e, em alguns casos, internacionais.

Cumprido esclarecer que as citadas *universidades periféricas* correspondem a *campi* que foram instalados em lugares distintos e/ou distantes dos centros históricos de construção de conhecimento e, conseqüentemente, acolheram novas demandas de construção de saberes pautadas por um público mais diverso – e também periférico. Esse novo perfil estudantil que passa a integrar a comunidade universitária advém de um processo de disputas antagônicas: de um lado, forças que instam à permanência das desigualdades estruturais da nossa sociedade e ao discurso da meritocracia; de outro, a luta de movimentos sociais, entre outras(os) protagonistas, pela conquista de direitos e pela equidade e justiça social.

No rol dessas conquistas, no escopo deste capítulo, direcionamos nossa atenção para o movimento histórico de ampliação de vagas na educação superior pública, mais especificamente em unidades acadêmicas criadas no interior do país, assim como para a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), mais conhecida como a “lei de cotas”, e do início dos auxílios de assistência estudantil previstos no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), implementado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010a).

Essa conjunção de elementos, a despeito da desigualdade estrutural mantida, fez emergir um amplo deslocamento de estudantes vulnerabilizadas(os), oriundas(os) de diversos espaços periféricos, com pouco ou sem nenhum recurso financeiro, para compor esse novo espaço educacional pretensamente mais “inclusivo” e, por vezes, mais distante de sua rede de apoio e proteção. Esse deslocamento foi forjado pelos atra-

tivos principais de ser a primeira pessoa da família a ingressar na universidade – e, com isso, alterar as condições de vida nada favoráveis de seu grupo familiar –, bem como pelas notas de corte mais compatíveis com as oportunidades escolares até então acessíveis à sua comunidade. Desse modo, de acordo com nossa perspectiva, a configuração do que consideramos de *universidade periférica* é determinada tanto pelo território no qual ela se insere como também pelos territórios marcados na identidade das(os) que a compõe.

Vale destacar que, na busca por fazer da universidade o seu novo território, ou seja, o “*chão mais a identidade*” (SANTOS, 1999, p. 22, grifos nossos), a(o) estudante que para ela afluí passa a se reconhecer e construir seu sentido de pertencimento nesse novo espaço educacional, por vezes questionando-o e insistindo em sua reconstrução, especialmente pelas pautas defendidas pelos movimentos estudantis e pelos coletivos organizados. E assim, nessa dinâmica de acesso-demanda-reconhecimento-pertencimento a(o) discente tensiona a instituição de ensino que se mostra aberta a novas formas de organização, ou mesmo a outras escolhas no plano do *ser/estar/fazer* acadêmico que incluem a obrigatoriedade de sua conexão com os grandes dilemas que afetam a maioria da população. Em síntese, o movimento que traz para dentro das IFES um novo perfil de estudantes ganha nova força e impinge à universidade uma séria reflexão sobre seu papel social, pois, para além de um espaço de formação humana, produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, há a expectativa de que ela assuma ser também um espaço de prestação de serviços à sociedade e de promoção da cidadania, a partir (mas não somente) dos saberes cientificamente construídos.

Essa dinâmica exige, então, um movimento constante das universidades na direção do conhecimento visceral dos territórios em que se encontram estabelecidas, pela imersão na realidade que se efetiva por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão intencionalmente planejadas em função desse conhecimento, e, também, pela articulação com diversos movimentos sociais e suas lutas por garantia de direitos. Como consequência dessa conjunção de elementos, há uma urgente convocação das universidades do Reuni à reavaliação de seus espaços e suas práticas e ao reconhecimento do que se encontra nas *margens*. É preciso pensar sobre o que ainda não foi pensado; é necessário assumir-se como universidade periférica; é urgente reconhecer que os desafios são diferentes para universidades diferentes. Desse modo, enquanto o desafio para algu-

mas instituições de ensino superior tradicionais e consolidadas é o de enfrentar a dificuldade de realização de pesquisas de ponta devido à redução de recursos a elas destinados, para outras instituições a dificuldade é superar questões básicas, como a alimentação e moradia de discentes em condição de vulnerabilidade, como condição mínima para investir em uma formação digna.

Nesse contexto, para sustentar a tese ora apresentada e em razão dos limites deste capítulo, abordaremos o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a Unila, criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010b), como parte de um conjunto dessas universidades que sustentam um projeto inovador em sua gênese e em seu processo de consolidação, sob três ângulos: o de sua gente, o de seu posicionamento no território e o de sua práxis no território, valendo-nos de dois projetos de extensão como exemplos de seu compromisso com todas as pessoas, com atenção especial àquelas que estão às *margens*.

## A Unila e sua gente

Definida pela Comissão de Implantação (CI-Unila, 2008, p. 5) como uma “universidade brasileira, com vocação internacional, sem muros e sem fronteiras”, a Unila prima pela integração latino-americana, pelo desenvolvimento regional e pelo intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina (Unila, 2019, p. 29). Essa missão ambiciosa a diferencia de outras instituições de ensino da região, pois se assenta sobre uma política educacional bilíngue (português-espanhol) e sobre um debate acadêmico que se atualizam constantemente pela dinâmica promovida por estudantes e docentes

oriundas(os) de diferentes países, principalmente da América Latina e do Caribe, ainda que em número inferior ao almejado no projeto original.

Hoje, são cerca de 6.000 discentes envolvidas(os) em propostas de ensino, pesquisa e extensão, em cursos de graduação e programas de pós-graduação, originárias(os) de cerca de 41 países. Dentre esse conjunto, destacam-se aproximadamente 28% de estudantes internacionais e 17% de docentes providas(os) de outros países<sup>1</sup>.

Em um cenário como esse, é preciso destacar que, para além da dificuldade de trazer estudantes internacionais para uma universidade sem tradição secular, a Unila enfrenta o desafio cotidiano de sua permanência, quer seja por questões financeiras, quer seja por questões de natureza cultural. Essas(es) discentes afluem de regiões e condições diversas: de áreas rurais, andinas, amazônicas até espaços populosos e urbanizados; de regiões que fazem fronteira com áreas brasileiras, com alguma afinidade cultural, a outras mais distantes, que têm pouco ou nenhum diálogo com a cultura brasileira (CARVALHO, 2018, p. 5); de ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) ao acesso por processo seletivo específico para indígenas aldeadas(os), pessoas refugiadas e portadoras de visto humanitário.



**Figura 1.** Diversidade linguística e étnico-cultural das(os) estudantes da Unila

**Fontes.** Unila (2019a); PEDAGOGA... (2018); Unila (2018)

Essa diversidade também linguística ultrapassa o bilinguismo pretendido inicialmente, uma vez que, além do português e do espanhol, as(os) acadêmicas(os) se expressam em guarani, francês, crioulo, qué-

<sup>1</sup> Os dados apresentados neste capítulo constam do banco de informações da Coordenação de Informação e Regulação Institucional da UNILA. Os números relativos ao corpo discente são de agosto de 2020 e os do quadro docente de maio de 2019.

chua, aimará, entre outras línguas (CARVALHO, 2018, p. 5).

Importante é enfatizar que, juntamente com essa diversidade, chegam sonhos e projetos de vida que não são individuais, mas, sim, de suas famílias e comunidades, como mencionamos anteriormente. De modo especial, parte desses desejos e demandas coletivas e populares materializam-se nos trabalhos finais de curso de graduação, a exemplo de estudos propositivos apresentados na conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unila : I) o primeiro código de obras de cidades no interior do Paraguai; II) casas populares com tecnologia sustentável para regiões de risco alto de enchentes e com restrições de acesso a materiais de construção no Peru; III) soluções para melhorar a qualidade de moradias de favelas localizadas em regiões andinas com climas extremos; IV) leituras urbanas e proposições de políticas com o objetivo de reduzir a violência nas periferias de El Salvador; V) diretrizes para a construção de moradias em áreas de risco sísmico em favelas latino-americanas “para não perder mais ninguém da família”, entre outras proposições não comuns aos cursos de arquitetura e urbanismo tradicionais.

Percebemos nestas temáticas, além da própria função social do trabalho, a importância simbólica de tais projetos, já que essas(es) estudantes se formaram para levar esses conhecimentos para sua cidade natal, por vezes pequenas e médias cidades, algumas isoladas em países da América Latina. Esses territórios, a partir do envio de suas cidadãs e seus cidadãos, na condição de estudantes, alteraram/ampliaram nossa visão de mundo, ratificando nossa percepção da riqueza desse aprendizado colaborativo docente/discente que traz novas pautas para a univer-

sidade porque se viu forçada a acolher demandas individuais com a força da coletividade.

Para além dessa importante pluralidade/diversidade discente, entendida como a alma de uma universidade periférica, os desafios cotidianos do movimento de construção/consolidação do projeto da Unila não podem ser vencidos sem o protagonismo de uma parte de suas(seus) docentes e técnicas(os)-administrativas(os) em educação, em boa medida as(os) primeiras(os) de suas famílias a alcançarem altos níveis de escolarização e a ocuparem cargos públicos federais. Trata-se de um perfil novo de servidora e servidor, que ainda não é a maioria, mas que demonstra, de forma crítica e consciente, nesse novo espaço de educação pública, a capacidade de gestão administrativa e de construção de conhecimento que se contrapõe à cultura de visões fatalistas que vendem representações estereotipadas de tudo o que vem das margens: pessoas, territórios, movimentos sociais, organizações e lideranças populares, entre outros.

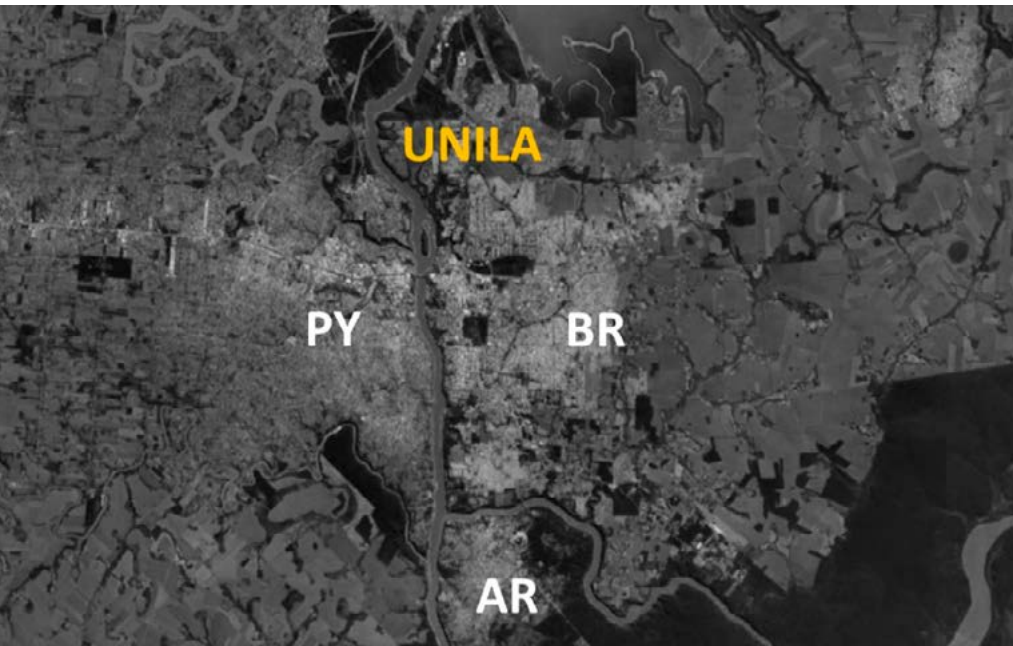
Esse encontro humano na universidade periférica, como se pode depreender, porque eminentemente identitário com o popular, constitui força motriz contrária a processos de exclusão pela via da educação e, como tal, gera incômodo por mover os limites restritos ao centro cada vez mais na direção das margens.

## A Unila e/em seu território

A Unila encontra-se instalada no município de Foz do Iguaçu, de médio porte, na conhecida região da Tríplice Fronteira (Brasil-Argentina-Paraguai), como se visualiza na imagem que segue.

Compreender as peculiaridades de sua localização e a relação da universidade com esse território parece-nos essencial, por isso trataremos de três possíveis conexões: a universidade periférica implantada em um território interiorano (Oeste Paranaense) e, ao mesmo tempo, internacional (Tríplice Fronteira); a universidade periférica na cidade empresa (Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este – Itaipu); a universidade periférica na cidade mercadoria (futura Metrópole Trinacional – BR, AR, PY)<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> *Essas abordagens sobre o território têm como base estudos e ações realizadas pelo projeto de extensão da Unila intitulado Escola Popular de Planejamento da Cidade.*



**Figura 2.** Tríplice Fronteira: Paraguai, Brasil e Argentina  
**Fonte.** Adaptado de Google Earth (2020)

**O primeiro ponto** diz respeito à implantação sobreposta da Unila em territórios diferentes: no Oeste do Paraná e na Fronteira Trinacional.

A Região Oeste do Paraná possui 50 municípios e cerca de 12% da população do Estado, isto é, 1.300.000 habitantes (PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO, 2018). Destaca-se nacionalmente pela produção agrícola e agropecuária, e suas cidades, em geral, se desenham a partir desse uso corporativo do território de grande impacto socioambiental. Grande parte da construção do conhecimento de universidades estaduais e federais nessa região também estão voltados para a formação de um contingente de profissionais para esse mercado, ou seja, a ciência e a tecnologia nesse território

são estratégicas para a ampliação do *agrobusiness*. Por outro lado, a problematização da histórica mecanização do campo, os impactos da implantação de grandes projetos de infraestrutura e seus desterreros junto a posseiros e indígenas são temas menos explorados na academia e são “quase” ausentes na memória popular. Também destacamos que neste território, como em toda Região Sul do Brasil, as formas de produção e apropriação do espaço são diretamente influenciadas pela composição dos povos europeus que resultam desde um certo distanciamento nas relações sociais até a dificuldade de lidar com a diversidade étnica. A diversidade é “tolerada” e não necessariamente celebrada.

A região Trinacional que abriga a Unila pode ser pensada em perspectiva como uma “Metrópole Trinacional”, englobando uma mancha urbana que compreende 8 municípios: dois no Brasil, cinco no Paraguai e um na Argentina. Essa metrópole possui cerca de 1 milhão de habitantes e é muito mais diversa e inclusiva do que a região denominada Oeste Paranaense. Além do agronegócio também presente nessa região, em especial no Leste do Paraguai, essa área se destaca pelo turismo vinculado às belezas naturais (turismo internacional) como também às compras (turismo nacional).

Somada a essas atividades, nos últimos anos, essa região tem se firmado também como polo educacional, em especial no Brasil e no Paraguai, o que, em boa medida, tem promovido a integração cultural na região pela via da educação. Nesse sentido, é digno de nota a presença de cerca de 490 estudantes paraguaias(os) no Brasil, na Unila, bem como de aproximadamente 20.000 brasileiras(os) em Ciudad del Este, no Paraguai, a partir das universidades de medicina ali instaladas<sup>3</sup>. Nesse cenário, parece razoável supor que o território trinacional vem se transformando também através da educação, pois acolhe jovens de diversos lugares da América Latina e do Caribe, em especial, algo impensável há 15 anos atrás, quando a mesma região, em Foz do Iguaçu, no período de 2005 a 2007, contava com o maior índice de homicídio de jovens no país, segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), gerado pelo Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL), iniciativa do Observatório de Favelas em conjunto com o UNICEF e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

<sup>3</sup> Mais detalhes podem ser encontrados em Benetta (2019) e 65 MIL... (2019).

Em meio a essas especificidades, também destacamos os desafios comuns aos dois territórios sobrepostos no que diz respeito ao acesso à terra. As disputas fundiárias compõem a gênese desses dois territórios e em diversas escalas: I) entre países, como na Guerra da Tríplice Aliança; II) entre posseiros, povos originários e grandes empreendimentos de infraestrutura, como na implantação da Itaipu Binacional; III) entre posseiros, povos originários e o agronegócio com a mecanização do campo; IV) entre os grandes projetos de requalificação urbana e turística e os moradores(es) de favelas e de ocupações da região.

Por fim, em relação à primeira conexão é importante lembrar que esses dois grandes territórios – interiorano e internacional – tanto tensionam quanto disputam a produção da academia na região, haja vista a tentativa de transformação da Unila na Universidade Federal do Oeste do Paraná, em 2017, fomentada por políticos vinculados ao agronegócio.

**O segundo ponto** importante para compreensão da Unila em seu território diz respeito à relação com o conceito de cidade-empresa que corresponde a uma

“[...] minicidade, na qual são construídos um conjunto de equipamentos comunitários, incluindo habitações, pequenos edifícios, comércio, escola, hospitais e áreas de lazer que pertencem a uma companhia, onde é exercido controle sobre a entrada e saída de pessoas, configurando um núcleo urbano fechado. (PIQUET, 1998, p. 4 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 30)

Esse conceito, complementarmente ao primeiro ponto abordado, chama nossa atenção para os impactos de grandes empresas em cida-

des interioranas na produção e no controle do espaço urbano, inclusive em seu planejamento. Piquet (1998, p. 4 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 31) denomina esse fenômeno de urbanização-desurbanizante, tendo como referência de análise o período de 1960-1970, momento do então “Brasil Potência”, no qual o governo militar almejava a ampliação da capacidade energética, de insumos e infraestrutura para apoio à indústria.

A citada autora ainda destaca que tal processo reforçou o crescimento desordenado, a segregação urbana, com diferentes padrões de habitação e equipamentos públicos, a partir de uma hierarquização das(os) trabalhadoras(es), além do controle das empresas sobre as formas de uso e apropriação desses espaços (RIBEIRO, 2015, p. 31) em municípios como Foz do Iguaçu (Itaipu), Volta Redonda (Cia. Siderúrgica Nacional), Ouro Branco (Aço Minas), Carajás (Vale do Rio Doce), entre outras cidades-empresa. No caso específico de Foz do Iguaçu, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, por ser binacional, criada a partir de um tratado entre o Brasil e Paraguai, em 1974, reproduz essa lógica tanto no espaço brasileiro quanto no paraguaio, a exemplo da hierarquização de espaços residenciais por classes sociais/cargos-patentes nas cidades em que se encontra instalada: I) Ciudad Del Este PY – Area 1, Area 2 e Area 3; II) Foz do Iguaçu – Vila A, Vila B e Vila C. Essa hierarquização, ao longo dos anos foi naturalizada, reforçando a segregação urbana não como ausência do Estado, mas como presença e escolha deste Estado em ambas as cidades.

Além disso, vale destacar a transição ocorrida referente ao controle da empresa sobre o território, antes direto, como na citação que segue, e agora indireto.

“ A Vila A foi construída em 1975. O projeto de urbanização ficou a cargo da empresa Serete S. A. e dispunha de uma infraestrutura de edifícios complementares, igrejas, centros comerciais, centros executivos, agências bancárias, supermercados, hospital, clube e escola, todos construídos em alvenaria. Essa localidade representava nesse período de ditadura civil-militar a estrutura de poder local, o centro executivo da Itaipu, onde ficava o gabinete político do general Costa Cavalcante, diretor-geral da Usina. Costa Cavalcante, em política conjunta com o governador do estado do Paraná, indicava o prefeito interventor do município, que estava enquadrado desde o ano de 1968 na Lei de Segurança Nacional. (RIBEIRO, 2015, p. 28)



Hoje, o controle indireto sobre o espaço urbano ainda se mantém. A Itaipu Binacional é responsável pela implantação de espaços públicos de lazer, projetos de infraestrutura municipal e continental, além de espaços universitários. Ela recebe demandas inclusive de agentes líderes do território, contrata grandes escritórios de arquitetura e urbanismo, doa desde planos urbanos a projetos urbanos e de edificações, além de financiar muitas obras.

As cidades recebem diversas obras pensadas por grandes escritórios – alguns internacionais de arquitetura e urbanismo –, valorizando uma padronização arquitetônica e urbana na lógica de atração de investidores internacionais para a cidade, porém, sem que a população tenha a oportunidade de discutir tais proposições. Como consequência, observamos uma valorização/especulação imobiliária que acaba sendo acompanhada por remoções forçadas de diversas comunidades.

No bojo dos projetos terceirizados para a região, destacamos os planos desenvolvidos em 2019, com propostas preliminares para a então “Metrópole Trinacional”. Não se trata mais do planejamento de uma cidade, mas de oito cidades, em três países, baseado no empresariamento urbano. Esse planejamento urbano terceirizado, além dos impactos ambientais e populacionais, ampliam as desigualdades nas cidades da fronteira, além de representar um processo que atrofia o corpo técnico dessas prefeituras pelo fato de deixarem de pensar/planejar seu próprio território. Nesse sentido, tornam-se fundamentais os estudos e as ações da academia sobre o espaço urbano, propondo outras leituras e proposições urbanas que auxiliem e fundamentem a tomada de decisões por parte de gestores e das comuni-

dades, sem invisibilizar os desafios do desenvolvimento urbano, até então encobertos pela grandiosidade dos discursos em favor do progresso e desenvolvimento. Cabe destacar que não é sem tensionamento que um conjunto de docentes da Unila apresenta outras escolhas para a cidade, a partir de demandas locais e populares.

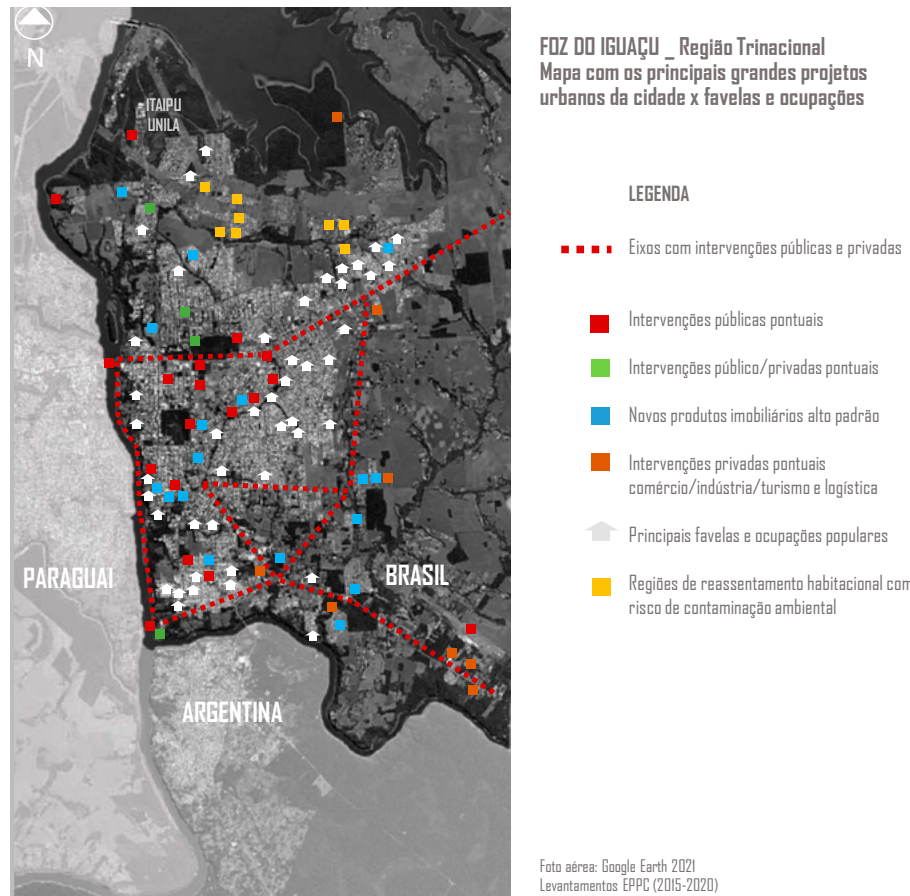
Esse tensionamento fragiliza a autonomia universitária, em especial porque a Unila enfrenta problemas em relação à sua consolidação e infraestrutura. O *campus* original, por exemplo, é um dos “projetos doados por Itaipu”, juntamente ao terreno, sendo este dentro de um espaço de controle binacional, localizado na margem esquerda da usina. O projeto assinado por Oscar Niemeyer teve o custo de cerca de 11 milhões, nasce/morre alheio a paisagem local e isolado territorialmente. Assim, a universidade “sem Muros e sem Fronteiras” sofreu e sofre para alcançar os seus propósitos, e isso se deve também pela interferência de uma empresa em sua constituição, onde as decisões estratégicas não foram orientadas somente pela instituição *tutora* UFPR em seus anos iniciais, mas pela própria Itaipu Binacional, cedendo seus quadros técnicos à Unila e, de alguma forma, comprometendo sua autonomia.

**O terceiro e último ponto** que parece importante mencionar na relação da Unila com seu território envolve o conceito de cidade mercadoria, compreendido como resultado de um planejamento que implica em competição interurbana, ficando a cargo da administração pública trazer capitais para a cidade, absorvendo parte dos riscos, a partir de parcerias públicas e privadas, intervenções pontuais, além de projetos no campo do turismo, da produção e do consumo de espetáculos e de eventos efêmeros altamente especulativos (VAINER, 2002).

Nesse cenário, os “vazios urbanos” ou mesmo “as áreas com favelas, ocupações e loteamentos irregulares” tornam-se reservas de valor. Esses últimos, tornam-se reservas de valor, principalmente esses últimos, por serem facilmente “reconfigurados” através das remoções forçadas. Além disso, por diversas vezes, com esse alinhamento, intervenções urbanas de alto impacto socioambiental são colocadas a efeito em diversos territórios, acompanhadas por uma estratégica forma de *marketing* urbano que transforma simbolicamente uma necessidade empresarial em um desejo da cidade (VAINER, 2002).

No caso da região fronteira em que se localiza a Unila, a repetição desse *modus operandi* se apresenta a partir da reestruturação urbana e social da região com a implantação de grandes projetos públicos e pri-

vados, pensados para áreas urbanas e rurais que possuem grande concentração de ocupações e bairros populares, fortalecendo um processo histórico de expulsão da população mais pobre para áreas distantes. No lado brasileiro da Fronteira Trinacional, na cidade de Foz do Iguaçu, estão sendo pensados mais de 30 grandes projetos urbanos para os próximos anos (ANGILELI, 2015, 2017, 2019). Boa parte deles é mapeado na figura que segue.



**Figura 3.** Mapeamento de grandes projetos em Foz do Iguaçu (estudos 2015-2018)  
**Fonte.** ANGILELI (2019)

No mapeamento ao lado é possível destacar dois aspectos de grande impacto local, com repercussões no entorno, não exploradas pelos limites neste capítulo: I) a sobreposição de grandes projetos urbanos (eixos e pontos) desenvolvidos de forma descontextualizada onde um não considera o outro em seu diagnóstico, em seu relatório de impacto ambiental e em sua realização, a serem implantados em áreas com grande concentração de favelas, ocupações, loteamentos irregulares, destacando-se na região sul do município; II) a concentração de conjuntos habitacionais na região norte do município, em áreas com pouca infraestrutura e equipamentos públicos, com alto índice de violência durante o período de reassentamento, com risco de contaminação eletromagnética, e que passam a ser valorizadas com a implantação dos conjuntos.

Na região, as discussões sobre os impactos negativos de tal reestruturação urbana passaram a ser fortemente pautadas a partir da chegada da Unila nesse território, quer seja pela implantação de seu curso de Arquitetura e Urbanismo, quer seja pela atuação de docentes e estudantes em seu projeto de extensão universitário intitulado Escola Popular de Planejamento da Cidade, detalhado na próxima seção. Até então, as principais reflexões sobre o urbano, reconhecidamente relevantes, eram feitas por historiadores e geógrafos da região, mas não provocaram a construção de novas políticas e ações urbanas, visto não serem de natureza propositiva. É importante também reconhecer que a formação acadêmica no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Fronteira Trinacional é recente. Além disso, boa parte das instituições de educação superior que a oferece mantém forte alinhamento de suas matrizes curriculares tanto às Belas Artes quanto à Engenharia, privilegiando uma formação para o desenho da edificação e do ambiente urbano, sem necessariamente pautar as desigualdades das cidades e os movimentos estruturais promotores de tais processos.

Desse modo, ao apresentar o lócus em que se encontra a Unila, como ela afeta e é afetada no território, parece evidente reafirmar a importância do ensino, das pesquisas e das ações de extensão desenvolvidas pela universidade em face dos desafios territoriais emergentes e da necessidade de promoção de um planejamento insurgente que problematize as escolhas dos agentes do território e convide a todas e todos a uma postura crítica e propositiva para a superação de muitas violações humanas onde quer que elas aconteçam. Esse parece ser o compromisso de uma universidade periférica, implantada em um espaço fronteiriço, como é o caso da Unila, ou de outras IFES, criadas na perspectiva que apresentamos neste capítulo.

## A Unila e sua práxis no território

Frente aos desafios e escolhas que mencionamos na seção anterior, a apresentação de dois projetos de extensão da Unila com forte integração entre ensino, pesquisa e extensão pode bem ilustrar o que concebemos como o lugar da universidade periférica. São eles: a Escola Popular de Planejamento da Cidade e a Universidade Popular Paulo Freire.

### A Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC)

O projeto de extensão Escola Popular de Planejamento da Cidade, associando atividades de ensino e pesquisa desde 2015, tem atuado junto às comunidades que sofrem violações urbanas e humanas na Fronteira Trinacional. Sua proposta básica é interferir na produção desigual das cidades, oferecendo uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo com base na pesquisa-ação e na educação popular, embasada em diversas experiências técnicas, acadêmicas e culturais em mais de 400 favelas brasileiras, ao longo de 18 anos, reinventando-se a partir da diversidade e da complexidade de paisagens periféricas peculiares, isto é, em contextos de serra, litoral, sertão e fronteira.

A EPPC desenvolve uma partilha ativa de experiências solidárias e emancipatórias, ou seja, em rede, com estudantes universitários de toda a América Latina e do Caribe, populações vulneráveis às remoções forçadas e aos processos de injustiça ambiental, movimentos sociais e instituições de direito.

Universidades	Movimentos e Organizações Sociais	Instituições de Direito
<b>2008 a 2012 - PROJETO CHÃO</b>		
<b>Objetivo: Organizar estudos e ações contra as remoções forçadas na Zona Norte de São Paulo (SP)</b>		
-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP)	-União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) -Assembleia Popular	-Defensoria do Estado de São Paulo -Ordem dos Advogados do Brasil (SP) -Escritório Modelo PUC SP
<b>2012 - OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES</b>		
<b>Objetivo: Mapear os grandes projetos da cidade de São Paulo e as comunidades vulneráveis às remoções</b>		
-Universidade Federal do ABC (UFABC) -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP) -Université Paris Nanterre -Rutgers University	-União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) -Frente de Luta por Moradia (FLM) -Central de Movimentos Populares (CMP) -Assembleia Popular	-Defensoria do Estado de São Paulo -Ministério Público Estadual (SP) -Escritório Modelo PUC SP
<b>2013 a 2014 - OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES</b>		
<b>Objetivo: Mapear os grandes projetos urbanos na cidade de São Paulo no ABC Paulista e as comunidades vulneráveis às remoções</b>		
-Universidade Federal do ABC (UFABC) -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP) -Université Paris Nanterre -Rutgers University -Universidade São Judas Tadeu	-União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) -Frente de Luta por Moradia (FLM) -Central de Movimentos Populares (CMP) -Assembleia Popular -MDDF (Movimento em Defesa dos Favelados)	-Defensoria do Estado de São Paulo -Ministério Público Estadual (SP) -Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
<b>2014 a 2020 - ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE</b>		
<b>Objetivo: Mapear os grandes projetos em áreas urbanas e rurais da Fronteira Trinacional e as comunidades vulneráveis às remoções, bem como propor planos alternativos às remoções forçadas</b>		
-Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) -Universidade Federal do ABC (UFABC) -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP) -Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) -Instituto Federal do Paraná (IFPR) – campus Foz do Iguaçu	-União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) -Movimento Sem Terra (PR) -Amo Bupas -Brigadas Populares -Cidade Nova Informa (CNI)	-Defensoria do Estado do Paraná em Foz do Iguaçu -Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas em Curitiba -Defensoria da União -Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu -Terra de Direitos

**Quadro 1.** Histórico da Rede de Trabalho do Projeto Chão à EPPC

**Fonte.** Elaborado por ANGILELI (2020)

Com essa rede colaborativa, ao longo dos últimos anos foram desenvolvidas inúmeras leituras territoriais na Região Trinacional, como as apresentadas neste capítulo, ainda que brevemente, como também foram pensadas soluções para os conflitos humanos e urbanos identificados. Os principais resultados de 2014 a 2020 são diversas ações realizadas com o trabalho precioso de mais de 300 voluntárias(os) em processos que denominamos formação solidária, permitindo que mais de 6 mil pessoas conquistassem o direito de permanecer em suas casas.

Para o desenvolvimento das ações, A EPPC parte de alguns princípios: I) as cidades não devem ser compreendidas e planejadas apenas com procedimentos de estudo e intervenção prontos/padronizados, concebidos a partir de um enfoque universalista e distanciado, excluindo-se, assim, seu caráter local; II) a aproximação da realidade e o reconhecimento das particularidades dos territórios, permite a articulação de ações concretas e nos aproxima do direito à cidade (ANGILELI, 2012). Esses dois princípios, se observados nas ações da universidade sobre o território, podem favorecer o acesso de docentes, técnicas(os) e discentes a conhecimentos populares essenciais para entender as reais dinâmicas do território, trazendo à tona entendimentos novos sobre a prática do ensino em urbanismo. Já para a população que delas participa significa o acesso ao conhecimento que é produzido sobre ela e seu meio, como também a possibilidade de produzir esse conhecimento em conjunto com as(os) pesquisadoras(es). Isso resulta no fortalecimento de ambas as partes frente a processos bruscos de transformações das paisagens, sobretudo por meio de grandes intervenções públicas/privadas.

Com base nesses princípios, o trabalho da Escola Popular do Planejamento da Cidade se desenvolve em distintas etapas, embora profundamente articuladas e interdependentes: I) análise do território e identificação das áreas vulneráveis às remoções forçadas e à injustiça ambiental; II) organização de uma rede de colaboradoras(es) para o desenvolvimento de estudos e ações futuras; III) realização dos estudos colaborativos; IV) proposição de ações e de planos alternativos às remoções para garantia do direito à moradia digna. Essas etapas permitem que se anteveja que a principal ação da EPPC é a construção de uma rede de resistência e defesa que se constitui pela educação e cultura popular.

Essa escolha teórico-metodológica orienta a EPPC para além de leituras socioeconômicas, de leituras territoriais, da organização de defesas jurídicas, promoção de debates e formações em direitos humanos. Pretendemos construir e sedimentar o conhecimento colaborativo que se dá pela conexão possível e desejável do saber popular ao acadêmico e a sua posterior difusão com meios, recursos e estratégias da comunicação popular. O grande mérito de nosso trabalho em rede é fortalecer as pessoas e suas comunidades não apenas orientando-as quanto aos seus direitos, mas, também, colocar em evidência sua beleza, seu valor, sua força e sua história. Quando escolhemos dizer que as pessoas precisam permanecer em suas casas pelos vínculos que já construíram, quando contamos suas histórias e a registramos em cordéis, cartões postais, cartilhas, campanhas on-line, e dizemos que “Direito à Cidade também é Direito à Memória Popular” ou “Eu Faço Parte da Cidade”, damos nomes e conferimos força ao que constantemente acaba sendo reduzido a números e déficits, inclusive por nós, acadêmicas(os), urbanistas ou estudiosas(os) de outros campos do conhecimento.

Para ilustrar essa questão, dentre tantas ações promovidas pela EPPC, destacamos uma das mais simbólicas para o tema em questão, isto é, a nomeação das ruas na Ocupação Bupas. Em meio ao processo de reintegração de posse, a EPPC, junto à Defensoria do Estado, solicitou ao juiz que não só as lideranças, mas toda a comunidade fosse incluída no processo, à época mais de 2000 pessoas, para que elas pudessem se apresentar. Para isso, o juiz nos concedeu 60 dias para o cadastramento de todas(os) as(os) moradoras(es), explicitando nome, algum documento e ENDEREÇO. Para dar vazão ao pedido, percorremos as ruas da ocupação, voluntárias(os) e um grupo de moradoras(es), criando um “endereço convencional”: definimos os nomes das ruas com a comunidade, pintamos placas,

numeramos casas. Com esse endereço, mesmo que não oficial pelo poder público, além do cadastro para o processo, a comunidade, que sempre foi destacada na mídia local pela violência, sentiu-se “parte da cidade formal” e tornou-se permeável. Essa simples ação mudou o cotidiano da população; agora, a segurança pública entrava na comunidade, como também a ambulância, o entregador do mercado e novos projetos sociais e de extensão universitária. Nesse sentido, cumpre reforçar que, mais do que defesa de direitos, a universidade periférica opta por ações emancipatórias, de fortalecimento das pessoas, por isso entendemos que o direito à cidade não caminha distante da educação popular.



**Figura 4.** A construção do direito à cidade pela valorização do encontro, da cultura e da memória  
**Fonte.** UANGILELI (2015).

Somadas ao exemplo ora mencionado, de modo sintético, no quadro a seguir, apresentamos um rol de outras ações da rede Escola Popular do Planejamento da Cidade.

Comunidade	Contexto	Estudos realizados	Status
OCUPAÇÃO BUBAS	Município de Foz do Iguaçu Maior ocupação urbana do Estado do Paraná, com cerca de 6000 pessoas em área particular, sofreu em 2014 um pedido de reintegração de posse	Primeira área trabalhada pela EPPC, na qual foram realizados estudos socioambientais (700 pesquisas); cadastro da população (4.000 cadastros); estudos urbanos participativos para proposição de ações alternativas às remoções; formações em direitos humanos e urbanos com diversas lideranças locais; campanhas de comunicação popular (cordéis, cartões postais, jornal popular, cartilhas); organização de arrastões culturais e encontros populares. Com apoio jurídico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, houve a reversão do pedido de reintegração de posse. Em uma segunda fase de trabalhos, em parceria com o Centro Universitário UniAmérica, buscou-se soluções para a regularização fundiária da ocupação, em especial por ser uma área sujeita a grandes impactos com a implantação da segunda ponte de acesso ao Paraguai. Nessa fase, em parceria com o projeto Universidade Popular Paulo Freire (Unila), foram oferecidas oficinas de alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, nas quais foram contemplados temas de direito à cidade	Primeira fase concluída; remoção contida. Segunda etapa de regularização fundiária em andamento
ACAMPAMENTO MST - CHICO MENDES	Município de Matelândia Área ocupada por 50 famílias de pequenos produtores rurais. Área sem definição territorial clara, sendo solicitada a reintegração de posse por um possível proprietário	Organização de um relatório socioeconômico e de um documento encaminhado à Defensoria Pública do Estado, com pedido de defesa da população	Em andamento

Comunidade	Contexto	Estudos realizados	Status
OCUPAÇÃO CONGONHAS	Município de Foz do Iguaçu Área particular e de importância ambiental, ocupada por 60 famílias que, em 2018, sofreram com um pedido de reintegração de posse	Organização de um relatório social e ambiental encaminhado à Defensoria Pública do Estado do Paraná com pedido de defesa para a população. Solicitação de audiência de mediação. Elaboração de plano alternativo à remoção forçada com a proposição de um loteamento urbano popular que respeitasse a legislação ambiental	Remoção contida e loteamento implantado
CIDADE NOVA	Município de Foz do Iguaçu Área de reassentamento com risco de contaminação eletromagnética	Pesquisa sobre as condições de vida e saúde da população reassentada (30% dos moradores), bem como medições da possível contaminação ambiental em 18 pontos do território, incluindo áreas próximas a casas e escolas. Entrega dos estudos às(aos) moradoras(es) e ao serviço social do Ministério Público Estadual do Paraná. Solicitação de paralisação das obras de novos conjuntos habitacionais e de novos reassentamentos	Em andamento
QUILOMBO APEPU	Município de São Miguel do Iguaçu Área quilombola sem demarcação de terras, com cerca de 10 famílias que sofrem com a pressão da expansão do agronegócio na região e com a implantação de grandes projetos de infraestrutura	Organização de um relatório antropológico em parceria com outros projetos de extensão da Unila para encaminhar ao INCRA e solicitar demarcação das terras; promoção de formações sobre direito territorial quilombola com apoio da organização de Direitos Humanos, Terra de Direitos.	Em andamento

Comunidade	Contexto	Estudos realizados	Status
HORTA DA LAIDE	Município de Foz do Iguaçu Área pública ocupada por cinco chácaras instaladas na região da Vila C há mais de 30 anos. Esses pequenos produtores rurais sofrem com um pedido de despejo fomentado pela Itaipu Binacional e pela Prefeitura Municipal, que pretende implantar um parque na área	Organização de um relatório social e ambiental encaminhado à Defensoria Pública do Estado do Paraná com pedido de defesa para a população. Solicitação e realização de audiência de mediação. Ações de educação popular sobre direitos humanos. Fortalecimento e divulgação da produção de alimentos orgânicos da comunidade por meio de feira mensal. Elaboração e apresentação de plano alternativo à remoção forçada para construção do Parque Agroecológico Vila C. Mediação e campanhas para implantação do parque com a permanência das famílias	Em andamento
COMUNIDADE MONSENHOR GUI-LHERME	Município de Foz do Iguaçu Área pública ocupada por cerca de 50 famílias (algumas há 50 anos) junto à baranca do Rio Paraná, área com a previsão de implantação de grandes projetos urbanos. Os moradores sofrem atualmente com uma ordem de despejo determinada pelo Ministério Público Federal	Organização de um relatório social e ambiental encaminhado à Defensoria Pública da União com pedido de defesa para a população. Ações de educação popular sobre direitos urbanos. Elaboração de plano alternativo à remoção forçada com proposta de regularização fundiária em áreas públicas do entorno imediato da comunidade. Campanhas em defesa da comunidade	Em andamento
COMUNIDADE ARROIO OURO VERDE	Município de Foz do Iguaçu Área de importância ambiental localizada junto ao córrego Arroio Ouro Verde. Grande possibilidade de remoção forçada decorrente da implantação do projeto Reinventando Foz	Levantamento de dados para organização de dossiê e pedido de defesa junto à Defensoria do Estado do Paraná. Trabalhos paralisados na pandemia	Paralisado/pandemia

Comunidade	Contexto	Estudos realizados	Status
COMUNIDADE DUQUE DE CAXIAS	Município de Foz do Iguaçu Comunidade com cerca de 160 famílias que foram despejadas de um conjunto habitacional da Caixa Econômica Federal devido a problemas estruturais. Porém, o conjunto está localizado em uma área que passa por grande valorização imobiliária decorrente da proposição de um grande parque linear. As famílias pedem a permanência no local após a reforma das edificações, porém a prefeitura indica o reassentamento em área distante e isolada	Organização de relatório sobre a valorização imobiliária na região do conjunto habitacional Duque de Caxias e dos problemas de contaminação na área prevista para reassentamento. Pesquisas entregues à equipe de defesa da população	Em andamento
COMUNIDADE ARROIO DOURADO	Município de Foz do Iguaçu Comunidade rural moradora sobre o antigo lixão de Foz do Iguaçu. Está localizada em uma área com possível valorização imobiliária decorrente da expansão do setor de logística na fronteira	A Defensoria Pública do Estado do Paraná solicitou apoio para estudos e planos alternativos à remoção forçada, o que ocorrerá tão logo haja condições sanitárias em face da pandemia da Covid-19	A ser iniciada

**Quadro 2.** Áreas de trabalho da EPPC

**Fonte.** Elaboração das autoras, a partir dos dados da EPPC em ANGILELI (2020)

Ao longo dos anos de trabalho, também sentimos a ampliação da pressão das transformações urbanas sobre o trabalho da EPPC que passou a receber crescente demanda na direção da expansão de sua atuação no território fronteiriço. No entanto, o que temos verificado é que, a cada novo caso de ameaça de despejo, os tempos de resistência e ação estão sendo reduzidos substancialmente pela emergência atual do território, pela brutalidade das violações de direitos e pela contínua transformação urbana desencadeada pelos grandes projetos urbanos. Assim, com a redução do tempo de ação-formação política e cidadã, temos nos deparado, algumas vezes, mesmo após conquistarmos a permanência das famílias em suas casas, com a novidade de outras pressões que identificam esses moradores como “pequenos proprietários”, alimentando um novo ciclo de disputas pela terra pelo seu valor de troca. Por isso, a continuidade dos trabalhos de educação popular, mesmo com a conclusão dos conflitos de terra, é imprescindível, embora nem sempre possível.

Além da expansão do trabalho pelo território brasileiro, recebemos também a demanda para a multiplicação das ações da EPPC nos territórios impactados pelas grandes transformações urbanas na Argentina e no Paraguai, visto que, mesmo se tratando de países diferentes, temos percebido em nossos estudos que esse povo periférico circula e possui alguma unidade.

Nesse contexto de demandas emergenciais, das demandas que advém de variadas regiões e países, além da nova escala de urbanização prevista para a Região Trinacional, como anteriormente apresentadas, percebemos que as ações da Escola Popular de Planejamento da Cidade carecem de maior rapidez e o que vislumbramos como resposta é a atenção à área de educação popular como forma ampliar o enfrentamento a esta realidade desigual. O público preferencial para tratar do direito à cidade em suas dimensões política, filosófica e legal, com a apropriação de novas linguagens, em nossa avaliação, inclui não apenas as(os) universitárias(os), mas também os atores da Educação de Jovens e Adultos e do ensino médio. Acessar a cidade, pensá-la e planejá-la deve integrar a sua formação de base. Em nossa experiência de educação popular, a associação do estudo do direito à cidade com o processo de alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, por exemplo, tem se revelado promissora para conscientizar comunidades e formar multiplicadoras(es) da defesa empreendida pela EPPC.

## A Universidade Popular Paulo Freire

A aproximação da Unila com a periferia de Foz de Iguaçu, de modo especial, pela Escola Popular de Planejamento da Cidade trouxe à tona o debate em torno da importância da linguagem no planejamento urbano insurgente. Em diferentes momentos, constatamos que a condição de analfabetismo das pessoas das comunidades com as quais nos relacionamos restringia inúmeros direitos e aumentava ainda mais a sua segregação. Dentre eles, destacamos os entraves ao acesso:

- às informações no âmbito da saúde, da educação, da mobilidade urbana, dos espaços públicos de lazer e esporte, entre outras, pois, de modo geral, as ações da gestão da cidade chegavam (e continuam chegando) a esses grupos em um “código” não acessível, porque priorizam a palavra escrita e impressa;
- às ações pecuniárias do Estado, especialmente em tempos de pandemia, uma vez que a exclusão digital na periferia e a opção pela virtualização dos procedimentos para a obtenção de auxílios e benefícios do governo acabam sendo inalcançáveis e/ou abrem espaço para a atuação de oportunistas, apropriadoras(es) de direitos alheios;
- aos fluxos das instâncias que poderiam acolher denúncias de violações e ao posterior acompanhamento do pleito individual e/ou coletivo pela garantia de direitos fundamentais constitucionais.

Essas restrições foram (e continuam sendo) os pontos-chave para a criação do projeto

de extensão Universidade Popular Paulo Freire, desenvolvido em 2018 e 2019 na maior ocupação urbana do Paraná, a ocupação Bubas (ANGILELLI, 2020), localizada no município de Foz do Iguaçu. Seu intuito foi o de contribuir para que pessoas historicamente excluídas de espaços formais de ensino – majoritariamente mulheres e em condição de vulnerabilidade social – pudessem ter acesso a práticas significativas de leitura e de escrita, alinhadas aos princípios de Paulo Freire e demais teóricos da Educação Popular, além de estudos linguísticos mais recentes sobre a apropriação do código escrito em situações de uso. Em nossa avaliação, essa ação poderia potencializar ainda mais o debate sobre o direito à cidade, uma vez que as(os) moradoras(es) da Ocupação haviam recém conquistado, pela via jurídica, assessorados pela EPPC, o direito de permanecer em seu território.

Essa exclusão forçada dos espaços escolares na idade prevista e suas consequências já vem sendo denunciada por diversos estudos. Dentre eles, destacamos os números da última *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (IBGE, 2020, p. 2), relativa ao ano de 2019, divulgada em julho de 2020, na qual se verifica a existência de 6,6% de taxa de analfabetismo entre a população brasileira. Sem entrarmos nos meandros do que seria a condição de alfabetização considerada nesse e em outros estudos relativos ao tema, esse percentual representa aproximadamente 11 milhões de pessoas que não conseguem ler nem escrever textos simples que possam atender às necessidades mais básicas de sua vida cotidiana.

Embora alarmante, como educadoras comprometidas com os princípios da Educação Popular nos parece importante frisar que as raízes do processo de afastamento de significativa parcela da população da escolarização básica, e conseqüentemente, do aprendizado da leitura e da escrita são muito anteriores, isto é, datam do período colonial e imperial brasileiro. Nesse contexto, a função da educação universal e gratuita era pensada, como bem salientam Di Pierro e Haddad (2000), para pessoas específicas – as concebidas como “cidadãs” –, aprovadas por critérios de classe, cor e gênero. Como consequência, por um longo tempo o Brasil negou o direito básico à educação para boa parte da população.

Essa perspectiva só viria a ser alterada ao término da Segunda Guerra Mundial, a partir da propagação de ideais desenvolvimentistas e de aceleração do progresso econômico. Nessa visão, o analfabetismo era considerado como freio ao pretendido desenvolvimento nos países denominados à época como subdesenvolvidos, como explicitam Di Pierro e Haddad (2000).



Na tentativa de reverter esse quadro, o Brasil investiu em programas concebidos como reparatórios, fortemente atrelados à lógica militarista e marcados pela homogeneização e controle de massas (STRELHOW, 2010, p. 53). Após o governo ditatorial no Brasil, já no final da década de 1980, com o processo de redemocratização, foi possível reestabelecer e retomar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em outras bases.

No entanto, apesar das tentativas de outro alinhamento educacional, os projetos da década de 1990 em relação à EJA não lograram o êxito pretendido pelo sucateamento a que foram submetidos (DI PIERRO; HADDAD, 2000), somado a outros fatores, tais como a falta de qualificação da equipe gestora e a insuficiência de recursos aplicados na formação de educadoras(es) dessa modalidade educacional, em grande parte, calcada em moldes escolares conservadores e seletivos (MEDEIROS, 1999).

Em oposição a essa modelagem, a Educação Popular tem importantes ensinamentos a nos oferecer, pois transcende os limites da organização escolar e incorpora elementos da práxis das(os) educandas(os), de suas lutas, de seus movimentos sociais, entre outros, na direção da visão freiriana (FREIRE, 2004) de educação libertadora. Essa forma de entender o encontro educativo e seu potencial transformador reforça o caráter de resistência da Educação Popular e a importância de seus fundamentos: I) trata-se de um processo profundo de reconstrução do saber social no qual “ele [o povo] não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país” (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p. 33); II) implica uma

jornada de luta por transformações sociais e justiça social. Assim entendida, “a educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência *do poder compartilhado*” (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p. 35, grifos da autora e do autor).

Com esse alinhamento, passamos a oferecer oficinas semanais de alfabetização para pessoas adultas e idosas na Ocupação Bubas, tendo como ponto de partida uma entrevista individual para a inscrição nos encontros de alfabetização e diversas conversas informais na comunidade, procurando, desse modo, mapear as demandas individuais e coletivas como primeiro instrumento de conhecimento de suas histórias de vidas. Esse momento serviu também para identificar vocábulos significativos e frequentes em suas falas/vidas e as questões mobilizadoras do grupo, o que se revelou fundamental para o levantamento de “temas e palavras geradores” e o consequente planejamento (flexível) de atividades de ensinar-aprender-ressignificar o mundo, a vida e a língua escrita (EAD FREIRIANA, 2020).

Esses temas geradores (moradia, família, saúde, trabalho, estudo, violência, pobreza, remoção forçada, exclusão, preconceito, defesa de direitos, regularização fundiária etc.), com inspiração nos Círculos de Cultura freireanos (PADILHA, 2019), constituíram o ponto focal de todos os encontros de alfabetização/letramento.

Por meio de imagens, áudios, textos e vídeos significativos, temas como direitos humanos, violações de direitos, organização popular, regularização fundiária, mobilidade urbana, planejamento urbano, violência urbana e doméstica, educação, lazer, saneamento básico, entre outros tópicos relevantes para a turma, foram trazidos para o debate, favorecendo o posicionamento pessoal e coletivo, sem deixar de lado também a palavra de outras pessoas, na condição de estudiosas do assunto, para que se estabelecesse uma comunidade de aprendizagem na qual a troca de saberes e a reflexão sobre os desafios/soluções possíveis para a vida das(os) moradoras(es) da ocupação fizesse sentido. Em outras palavras, a alfabetização/letramento tornou-se o meio pelo qual a palavra de cada uma(um) e de todas(os) pudesse ser dita e escrita.



**Quadro 5.** Diálogo, amorosidade e rigorosidade do pensamento crítico como pilares dos encontros na comunidade

**Fonte.** As autoras (2018-2019)

Na sequência do mapeamento anteriormente mencionado, ocorreram 38 encontros semanais entre as educadoras e o grupo de alfabetizadas(os), de acordo com a seguinte metodologia: I) momento inicial de acolhimento às(aos) educandas(os), valorizando a presença de cada uma/um e procurando saber de suas vivências entre um encontro e outro; II) roda de conversa em torno do tema gerador do encontro e seus impactos na vida de cada uma/um e na dinâmica da comunidade; III) análise linguística de textos, frases-síntese e palavras associadas ao tema gerador, favorecendo a apropriação do código escrito, por serem impregnadas de significado para o grupo; IV) atividades de leitura e de escrita de palavras, frases e textos, de acordo com o nível de conhecimento linguístico dos grupos existentes na turma; V) revisão/comentário das atividades feitas em casa.

Ao final dos dois anos de ação extensionista, além do fortalecimento do vínculo universidade-comunidade, de nossa própria formação (transformação) pessoal e profissional no campo da Educação Popular, certamente avançamos quanto à valorização de saberes diversos que foram compartilhados pelas(os) moradoras(es) e alfabetizadas(os) da Ocupação Bubas. Cada detalhe desse espaço de vida e convivência, cada história, cada particularidade nos chegaram impregnados de sabedoria linguística, artística, cultural e relacional e nos confrontaram em nossas práticas e certezas acadêmicas.

Quanto às(aos) educandas(os), na avaliação final dos 38 encontros, houve a verbalização de conquistas em diferentes direções:

- o resgate da autoconfiança na capacidade de aprender, pois inúmeras foram as situações em que ouvimos expressões tais como “não consigo aprender”; “eu esqueço tudo”, “é muito difícil”, entre outras afirmativas;
- o sentimento de pertencimento à sociedade em geral, pela possibilidade de ler e escrever como tantas outras pessoas;
- a alegria de ter um momento só para si e para conversar com “o outro”, como um evento especial;
- o impacto indireto na dinâmica das famílias pelo compartilhamento do que foi apropriado nos encontros de alfabetização;
- a constatação de que deixaram de ser invisíveis, uma vez que a Unila estava presente todas as semanas nos encontros;
- a maior fluência e desenvoltura para falar em público e desenvolver suas ideias sobre assuntos diversos, mantendo forte o respeito à oralidade como forma de expressão primeira e legítima do grupo.

Como resultados no campo da alfabetização, verificamos progressos nítidos de cada educanda(o), considerando seu próprio ponto de partida e ponto de chegada (ainda que provisório) ao final dos encontros.

Além disso, essa vivência nos permitiu, em parceria com a EPPC, pensarmos na importância da proposição de múltiplas linguagens para a discussão do direito à cidade e resultou também na articulação com o Instituto Federal do Paraná – *campus* Foz de Iguaçu para a oferta de um curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC) de Defensoras(es) Populares, almejando capacitar jovens lideranças locais para o enfrentamento das transformações e violações de direitos no território fronteiriço.

É preciso destacar, por fim, que o resultado dessa ação, em números, pode parecer pouco expressivo diante da necessidade educacional dessa e de tantas outras comunidades. Mas a universidade periférica opera com outra lógica: a de essência, a do valor único de cada pessoa e do sentido que a educação, como prática social, faz emergir na qualidade de vida dela e de sua coletividade. Por essa outra lógica, descobrir-se importante e autora/autor, pelo vínculo afetivo-pedagógico construído durante o desenvolvimento das oficinas, contribuiu para alimentar, de forma recíproca, a caminhada de todas(os) com a esperança freiriana de transformação subjetiva e objetiva de nossas vidas para além da alfabetização, primando pelo compartilhamento de nossas visões de mundo e pelas projeções de ações autônomas e protagonistas de cada uma/um do grupo no enfrentamento dos desafios que surgem a todo momento, tendo sempre como horizonte a transformação da realidade.

## O legado da Unila como universidade periférica em um território em transição

Como vimos, a região Trinacional vem sendo projetada como a futura Metrópole Trinacional. Essa projeção a coloca como um *território fronteiriço* em transição, forjado à custa de vultuosas transformações urbanas e sociais já em curso, decorrentes da implantação sobreposta de grandes projetos urbanos público e privados, e que se ampliarão com a implantação de novos projetos de infraestrutura de caráter continental. Sem o devido planejamento, o processo em marcha pode corroborar para a ampliação da segregação urbana e da injustiça ambiental existentes, pois as intervenções urbanas públicas e privadas já desencadeiam movimentos de explosão urbana e de deslocamentos populacionais, gerando, por conseguinte, novas demandas por políticas públicas que podem ter um alto custo alto ao conjunto das(os) gestoras(es) dos municípios envolvidos.

Nesse contexto, a Unila, como locus de educação pública, possui papel estratégico ao se colocar na linha de frente dessas pautas, por meio de sua atuação no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, trazendo à tona reflexões e pontos de vista até então não pensados pela comunidade trinacional quanto ao impacto das escolhas relativas ao desenvolvimento urbano. Nessa direção, uma universidade periférica, comprometida com uma educação libertária (FREIRE, 2000), em seu sentido mais amplo e não restrito à academia, não só *denuncia como anuncia* alternativas. É o que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana tem feito como principal agente neste debate no território, apresentando os problemas decorrentes deste processo e que levará o território a outra escala urbana, destinando a maior carga dos danos às populações de baixa renda e aos povos étnicos tradicionais, principalmente indígenas, tão presentes em nossos territórios, alguns em aldeias, muitos outros já nas favelas.

Esse protagonismo da universidade em fomentar ações articuladas com a população deste território e em sua defesa, colocando-se como parte integrante e não como única fonte de conhecimento válida, expressa-se principalmente pelo significativo número de ações de extensão nos cinco últimos anos, de caráter local, regional, nacional e internacional. Essas ações são extremamente necessárias à população e aos processos transformadores internos da Unila: comunicação; cultura e artes; direitos humanos e justiça; educação, letras e línguas; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; inclusão social; economia, política e desenvolvimento.

Essa perspectiva de a Unila instituir-se no território periférico e compreender visceralmente seu movimento aprendente nas margens, dizendo não a uma cultura distanciada/higienizada de construção do conhecimento, tem impactado a vida das pessoas desses territórios, que passam a fazer parte da universidade mesmo sem nela estarem formalmente matriculadas, bem como (e principalmente) a história de estudantes – trabalhadoras(es), indígenas, negras(os), pessoas com deficiência, de orientações sexuais diversas, com *status* de refugiadas(os) e portadoras(es) de visto humanitário –, docentes e técnicas(os) que fortalecem a Unila como espaço autônomo, acolhedor e democrático em que o povo pode/deve estar lá e cá, para trocar saberes e construir juntos. Nesse contexto, a universidade periférica representa um grande movimento político-educacional, e a construção de conhecimento e a integração destes tem função social inestimável, em especial, da não contemplação e exaltação única do que é denominado como erudito, muitas vezes ausente de verdade e realidade.

O potencial desse movimento político é uma via de mão dupla. Em um sentido, traz à tona entendimentos novos sobre o que consideramos ser o ensino nas Instituições de Educação Superior, provocando-nos, como pesquisadoras(es), docentes e educadoras(es) que somos, a problematizar as ações da própria universidade. Em outro, para os grupos historicamente excluídos da educação pública superior, é uma oportunidade que passa não só pelo acesso ao conhecimento que é produzido sobre eles e seu meio, como também implica em seu reconhecimento como autores. Esse fato, que altera a condição das pessoas de espectadoras para autoras, gera

transformação e senso crítico que qualifica as comunidades à consciência dos processos que movem/mobilizam suas vidas (a quem eu sirvo, quais padrões reproduzo, entre outros), sendo este um direito.

Esse caminho de resistência que tratamos aqui não é novo, pois, como já mencionamos, refere-se ao que chamamos de educação libertária, porque, para a construção de saberes, é preciso que todas e todos nos reconheçamos como seres inacabados (FREIRE, 2000). Aqui, talvez, resida o principal desafio de assumir-se como uma universidade periférica. Para além do sucateamento das instituições públicas de educação dos cortes orçamentários drásticos que ferem diretamente a autonomia universitária, da criminalização e desqualificação do espaço universitário e de suas comunidades internas, o pouco avanço epistemológico e pragmático na direção da diversidade e da interculturalidade instaurada nos espaços de construção de conhecimento e nas formas de estabelecer relações com a comunidade externa limitam a percepção identitária com as margens.

Infelizmente, significativa parcela de nossas universidades caminha de forma cega em busca da universidade operacional, como nos lembra Chauí (1999), em que a qualidade e a excelência pautam-se pela produtividade orientada pela quantidade, tempo e custo, exigindo a rendição a uma lógica formativa excludente, claramente amparada pelo discurso meritocrático.

Se na direção contrária a isso, optarmos por uma outra cultura universitária que queira estar fora de seus muros, interferindo nas desigualdades de nossa sociedade, entendendo que a educação (superior) é um bem público, vinculada, portanto, à construção do conhecimento para além de interesses privados, deslinda-se um cenário mais promissor. A ideia de bem público significa projetar a universidade para todas e todos, democrática, inclusiva e em um movimento de constituição de qualidade social: uma universidade periférica. Precisamos de tempo nesse sentido, para trilhar esses percursos em que se articulem valores como liberdade, igualdade, autonomia, interculturalidade, considerando a diversidade humana como o grande legado desse período de expansão universitária.

## Referências

- 65 MIL brasileiros se aventuram para cursar Medicina em países vizinhos. *Exame (on-line)*, 29 set. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/65-mil-brasileiros-se-aventuram-para-cursar-medicina-em-paises-vizinhos/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ANGILELI, C. M. M. M. *Chão*. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ANGILELI, C. M. M. M. Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2018-2019”. Foz do Iguaçu: Unila /PROEX, 2019.
- ANGILELI, C. M. M. M. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2017”*. Foz do Iguaçu: Unila /PROEX, 2017.
- ANGILELI, C. M. M. M. do. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2015”*. Foz do Iguaçu: Unila /PROEX, 2015.
- BENETTA, C. D. Incerteza e angústia: a situação dos brasileiros que estudam Medicina no Paraguai. *H2FOZ (on-line)*, 25 set. 2019. Educação. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/incerteza-e-angustia-a-situacao-dos-brasileiros-que-estudam-medicina-no-paraguai/>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. *Cultura Rebelde* - Escritos sobre a Educação Popular Ontem e Agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/82/>. Acesso em: 6 ago. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, p. 7, 25 abr. 2007.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial da União*, p. 5, 20 jul. 2010.
- BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, p. 1, 1 jan. 2010.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, p. 1, 30 ago. 2012.
- CARVALHO, S. C. Políticas linguísticas e integração latino-americana: desafios de uma proposta bilíngue para o ensino superior. *Sures* – Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Unila, Foz do Iguaçu, v. 11, p. 1-29, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1022>. Acesso em: 5 fev. 2020.
- CHAUJ, M. A universidade operacional. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Sorocaba, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 10 set. 2020.
- CI-UNILA. COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UNILA. *Informativo Unila*, Foz do Iguaçu, n. 0, maio 2008.
- DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Escolarização de jovens e adultos. *Rev. Bras. Educ. [on-line]*. 2000, n. 14, p. 108-130. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.
- EAD FREIRIANA. *Como alfabetizar* com Paulo Freire (Curso). Módulo 1, Videoaula 2 - Universo vocabular, palavra geradora e tema gerador como momentos da Leitura do Mundo. Ministrada por Paulo Roberto Padilha e Carlos Rodrigues Brandão. Instituto Paulo Freire, fev./mar. 2020.
- EPPC. ESCOLA POPULAR DO PLANEJAMENTO DA CIDADE. *Paisagens periféricas* [on-line]. Disponível em: <https://paisagensperifericas.wordpress.com/>. Acesso em: 11 set. 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* – PNAD Contínua – Educação 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 08 jan. 2021.
- MEDEIROS, M. S. A. *A formação de professores para a Educação de Adultos no Brasil: da história à ação*. Orientador: Jordi Vallespir Soler. 1999. Tese (Doutorado em Ciência da Educação) - Departament de Ciències de l'Educació - Universitat de les Illes Balears, Palma de Malorca, Espanha, 1999. Cap. I, V e VI.
- PADILHA, P. R. *Círculo de Cultura e Alfabetização Intertranscultural na EJA*. In: PADILHA, Paulo Roberto (org). *Como alfabetizar* com Paulo Freire – Caderno de Formação. v. 1. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019, p. 17-23.
- PEDAGOGA é a primeira mestranda guarani da Unila. *Click Foz* [on-line], 09 jan. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/pedagoga-e-primeira-mestranda-guarani-da-unila/>. Acesso em: 8 set. 2020.
- PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO. Observatório Territorial. *Oeste do Paraná em Números* [on-line]. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: [https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/src/pagina\\_arquivo/15.pdf](https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/src/pagina_arquivo/15.pdf). Acesso em: 08 set. 2020.
- RIBEIRO, D. G. *Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.
- SANTOS, M. Território e dinheiro. *GEOgraphia*, Niterói, v.1, n. 1. p. 7-13, 1999.
- STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR [on-line]*, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.
- Unila recebe primeira turma de indígenas aldeados, refugiados e portadores de visto humanitário. *Portal da Unila*, Foz do Iguaçu, 21 fev. 2019a. Vida Universitária. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/indigenas-aldeados-refugiados-e-portadores-de-visto-humanitario-realizam-matricula?fbclid=IwAR0LkjYmGleF5hQDSedQI-nBHgyaV-0vUSiem5VoA5D-yxiinpdLabXOfEY>. Acesso em: 08 set. 2020.
- Unila se prepara para receber novos alunos. *H2FOZ [on-line]*, Foz do Iguaçu, 09 fev. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/unila-se-prepara-para-recepcionar-novos-alunos>. Acesso em: 08 set. 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023*. Foz do Iguaçu: Unila, 2019b.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.





## OS CAMPI DA UNILAB COMO UMA JUSTAPOSIÇÃO DE PROPOSTAS ESPACIAIS DESENVOLVIDAS NO REUNI

**Universidade da Integração internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira**  
Mara Medina e Klaus Alberto

### **Unilab integradora**

Criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foi uma das novas universidades instituídas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o qual tinha como uma das metas promover o aumento do número dos *campi* universitários em todas as regiões do país, impulsionando o desenvolvimento regional. (BRASIL, 2014)

As diretrizes institucionais da Unilab foram definidas por sua Comissão de Implantação que, após ser instituída pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, abordou o planeja-

mento e a organização da estrutura acadêmica, curricular, administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira da nova universidade. Nesse período, a Comissão analisou propostas e diretrizes de desenvolvimento da educação superior, enfocando temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária. A partir desses estudos, foram definidas como áreas iniciais de atuação Agricultura, Energia e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável, Formação Docente, Gestão Pública e Saúde Coletiva. Essas áreas guiaram a criação de seus primeiros cursos. (UNILAB, 2010)

No contexto de novas universidades federais criadas a partir dos anos 2000, a Unilab se destacou, juntamente à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) (BRASIL, 2010a),<sup>1</sup> por sua estratégia de integração internacional que possuía vínculos estreitos com a política externa do governo brasileiro do período. (HELENO, 2014; RIBEIRO, 2015; DE BARROS, 2015) Sua missão institucional registra esse objetivo no artigo segundo da lei que a criou:

<sup>1</sup> *A Unila (também fundada em 2010 pela Lei nº 12.189), comprometida com a integração latino-americana, especialmente com os países da Tríplice Fronteira, implantada na cidade de Foz do Iguaçu/PR, e a Unilab foram criadas tendo como especificidade fomentar a cooperação Sul-Sul. Destacam-se, nesse contexto, por configurarem uma proposta de Cooperação Solidária, pois “se apresentam como possibilidade de um espaço privilegiado para a formação de estudantes atrelada à discussão crítica dos modelos de desenvolvimento social e, também, de internacionalização no contexto da educação superior”. (MENEZES; AMARAL, 2016, p. 30)*

“ Art. 2o – A UNILAB terá [...] como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL, 2010b)

No planejamento inicial da Unilab definiu-se que metade dos estudantes seria brasileira e a outra seria composta por estudantes da “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente africanos, e da Região de Macau” (UNILAB, 2010, p. 10) De maneira semelhante ao corpo discente, também foi prevista a contratação de professores estrangeiros em “até metade de seu corpo docente – regular, visitante e bolsistas – [...], perfazendo a proposta de integração acadêmica e cooperação solidária”. (UNILAB, 2010, p. 11)

A Unilab nasce em um período de valorização identitária quando, inclusive, o debate sobre a adesão a programas de cotas para garantir um percentual especial destinado a estudantes negros e indígenas estava em aberto.<sup>2</sup> Sua proposta de integração com a população negra, tanto do Brasil quanto dos países africanos pertencentes à CPLP, é evidenciada simbolicamente pela decisão de implantação de seus *campi* em cidades estratégicas, como Redenção, no Ceará, e São Francisco do Conde, na Bahia. A primeira, que abriga a sede administrativa da universidade, foi a primeira cidade a abolir a escravatura no Brasil; a segunda detém a maior porcentagem de população negra do país (UNILAB, 2013). Outro símbolo importante foi a inauguração da Unidade Acadêmica dos Palmares em 20 de novembro de 2012, data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares.

Esse contexto de universidade vocacionada para uma demanda específica é uma das vertentes das novas universidades criadas no período do Reuni. Outra importante vertente foi a dinâmica espacial de implantação dos novos *campi*.

<sup>2</sup> *A Lei das Cotas (Lei nº 12.711) foi aprovada em agosto de 2012, mas, em 2010, ano de criação da UNILAB, 83 instituições públicas (federais, estaduais e municipais) já tinham aderido ao sistema (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2010).*

Nesse campo, a estratégia de ocupação adotada pela Unilab priorizou o impacto regional da universidade por meio da dispersão geográfica de suas instalações. A principal região de implantação foi o Maciço do Baturité, no Ceará, no qual a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. As atividades da instituição foram iniciadas no campus da Liberdade, em Redenção, em março de 2011, na área central da cidade.



**Figura 1.** Campus da Liberdade

**Fonte.** <http://unilab.edu.br/campus-da-liberdade/>. Acesso em: 16 set. 2020

Na divisa entre os municípios Redenção e Acarape situa-se o *campus* das Auroras, no qual boa parte da primeira etapa do planejamento físico já foi concluída com a construção de uma edificação com 16.000 m<sup>2</sup>. Este *campus* foi planejado para abrigar boa parte das atividades da universidade em um terreno de 132 ha. (UNILAB, 2013)



**Figura 2.** Vista de um dos estudos para o campus das Auroras

**Fonte.** <http://www.proplan.unilab.edu.br/estudantes-visitam-obras-do-campus-das-auroras/>. Acesso em: 16 set. 2020.

No município de Acarape foi inaugurada a Unidade Acadêmica dos Palmares em 20 de novembro de 2012. Originalmente, o terreno abrigava uma antiga fábrica de equipamentos de costura. (UNILAB, 2020) Parte dessas edificações foram requalificadas para abrigar as atividades acadêmicas.

A Unilab também abriga o campus dos Malês na cidade de São Francisco do Conde, Bahia, implantado em fevereiro de 2013. Em um primeiro momento, a unidade abrigou atividades de EaD; atualmente, também oferece cursos presenciais. (UNILAB, 2020)





**Figura 3.** Vista parcial de um dos edifícios da Unidade Acadêmica dos Palmares em Acarape/CE

**Fonte.** [http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/00\\_Palmares.jpg](http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/00_Palmares.jpg). Acesso em: 16 set. 2020

**Figura 4.** Vista de um dos edifícios do campus dos Malês

**Fonte.** <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2014/03/menor1.jpg>. Acesso em: 16 set. 2020.



A Unilab conta ainda com a Fazenda Experimental Piroás, com área de 33 ha, na cidade de Redenção. A unidade abriga pesquisas e atividades de apoio didático às disciplinas com foco no trabalho agroecológico. (UNILAB, 2020)

A estratégia de locação e as características de implantação dos *campi* da Unilab, apesar de atenderem a demandas específicas dos seus ideais institucionais, incorporam e representam aspectos inovadores do planejamento universitário praticado na primeira década do século XXI no Brasil. Nesse capítulo, assume-se como hipótese que os aspectos fundamentais da implantação física da Unilab sintetizam as principais vertentes desse período de planejamento. Essa hipótese fica mais evidente quando há uma contraposição da proposta física da Unilab com outras universidades criadas no mesmo período e, de igual maneira, com universidades criadas no contexto da primeira expansão universitária que ocorreu entre os anos 1960 e 1970, quando foi consolidada a ideia de que a universidade deveria se constituir fisicamente em um *campus* imerso em uma grande área verde com dimensões ampliadas para abrigar todo o conjunto de atividades acadêmicas e administrativas em apenas um local. (ALBERTO, 2008)

Esse capítulo, portanto, tem como objetivo abordar o planejamento físico da Unilab, tanto sob o aspecto de sua organização territorial quanto da estruturação física de seus *campi* em uma perspectiva comparativa que permita compreender suas similitudes e particularidades com a experiência recente de planejamento universitário no Brasil.

Para isso, o texto foi organizado a partir de temas que particularizam essa expansão, são eles: Unilab vocacionada; Unilab interiorizada; Unilab multicampi e Unilab e a diversidade de seus *campi*.

### Unilab especializada

Desde os primeiros debates sobre a criação de universidades no Brasil, ainda no início do século XX, até o final do século era comum que as universidades tivessem um ideal generalista para abrigar um amplo conjunto de saberes. Seus nomes, frequentemente, expressavam esse caráter indistinto normalmente associando-se às cidades em que foram implantadas (Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Santa Maria, entre outras) ou de seus estados (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Bahia etc.). Com o Reuni, a criação de universidades temáticas ou especializadas tornou-se

mais frequente. Um exemplo é a Universidade Federal do ABC, na qual, inicialmente, os cursos ofertados foram voltados para a área da Ciência e Tecnologia. Outra faceta dessa especialização é a criação de universidades multicampi, com cada um de seus *campi* focados em uma área do conhecimento – como é o caso da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Essa nova característica das universidades justificou, inclusive, um maior descolamento geográfico das instituições em relação às cidades e aos estados que abrigam suas sedes administrativas. A Unilab é uma das universidades especializadas que ampliou sua lógica geográfica ao implantar seus *campi* em dois estados. Mais duas instituições federais criadas nesse período implantaram seus *campi* em mais de um estado. Ambas são temáticas; no entanto, possuem propostas institucionais distintas: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem como objetivo levar o ensino superior à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul, com *campi* distribuídos nesses estados (UFFS, 2020), e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), que tem como proposta levar o ensino superior ao semiárido, abarcando três estados – Pernambuco, Bahia e Piauí.<sup>3</sup> (UNIVASF, 2020)

No entanto, a especialização da Unilab tomou outros contornos quando também particularizou sua população ao criar condições especiais para captar estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Essa foi uma característica muito distinta das outras universidades

<sup>3</sup> Destaca-se que a Univasf foi criada com esse caráter temático ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ou seja, antes do Reuni.

criadas neste segundo período de expansão. Além da Unilab, somente a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), situada em Foz do Iguaçu/PR, na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, teve ação semelhante, neste caso, priorizando estudantes dos países latino-americanos. (MENEGUEL; AMARAL, 2016)

### Unilab interiorizada

Desde a criação das primeiras universidades no Brasil, estas foram prioritariamente implantadas em capitais ou em cidades de médio porte. Mesmo no período da primeira expansão universitária brasileira, entre os anos 1960 e 1970, verifica-se que das 23 universidades federais criadas, 14 se instalaram em capitais e nove em cidades do interior. No entanto, dessas últimas, a maioria foi implantada em até 300 km das capitais. (MEDINA, 2019)

A interiorização do sistema federal só veio a ocorrer de forma mais efetiva no período da segunda expansão universitária. Entre 2000 e 2010, mais de 90% dos *campi* das novas universidades foram implantados em cidades de pequeno porte (menos de 100 mil habitantes) no interior dos estados, com a maioria afastada mais de 300 km das capitais. (MEDINA, 2019)

Em 1957, foi inaugurada em Fortaleza a Universidade Federal do Ceará (UFC), a primeira universidade federal do estado. Nesse período, o estado já contava com instituições de ensino superior confessionais e privadas. Foi por iniciativa de instituições católicas que se iniciou um processo de interiorização, a partir da implantação de cursos superiores nas cidades de Crato, Sobral e Limoeiro do Norte, ainda nos anos 1950. (SANTOS, 2015) Posteriormente, o governo local assumiu esse processo de interiorização ao torná-las universidades estaduais. No entanto, a interiorização do sistema de ensino superior federal no Ceará foi iniciada em 2001, a partir da iniciativa da UFC, que implantou um *campus* em Sobral e outro em Barbalha. A partir de 2008, já no contexto do Reuni, foram feitas novas iniciativas de interiorização com a criação do *campus* Cariri e, dois anos depois, do *campus* de Quixadá, ambos da UFC. (MÁXIMO, 2020)

A Unilab foi a segunda universidade federal implantada no Ceará e já nasceu sob o ideal de interiorização impulsionado pela política do Reuni, que priorizava a inserção de universidades federais em cidades no

interior. (BRASIL, 2014) Assim, foi implantada na região do Maciço do Baturité, com o objetivo de “contribuir para atualizar e dinamizar o plano de desenvolvimento da região, com repercussão no seu entorno”. (UNILAB, 2010, p. 22) Em seu plano inicial, previu-se que seu corpo acadêmico deveria atuar por meio de projetos de pesquisa e extensão junto às comunidades do Maciço, tornando a região “um campo aberto para a realização de estudos que promovam, com base no saber acadêmico e apoio da tecnologia, a busca de soluções para problemas concretos da realidade nordestina, buscando a melhoria dos seus indicadores sociais e econômicos”. (UNILAB, 2010, p. 24)



**Figura 5.** Implantação dos campi da Unilab no Maciço do Baturité/CE

**Fonte.** Os Autores (2020)



**Figura 6.** Implantação do campus dos Malês/BA

**Fonte.** Os Autores (2020).

Diferentemente da maioria das novas universidades criadas entre 2000 e 2010, construídas longe das capitais, os quatro *campi* da Unilab foram criados a menos de 100 km tanto de Fortaleza quanto de Salvador. Ao todo, são três unidades no Ceará e uma na Bahia. Mesmo próximas das capitais, essas unidades acadêmicas se localizam no interior dos estados: os *campi* da Liberdade e das Auroras estão na cidade de Redenção, com 26.415 habitantes. Já a Unidade Acadêmica dos Palmares foi implantada na cidade de Acarape, com 15.338 habitantes. Na Bahia, o *campus* dos Malês está instalado em São Francisco do Conde, que possui 33.183 habitantes.

### Unilab multicampi

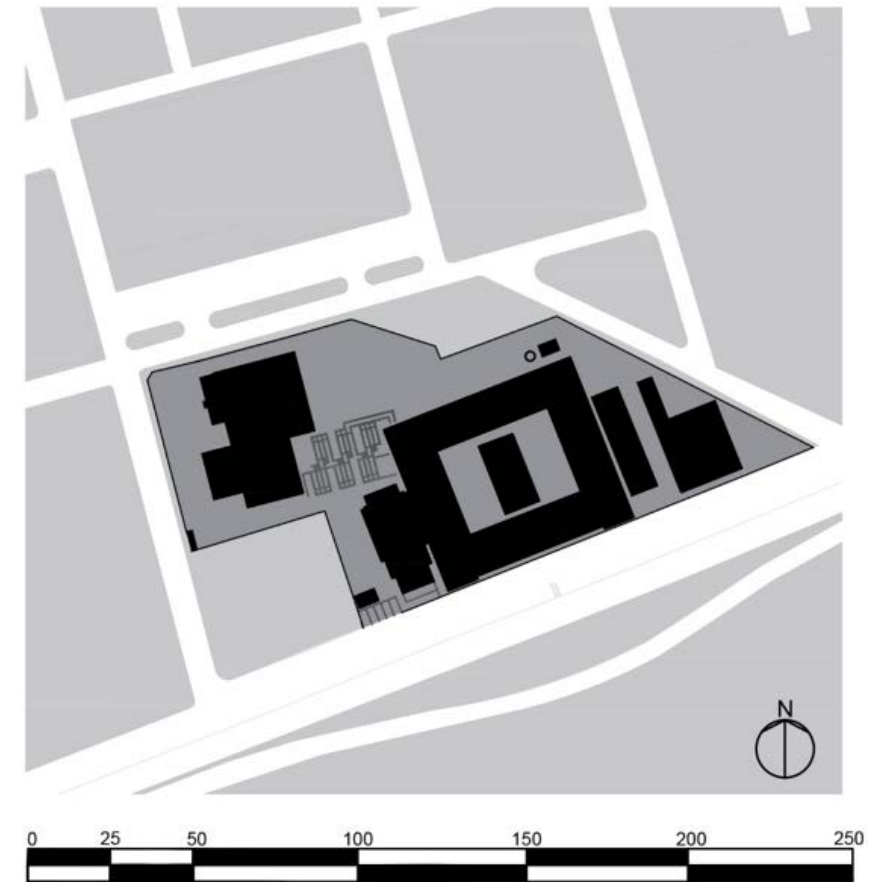
Em toda a trajetória de implantação física das universidades federais no Brasil, coexistiram os modelos de universidades com apenas um *campus* e universidades multicampi – muitas nasceram multicampi mais por uma casualidade do que por uma estratégia institucional. Boa parte das instituições criadas nas décadas de 1960 e 1970 tinham mais de um *campus* na mesma cidade devido à federalização de faculdades isoladas que já possuíam imóveis dispersos nas cidades.

Com a expansão recente impulsionada pelo Reuni, a maioria das novas universidades federais já nasceram tendo como estratégia de implantação uma dispersão no território. A adoção do modelo *multicampi* atendia, assim, à premissa de que as universidades poderiam interferir no desenvolvimento das localidades e, para isso, agora, seus *campi* ultrapassariam os limites de uma cidade. Um exemplo é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),<sup>4</sup> criada em 2005, que possui 13 *campi* distribuídos por cidades do interior do estado, e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), de 2008, que possui todos os seus 10 *campi* em cidades do interior do Rio Grande do Sul. (MEDINA, 2019)

A Unilab representa esses ideais ao implantar seus *campi* em três cidades distintas, com o diferencial de que, agora, uma mesma universidade passa a ter presença física em dois estados, no Ceará e na Bahia. Essa proposta *multicampi* está diretamente relacionada à proposta de interiorização, mas também permite que uma mesma comunidade universitária possa usufruir de ambientes de aprendizado e de convivência distintos em meio ao espaço urbano da cidade.

Em Redenção, a Unilab ocupou e requalificou uma edificação criada nos anos 1950 para abrigar o Patronato Pio XI, que, sob a coordenação da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, manteve atividades educacionais na cidade até os anos 1980, quando foi adquirida pela Prefeitura e tornou-se o Paço Municipal. Este é o *campus* da instituição conectado à malha urbana da cidade. Embora não se localize exatamente na área central da cida-

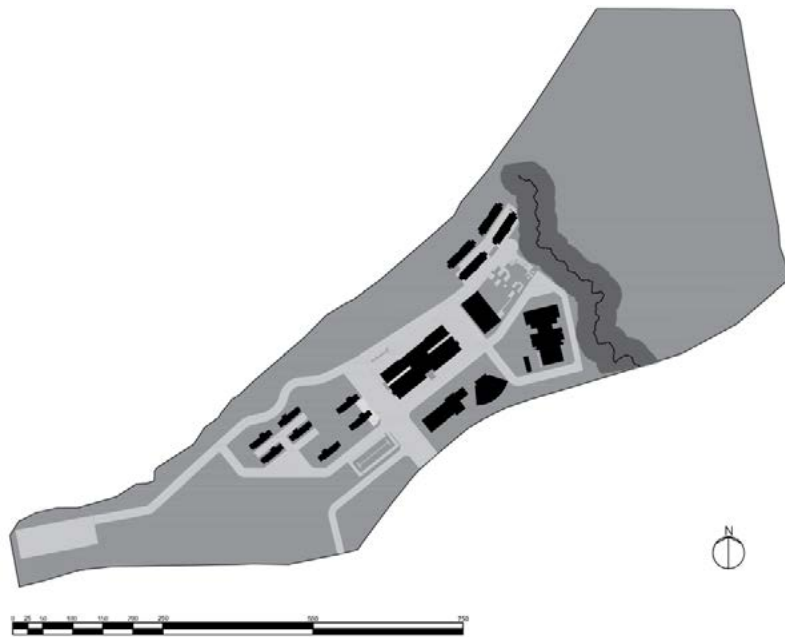
de, está a menos de 1 km do centro. Uma implantação como essa pode aproximar a universidade da comunidade (GEHL, 2011), facilitando os deslocamentos da população estudantil, dando também a opção de acesso por meio de transporte a pé ou por bicicleta. Esta edificação requalificada, inicialmente, abrigou áreas administrativas, salas de aula e restaurante universitário. Após um período de aproximadamente quatro anos, os estudantes também puderam usufruir de uma academia de ginástica, um espaço de convivência e um anfiteatro a céu aberto para aulas ou apresentações livres. Essa edificação permitiu que os estudantes desfrutassem do ambiente dinâmico do centro urbano com características de mobilidade e de paisagem urbana específicas.



**Figura 7.** Implantação do campus da Liberdade  
**Fonte.** Os Autores (2020).

<sup>4</sup> Em 2005, a UTFPR foi transformada a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR).

Em contraposição, também em Redenção, a Unilab criou o *campus* das Auroras, que se configura como um *campus*-parque, com grande área livre, afastada do centro urbano, na qual os estudantes podem experimentar um ambiente universitário concentrado. Foi implantado a 2,2 km do centro da cidade de Redenção, desconectado da malha urbana. Está sendo construído para receber a universidade e vai comportar 5.000 estudantes, 800 técnico-administrativos e 400 professores. Desde 2020, possui uma edificação com 16.000 m<sup>2</sup>, erguida com 40 salas de aula e 33 outras salas destinadas a laboratórios diversos, gabinetes, coordenações, secretarias, um grande restaurante universitário em fase final de obra e quatro blocos edificadas destinados à residência estudantil (estes, com as obras paralisadas).



**Figura 8.** Implantação do campus das Auroras (projetado)  
**Fonte.** UNILAB, adaptado pelos autores (2020)

## Unilab e a diversidade de seus campi

O norte-americano Rudolph Atcon trabalhou no Ministério da Educação como consultor e, por solicitação do próprio órgão, escreveu o *Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário*. Esta publicação foi amplamente divulgada no país e exerceu forte influência nos planejadores e nos *campi* projetados nos anos 1970. (SOUZA, 2015; MACÊDO, 2012) Nesse *Manual*, Atcon propõe que as universidades construam um *campus* único, com área aproximada de 500 ha. (ATCON, 1970) Medina aponta que poucos *campi* criados à época atenderam a essa diretriz; a maioria foi criada em áreas entre 100 ha e 500 ha. Mesmo assim, a prioridade por grandes áreas fez com que boa parte das universidades do período optassem por implantar seus *campi* em zonas mais distantes dos centros urbanos, para garantir terrenos maiores sem a necessidade de custos adicionais com desapropriações.

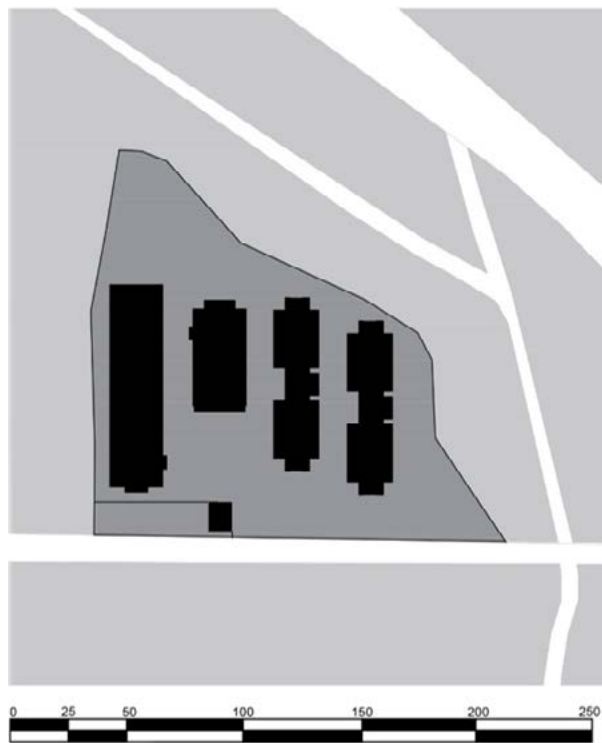
No Brasil, principalmente a partir da década de 1980, surgiram críticas a esse modelo de universidade afastada da cidade e foram desenvolvidas propostas que questionavam a falta de integração da universidade com a cidade. Duas exceções foram: o projeto não realizado da Universidade Federal do Maranhão na década de 1980, que propôs uma implantação nas edificações do centro histórico da cidade (BRASIL, 1984) e a Universidade Federal de Pelotas, criada em 1969, que se consolidou majoritariamente como uma universidade integrada à cidade, constituída por unidades isoladas em meio a área urbana.

Na expansão recente de 2000-2010, talvez como reflexo dessa crítica, as universidades se aproximaram fisicamente dos centros urbanos. Um dos fatores que favoreceu essa aproximação foi a significativa redução do tamanho dos seus *campi*. Por volta de 70% destes foram implantados em áreas de até 30 ha e outros 24% entre 100 ha e 300 ha. Nenhum *campus* foi implantado com área próxima aos 500 ha definidos por Atcon. O maior do período foi o Ciências Agrárias da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com uma área de 358,73 ha. (MEDINA, 2019)

Essa redução dos *campi* tem relação com a própria redefinição do conceito de campus. Agora, a ocupação de um edifício já existente com dimensões reduzidas para atividades acadêmicas já permite receber o epíteto *campus*. No caso da Unilab, isso ocorreu no campus da Liberdade que, como visto, ocupou uma edificação existente em um terreno central de

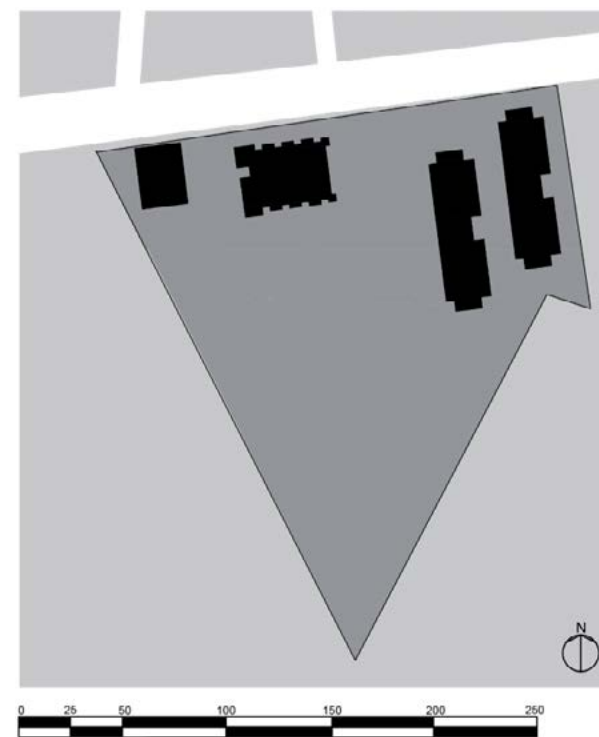
9.530,40 m<sup>2</sup>, no qual também foram estruturadas instalações para permitir seu uso acadêmico.

A Unidade Acadêmica dos Palmares, situada na cidade de Acarape, município vizinho à Redenção, é mais ampla, ocupando uma área de 1,9 ha. Foi criada de forma mais desconectada da malha urbana, afastada 1,5 km do centro da cidade. Neste terreno, funcionava uma fábrica de equipamentos de costura que mantinha suas atividades em dois galpões. Além das novas construções, a instituição requalificou o galpão maior para que nele funcionasse algumas salas de aula e o restaurante universitário.



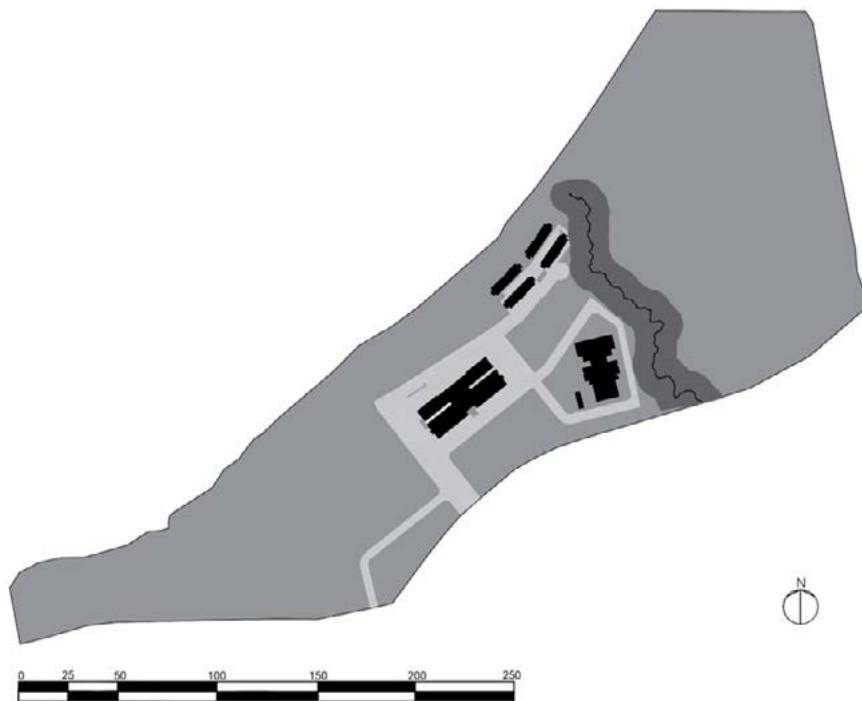
**Figura 9.** Implantação da Unidade Acadêmica dos Palmares  
**Fonte.** UNILAB, adaptado pelos autores (2020)

Na cidade de São Francisco do Conde, o campus dos Malês segue um princípio semelhante ao da Unidade Acadêmica dos Palmares: encontra-se distante 2,9 km do centro da cidade, ocupa um terreno com área de 3,43 ha e também é desconectado da malha urbana. A unidade iniciou as atividades em uma edificação cedida pela Prefeitura e, em um primeiro momento, se destinou ao Ensino a Distância (EaD). Atualmente, já ministra aulas presenciais. Além da edificação existente, o campus contava com dois blocos em fase final de construção em setembro de 2020.



**Figura 10.** Implantação do campus do Malês  
**Fonte.** UNILAB, adaptado pelos autores (2020).

Por outro lado, como visto na seção anterior, o campus das Auroras, com seu formato mais tradicional ocupando uma área de 132,78 ha doada pelo Governo do Estado do Ceará se assemelha aos modelos de implantação física dos campi da década de 1970 e faz um contraponto com os campi anteriores.



**Figura 11.** Implantação do campus das Auroras  
**Fonte.** UNILAB, adaptado pelos autores (2020).

Assim, a Unilab adotou dois modelos que representam visões distintas de planejamento universitário. No campus da Liberdade, inseri-

do na malha urbana e utilizando edificações preexistentes, configura-se o ideal de *campus* universitário integrado à cidade. No *campus* das Auroras, a opção por ocupar grandes áreas, com edifícios soltos em meio ao espaço natural, se afina com o que já vinha sendo experimentado na história dos espaços universitários federais no Brasil. Entre esses extremos, encontram-se o *campus* dos Malês e a Unidade Acadêmica dos Palmares, que, por terem área menor que 5 ha e estarem entre 1 km e 3 km de distância da área central das cidades que os abrigam, exprimem a realidade da maioria dos *campi* de novas universidades criadas entre 2000 e 2010. (MEDINA, 2019)

### Considerações sobre as diversas faces de uma experiência

O projeto político pedagógico da Unilab configura-se como uma proposta diferenciada que engloba sete países membros da CPLP e tem como objetivo principal fomentar um intenso intercâmbio de alunos e professores provenientes de países falantes da língua portuguesa por meio de um sistema de cooperação solidária. É uma universidade especializada fruto de um contexto de revisão da própria noção de universidade que, até então, estava mais afinada com a ideia de “universidade generalista” na qual todos os campos do saber deveriam estar concentrados em um único *campus*.

No quesito espacial, de acordo com os documentos elaborados pela Comissão de Implantação (UNILAB, 2010), a instituição se configura como uma universidade interiorizada que ocupa municípios de pequeno porte e que objetiva contribuir no desenvolvimento regional. Estudos como o de Vinhais (2013), que avaliam o impacto positivo de curto prazo das novas universidades nas cidades que as abrigam, fornecem um indicativo dos seus efeitos. Especificamente sobre o Ceará, Máximo (2020) avaliou o impacto dos novos *campi* em duas cidades não metropolitanas, Quixadá e Crateús, e verificou as alterações que ocorreram no espaço urbano especialmente por parte do setor imobiliário e de serviços. Ainda foram verificadas alterações urbanas para atender a novas demandas do aumento populacional no campo da mobilidade e revisões na legislação urbana. Assim, a longo prazo, novos estudos devem surgir para avaliar o impacto desses *campi* nas cidades que os abrigam.

O fato de ser *multicampi* e de ter adotado uma diversidade espacial em seus *campi* contribuiu para que cumprisse sua meta de interiorização. A diversidade de suas unidades configura um caminho intermediário entre o planejamento universitário preconizado no Brasil nos anos 1970, que privilegiava grandes glebas, imersas em áreas verdes, afastadas da cidade, e as críticas a esse modelo, que surgiram a partir dos anos 1980 e que valorizavam a imersão da universidade nas áreas centrais das cidades.

Portanto, em vez de escolher um único modelo, a universidade decidiu pela coexistência de dois: em um extremo, o *campus* da Liberdade, pequeno e central; no outro, o *campus* das Auroras, grande e afastado. Também foram criadas variantes entre esses extremos, como o *campus* dos Malês e a Unidade Acadêmica dos Palmares, que, apesar de menores, encontram-se um pouco mais afastados da área urbana.

Por fim, destaca-se que a análise comparada da implantação física da Unilab com outros *campi* criados no mesmo período e com *campi* criados no período da primeira expansão permitiu compreender que essa universidade reflete várias das novas temáticas do planejamento universitário recente. Apesar de existirem experiências que materializaram essas temáticas antes do Reuni, percebe-se que o quantitativo de novas universidades federais e de novos *campi* consolidaram essas novas estratégias de implantação no Brasil. Neste sentido, a Unilab é protagonista e, ao mesmo tempo, cenário exemplar do período de sua criação.

## Referências

ALBERTO, Klaus Chaves. *Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ATCON, Rudolph P. *Manual sobre o planejamento integral do campus universitário*. Rio de Janeiro: MEC-PREMESU/CRUB, 1970.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Universidade do Maranhão no Centro Histórico de São Luís*. Brasília, DF: CEDATE, 1984.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010*. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm). Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.289, de 12 de janeiro de 2010*. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm). Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. *A democratização e expansão da educação superior no País 2003 – 2014*. Brasília: SESu. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192). Acesso em: 23 de ago. 2020.

DE BARROS, Deolindo Nunes. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). *Revista de Estudos Internacionais*, v. 6, n. 2, p. 117-133, 2015.

GEHL, JAN. *Life Between Buildings*. Washington: Island Press, 2011.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Perspectivas de estudantes em situação de vestibular sobre as cotas universitárias. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 486-498, set./dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822010000300009&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300009&lng=en&nrm=is). Acesso em: 15 set. 2020.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra. O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) na política externa do governo Lula (2003-2010). *Revista O Público e o Privado*, v. 12, n. 23, p. 109-127, jan./jun. 2014.

MACÊDO, Magda Maria de Souza Campêlo. *Campus no Nordeste: Reforma Universitária de 1968*. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: 10.11606/T.16.2012.tde-16042013-150613. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16042013-150613/publico/tese\\_magdacampelo\\_original.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16042013-150613/publico/tese_magdacampelo_original.pdf). Acesso em: 17 ago. 2020.



MÁXIMO, Rérisson. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. *URBE, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba*, v. 12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190080>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692020000100207&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692020000100207&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 set. 2020.

MEDINA, Mara Bastos. *As estratégias de implantação física de universidades federais no Brasil: um estudo comparativo entre dois períodos de expansão 1960-1970 e 2000-2010*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2019.

MENEGHEL, Stela; AMARAL, Joana. Universidades internacionais na contracorrente. As propostas da Unila e da UNILAB. *Universidades [em linha]*, v. 67, p. 25-40, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.re-dalyc.org/articulo.oa?id=37344015004>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RIBEIRO, Fabrício Américo. Unila e Unilab: uma abordagem sobre o processo de integração internacional do ensino superior a partir das universidades federais no Brasil. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 63-71, jul. 2015. ISSN 2178-0463. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/365>. Acesso em: 13 set. 2020.

SANTOS, Raimundo Santiago dos. A interiorização da educação superior no Estado do Ceará. *Revista Gestão Universitária*, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-interiorizacao-da-educacao-superior-no-estado-do-ceara>. Acesso em: 12 set. 2020.

SOUZA, Márcio O. R.; ALBERTO, Klaus Chaves. Urbano x Antiurbano: a proposta do campus da UFMA no centro histórico de São Luís. *Cadernos do PROARQ (UFRJ)*, v. 24, p. 60-77, 2015. Disponível em: <http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/cadernosproarq24.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

UFFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Institucional. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/apresentacao](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao). Acesso em: 2 set. 2020.

UNIVASF – UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. *História*. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/apresentacao-univasf/historia>. Acesso em: 2 set. 2020.

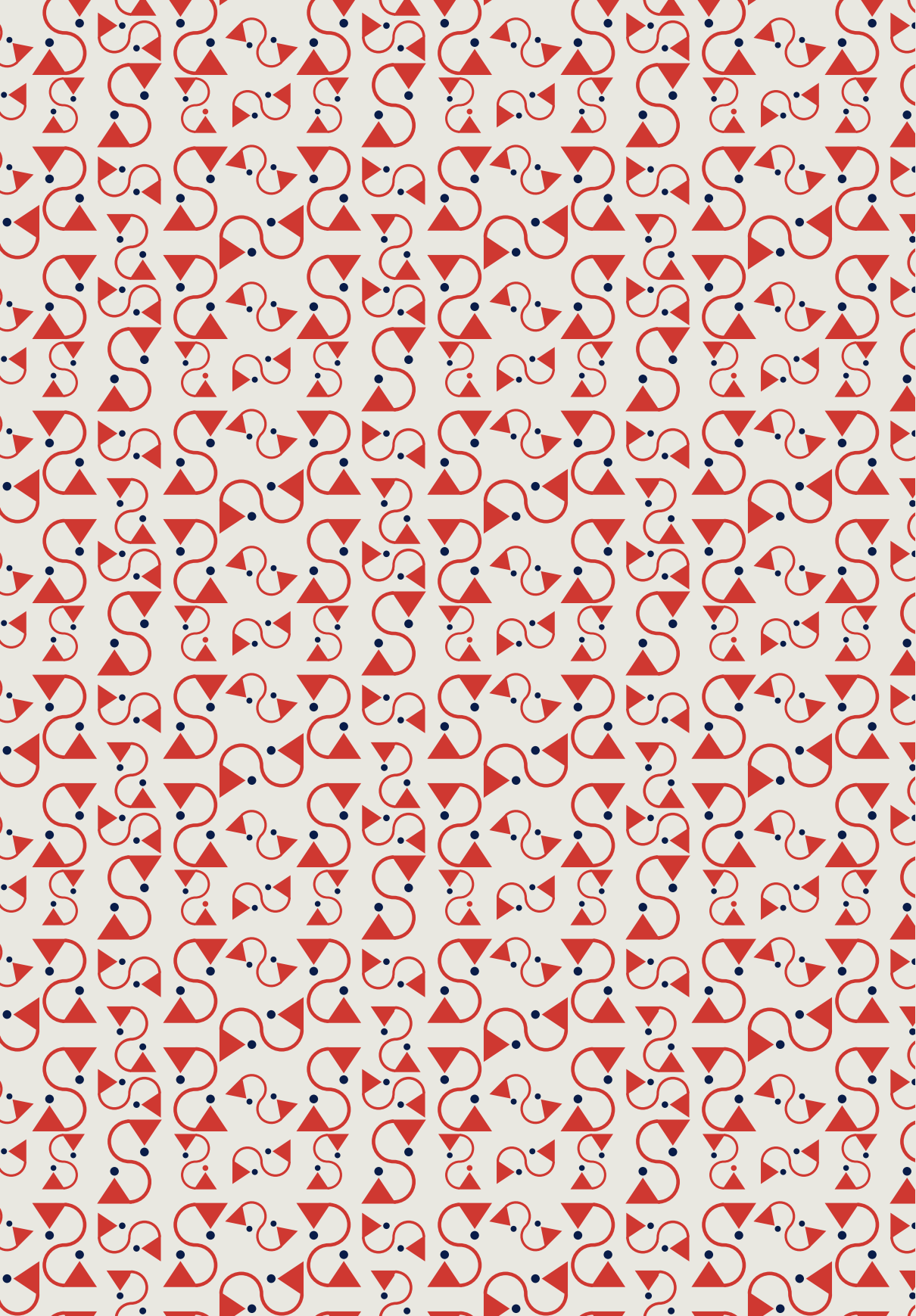
UNILAB – UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. *Diretrizes gerais*. [S. l.: s. n.], 2010.

UNILAB – UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. *Caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul-sul*. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/LIVRO-UNILAB-5-ANOS-2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

UNILAB – UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Institucional. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <http://unilab.edu.br/institucional-2/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

VINHAI, Henrique Eduardo Ferreira. Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.





▼  
**CAMPUS  
UNIVERSITÁRIO  
E LEITURAS  
CONTROVERSAS  
DA PAISAGEM  
URBANA E DA  
SUSTENTABILIDADE**

**3**



## AMBIÊNCIA E URBANIDADE DOS NOVOS CAMPI DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CEILÂNDIA, GAMA E PLANALTINA

**Universidade de Brasília**

Caio Silva, Liza Andrade, Marta Romero e  
Frederico de Holanda

### **Expansão, inserção, inclusão**

Fundada em 1962, a Universidade de Brasília (UnB) nasceu junto com a utopia de Brasília, especialmente a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), que teve o privilégio de ter como seus primeiros professores os mesmos arquitetos e urbanistas que estavam, naquele momento, formulando a capital e executando as obras que marcariam a história do modernismo no Brasil e no mundo. Como prova desta confluência, Lucio Costa, urbanista de Brasília, também é autor do primeiro plano urbanístico para o *campus* da UnB (1960), futuramente modificado e adaptado por Oscar Niemeyer.

Desde a gênese, a UnB materializa em sua arquitetura as pedagogias de Darcy Ribe-

ro e Anísio Teixeira. Dessa forma, a instituição nasce com uma relação de diálogo com o ambiente que a circunda, no caso de Brasília, com a urbanidade da capital e com o cerrado que a circunda. Especialmente, o seu primeiro *campus* que recebe o nome do seu patrono Darcy Ribeiro, traz ricas paisagens para Brasília. Esta relação equilibrada entre o natural e o urbano foi um desafio colocado para o planejamento dos outros *campi* da UnB.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ao mesmo tempo em que marca uma nova era para a Universidade Pública no Brasil como a principal política pública responsável por esse crescimento e interiorização do ensino superior brasileiro, traz uma nova vitalidade à UnB, fomentando inserção social e urbana e promovendo uma grande modificação da paisagem do Distrito Federal (DF) nesses últimos anos.

Os novos três *campi* foram criados no contexto do Reuni, que representou uma expressiva expansão da universidade em número de servidores (professores e técnico-administrativos em educação), alunos, e mais que tudo isso, forte possibilidade de transformação social nas regiões administrativas do Distrito Federal onde estão implantados: Planaltina (FUP), Ceilândia (FCE) e Gama (FGA), que são três das cinco regiões administrativas mais povoadas do Distrito Federal (DF), com exceção do Plano Piloto.

Nos três casos, a dimensão ambiental foi tratada como âncora na elaboração dos Planos Diretores, além de ressaltar o papel institucional da UnB como elemento estruturador do desenvolvimento urbano do DF. Os *campi* apresentados aqui foram implantados em regiões adminis-

trativas periféricas, evidenciando ainda mais os impactos da universidade na sociedade. Daí a forte importância que o ambiente do campus representa, uma vez que o conhecimento e a inovação que a UnB proporciona colaboram a cada dia com o desenvolvimento urbano e social de toda a região na qual está inserida, levando a uma repercussão social em escala nacional.

A universidade reforça o papel territorial que a cidade já exerce em sua contínua expansão e que, de alguma maneira, “também encoraja o crescimento urbano em uma relação que bem pode ser classificada como simbiótica”. O núcleo universitário atrai usos e serviços peculiares de uma instituição de ensino que pode ser favorável para a cidade, “quando a cultura, a literatura, as artes, a sociabilidade, o civismo, tudo isso é praticado no ambiente universitário que também amadurece a cidadania e as relações sociais de uma comunidade”. (CARRERAS, 2001, p. 27)

Os *campi* universitários são, portanto, um grande laboratório vivo das práticas acadêmicas, permeados por ensino, pesquisa, extensão, inovação e compromissos ambiental e social. Neste sentido, são apresentados alguns princípios norteadores, utilizados nos Planos Diretores dos *campi*, que resumem as diretrizes ambientais e urbanísticas.

A partir da experiência acumulada no desenvolvimento dos projetos dos Planos Diretores, são elencados sete princípios norteadores para um projeto de um *campus* universitário mais sustentável, ambientalmente responsável e socialmente engajado (Quadro 1).

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a síntese dos principais aspectos relacionados aos três planos diretores desenvolvidos por pesquisadores da UnB, elaborados para os *campi* UnB Ceilândia, UnB Gama e UnB Planaltina.

Princípios norteadores do Campus Universitário Sustentável	
	<b>1) Planejamento a longo prazo:</b> Formular uma estrutura de planejamento capaz de permitir a evolução do campus, equilibrando a necessidade de crescimento futuro com preservação da paisagem verde do cerrado.
	<b>2) Locais de ensino e pesquisa integrados:</b> Integrar as unidades e instalações de ensino aos laboratórios de pesquisa, porém com estratégias para que os equipamentos e máquinas não causem interferência sonora nas unidades acadêmicas.
	<b>3) Vida no campus:</b> Fornecer instalações adequadas e espaços de encontro convidativos. Oferecer moradia estudantis e de professores e visitantes, separadas umas das outras e próximas das unidades acadêmicas. Promover acessibilidade entre todas as unidades acadêmicas.
	<b>4) Integração com a comunidade:</b> Manter o campus da universidade como um local ideal para as atividades acadêmicas e de melhoria da qualidade de vida da comunidade, oferecendo equipamentos públicos e atividades ao público externo.
	<b>5) Um campus amigo do pedestre:</b> Promover a circulação interna no campus por meio de ciclovias e calçadas, com circulação de veículos exclusivamente perimetral. O campus compacto permite que o pedestre chegue a qualquer ponto em, no máximo, 15 minutos e caminhada.
	<b>6) Uma paisagem de importância vital:</b> Preservar o campo de murundus. Introduzir uma pista de corrida nos limites da área preservada, reforçando, assim, a experiência do verde e garantindo a preservação do local. Criar uma cobertura mirante.
	<b>7) Um campus sustentável:</b> Harmonizar as edificações já existentes e já previstas com a proposta de ocupação. Incentivar um campus com baixa emissão de carbono. Conceber edifícios verdes. Aproveitar as águas pluviais em sistemas de reuso. Gerir resíduos e compostagem.

**Quadro 1.** Princípios norteadores do Campus Universitário Sustentável

**Fonte.** Adaptado de ROMERO; SILVA; TEIXEIRA (2011).

## Campus UnB Ceilândia

A Faculdade de Ceilândia (FCE) representa o *campus* UnB Ceilândia, que está localizado na Região Administrativa Ceilândia, nas proximidades do Centro Metropolitano, com população de cerca de 400 mil habitantes e distante 44 km do centro do Plano Piloto. O *campus* ocupa uma área de 199.499,06 m<sup>2</sup> e iniciou as atividades com apenas três edificações<sup>1</sup> construídas na parte central do terreno, totalizando uma área de 9.827,15 m<sup>2</sup>. Hoje o *campus* ganhou mais construções, embora não tenha implantado toda a proposta apresentada no plano original. O Plano Diretor foi elaborado pelas professoras Marta Romero e Liza Andrade, com o apoio dos estagiários Patrícia Fiuza, Natália Lemos, Júlia Ritter e Matheus Mendes.



**Figura 1.** Trecho de Ceilândia com destaque para o campus UnB Ceilândia

**Fonte.** Adaptado de Google Maps, pelos Autores (2021).

<sup>1</sup> Unidade Acadêmica (UAC), Unidade de Ensino e Docência (UED) e o Módulo de Serviços e Equipamentos Esportivos (MESP). Edifícios projetados pelos arquitetos Alberto de Faria, Fabiana Couto e Fátima Lauria Pires.

O Plano Diretor do *campus* UnB Ceilândia incorpora princípios de sustentabilidade em seu projeto urbanístico, visando à preparação de estudantes e da comunidade local para lidarem com a temática da sustentabilidade na prática, com o fornecimento de informações e conhecimento para a futura gestão ambiental na operação e manutenção do *campus*. Este cuidado é fundamental, visto que a unidade está inserida em Zona de Amortecimento da Área de Relevante Interesse Ecológico Parque Juscelino Kubitschek (ARIE JK), tendo metade do terreno com o uso restrito às atividades urbanas determinado em seu Plano de Manejo. A ARIE JK, uma unidade de conservação que tem por objetivo a proteção da flora, fauna, sítios arqueológicos e das nascentes dos córregos Cortado e Taguatinga, está localizada entre as regiões administrativas mais populosas do DF: Samambaia, Ceilândia e Taguatinga, fato que já se configura uma necessidade de implementar ações mais sustentáveis na região.

Salienta-se que o Plano Diretor deve vir acompanhado de sistema de gestão ambiental, com treinamento continuado de funcionários e envolvimento da comunidade, pensando em uma construção participativa. Sendo assim, o projeto de lugares mais sustentáveis deve transmitir às pessoas como elas devem viver, como serem mais eficiente em termos do uso da energia e manutenção do ciclo hidrológico, como devem evitar a destruição da paisagem circundante e a diversidade biológica, como podem produzir alimentos no próprio local em harmonia com espaços de convivência. Além disso, um projeto visando a sustentabilidade deve demonstrar como fazer a compostagem de materiais orgânicos, como empregar materiais de baixa energia

incorporada ou de emissão zero de carbono, como utilizar madeira de manejo sustentável e como evitar o descarte de materiais tóxicos. Para tanto, utilizou-se como metodologia a aplicação no desenho urbano dos princípios de sustentabilidade ambiental adotados por Andrade (2005) e bioclimáticos adotados por Romero (1988).

### A concepção do campus universitário

Na concepção do *campus*, foram incorporadas estratégias que contribuíram para melhorar a percepção de organização do espaço. Houve necessidade de interpretação dos referenciais urbanos, entre os quais, a) o Centro Metropolitano, localizado entre o estádio “Serejão” e a via de conexão Samambaia-Ceilândia, além da b) proximidade da estação de metrô e da alça da rede urbana que ingressa nas quadras residenciais em frente à área destinada ao *campus*, e, finalmente, c) a ARIE JK, que abarca a depressão da ocupação urbana, conformada por Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.

Procurou-se identificar o potencial urbano a partir da compreensão das características da ambiência do lugar, destacando a qualidade ambiental da região da ARIE. Assim, verificou-se a necessidade de enriquecer a paisagem por meio das visuais da área do *campus*, uma vez que a infraestrutura urbana convencional removeu a já escassa vegetação do lugar. Procurou-se criar uma nova urbanidade, mantendo-se a ambiência do lugar.

Os espaços foram enriquecidos sem deixar de especializá-los: as condições do espaço vazio que contribuíram para a criação de um lugar dotado de significação, em contraponto à pobreza do desenho urbano da cidade. O *campus* UnB Ceilândia não fica afastado do cotidiano da cidade, tal como o *campus* Darcy Ribeiro da UnB, localizando-se próximo aos edifícios que compõem os setores administrativos – neste caso específico, o “Centro Metropolitano”.

Em uma tentativa de deixar de lado a clássica característica dos *campi* implantados no Brasil e no mundo, o *campus* UnB Ceilândia caracteriza-se por romper o “isolamento do tecido urbano”, ao situar-se separado somente por uma avenida das quadras residenciais da Ceilândia Sul e, internamente, por quebrar a “segregação de atividades”, ao incorporar em uma superestrutura diversas funções e usos.

A ideia de *campus* em áreas segregadas e que edifica suas instalações no meio de grandes espaços verdes é a de um microcosmo com vida in-

dependente, projetado a partir das necessidades internas da universidade. Dessa forma, o sentido de integração atinge apenas os indivíduos que compõem a comunidade acadêmica. É importante lembrar que o espaço universitário nasceu confinado, primeiro por claustros, que logo influenciaram os *colleges*, onde estudantes de famílias ricas residiam e eram educados para ocupar posições de destaque. Importante considerar também que as diversas áreas de conhecimento que surgem no século XIX demandaram edifícios próprios para as faculdades; ressurgem, então, os *palazzos* renascentistas, com grandes espaços, bem subdivididos, compartimentados e bem integrados na cidade.

### **Princípios ecológicos do desenho urbano**

Os princípios ecológicos para o *campus*, voltados para o desenho de assentamentos urbanos, foram baseados em autores que trabalham a visão ecossistêmica dos assentamentos humanos. Assim, adotou-se como princípios norteadores de sustentabilidade, aplicáveis ao desenho urbano, aqueles desenvolvidos por Peck e Dauncey e Peck (2008) e adaptados por Andrade (2005) tais como: proteção ecológica (biodiversidade), adensamento urbano, revitalização urbana, implantação de centros de bairro e desenvolvimento da economia local, implementação de transporte sustentável e moradias economicamente viáveis, comunidades com sentido de vizinhança, tratamento de esgoto alternativo, drenagem natural, gestão integrada da água, energias alternativas e, finalmente, as políticas baseadas nos 3R's (reduzir, reusar e reciclar).

Segundo Andrade (2005), o adensamento urbano em uma dada região é uma das metas básicas do enfoque ambiental aplicado ao urbanismo, desde que atendida a capacidade de suporte da biorregião. Numa cidade mais compacta, a proximidade da moradia, do lugar de trabalho, dos serviços e dos equipamentos favorece a otimização do uso do espaço, a utilização racional das zonas naturais e a organização eficaz do transporte público. Reunir pessoas significa reduzir distâncias, o que, por sua vez, reduz a necessidade de deslocamentos e gasto de energia para transporte, além de diminuir o nível de poluição produzido e a quantidade de terra pavimentada.

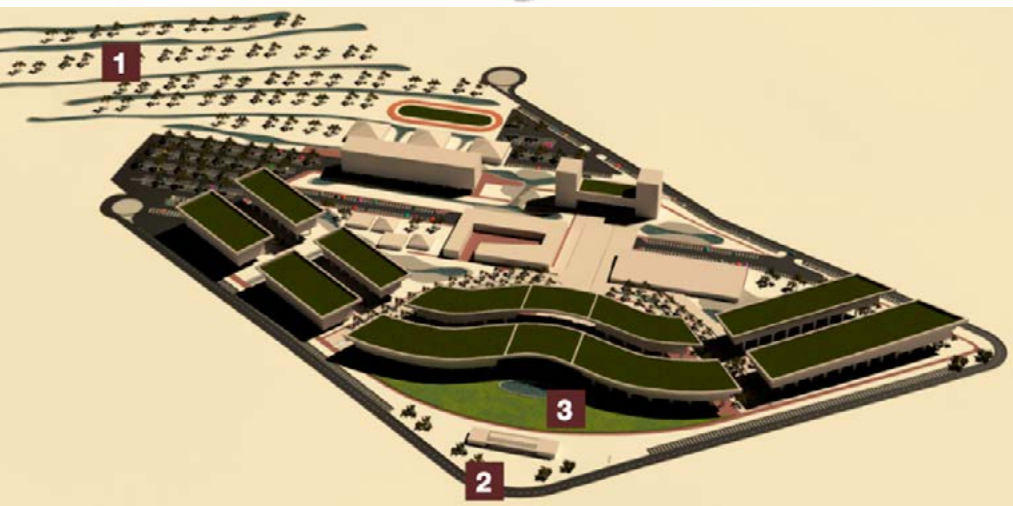
Além disso, no desenho do *campus* foram aplicados os princípios bioclimáticos estudados por Romero (1988). Segundo a autora, o controle possível a ser exercido sobre o clima, com eficiência e economia pelo projeto urbano, parte dos seguintes princípios: seleção do sítio pelas vantagens microclimáticas, evitando-se a parte mais próxima dos fundos de vale ou grandes depressões, com a escolha de áreas com boa ventilação e adequada orientação ao sol (o sítio da implantação foi selecionado pelas vantagens microclimáticas e projetado para maximizá-las); a configuração da massa edificada de acordo com o que se quer controlar (a massa foi configurada e orientada para a maximização desejada, minimizando as exposições negativas); a escolha adequada dos materiais e superfícies de revestimento do solo.

O desenho acompanha a topografia do sítio físico e expressa a substância principal do projeto. O traçado mais orgânico na esquina segue a declividade das curvas de nível do terreno (aproximadamente 10%) e acomoda as edificações e os espaços de convívio a ele, bem como às vias que se cruzam. Busca compreender a orientação/exposição às energias naturais, como o sol, o vento e o som para tirar proveito bioclimático delas.

### **O urbanismo ecológico do campus UnB Ceilândia**

Os projetos de urbanismo que apoiam este Plano Diretor possuem um componente arquitetônico. A intervenção pontual desencadeia uma série de ideias potenciais para o espaço do *campus*, dotando-o, assim, de grande urbanidade. A estratégia utilizada planejou o *campus* a partir de uma sequência de espaços (edificados e abertos) em espinha dorsal. A superestrutura é o ponto focal que relaciona os demais edifícios. As atividades não estão rigidamente setorizadas e assim se confere o impulso

inicial ao urbanismo. Uma grande estrutura e o uso de grande parte da área do *campus* para a preservação do cerrado podem ser facilmente percebidos a partir do Plano Diretor do *campus* UnB Ceilândia.



**Figura 2.** Croquis e modelagens do campus UnB Ceilândia  
**Fonte.** Romero, Silva e Pazos (2011)

Sobre a densidade de construção, a trama urbana formada por cheios e vazios, com grande grau de continuidade da massa e alta densidade de construção concentrada no quadrante norte da área favorece a integração com a malha urbana de Ceilândia. Nas esquinas que trazem o fluxo de pedestres do metrô e dos ônibus, recomendou-se a construção de pequenos quiosques que sirvam de transição entre o amplo espaço da praça e a estrutura do viaduto do metrô, promovendo-se, assim, vigilância natural com grande transparência visual e grande presença de luz natural.

A pavimentação da praça é o elemento dominante nesse espaço entendido como um sistema de relações entre vários edifícios, sendo vista, inicialmente, como um grande pavimento, que assinala as relações a partir de uma geometria própria e de materiais específicos. O pavimento utilizado permite uma harmoniosa relação da rua com a base dos edifícios.

O passeio de ligação, entendido como um sistema de conexões, costura o projeto. Esse passeio acompanha as declividades em ritmo suave, sem ressaltos nem grandes rampas, até terminar no espaço circular que arremata os edifícios da administração, que cobrem parte dos passeios, sem perder a continuidade da perspectiva e descortinando a paisagem do verde restaurada na área, permitindo uma experiência visual muito variada nos percursos.

Em uma busca formal do lugar e a preocupação pela experiência dos percursos, as calçadas periféricas estão acompanhadas de vegetação de sombra e, em continuidade, as biovaletas em declive recolhem e armazenam a água que serve para irrigar a vegetação plantada. Dessa forma, as calçadas prolongam as oportunidades de passeio num itinerário sombreado para pedestres. Reconhece-se o espaço dos estacionamentos como autênticos espaços coletivos, permeáveis, com vegetação arbórea que contribui para umidificar e resfriar o ar, ao mesmo tempo em que fornece variações florísticas ao longo do ano, em contínua composição com os espaços abertos e os lugares simbólicos.

No lado sudeste do *campus*, a paisagem se descortina em sucessivos canais de pequenas hortas vegetadas com espécies próprias para a investigação de plantas medicinais do *campus*. Os canais são alimentados por fios de água oriundos das águas de drenagem e, ao mesmo tempo, contribuem para resfriar o vento da seca que ascende semirresfriado pelo córrego que se encontra no quadrante inferior da área. Sob as árvores, bancos e algumas outras amenidades marcam pontos para contemplação e descanso. O lugar assegura a tranquilidade inicial acrescida da vegetação incorporada à



paisagem construída. Nesse sentido, o Plano Diretor requer um estudo detalhado da vegetação, quanto ao tamanho, densidade e capacidade de modelar e filtrar das espécies.

O vento nesse espaço é um parâmetro muito importante para o estabelecimento das condições de conforto térmico e salubridade. Na análise do plano de massas construídas, verificou-se o campo de velocidade e de turbulência do vento ao nível do solo para as principais orientações eólicas onde intervenções com mobiliário urbano, vegetação, elementos de quebra-vento, tais como telas, pérgolas, pátios etc., compõem a paisagem urbana. Assim, a permeabilidade à passagem dos ventos fica garantida e definida a partir do arranjo adotado e da porosidade ou índice de ocupação e da existência de vazios, que garantem o escoamento natural do fluxo do vento no ambiente projetado para o *campus*.

O *campus* UnB Ceilândia rompe com esta ideia de microcosmos de vida independente, uma vez que está inserido na malha urbana da cidade e tangencia a área do Centro Metropolitano – o faz evitando o acesso dos carros ao interior do espaço projetado, que ficam na borda do *campus*. O Plano Diretor integra as edificações com passeios e paisagismo produtivo, como também por meio das infraestruturas verdes, eliminando os “edifícios isolados entre si por extensas áreas ajardinadas geralmente sem nenhuma utilização”. Também deixa visível o ciclo da água como uma contribuição à ecologia da paisagem.

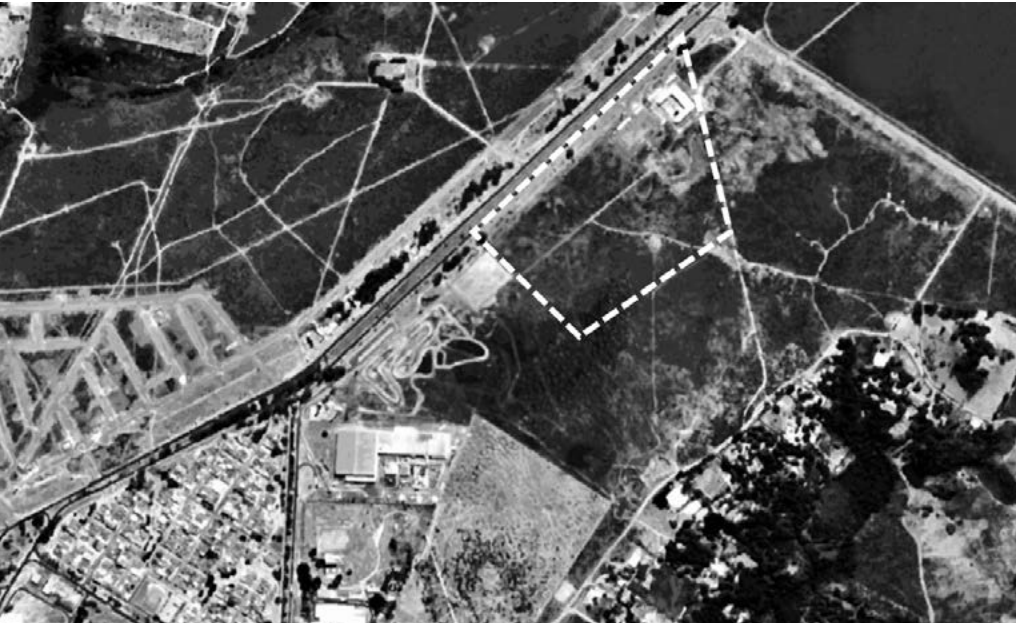
## Campus UnB Gama

A Faculdade do Gama (FGA) representa o *campus* UnB Gama, que está localizado na Região Administrativa Gama, distante 44 km do centro do Plano Piloto. Ocupa uma área de 335.534,00 m<sup>2</sup> e tem uma área construída de 6.723,48 m<sup>2</sup>. Atualmente tem cerca de 30% da sua estrutura prevista construída. O Plano Diretor foi coordenado pelos professores Marta Romero e Caio Silva e contou com a equipe técnica dos pesquisadores Ederson Oliveira Teixeira e Lorena Mileib Burgos, além da estagiária Martha Bataglin. A FGA tinha a previsão para 480 vagas por ano para os seguintes cursos: Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnologia, Engenharia de Energias, Engenharia de Sistemas Digitais, Engenharia de *Software*, Engenharia Automotiva.

O *campus* UnB Gama teve seu planejamento para diferentes momentos de implantação. Pensou-se em fases de curto, médio e longo prazo, com caráter de autossuficiência em suas funções básicas. É importante salientar que este processo organizado no Plano Diretor deve ser revisado a cada cinco anos, com a finalidade de ajustar o projeto às novas demandas e aos novos usos, facilitando, assim, um monitoramento ambiental da área. Apenas este planejamento contínuo dará ao *campus* possibilidades de expansão com ampla preservação ambiental, que é uma das premissas de projeto. Sugere-se que a gestão do *campus* implemente estratégias de participação e envolva a comunidade universitária neste processo. Foram seguidos os critérios a partir da legislação urbana do Gama (Plano Diretor Local – PDL), como, por exemplo, a taxa de permeabilidade mínima de 30%. Também foram seguidas algumas restrições, como o afastamento das divisas voltadas para logradouros públicos e o afastamento em fachadas com aberturas para aeração e iluminação.

Cerca da metade da área destinada para o *campus* é um campo de murundus<sup>2</sup>, com necessidade rigorosa de preservação. Na metade restante, havia dois edifícios acadêmicos já implantados, com propriedades espaciais predominantes criando limites e permeabilidade ao mesmo tempo, reforçando a percepção espacial do conjunto. O conceito-chave da ocupação proposta parte daí, construindo uma permeabilidade tanto social quanto ambiental. A primeira é dada pelos conceitos humanizado-

<sup>2</sup> Murundus é conformação vegetal típica do cerrado, bastante frágil, que deve ser preservada na íntegra segundo a Instrução IBRAM n<sup>o</sup> 39, de 21/02/2014.



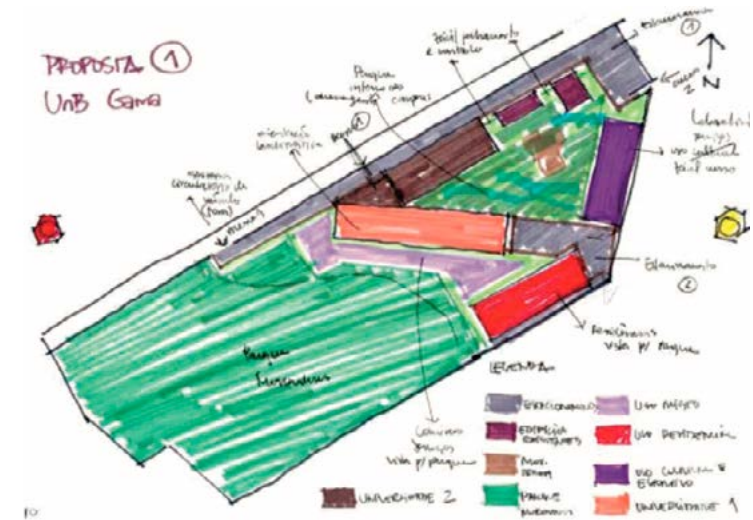
**Figura 3.** Trecho do Gama com a indicação da área do campus UnB Gama  
**Fonte.** Adaptado de Google Maps, pelos Autores (2021)

res e a segunda pela forma prevista de ocupação do solo.

Criou-se o “Plano de Drenagem para o *Campus*”, onde se recomenda o uso da pavimentação permeável nos estacionamentos e vias, dentro do que se denomina conformado por biovaletas conectadas ao sistema de calçadas e por canteiros pluviais e jardins de chuva, localizados estrategicamente em pontos de retenção de água. Formatos diferenciados de percursos podem incentivar permanência ou contemplação e configurar pátios internos e conjunto de entradas similares. Fronteiras permeáveis podem estabelecer relação mais direta com o sítio.

O Plano Diretor de Urbanização estrutura

e estabelece hierarquia entre os espaços edificados e entre estes e o sistema maior de espaços coletivos para, assim, garantir acessibilidade e adequado senso de urbanidade no projeto, indo além do simples provimento de espaços coletivos e áreas verdes requeridos pela legislação, dotando o lugar de sentido e vivacidade urbana, contribuindo para a diminuição da



**Figura 4.** Croquis e modelagens do campus UnB Gama  
**Fonte.** Romero, Silva e Pazos (2011)

segregação social e da dificuldade de locomoção.

As estratégias relativas à acessibilidade do espaço do campus procuram propostas que cuidem da orientação dos usuários em relação aos ambientes criados, da relação entre cheios e vazios, da posição dos volumes edificados, da capacidade térmica dos materiais constituintes desses espaços urbanos, assim como do papel das áreas verdes.

### O ambiente do campus UnB Gama

O ambiente do *campus* UnB Gama segue os mesmos princípios do *campus* UnB Ceilândia ao integrar as edificações com passeios e paisagismo produtivo por meio da infraestrutura verde, deixando visível o ciclo da água e projetando os indutores do total aproveitamento das águas urbanas dentro do lote. O projeto inclui proposições que trazem incentivos à inovação; abertura à experimentação (de novos materiais, novas tecnologias, novas formas organizacionais); inclusão dos custos ambientais e sociais nos orçamentos dos projetos de infraestrutura; indução de novos hábitos de moradia, transporte e consumo.

O partido urbanístico do *campus* estabelece o uso de amplas áreas com vegetação – formação, arbustiva e arbórea (preferencialmente do cerrado). São privilegiados os usos de espécies com geometria de copas grandes quando elas acompanham o sistema de calçadas e protegem as fachadas que recebem maior insolação. Também faz parte do partido do *campus* a criação de uma estrutura comum para os espaços abertos, o que garante biodiversidade a esses lugares.

O acesso de carros é perimetral no *campus*. Essa forma de circulação prioriza os caminhos

e ciclovias, essas com a extensão de 2 km, e oferecem acesso a todos os edifícios do *campus*. As vias e os estacionamentos correspondem a 37.661 m<sup>2</sup>, resultando em 12,55 % da ocupação do local. Um dos princípios do Plano Diretor é a mobilidade sustentável e, por isso, incentiva-se o uso da bicicleta como meio de transporte. Além disso, previu-se a implantação de um Centro Olímpico, estrategicamente próximo à rodovia DF-480, com quadras esportivas, piscinas e área para atletismo.

Também recomendou-se a implantação de cinco quiosques de apoio que estão distribuídos em pontos centrais de confluência de pessoas e que oferecem serviços de alimentação aos alunos, servidores, visitantes e demais funcionários. Para a conexão dos diferentes níveis, criou-se um eixo principal, que posiciona a administração e o conjunto formado pela biblioteca e pelo centro cultural ao longo do espaço. Entre esses dois núcleos estruturais são propostas duas praças de convívio, lugar de aglomeração, reunião, ponto focal e de permanência. O Centro de Convivência funciona como o coração do *campus*, e as atividades e ambientes acadêmicos se organizam ao seu redor.

No projeto, criou-se o conceito de cobertura-parque, caracterizada como um manto verde de abrigo das atividades. É definida como uma estrutura que associa o uso da vegetação comum em coberturas-verdes (gramíneas e arbustos) às características de urbanização de uma praça ou parque (mobiliário e passeios). Essa cobertura aproveita os movimentos de terra encontrados no terreno para oferecer às pessoas um acesso a uma área de convívio na parte superior e um uso na parte inferior. A disposição dos edifícios acompanha as curvas de nível, favorecendo a drenagem natural das águas, tendo diminuído os movimentos de terra e os impactos ambientais na etapa de obras.

A proposta permite que os edifícios tenham pleno acesso à luz natural e à ventilação leste predominante, evitando, assim, a formação de ilhas de calor e criando sempre um ambiente agradável de permanência (interno e externo). O desenho proposto, lembrando quarteirões curtos, continuamente interrompidos por vias, espaçadas por jardins e caminhos sombreados, cria uma trama com interseções contínuas, carregada de complexidade estrutural. Propicia a criação de laços e vida nas áreas de convívio, assim como as interseções evitam que o sistema pareça rigidamente disposto e ameace a sobrevivência das relações sociais.

Também se procurou implantar os edifícios de modo que as fachadas tenham a melhor orientação (quando esta disposição não é possível,

recomenda-se o uso de tipos de vegetação que amenize o aquecimento provocado pela exposição à radiação solar direta). Neste sentido, é incentivado o uso de gabaritos diversos, configurando um espaço urbanizado com superfície mais rugosa. A diversidade de alturas entre as edificações permite o acesso da luz natural e garante um melhor comportamento dos ventos no espaço do *campus*. Estas técnicas passivas de climatização reduzem o uso de recursos tecnológicos que implicariam em custos muitas vezes elevados quanto ao uso e operação, ou mesmo trabalham de forma complementar a estes, visando eficiência.

Quanto à distribuição de atividades no *campus*, o projeto destinou três projeções ao uso acadêmico, compostas, na sua maioria, por salas de aula e postos administrativos avançados. Essas projeções ficam na linha de comunicação mais direta com a cidade do Gama, apresentando, assim, uma fachada de ensino para a comunidade. Algumas projeções atuais foram alteradas a partir de reuniões feitas com a administração local e da demanda de abrigar novos laboratórios pré-fabricados (contêineres).

No centro do *campus*, ao abrigo da cobertura-parque, localizam-se a biblioteca e o centro de cultura e convenções, que podem chegar até a quatro pavimentos. Arrematando o fechamento leste, recomendou-se a instalação do restaurante universitário. Próximo ao restaurante e no fechamento leste/noroeste do *campus* estão os alojamentos estudantis de quatro pavimentos. A área destinada à moradia fica próxima também da guarita, favorecendo a segurança e habitabilidade do espaço. Seguindo o eixo central e no arremate da perspectiva que estrutura os passeios e deslocamentos do *campus*, encontra-se a administração.

No lado sul, de frente para a preservada passagem de murundus, encontra-se a prefeitura, de dois pavimentos. Devido às características de seu funcionamento, a estrutura possui abertura para a área de circulação de veículos e estacionamento. Nesse mesmo alinhamento sul e fechando a parte acadêmica do *campus*, há uma área para a instalação do parque tecnológico, visto que a proposta deste *campus* é incentivar a pesquisa e o ensino na área da tecnologia.

Acompanhando a mesma tipologia dos alojamentos estudantis, de quatro pavimentos (pilotis mais três), têm-se as residências dos professores, no extremo mais próximo da Região Administrativa do Gama, depois do Centro Olímpico, gerando o limite do *campus*. Essa proximidade com a área urbana do Gama fomenta a integração do ambiente de residência com a cidade ali existente. A ciclovia bidirecional proposta para a integração modal do *campus* tem três metros de largura, percorre e acessa todos os seus espaços, costura os caminhos e cria um ambiente sustentável com a proposta projetual capaz de estimular o uso sadio dos espaços públicos.

A inclinação máxima da ciclovia é de 4% no sentido do tráfego e de 2% perpendicular a ele, estimulando, assim, a drenagem natural. Como material usado para a pavimentação, tem-se placas pré-moldadas de concreto na cor vermelha. Em ambos os tipos de calçada, o pavimento utilizado são placas pré-moldadas de concreto e, dependendo dos taludes do terreno, recomendam-se canaletas de escoamento para auxiliar na drenagem das águas pluviais, as biovaletas, canteiros pluviais e os jardins de chuva.

O Plano Diretor propõe o uso de revestimentos permeáveis dentro do *campus*. Para os estacionamentos, recomenda-se o uso de pavimento intertravado com blocos pré-moldados de concreto, para possibilitar a infiltração das águas pluviais no solo, e o cobograma. São propostos dois tipos de calçadas: as que ligam os edifícios entre si e entre as que comunicam as áreas de convivência e estacionamentos (tipo 1 – mais largas) e as que circundam as edificações (tipo 2 – mais estreitas). Como recurso de organização formal e espacial, uma sucessão ininterrupta de caminhos estrutura o fluxo de pedestres de todo o *campus* e estabelece um percurso máximo de 15 minutos.

Parte da área destinada ao *campus* é composta por um campo de murundus, caracterizado por um tipo de microrrelevo em forma de pequenas elevações, geralmente arredondadas, com altura entre 0,1 a 1,5 m e diâmetro de até 20 m. Esta área é temporariamente inundável nas

partes mais baixas durante o período chuvoso, já que é formada por solos hidromórficos, com deficiência em drenagem, contendo comumente no perfil concreções ferruginosas. Neste local, é comum a presença do lençol freático próximo à superfície, devido à existência de uma camada de material impermeável que, junto com a baixa declividade, impede ou torna deficiente a drenagem nessa área. O campo de murundus apresenta grande importância ecológica por controlar o fluxo de água, a deposição de nutrientes, a conservação de água de superfície e a biodiversidade.

Foram desenvolvidos alguns estudos de simulação de conforto ambiental nas principais áreas do *campus*, os quais foram essenciais para o seguimento do projeto. Comprova-se que as áreas com arborização e pavimentos menos absorventes e mais permeáveis mantiveram um alto índice de umidade e menor índice de temperatura do ar, garantindo o conforto ambiental aos usuários. A parte periférica do *campus* favorece uma melhor integração com o entorno e, por isso, foram pensados espaços expansivos.

Os espaços entre os blocos são considerados acolhedores e permitem uma melhor convivência entre os usuários por serem ambientes mais íntimos, com vegetação intensa e autossombreamento das edificações. A área geral do *campus* é bem ventilada, o que favorece a construção de pavimentos mais baixos e mais vazados, grandes aberturas ou uso de pilotis, auxiliando, assim, a ventilação cruzada nos espaços livres.

Pode-se concluir que as estratégias para o fortalecimento das relações comunitária por meio da interação social e com o entorno têm por objetivo a criação de um *campus* mais sustentável e resiliente. Com isso, as relações entre

as pessoas se equilibram e geram sentido de pertença, ao mesmo tempo que criam expectativas de desenvolvimento comunitário. O Plano Diretor para o *campus* UnB Gama contempla as necessidades sociais e psicológicas de uma diversidade de usuários, entre elas: vivacidade urbana, diferentes graus de privacidade e envolvimento comunitário, legibilidade, identidade, senso de proteção, variedade e expressividade sensorial.

## UnB Planaltina

A Faculdade de Planaltina (FUP) representa o *campus* UnB Planaltina, localizada na Região Administrativa Planaltina, a 47 km do centro do Plano Piloto. A unidade ocupa uma área de 301.847,06 m<sup>2</sup> e tem uma área construída de 12.557,51 m<sup>2</sup> (Figura 5). Atualmente, algumas das projeções foram construídas e o *campus* encontra-se em fase de expansão. O Plano Diretor foi coordenado pelo professor Frederico de Holanda e contou com a equipe técnica formada pelas pesquisadoras Viridiana Gomes e da professora Gabriela Tenorio.

O *campus* está localizado em um sítio de 29,52 ha, é aproximadamente retangular, de cerca de 670 m x 470 m (maior dimensão no sentido norte-sul). Está a norte do núcleo histórico de Planaltina, 40 km a nordeste do Plano Piloto, às margens da rodovia BR-20 e próximo à via de entrada da cidade, que passa entre a parte histórica e a expansão moderna dos anos 1960. O local insere-se na área de amortecimento da APA do rio São Bartolomeu e dentro da sub-bacia do Ribeirão Mestre d'Armas, constituindo um ambiente de fragilidade considerável. Dessa forma, o plano de ocupação teve como objetivo a minimização dos impactos inerentes à implantação de áreas urbanas.

Os princípios projetuais do Plano Diretor para o *campus* de Planaltina implicam instrumentos teórico-metodológicos apresentados neste capítulo. Além de considerar as preexistências naturais e construídas, os projetos pedagógicos dos cursos que ocorrem no *campus* devem atender às expectativas da comunidade. Como tal, a arquitetura é determinada pelo ambiente socionatural em que se realiza. Por um lado, clima, relevo, geologia, hidrografia, vegetação (ambiente natural); por outro lado, conhecimento científico-tecnológico, determinantes econômico-político-ideológicos, aspirações da clientela (ambiente social). A arquitetura resulta disto (HOLANDA, 2007).



**Figura 5.** Trecho de Planaltina com destaque para a área do campus UnB Planaltina

**Fonte.** Adaptado de Google Maps (2020)

O *campus* não fica na área central da cidade, o que é uma desvantagem: está a cerca de três quilômetros da Igreja Matriz, no Centro Histórico de Planaltina. Este é um dado de projeto. Incentiva a cada dia uma maior integração com a comunidade da cidade, e com a comunidade da vizinhança, mediante atividades que a envolvam (lazer, cultura, comércio, serviços, além das atividades-fim da universidade) e, quanto à acessibilidade, mediante linhas de transporte coletivo, paradas adequadamente localizadas e ciclovias que liguem a cidade à universidade. Por outro lado, a ligação direta com a BR-020, que deve ser incentivada, responde ao fato de o *campus* não estar relacionado exclusivamente à cidade de Planaltina, mas ter um raio de abrangência maior.

Quarenta por cento do terreno destinado ao *campus* encontra-se no interior da Área de Proteção de Manancial do Córrego Fumal, cuja demarcação visa a apontar para a sensibilidade dos recursos hídricos frente à ocupação das terras na região e a proteger a captação de água para abastecimento público. O terreno tem declividade suave (4%) de leste para oeste, o que facilita a implantação de vias e edifícios e permite explorar as potencialidades.

A faixa de vegetação ao longo da BR-020 atua como zona tampão entre a área urbana de Planaltina e a Estação Ecológica das Águas Emendadas. Esta vegetação é típica de cerrado, com atividade fotossintética e sequestro de carbono não muito elevados. O *campus* por sua vez carece de vegetação com alta atividade fotossintética e maior poder de sequestro de carbono, para melhorar os níveis de qualidade ambiental num contexto da região de Planaltina, que, vale registrar, tem as mais elevadas temperaturas médias do DF.

### Elementos da urbanidade do campus Planaltina

O projeto procura instituir uma mudança paradigmática ante o típico urbanismo moderno. Neste, os edifícios isolados são as referências primeiras, o espaço vazio é residual, amorfo, pensado apenas como *distância* a valorizar os volumes edificados. Estes são as *figuras*, enquanto o espaço resultante é o *fundo*. Em Brasília, não por acaso, a taxonomia urbana refere-se predominantemente a esses elementos: blocos, quadras, setores. No campus, inverte-se o princípio: os espaços são a referência primeira, valoriza-se o *espaço público*. Aqui, os vazios são as *figuras* e os edifícios são os *meios*, o *fundo* pelo qual os vazios são configurados: avenidas, ruas, praças etc.

Evita-se a dicotomia, também típica do urbanismo moderno, de espaços exclusivamente para trânsito de veículos e outros destinados aos pedestres. No *campus*, como nas cidades mais bem-sucedidas, ruas são historicamente lugares de convívio aprazíveis, assim como são nas bem-sucedidas praças onde se cruzam os mais importantes fluxos de pessoas. Assim, dá-se a estruturação do espaço público mediante vários tipos de elementos: ruas e avenidas, praças, esplanadas, átrios, áreas verdes.

O *campus* está estruturado mediante duas avenidas, no sentido norte-sul, e quatro ruas, no sentido leste-oeste. Os elementos distinguem-se conforme dimensões, tratamento das superfícies horizontais (calçadas,

ecovalas, áreas verdes) e volumetria lindeira. A caixa espacial das avenidas é de 60 m, a das ruas é de 40 m. As ecovalas nas avenidas têm 12 m, as das ruas têm 3 m. Os edifícios lindeiros às avenidas podem chegar a quatro pavimentos; nas ruas, terão um máximo de três. As entradas principais de pedestres para os quarteirões se dão a partir das avenidas, a valorizar, pelo uso, seu papel hierarquicamente superior. As permeabilidades secundárias alimentam as ruas que cortam o *campus* no sentido leste-oeste, constituindo um eixo de pedestres paralelo aos eixos das calçadas ao longo das avenidas, no sentido norte-sul. As diferenciações sintáticas (formal-espaciais) ou semânticas (de uso e significado) contribuem para a orientabilidade dentro do *campus* (Figura 6).



**Figura 6.** Croquis e modelagens do campus UnB Planaltina  
**Fonte.** Romero, Silva e Pazos (2011)

O ápice da composição do *campus* é a *Praça Maior*, importante referência de orientabilidade pelo significativo alargamento criado no percurso. As dimensões da Praça Maior – 120 m x 75 m – são propositadamente maiores que as dimensões dos átrios dos quarteirões (50 m x 50 m). Estabelecem o devido contraste entre o espaço do cotidiano das atividades de ensino e pesquisa e o espaço mais emblemático em torno do qual estão a Administração, a Biblioteca, o Restaurante e a Aula Magna. Estes edifícios contrastam com a volumetria dos quarteirões para marcar seu caráter especial. Todavia, as dimensões da Praça Maior não são grandes a ponto de criarem um inadequado contraste com as dimensões das praças do núcleo histórico da cidade. Ao contrário, evocam-nas pela similaridade das medidas: a Praça da Matriz, 143 m x 77 m.

A *Esplanada* fica no prolongamento da Rua da Paz, depois que se atravessam os pilotis dos alojamentos. Prolonga-se entre as áreas esportivas e culmina no templo ecumênico no extremo oeste, engastado em parte na agrofloresta ao fundo, que penetra o espaço interno do templo, jogando-se com a ideia da interdependência natureza/transcendência. O

talude que desce da Esplanada em direção ao campo de futebol acomoda um anfiteatro que se abre em direção à paisagem, como um espaço de contemplação.

Partindo da Biblioteca, percorre-se a Praça Maior em sua dimensão mais longa. Cruza-se a via *Paineiras*, passa-se embaixo do espaço dos pilotis do Restaurante, desemboca-se na Rua da Paz. A seguir, fechando parcialmente a perspectiva, está o Edifício dos Alojamentos. O fechamento é parcial porque, como o Restaurante, ele é sobre pilotis. Ultrapassado o espaço dos pilotis, estamos numa privilegiada situação de mirante de onde se descortina a Esplanada (KOHLSDORF, 1996). A Esplanada é um plano ligeiramente inclinado (cerca de 4%), a valorizar as visuais para o templo, a agrofloresta, o parque e a calha do córrego Fumal, à distância (os dois últimos externos ao *campus*). A situação de mirante é ainda valorizada pela paisagem mais bucólica onde estão os equipamentos esportivos, ao norte e ao sul da Esplanada.

Além da Praça Maior, duas pequenas praças de entrada, ao norte e ao sul, nos extremos da *Paineiras*, fazem as vezes de vestíbulos para o *campus*. A do sul construída prioritariamente, pois aqui é a entrada principal do *campus* no curto prazo. Prevê-se a do norte como entrada futura, caso seja implantado um acesso direto a partir da BR-020. Imagina-se que, pela influência supralocal do *campus* de Planaltina, essa eventual futura entrada pode transformar-se na entrada principal. Ela foi condizentemente valorizada. A pequena praça-vestíbulo é marcada por uma clareira que se abre neste trecho da agrofloresta, e por um edifício-pórtico, através do qual se passa para entrar na universidade.

### Elementos da paisagem do campus Planaltina

Os elementos da paisagem são compostos pelos átrios, ecovalas e agroflorestal. Os *átrios* são os miolos dos quarteirões. Suas dimensões são aproximadas às de átrios de conventos famosos (Sé de Olinda, Jerônimos, Batalha, Alcobaça), que medem cerca de 40 m x 40 m. Todavia, as dimensões dos nossos átrios – 50 m x 50 m – são ainda mais aproximadas às de espaços similares de *campi* universitários em outros países, como México e Inglaterra. Estabelecem um contraponto, mais recluso e calmo, embora ainda público, ao espaço das ruas e das avenidas. Os átrios devem ser permeáveis nos quatro lados para ruas e avenidas lindeiras. O chão deve ser predominantemente recoberto por forrações vegetais, embora com elementos de piso duro, a assinalar as entradas e facilitar a circulação de pedestres.

Na proposta do *campus*, recomendou-se implantação de árvores de porte atendendo a requisitos expressivos e bioclimáticos, particularmente quanto ao sombreamento de fachadas voltadas para o poente. As circulações dão acesso aos espaços internos dos edifícios. Esses cômodos voltam-se prioritariamente para o espaço exterior público, a enriquecê-los com os “olhos da rua” (JACOBS, 2000). Empenas cegas para o espaço público são evitadas a todo custo.

O sistema de drenagem proposto busca reduzir o número de tubulações de águas pluviais. Em contrapartida, propõem-se ecovalas que, além de cumprirem a função da drenagem, permitem infiltrações e percolações, redução dos escoamentos superficiais e aumento das recargas do subsolo. O objetivo principal é atingir “tempos de concentração” das águas próximos aos que existem hoje no terreno, resultando em vazões menores ou iguais às que existiam antes da sua antropização.

Reservou-se generosa faixa de terreno para atividades de educação ambiental voltadas à sustentabilidade. Esta área visa a atender a vocação do *campus*, que possui, entre outros, um curso relacionado à gestão do agronegócio. O conceito que origina a agrofloresta é o manejo sustentável das áreas florestais, aceitando-as como áreas de grande interesse econômico, sujeitando, porém, sua exploração a critérios de preservação. Extensas áreas passam por uma subdivisão na qual cada parcela deverá ser explorada anualmente de forma isolada. Estabelece-se um ciclo e, ao final da exploração da última parcela, a primeira já estará madura o suficiente para que se reinicie o processo.



A agrofloresta é um instrumento de controle sobre o espaço e a vegetação que circundam o *campus*. Pode representar ainda uma fonte de recurso renovável. Nesse caso, ela pode ser vista como uma ponte entre a UnB e a comunidade de Planaltina, em projetos voltados ao desenvolvimento sustentável em comunidades carentes.

Esses três tipos de espaços – os átrios, as ecovalas e a agrofloresta – e a minimização de cortes e aterros no terreno contribuem para a preservação de grande parte da vegetação nativa do cerrado, que conta com belos espécimes. Um levantamento minucioso sobre a localização dos indivíduos que compõem a vegetação nativa, aliado à flexibilidade da configuração proposta (que permite recortes de partes dos quarteirões), evita a destruição de árvores importantes.

Procuramos definir um sistema de elementos construídos que garantam uma boa qualidade na composição dos espaços públicos e flexibilidade na ocupação paulatina do *campus*. Define-se uma solução morfológica constituída por faixas edificadas com largura variada, a depender dos programas de atividades, em torno de espaços vazios – os átrios. As dimensões dos átrios são invariáveis – 50 m x 50 m –, garantindo a necessária unidade do conjunto, dentro da variedade edificada das massas que os contornam. As fachadas voltadas para os átrios contam com galerias, circulações cobertas e pérgulas que contribuem para o conforto dos espaços internos e para a agradabilidade dos percursos de pedestres ao longo das fachadas. São elementos que conferem unidade plástica aos átrios.

Outras limitações encontradas ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor foram o dimensionamento e a localização das vagas de estacionamento. Os cenários obedecem a atual

norma quanto à relação área construída/vaga. Para salvaguardar a qualidade do espaço público, recomenda-se que os edifícios fossem doravante construídos com um mínimo de dois pavimentos, contando sempre com garagens subterrâneas. Vagas adicionais acontecem ao longo das avenidas e ruas e em bolsões de estacionamento posicionados, também, de modo a macular o mínimo possível a estrutura do espaço público.

O projeto prevê uma integração entre o paisagismo e o sistema de drenagem, utilizando-se o conceito do máximo aproveitamento das águas de chuva na irrigação natural do terreno. As áreas verdes, embora façam parte da composição formal do conjunto, atuam no sistema de drenagem e apresentam-se em vários tipos, de acordo com sua função: como áreas de permeabilidade nos átrios dos quarteirões, para as quais deverão ser conduzidas as águas dos telhados dos edifícios circundantes; como ecovalas nas faixas ao longo de ruas e avenidas; como bosques em superfícies mais generosas na área onde estão os equipamentos esportivos; como agrofloresta junto às divisas oeste e norte do *campus*; e, finalmente, em tetos verdes, a serem utilizados em edifícios exemplares. Salvo o último caso, todos contêm forrações, vegetação arbustiva e vegetação arbórea, combinadas segundo o tipo. No cômputo dos tipos de superfícies, as ecovalas são consideradas áreas verdes. Além das superfícies verdes no solo, há arborização densa ao longo das ruas e avenidas, e nos bolsões de estacionamento.

As áreas verdes contribuem para o controle da temperatura do ar e dos níveis de sequestro de CO<sub>2</sub> da atmosfera. As forrações e a vegetação arbustiva e arbórea foram distribuídas em função: a) da absorção das águas pluviais nos jardins de inverno e nas ecocalhas; b) do sombreamento adequado a depender do local em questão (por exemplo, espécies com raízes pivotantes e copas densas e permanentes nos estacionamentos; c) necessidades expressivas (por exemplo, massas compactas para complementar a definição volumétrica dos edifícios ou copas ralas ou espécies caducifólias quando a definição de planos virtuais ou a decoração são mais importantes).

A quantidade de vegetação proposta é capaz de compensar o impacto negativo de elementos construídos como os telhados metálicos dos edifícios já existentes. Entretanto, constroem-se cenários em que todas as coberturas são constituídas por telhas metálicas e mostra-se o impacto que isso tem na temperatura e no sequestro de CO<sub>2</sub>. As simulações de impacto na temperatura do solo, do ar, e quanto ao sequestro de carbono,

mostram que, apesar da ocupação urbanística prevista para o local, e ainda considerando-se coberturas metálicas, a atividade fotossintética cresce em 7%, representando um ganho importante do projeto. (MENESES; MADEIRA NETTO, 2001; RIBEIRO, 2008)

A área ocupada por projeções, mesmo no caso do nível máximo admitido para a área construída, é de apenas 10,9% do total do *campus*. Com isto, chegamos a uma taxa de ocupação semelhante à das superquadras brasilienses. Entretanto, ao contrário do que acontece com estas, definimos uma configuração clara do espaço aberto pelos cheios edificados.

Vemos mediante estes índices que, ao contrário do que reza a cartilha do urbanismo moderno, cidades organizadas por meio de “pavilhões” (edifícios isolados) ou “lâminas” (edifícios longos como os das superquadras de Brasília), não são a única solução – nem talvez a melhor – para garantir uma paisagem urbana onde o verde sobressaia. Optamos por uma organização em “quarteirões”. Isso permitiu atingir-se uma superfície verde (mais calçadas) de 74,10%, somando-se a superfície das copas das árvores quando atingirem a maturidade (e em função de sua espécie), a superfície verde total será ainda maior.

Este texto reflete sobre uma filosofia de projeto para o *campus* de Planaltina, mais que sobre uma proposta detalhada. O que mais interessou foram critérios gerais para a configuração do *campus*. A proposta visa maximizar o bem-estar das pessoas em todos os aspectos (funcionais, bioclimáticos, sociais, psicológicos, afetivos, estéticos etc.) e minimizar o impacto do projeto no meio ambiente. Mais que isto, mostramos que ele pode *compensar* danos impostos à natureza em lugares fora do espaço universitário, ao se au-

mentar o desempenho do espaço projetado *vis-à-vis* o cerrado hoje existente, mediante níveis de temperatura do solo e do ar, e de sequestro de carbono, melhores do que os do terreno como ele ora se encontra. Enfim, uma proposta de *arquitetura* como resultado de expectativas, institucional ou comunitariamente definidas, e como fonte de bem-estar e de melhoria ambiental.

### Universidade nos quatro cantos do Distrito Federal

A Universidade de Brasília, enquanto instituição pública localizada na capital federal, traz a responsabilidade de contribuir como modelo para outras universidades do país. Assim, um ponto forte que foi explorado nos Planos Diretores foi a replicabilidade dos conceitos, facilitando com que as estratégias utilizadas nos Planos Diretores da Universidade de Brasília possam auxiliar o projeto de outros *campi*. Dessa forma, os *campi* da UnB reforçam questões de cidadania e igualdade no espaço público, por meio da oferta de locais de convívio e de desenvolvimento de atividades relevantes para a comunidade.

A vivacidade urbana é incentivada por diversidade de usos. Assim, a UnB cumpre um importante papel social que foi incrementado com suas três novas unidades, além do original Darcy Ribeiro, o qual também foi fruto de ampla expansão. A chegada da universidade aos quatro cantos do DF trouxe benefícios diretos à população, tais como a diminuição da criminalidade e o desenvolvimento socioeconômico da região, fomentando a discussão do papel da universidade na comunidade.

É fundamental destacar que os *campi* universitários, bem como os seus Planos Diretores, não são imutáveis e sofrem alterações com o passar do tempo. Essas alterações, muitas vezes, são inerentes ao rápido processo de implantação de crescimento da instituição. Justifica-se que a dinâmica de um campus universitário tem seu ritmo próprio e o processo de adaptação às mudanças geram um lugar mais enérgico e mais bem compactuado com a comunidade local. Por fim, estamos na expectativa de políticas de continuidade da expansão das universidades no Brasil, e, mais especificamente, de cumprimento da proposta de ampliação da UnB com a construção de um quinto campus, desta vez no Paranoá, meta anunciada em 2012 pelo ex-Reitor Prof. José Geraldo de Souza e reforçada pela atual reitora, a Prof.<sup>a</sup> Márcia Abrahão, quando lança no dia 28 de abril de 2021 o Pólo de Extensão da UnB do Paranoá, semente do futuro campus.

Cientes de que os Planos Diretores físicos tanto recebem quanto geram informação para o planejamento institucional, os planos desenvolvidos ancoram bases espaciais, ambientais e pedagógicas para o desenvolvimento das atividades da Universidade de Brasília, confiando que a estrutura dos *campi* concebida para receber os novos edifícios é um suporte fundamental para garantir a qualidade do ensino e a qualidade ambiental e urbana das nossas cidades.

A estruturação, o desenvolvimento e a expansão do tecido urbano mereceram atenção especial no planejamento urbano de médio e longo prazo, para que existisse um potencial de minimização das consequências de mudanças climáticas. Assim, a forma de ocupação da periferia, com baixa densidade, mas com grandes áreas pavimentadas e supressão da vegetação, provocando o que se pode chamar de desbalanço de energia nas cidades, com a parcela de calor latente diminuindo cada vez mais, requereram estratégias de mitigação e adaptação. Os projetos de urbanismo, e estes Planos Diretores em particular, possuem um componente arquitetônico. Em oposição a um urbanismo abstrato, surge o urbanismo como arte, arte de construir a cidade. A intervenção pontual desencadeia uma série de ideias potenciais para esses espaços dotados, assim, de grande urbanidade.

A estratégia utilizada planejou o campus a partir de uma sequência de espaços edificadas e abertos. Foram propostas superestruturas como o ICC, edifício icônico do campus do Plano Piloto, para que atuassem como pontos focais que fariam com que os demais edifícios se relacionassem. As atividades não são rigidamente setorizadas e, assim, se confere o impulso inicial ao urbanismo. A trama urbana formada por cheios

e vazios com grande grau de continuidade da massa e alta densidade de construção favorece a integração com a malha das cidades, com os seres humanos que as habitam (os quais são dotados de história e memória), com a natureza e com o contexto (a realidade). O que diferencia os *campi* projetados é o nível e a qualidade de seu compromisso de real transformação social, que é impulsionado pelas convicções filosóficas e políticas e pela crença no movimento dialético entre as transformações de base material e as transformações na superestrutura educacional.

Identifica-se, no conjunto de elementos emergentes dessa integração, quatro fatores a serem levados em conta nas propostas: os recursos, a paisagem e o lugar, o âmbito do público e as relações sociais comunitárias. Para cada um desses fatores foi preciso desenvolver estratégias locais, adequadas ao âmbito, e são essas estratégias definidas caso a caso, as que dão o grau de sustentabilidade do espaço. Dessa forma, os planos contemplam todos os espaços pensados por Darcy Ribeiro, contribuindo também com a formação de um ambiente acadêmico articulado, com espaços integrados, ricos de vida, infraestrutura, qualidade ambiental e sustentabilidade. Fica assim plasmada a participação orgânica em ações sociais de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro, orientada pela responsabilidade de transformação social que eles assumiram.

## Referências

ANDRADE, L. M. S. *Agenda verde X Agenda marrom: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2005. Disponível em: <http://www.ppgfau.unb.br/2014-06-03-18-43-21/dissertacoes>. Acesso em: 10 de Outubro de 2020.

ANDRADE, L. M. S., & ROMERO, M. A. B. (2007). The principles of environmental sustainability applicable to urban design settlements: Condominium located in the Federal District of Brazil and inside the Paranoá Environmental Protection Area. In Eds. Kenneweg, H., Tröger, U., 2nd *International Congress on Environmental Planning and Management, Visions, Implementations, Berlin* (pp. 35-38).

CARRERAS, C. La Universitat i la Ciutat. Model Barcelona. *Quaderns de gestió*. Fundació Bosh i Gimpera. Univesitat de Barcelona, 2001.

DAUNCEY, G.; PECK, S. *12 features of sustainable community development: social, economic and environmental benefits and two case studies in sustainable community development in Canada*. Disponível em: <http://www.peck.ca/nua/>. Acesso em: 15 nov. 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Infraestrutura e Obras. Departamento de Estrada e Rodagem – DER –DF. *Zoneamento Ambiental* – Plano de Manejo ARIE Parque JK. Produto final, v. 1, Diagnóstico Ambiental e Proposta para Zona de Amortecimento. Brasília, ago. 2004.

HOLANDA, F. Arquitetura sociológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2007, p. 115-129. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/174/158>. Acesso em: 20 dez. 2020.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOHLSDORF, M. E. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MENESES, P. R.; MADEIRA NETTO, J. S. (org.). *Sensoriamento remoto: reflectância dos alvos naturais*. Brasília: Embrapa, 2001.

RIBEIRO, R. J. C. *Qualidade de Vida Urbana: proposta de análise sistêmica da configuração, socioeconomia e meio ambiente urbanos*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2008. Disponível em: <http://www.ppgfau.unb.br/2014-06-03-18-43-21/dissertacoes>. Acesso em: 10 de Outubro de 2020.

ROMERO, M. A. B.; SILVA, C. F. e; TEIXEIRA, É. O. Um campus para o novo milênio. Estratégias de sustentabilidade urbana na Universidade de Brasília – Distrito Federal. In: Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (ELECS), 4., 2011, Vitória (ES). Anais [...]. Vitória (ES): 2011.

ROMERO, M. A. B. *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*. São Paulo: Proeditores, 1988.

ROMERO, M. A. B, SILVA, C. F e, PAZOS, V. C. *Universidade nos quatro cantos*. Editora: FAU-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.





## A EXPANSÃO DE CAMPI UNIVERSITÁRIOS E A FORMAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM: ESTUDO DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA, EM TERESINA, PIAUÍ

**Universidade Federal do Piauí**

Karenina Matos, Wilza Lopes, Denise Santiago,  
Giuliana de Sousa e Nícia Leite

### **O desafio de conciliar a expansão dos novos cursos do REUNI, ocorridos na UFPI, com a manutenção de seus espaços livres**

Determinantes na construção da paisagem das cidades, os espaços livres, em conjunto com os espaços construídos, compõem a unidade do sítio urbano, configurando-se como áreas importantes para a melhoria do bem-estar urbano. Compostos geralmente por áreas vegetadas, trazem benefícios tanto ambientais como sociais ao se tornarem um ponto de atração da vida comunitária e um refúgio verde no contexto predominantemente construído das cidades. Tais espaços contribuem para a redução de temperatura, além de proporcionar áreas que incentivam a socialização.

O espaço livre, definido por Magnoli (2006, p. 179) como “todo espaço não ocupado por um volume edificado”, representa papel importante no meio urbano. Neste sentido, Queiroga (2011, p. 28), além de reconhecer o papel fundamental das áreas vegetadas, que contribuem para a drenagem, melhoria do clima, aumento da biodiversidade e da estética urbana, destaca, ainda, “a importância dos espaços não vegetados para inúmeras práticas de relevância cultural: das feiras às festas populares, das manifestações políticas à valorização de determinadas paisagens e patrimônios culturais”.

Segundo Alex (2008, p. 19), o espaço público urbano apresenta “inúmeras formas e tamanhos, compreendendo desde uma calçada até a paisagem vista da janela. Ele também abrange lugares designados ou projetados para o uso cotidiano, cujas formas mais conhecidas são as ruas, as praças e os parques.” Na conjuntura do espaço urbano, Sá Carneiro e Mesquita (2000) afirmam que o significado de espaço livre está relacionado a áreas nas quais a presença de edificações pode ser mínima ou nula, enquanto a de vegetação pode se dar da mesma maneira ou manifestar-se de forma mais efetiva, englobando, nesse conceito, desde ruas, pátios e passeios, até parques, praças e *campi* universitários.

Os *campi* universitários são definidos por Sá Carneiro e Mesquita (2000, p. 28) como “espaços livres públicos vegetados e contendo edificações de caráter educativo, incluindo mobiliário recreativo e áreas de contemplação”. Em muitas cidades, extrapolam a função de locais para produção de conhecimento, sendo considerados, na visão de Calderari (2017, p. 40), “como espaços capazes de promoverem significativas transformações e compartilhamento de

funções urbanas, além das funções de ensino, pesquisa e extensão, e utilizados como espaços públicos e de domínio público, abertos, inclusivos e acessíveis a toda a população”, destacando-se, então, a importância destes para as cidades em que estão inseridos.

Dessa forma, é possível perceber a necessidade de planejar devidamente a expansão dos *campi* universitários, pensando em projetos que relacionem seus espaços construídos aos livres, resultando na implantação de áreas que priorizem a qualidade do espaço de convívio para seus usuários.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre a expansão dos *campi* universitários e as unidades de paisagem existentes, tendo como foco o campus Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na cidade de Teresina.

Destaca-se, ainda, que um dos interesses do estudo é relacionar a importância do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, para a consolidação da expansão da UFPI, que aderiu ao programa em 2006. O Reuni, no início dos anos 2000, tinha a finalidade de favorecer o acesso e a permanência de jovens na educação superior e, assim, consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Lei nº 10.172/2001, desse modo contribuindo para o crescimento da instituição. (UFPI, 2015)

A ideia desse estudo está apoiada no conceito de paisagem e unidades de paisagem como instrumentais de análise e avaliação para *campi* universitários a partir dos aspectos ambientais, físicos e socioculturais a que esses equipamentos urbanos estão relacionados. Pretende-se, então, evidenciar o papel do *campus* universitário como elemento formador de unidades de paisagem nos seus respectivos espaços urbanos, destacando-se a necessidade de valorização desses espaços livres e de adequado planejamento para os futuros planos de expansão da universidade.

Para isso, foram feitas pesquisas bibliográficas e documentais abordando informações relacionadas a espaços livres, paisagem, unidades de paisagem e sobre a cidade de Teresina, como também sobre aspectos do Reuni e da expansão da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Foram efetivadas, ainda, visitas ao local para registro gráfico, por meio de documentação fotográfica, bem como coleta de informações por meio de análises de fotografias recentes e antigas do objeto de estudo, além de elaboração e leituras de mapas.

Para a análise, foram utilizados os conceitos de bairros, que são as médias e grandes regiões urbanas nas quais é possível detectar certa unidade ou algo comum, e avança com a concepção de vias, que são os canais ao longo dos quais o observador se move. Posteriormente, abordou-se o conceito de pontos nodais, que são locais estratégicos, nos quais geralmente há um grande fluxo, enquanto os marcos são objetos físicos que se destacam e funcionam como referência para os observadores. Por último, explorou-se a ideia de limites, sendo eles fronteiras entre duas partes ou interrupções lineares na continuidade. (LYNCH, 1999)

Com o objetivo de maior entendimento das particularidades da área, foram promovidos estudos, por meio do uso de capas urbanas baseadas em McHarg (2000), que permitiram identificar e analisar as características da área de forma isolada e, posteriormente, de maneira conjunta, a partir de sobreposições.

Dessa maneira, evidenciou-se que a contínua expansão do *campus* Ministro Petrônio Portella, por meio da construção de novos blocos, tem contribuído para o adensamento das áreas construídas e a modificação da paisagem natural. Por conseguinte, como resultados encontrados, foram consideradas três unidades de paisagem no *campus*, visivelmente identificadas, ou seja, três regiões que apresentam características físicas semelhantes que lhes dão unidade e individualidade.

### Antecedentes históricos

Para melhor compreender o grande potencial de espaços livres que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) detém e para que exista

um real entendimento do valor que ela agrega ao seu entorno próximo e à cidade como um todo, é importante compreender o processo de expansão de Teresina, capital do estado do Piauí, e da UFPI.

A análise desse processo aborda desde a transferência da sede do governo da cidade de Oeiras para Teresina, de maneira que se tenha conhecimento dos fatores que propiciaram essa mudança, assim como das potencialidades e facilidades encontradas na nova área, passando pelo surgimento e ocupação da atual zona na qual se localiza e chegando até o momento de implantação do campus, abordando também o processo de expansão interna que leva em consideração seu potencial de áreas verdes livres e sua importância como instituição de ensino superior.

### A cidade de Teresina e a implantação da UFPI

Em virtude da difícil situação pela qual passava Oeiras, primeira capital da província do Piauí, Teresina, até então conhecida como Barra do Poti, foi escolhida capital em 1852, decisão pautada não apenas por uma justificativa política, mas principalmente por fatores econômicos. Nesse período, havia poucas ocupações na margem do rio Poti e fatores como a fertilidade do solo, a facilidade de escoamento das mercadorias pela proximidade com o rio Parnaíba, a forte concorrência com o comércio de Caxias e a facilidade de relações com outros centros comerciais foram algumas das potencialidades que legitimaram o papel de Teresina como a capital. (CHAVES, 1987)

Além do cenário econômico favorável, essa transferência também trouxe novidades no aspecto urbanístico como um todo, já que pela primeira vez houve um planejamento urbano a partir do qual a cidade seria estruturada. (FAÇANHA, 1998)

A configuração urbana de Teresina teve, nos anos de 1940 a 1950, um período de importantes transformações espaciais a partir do surgimento dos novos focos de crescimento da cidade, concentrados nas Zonas Norte e Sul. Enquanto na Zona Norte o crescimento acontecia na direção dos bairros Mafuá, Vila Operária, Feira da Amostra e Matadouro, na Zona Sul ocorria no sentido dos bairros Piçarra, Vermelha, São Pedro e Tabuleta. (FAÇANHA, 1998)

Apesar da relevância desse período, foram os anos entre 1950 e 1960 os mais determinantes para que a cidade obtivesse a configuração espacial que apresenta hoje. Nesse momento, o processo de expansão se deu de maneira mais significativa nas direções sul e leste-nordeste. Esta

aconteceu por meio da ocupação de áreas até então inabitadas, uma vez que tinham o rio Poti como uma barreira natural que prejudicava essa expansão. Tal situação foi contornada por meio da construção da ponte Juscelino Kubitschek (1957), que facilitou o crescimento nessa direção leste. (MATOS, 2017)

É notório o papel que a ponte tem como principal indutor da expansão da Zona Leste da capital nesse período. Nos anos de 70 e 80, essa área, recentemente ocupada, consolidou-se como um foco de residências de alto padrão construtivo; além do mais, esse foi o período no qual a universidade foi implantada na área, impulsionando ainda mais esse crescimento. Mas, de maneira geral, nesse período o eixo norte-sul foi o mais significativo para a expansão da cidade. (MATOS; MATOS; LOPES, 2010)

Com a implantação da UFPI nos anos 70, a cidade precisava se articular melhor. Assim, foi construída a ponte Petrônio Portella, conhecida como ponte da Primavera ou como ponte Universitária, edificação que facilitou e integrou de forma mais curta e rápida as zonas Norte e Leste. Até então o acesso à UFPI era exclusivamente pela ponte Juscelino Kubitschek e pela avenida Nossa Senhora de Fátima.

A partir dos anos 80, com a cidade já expandida, as oito pontes sobre os dois rios permitiram a integração com todas as partes da cidade, assim, como com a UFPI. (MATOS, 2017) Novas avenidas e ruas foram construídas contribuindo para tal cenário. Atualmente, a UFPI está bem conectada pelas avenidas Raul Lopes e Nossa Senhora de Fátima e pela ponte estaiada José Isidoro França (2010).

Na região onde está implantado o *campus* da UFPI, a qual era anteriormente ocupada por

fazendas de gado, se expandiu o bairro Ininga e, conseqüentemente, cresceu também a zona Leste da cidade, uma vez que a universidade atraiu mais moradores para as proximidades, adensando o entorno que, até hoje, é muito residencial e possui elevado valor imobiliário.

Ainda nesse contexto de discussão, é importante ressaltar que o município de Teresina é estruturado pela presença dos Rios Poti e Parnaíba e apresenta temperaturas elevadas durante quase todo ano, que variam entre 22 °C e 38 °C. Em 2019, sua população foi estimada em 864.845 habitantes, que ocupam uma área de 1.391 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2019)

Na Figura 1, é possível visualizar o perímetro urbano de Teresina, os rios Poti e Parnaíba, o bairro Ininga e o destaque para o perímetro da UFPI estudado.



**Figura 1.** Localização do perímetro da UFPI estudado  
**Fonte.** Google Maps, adaptado por SANTIAGO (2020)

### Criação e expansão da Universidade Federal do Piauí

A Universidade Federal do Piauí foi instalada oficialmente no dia 1º de março de 1971, tendo como reitor *pro tempore* o Desembargador Robert Wall de Carvalho. Nesse período, algumas unidades de ensino, como as de Medicina, Odontologia, Filosofia e Direito, funcionavam em diferentes pontos da cidade. O segundo reitor, Dr. Hércio Ulhoa Saraiva, também nomeado *pro tempore*, assumiu o comando da universidade de



1971 a 1974 (DIAS, 2006). Nessa época, foi adquirido um terreno localizado na Ininga, Zona Leste de Teresina, na margem direita do rio Poti, para onde logo foi transferido o *campus* da universidade.

Segundo Dias (2006, p. 99),

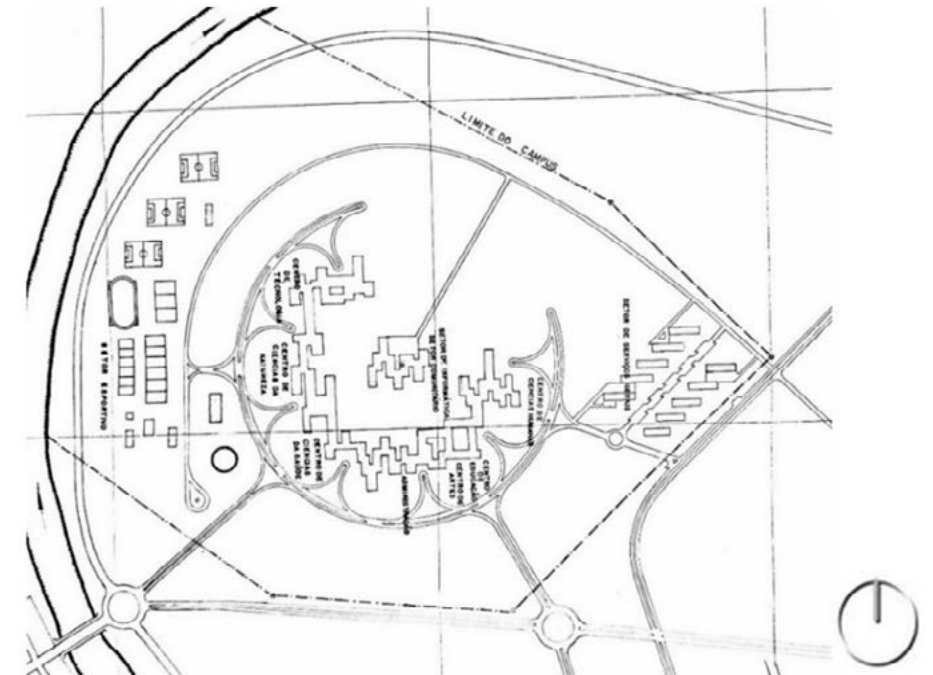
“O grande desafio seria a construção de um Campus Universitário, a ser implantado em terreno de grandes dimensões, projetado para abrigar num só espaço, as presentes e as futuras unidades de ensino, o corpo administrativo, complexo esportivo, áreas para instalações de Hospitais, Centro de Pesquisas, Biblioteca e tudo mais que pudesse antever num projeto com horizonte de longo prazo.

A planta do projeto inicial possuía forma totalmente diferente do que se tem hoje, com espaço livre de 800 metros que permitia a passagem somente de pedestres, como esclarece Dias (2006, p. 100), ao afirmar que: “O projeto apresentado tinha forma circular, com vias de acesso para o centro, convergindo para diversas áreas do campus, mas permitindo um espaço livre de 800 metros, para uso dos pedestres e habitantes da Universidade”. (Figura 2)

Vale ainda destacar a importância das áreas livres na concepção do projeto. Segundo informação do jornalista Luiz Bello (*apud* DIAS, 2006, p. 100), “em formato semicírculo, o campus será bem servido por sistema viário, mas no seu interior só circularão pedestres. A ausência de carros e uma grande área verde assegurarão um ambiente de tranquilidade e silêncio”.

Porém, o projeto idealizado não foi o implantado. Entre os fatores que contribuíram para que ocorresse essa mudança radical no projeto estava a alteração da área inicialmente oferecida

pelo Governo do Estado e do projeto de acesso à universidade. Nessa época, a área que seria implantada a futura universidade ainda não tinha muitas construções, predominando grandes áreas vegetadas. (DIAS, 2006)



**Figura 2.** Projeto inicial da UFPI  
**Fonte.** Prefeitura Universitária – PreUni (197-)

Com a alteração do projeto, a princípio foi previsto, em 1971, a construção de dez galpões que receberiam toda estrutura da universidade, onde funcionariam juntos os setores administrativo e educacional, correspondendo hoje ao Centro de Ciências da Natureza (CCN) e ao Centro de Ciências da Saúde (CCS). Outra data marcante foi o ano de 1988, quando foram implantados os Centros de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e o Centro de Ciências da Educação (CCE), dentro dos princípios básicos planejados pelo Plano Diretor do *campus* da UFPI. (DIAS, 2006) Posteriormente, em 1998, foram construídos o Centro de Tecnologia (CT) e

alguns blocos do Setor de Esportes. (CARDOSO, 2005)

Foram edificadas, ainda, o Hospital Universitário (HU) e o Centro de Convivência, correspondente à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Piauí (SINTUFPI), ao Espaço Noé Mendes e à Biblioteca Central Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), hoje a maior biblioteca do estado do Piauí.

No seu processo de expansão, a partir dos anos 2000, a UFPI apresentou crescimento significativo tanto no *campus* sede, em Teresina, com a implantação de novos cursos, mas principalmente no interior do estado, com a criação e/ou consolidação de novos quatro *campi* universitários nas cidades de Bom Jesus (2006), Parnaíba (2006), Picos (2006) e Floriano (2009). Essa expansão e consolidação da UFPI no interior do estado foi possível por meio dos programas de expansão das estruturas de ensino superior do Governo Federal: primeiro com o Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais (2003-2008) e o segundo com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (2008-2012).

Esse programa possibilitou a expansão da oferta de ensino superior para outras cidades do estado, com reestruturação de dois *campi*, nas cidades de Parnaíba e Picos, e implantando outros dois nas “cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distando 234 km da capital”. (UFPI, 2015, p. 150)

Observa-se que no Piauí, com o Reuni, foi

dada prioridade para expansão nos *campi* universitários do interior do estado, conforme previsto no seu Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (Lei nº 10.172/2001).

“Articulada com a política governamental, a UFPI centrou-se, nos últimos anos, na consolidação do seu projeto de expansão e interiorização, produzindo meios de ampliação das suas condições de acesso à educação superior e no estabelecimento de parcerias que permitam viabilizar o seu projeto de internacionalização. (UFPI, 2015, p. 151)

Configura-se, assim, a UFPI como a maior instituição de ensino superior do estado do Piauí, prestando relevantes serviços à sociedade na formação de recursos humanos e na geração de conhecimento e tecnologia.

Em relação ao *campus* de Teresina, que é o foco de interesse deste trabalho, destaca-se que no período do Reuni foram implantados seis novos cursos: Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, no CT; Design de Moda e Estilismo, no CCE; e Arqueologia e Ciências da Natureza, no CCN. Para viabilizar o funcionamento de tais cursos, foram construídos novos blocos voltados para salas de aula, laboratórios, salas de professores e salas de apoio administrativo.

Na Figura 3, apresentam-se os períodos de implantação das edificações, mostrando as transformações do *campus* Petrônio Portella. Ela também apresenta o plano de ocupação, em que é possível observar a direção da sua expansão. Em destaque estão as construções existentes atualmente e, em cinza, as projeções de projetos futuros.

Atualmente, o *campus* Ministro Petrônio Portella tem área de 52.678,91 m<sup>2</sup>. O espaço abriga 25.618 alunos, 1.783 professores e 1.131 técnicos administrativos (UFPI, 2015).

Assim, com o passar do tempo, o processo de expansão do *campus* Ministro Petrônio Portella, por meio da frequente construção de novas edificações e melhoria do sistema viário, adensou, ainda mais, seus espaços livres vegetados. Consequentemente, com seus centros consolidados, além de projetos futuros previstos para atender a demanda existente, percebe-se que, de 1971 a 2020, o *campus* transformou-se: áreas inicialmente compostas por bosques se tornam espaços que, em grande parte, não

apresentam um desenho urbano que favoreça locais arborizados e de permanência ao ar livre.



- |   |  |
|---|--|
| 1- Setor de Esportes                          | 6- Espaço Noé Mendes                     |
| 2- Centro de Tecnologia – CT                  | 7- Biblioteca Central – BCCB             |
| 3- Centro de Ciências da Natureza 2 – CCN2    | 8- Hospital Universitário – HU           |
| 4- Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL | 9- Centro de Ciências da Saúde – CCS     |
| 5- Centro de Ciências da Educação - CCE       | 10- Centro de Ciências da Natureza - CCN |
- 
- |        |        |        |        |        |          |
|--------|--------|--------|--------|--------|----------|
| ● 1971 | ● 1988 | ● 1998 | ● 2005 | ● 2009 | ● 2011   |
| ● 2012 | ● 2013 | ● 2015 | ● 2016 | ● 2017 | ● futura |

**Figura 3.** Mapa com a expansão da UFPI  
**Fonte.** Prefeitura Universitária – PreUni (201-), adaptado por SANTIAGO (2020)

### O bairro Ininga e o campus Ministro Petrônio Portella

O bairro Ininga ainda não é dotado de infraestrutura para todos, apesar de ser considerado um dos melhores de Teresina. A boa infraestrutura do bairro está relacionada aos serviços de educação, materializado também pela presença da UFPI no bairro. Sob essa influência,

a população do Ininga vem crescendo, causando o adensamento nas proximidades da instituição.

Em relação ao uso do solo, a tipologia residencial é a de maior destaque, seguida da institucional. Contudo, os pontos comerciais são poucos, se concentram nas principais avenidas e, em sua maioria, se caracterizam como microempresas.

Quanto à questão ambiental, o bairro Ininga, por apresentar grandes lotes, ainda mantém nas zonas particulares um percentual de área verde. São poucas as praças do bairro e não há parques. Por outro lado, principalmente a área da UFPI e de seu entorno imediato, nas proximidades com o rio Poti, as áreas verdes ainda se destacam. Ressalta-se, ainda, que grande parte da área, hoje preservada, corresponde ao entorno da lagoa e da margem do rio Poti.

Diante desse contexto mais amplo do bairro Ininga, buscou-se, para efeito de análise, considerar, em escala menor, o perímetro em estudo, este localizado na porção sul/sudeste do referido bairro. Considera-se, para tanto, o *campus* da UFPI como um outro bairro, pois este apresenta uma unidade visual distinta, resultado da vegetação, que envolve seus blocos edificados. Assim, destaca-se do seu entorno, já que este é visivelmente adensado.

No sentido de ressaltar essa unidade do perímetro analisado, para a investigação, apresenta-se na Figura 4 uma leitura do *campus* Ministro Petrônio Portella, baseada nos cinco conceitos estudados por Lynch (1999) - bairro, vias, pontos nodais, marcos e limites (Figuras 5, 6, 7 e 8) -, entendendo-se que essas características demarcam a paisagem do *campus* da UFPI.

De tal modo, em relação às vias, dividiu-se em baixo, médio e alto fluxo, sendo estes de pedestres, automóveis e linhas de ônibus. Para essa classificação, obtida por meio de vivências e observações, considerou-se a quantidade estimada de veículos e transeuntes que as percorrem diariamente em horários de pico. Tal quantidade é influenciada pelos pontos de interesse, bem como pelas entradas e saídas do *campus*. Vale destacar que por dentro da UFPI passa uma via de integração entre os bairros: a Avenida Nossa Senhora de Fátima.

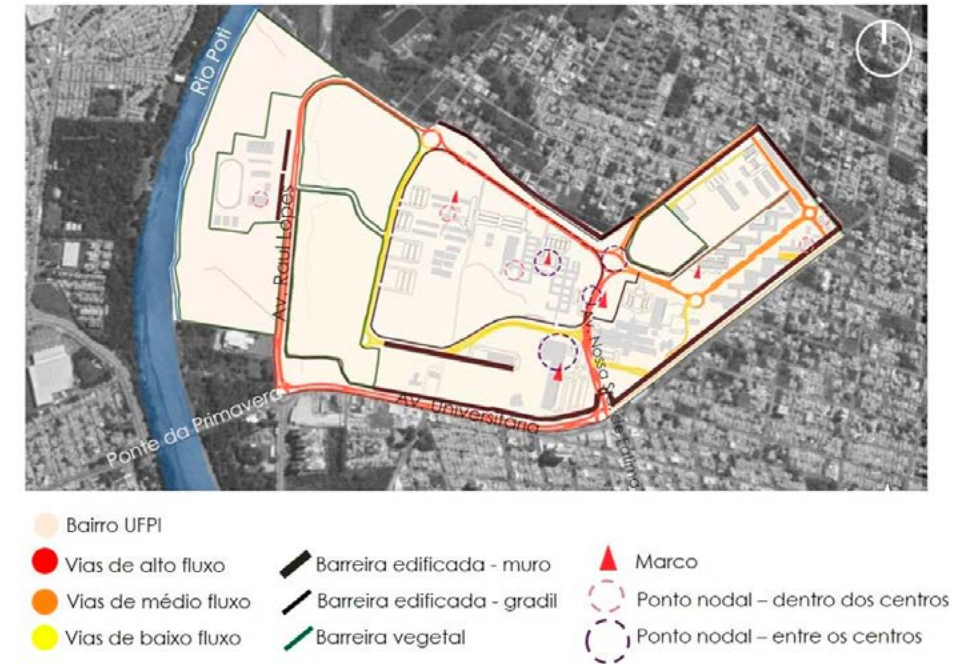
Quanto aos pontos nodais, partindo ainda dos conceitos já citados, da vivência observada com a população acadêmica da UFPI, percebeu-se que, em uma escala menor, dentro dos centros existem pontos nodais, como algumas praças de alimentação e paradas de ônibus mais movimen-

tadas. Já em uma escala maior, entre os centros, o foco está no Hospital Universitário, na Biblioteca Central, no Espaço Universitário Rosa dos Ventos e nos próprios centros universitários, que são locais utilizados pelos estudantes, pela população do entorno próximo e até mesmo de outros bairros da cidade.

Acerca dos marcos, o portal de entrada da UFPI e a caixa d'água se destacam na paisagem. Por fim, têm-se os limites, dentre os quais o mais significativo é o rio Poti, que não está conectado com os centros universitários.

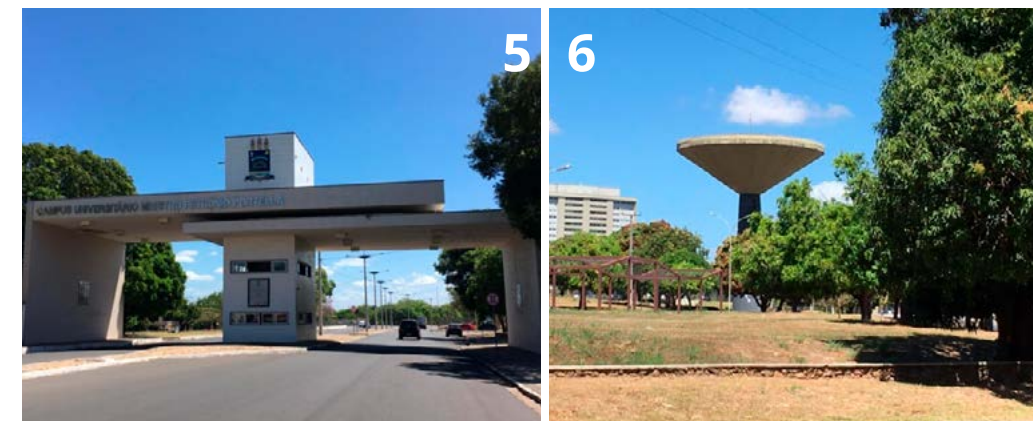
Há também as barreiras que coincidem com os limites, como é o caso dos muros que contornam quase todo o perímetro e dificultam o acesso e a visibilidade da instituição para o entorno e vice-versa, o que acaba refletindo na segurança, pois as transições tornam-se mais isoladas.

Além de estarem presentes nos limites, os muros também atuam como barreira edificada entre os blocos, como acontece entre a ADU-FPI – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí, o SINTUFPI – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Piauí e o Espaço Noé Mendes com o restante do campus, e entre o Setor de Esportes com os outros centros, impedindo que se tenha uma conexão direta entre eles. A outra barreira edificada seria o gradil, porém essa ainda permite a conexão visual. Ele contorna predominantemente os blocos da região central do perímetro, algo que não acontece no Centro de Ciências da Natureza (CCN), no Centro de Ciências da Saúde (CCS) e nas áreas administrativas. Já como barreiras não edificadas, podem-se citar as grandes áreas com massa vegetal, que criam espaços isolados e dificultam a transição das pessoas, além de provocarem um bloqueio visual.



**Figura 4.** Análise da UFPI, a partir dos cinco pontos de Lynch (1999)

**Fonte.** Prefeitura Universitária – PreUni (201-), adaptado por SANTIAGO (2020)





**Figura 5 a 8.** Elementos da paisagem: pórtico, caixa d'água, vias e limites (gradil)

Fonte. MATOS, (2020)

### O espaço livre e o campus universitário como elemento de análise na paisagem

Para abordar a leitura de *campi* universitários como elemento formador da paisagem pela expressiva relação que seus espaços livres estão para os seus espaços construídos, assume-se que essa estrutura urbana pode suprir também demandas de espaços livres de convivência.

Neste sentido, aqui interessa investigar relações formadoras da paisagem da cidade, e como é possível perceber determinadas paisagens em seus limites, escalas e elementos constituintes. Por isso, o intuito é relacionar como os elementos que caracterizam os *campi* universitários podem ser interpretados em relação às suas paisagens.

Desse modo, para contextualizar conceitualmente a paisagem, recorre-se a Laurie (1983), que a define como o reflexo da dinâmica dos sistemas sociais e naturais, variando de acordo com as características fisiográficas e ambientais e com as intervenções humanas sobre ela implantadas.

Lynch (1999) coloca que tudo que é visto, o que a visão alcança, é a paisagem. A paisagem, por sua vez, é definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Neste contexto, é possível colocar que a paisagem só existe quando ela pode ser presenciada.

Neste mesmo sentido, Tardin (2018, p. 11) afirma que:

“[...] paisagem é entendida pelos seus sistemas biofísico, urbano e sociocultural. Isso inclui as dinâmicas e valores que a significam, como elementos e processos interligados, que são a base para compreender e interpretar a paisagem, bem como para formular diretrizes para planos e projetos e, conseqüentemente, intervir de maneira prática nela.

Por conseguinte, observa-se o espaço urbano que, segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000), é fisicamente constituído por uma síntese de espaços livres e espaços edificados, resultantes da ação daqueles que os utilizam. Além disso, em função de diversas condicionantes relacionadas, principalmente à cultura e ao meio, ambos podem se articular das mais diversas maneiras.

Para Macedo (1999), quando se trata de arquitetura paisagística o espaço livre sempre será o principal objeto do projeto, não se resumindo apenas a espaços vegetados, principalmente quando se trata de um contexto urbano, como é o caso de ruas, pátios e calçadas.

Ainda na visão de Macedo (1999, p. 15):

“O que se observa é que os espaços livres urbanos, na maioria das oportunidades, não são configurados por vegetação e sim pela massa construída e pelo suporte físico em suas diversas formas de modelagem, sempre condicionados pelas formas de propriedade e os parcelamentos decorrentes, que direcionam sua estruturação formal.

Tardin (2008) reconhece a importância do papel dos espaços livres na composição e na transformação da paisagem urbana, uma vez que se caracterizam pela flexibilidade funcional e espacial. Podem assumir diversas funções e, por isso, são de grande valia diante de qualquer neces-

cidade de reestruturação do espaço urbano. Na perspectiva da paisagem, o espaço livre configura-se como a parte do território que tem maior contribuição na construção da imagem do lugar.

Para Tardin (2008, p. 45):

“Desse modo, a análise dos espaços livres territoriais recai sobre as superfícies não ocupadas, protegidas por lei ou não, de propriedade pública ou privada, cobertos por vegetação ou não, que possam representar oportunidades de reestruturação do território. A importância das análises sobre estas superfícies se fundamenta no fato de que, por um lado, geralmente são áreas cujo valor estrutural não é reconhecido pelo planejamento (com exceção daquelas já protegidas e de valor indiscutível) e, por outro lado, constituem espaços ameaçados pela ocupação urbana.

Portanto, o sentido é compreender o território como suporte, como elemento mensurador do espaço urbano e o espaço livre como ferramenta de percepção das relações na paisagem. Sendo que é a partir do espaço livre que se pode ter referências no espaço da cidade, observando suas escalas, seus elementos naturais, os construídos e as relações sociais que nele acontecem. Para tanto, aborda-se o entendimento sobre o conceito de “unidade de paisagem” como categoria de análise urbana, no sentido de leitura de aspectos da paisagem, para assim poder compreender como o espaço livre pode ser um dos principais elementos norteadores das suas leituras.

Para Afonso (1999, p. 190), “as unidades de paisagem são, como as regiões homogêneas da geografia, espaços que apresentam características semelhantes entre si, determinadas por fatores físicos (naturais e antrópicos) e culturais”. Dessa maneira, para que determinadas áreas sejam consideradas pertencentes a uma mesma

unidade, os espaços não precisam ser idênticos entre si, mas, sim, apresentar determinado padrão em relação a certas características, como, por exemplo, às malhas de espaços públicos, aos tecidos urbanos gerados pela maneira como se apropriam do solo, assim como ao relevo. (AFONSO, 1999)

De tal modo, metodologicamente, Afonso (1999) reitera que a maneira mais eficaz de analisar diferentes unidades seria observá-las à distância, pois dessa forma ficam perceptíveis seus limites e as características que apresentam como padrão.

### **O campus universitário e as unidades de paisagem – fatores físicos, ambientais e socioculturais**

Para uma melhor compreensão da capacidade que o *campus* Ministro Petrônio Portella tem para atuar como um espaço livre, inserido em um grande centro urbano, foram feitas análises de sobreposição de capas urbanas, referentes a diversos aspectos físicos, sociais e ambientais que, combinados, permitem que se percebam os pontos negativos e positivos que influenciam esse potencial.

As capas urbanas utilizadas e sobrepostas foram inicialmente as de topografia, vegetação, inundação, hidrografia, blocos existentes e projetos futuros, e, em um segundo momento, as de fluxos, áreas de sombreamento e concentração de pessoas, as quais originaram a capa-síntese de unidades de paisagem.

#### **Fatores físicos-ambientais: topografia, vegetação, inundação e hidrografia, blocos existentes e projetos futuros**

De maneira geral, a UFPI possui topografia não acentuada ao longo de seu perímetro, apresentando apenas algumas áreas com uma cota mais elevada em relação à outra. Além disso, possui grandes áreas vegetadas, predominantemente próximas ao rio Poti. (Figura 9)

Ao analisar a topografia do *campus* universitário, percebe-se a presença de um nível mais elevado na área do Centro de Ciências da Natureza 1 (CCN 1) e do Centro de Ciências da Saúde (CCS), que decresce em direção ao rio Poti, destacando-se, neste percurso, próximo ao Setor de Esportes, a existência de uma lagoa intermitente.

Quanto à vegetação, esta área da lagoa caracteriza-se como a maior

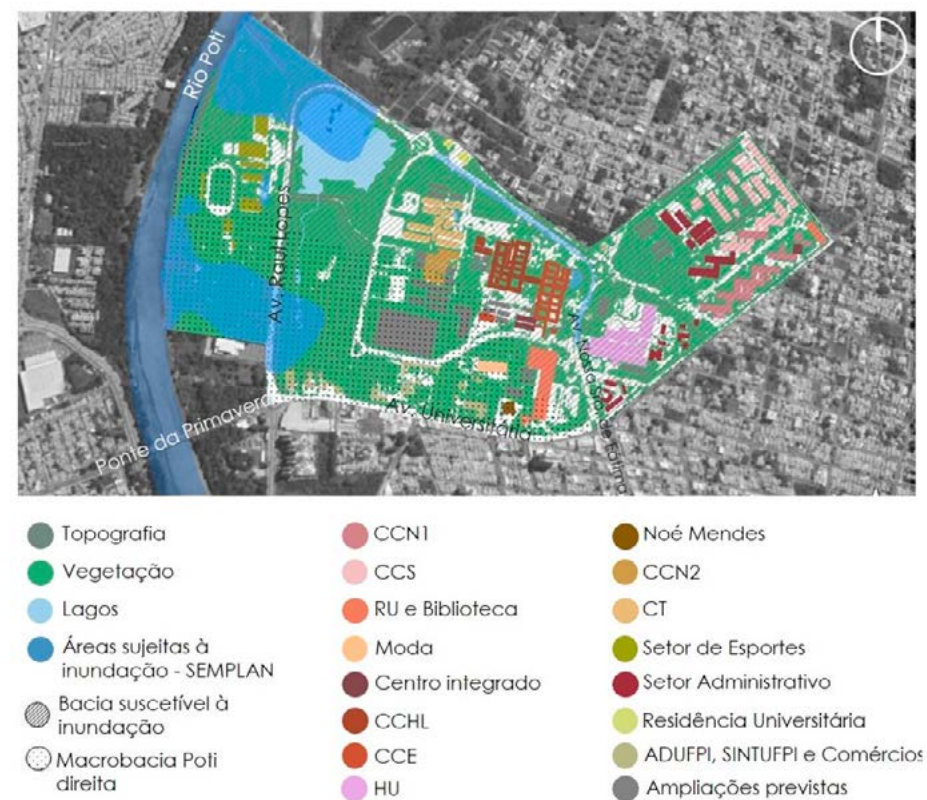
área vegetada do *campus*, que se estende até as proximidades do Setor de Esportes, apresentando, dessa forma, um grande potencial não aproveitado para espaços livres. Ressalta-se ainda a proximidade com o rio Poti, mas que não apresenta ligação nem física e nem visual com o *campus*.

Existem também outras áreas verdes com este mesmo potencial para espaços livres no perímetro. Uma delas está localizada na área central da região do campus, próxima ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), e a outra em sua extremidade, próxima ao Centro de Ciências da Natureza (CCN). Esta área mais alta legitima seu potencial por se localizar em uma zona de transição entre alguns centros, CCN e CCE, e entre a universidade e o entorno.

Já a outra área mencionada, de localização mais central, reforça seu potencial por representar uma grande massa vegetada em uma área de transição entre unidades edificadas, que são os blocos do Centro de Tecnologia (CT), do Centro de Ciências da Natureza 2 (CCN 2), do curso de Moda e do Centro de Ciências CCHL, até então fisicamente desconectados, podendo tornar-se uma área de estar prazerosa e um local de passagem agradável.

Existe estreita relação entre o curso da água e a configuração topográfica do local, uma vez que o fluxo pluvial percorre todo o espaço em direção às áreas mais baixas. Durante o percurso, encontra barreiras construídas e a impermeabilidade proporcionada pelo asfalto. Dessa forma, as águas ficam acumuladas em áreas mais centrais, distantes das manchas previstas pelo mapa de inundação da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), que estima este tipo de ocorrência apenas nas áreas mais próximas ao rio Poti,

uma vez que sua finalidade é prever, apenas, as inundações provocadas pelos corpos d'água. Esses alagamentos trazidos pela urbanização geram grandes transtornos em épocas chuvosas, comprometendo o trânsito e exigindo algumas intervenções, até então não postas em prática, no tocante à drenagem e ao escoamento da água no *campus* universitário.



**Figura 9.** Topografia, vegetação, inundações e hidrografia, blocos existentes e projetos futuros

**Fonte.** Prefeitura Universitária – PreUni (201-), adaptado por SANTIAGO (2020)

Outro aspecto que também envolve a vegetação e as áreas tidas como grandes potenciais para espaços livres é sua relação com os projetos de expansão da universidade. Apesar de apresentarem uma configuração

muito horizontalizada e espaçada, o que acarreta o isolamento de alguns setores e a falta de integração entre os centros, os projetos futuros do *campus*, disponibilizados pela Prefeitura Universitária (PreUni), revelam que a meta é continuar se expandindo horizontalmente, ocupando as áreas onde poderiam ser implantados os espaços livres, dos quais a universidade carece. Essa situação levanta o questionamento quanto à possibilidade de verticalização dos blocos já existentes, que poderia acontecer sem uma alteração ao padrão do gabarito predominante (até 3 pavimentos), e que, além de preservar essas áreas promissoras, traria maior densidade para as áreas de convivência do local.

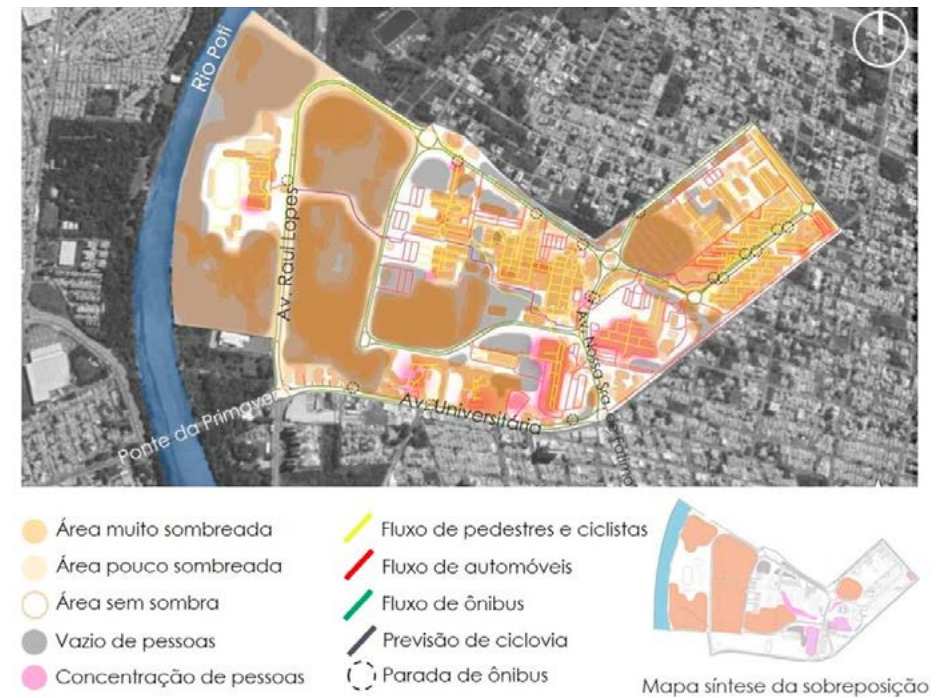
### Fatores socioculturais: fluxos e concentração de pessoas

Grandes áreas sombreadas são comumente associadas a locais que atraem maiores fluxos e, conseqüentemente, apresentam maior concentração de pessoas. No entanto, nem sempre tais aspectos se associam dessa maneira. Para analisar a combinação dessas variáveis, ou seja, para compreender a maneira como o sombreamento, os fluxos e a atração de pessoas se relacionam na universidade, foi feita a sobreposição destas três capas.

Quanto ao sombreamento, a área mais servida corresponde ao maior potencial de vegetação que se encontra subutilizada, representada principalmente pela região do Setor de Esportes. Quanto à concentração de pessoas, ela acontece de maneira mais intensa nos locais que se destinam a um público mais abrangente, que não se restringe apenas à comunidade acadêmica, como é o caso do HU, da Biblioteca Central e

do Espaço Noé Mendes. Assim, o vazio de pessoas acaba recaindo sobre as maiores áreas de vegetação e sobre os espaços livres não arborizados.

As informações obtidas foram reunidas e as imagens foram sobrepostas para a elaboração de mapa síntese. (Figura 10) Nessa área, como um todo, os grandes espaços com vegetação frondosa não coincidem com os pontos de concentração de pessoas, o que pode ser explicado pela falta de infraestrutura, que impede o surgimento de pontos de interesses nesses espaços, representados pelas manchas marrons no mapa.



**Figura 10.** Mapa com manchas de sombreamento e concentração de pessoas e fluxos

**Fonte.** Prefeitura Universitária - PreUni (201-), adaptado por SANTIAGO (2020)

Outra combinação destas variáveis, correspondente às manchas roxas no mapa, dá origem a espaços com elevado fluxo por possuírem pontos de interesse, como a Biblioteca Central, o Hospital Universitário



e o Restaurante Universitário, o que gera maior convergência de pessoas. No entanto, essas áreas não apresentam infraestrutura capaz de proporcionar bons espaços de descanso e interação entre os usuários.

Há também aqueles que, apesar de serem espaços livres, não apresentam pontos de interesse e sombreamento satisfatório, atraindo menor fluxo e, conseqüentemente, gerando menor concentração de pessoas, equivalente às manchas cinzas no mapa. Por fim, há aqueles espaços que não apresentam boas áreas sombreadas, porém são frequentemente utilizados por apresentarem as menores distâncias nas áreas de transição entre os blocos. Apesar de bastante utilizados, não possuem infraestrutura que proporcione uma passagem agradável nem apresentam pontos de descanso – são representados pelas manchas cor de rosa no mapa. Vale destacar que no percurso entre o Centro de Ciências da Natureza até o encontro com a Avenida Nossa Senhora de Fátima foi construída, em 2019, uma ciclovia com algumas áreas de pergolado, porém esses espaços ainda são pouco utilizados.

A partir de todas essas análises que envolveram os mais diversos aspectos físicos-ambientais, ao analisar capas de topografia, vegetação, inundação e hidrografia, blocos existentes e projetos futuros, assim como aspectos sociais e culturais relacionados à percepção de uso do espaço com o uso de capas de áreas sombreadas, fluxos e concentração de pessoas, foi possível perceber a existência das três unidades de paisagem no *campus*.

Tais unidades diferenciam-se entre si pela maneira como a vegetação e as edificações se distribuem no espaço. A primeira unidade é caracterizada por extensas áreas vegetadas que

predominam sobre áreas construídas, enquanto a segunda, se caracteriza pela predominância do espaço construído em meio a má distribuição da vegetação nas áreas de maior fluxo, o que gera espaços de circulação pouco sombreados. A terceira unidade apresenta equilíbrio na distribuição entre áreas construídas, áreas de fluxos e áreas vegetadas (Figuras 11 a 13).



**Figura 11 a 13.** Unidade 1: Lagoa. Unidade 2: CCHL. Unidade 3: CCN  
**Fonte.** MATOS, (2020)

Percebe-se que as ações ocorridas durante o período do Reuni ocuparam, basicamente, a segunda unidade de paisagem, onde os novos blocos foram construídos, gerando uma densidade construtiva que, do ponto de vista utilitário, criou blocos para as demandas dos novos cursos. Mas, por outro lado, a falta de preocupação com os espaços livres gerados a partir da ocupação das áreas livres do campus não elaborou espaços livres

utilitários com qualidade para a sua população, apenas provocando espaços residuais.

### **Ampliação do espaço construído, conservando seus espaços livres**

Dentro do cenário do estudo da paisagem, esse capítulo pontua diversos aspectos do *campus* Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí: históricos, físicos, ambientais e sociais. Isto permitiu uma leitura a partir da qual foi possível identificar sua importância como espaço livre dentro da cidade de Teresina, principalmente na Zona Leste. Sua proximidade com o rio Poti e seu potencial em áreas verdes o torna importante, legitimando a necessidade de se voltar a atenção para a vivência de áreas livres e paisagens na universidade.

O entendimento de que a paisagem deve ser vista como um conceito instrumental, que nos permite perceber a organização de determinado território em sua construção e apropriação pelas pessoas, promove algumas ferramentas sobre possibilidades de leituras urbanas das partes que formam uma cidade. Assim, se faz necessária a compreensão das estruturas dos *campi* universitários fazendo uso da unidade de paisagem como instrumento de estudo para análise.

Analisar a paisagem como elemento estruturador se faz útil, inclusive, para avaliar projetos de expansão de sua ocupação, como foi o caso do Reuni. A expansão da UFPI com o programa trouxe investimentos para o *campus* Ministro Petrônio Portella, diferentemente do ocorrido nos *campi* do interior, os quais foram praticamente construídos do zero. No caso de Teresina, em relação aos aspectos físicos e ambientais houve uma ideia de mapa de ocupação do *campus* ela-

borado pela Prefeitura Universitária (PreUni) e a viabilidade de apenas cinco blocos construídos com essa expansão.

Os espaços livres para permanência dos usuários tiveram pouco investimento ou até mesmo quase nenhuma atenção quando da construção dos novos blocos. Vale destacar que só recentemente foram construídos, em um trecho dentro da UFPI, uma ciclovia e alguns pequenos espaços de convivência. Porém, para o usuário diário do *campus*, continua cada vez mais difícil caminhar entre os blocos, principalmente por causa do calor e da ausência de arborização nos principais fluxos de passagem.

Assim, por meio de diversas formas de análise da área, incluindo visitas ao espaço, concluiu-se que a UFPI possui três unidades de paisagens com diferentes potenciais de espaços livres. A unidade 1 foi caracterizada por seu potencial de áreas verdes em relação ao restante do *campus*; a unidade 2, por predominância de edificações quando comparadas à vegetação; e a unidade 3 por uma distribuição proporcional entre edificações e vegetação.

Constatou-se que o Setor de Esportes tem grande potencial de lazer contemplativo, devido a sua proximidade com a lagoa e o rio Poti. No entanto, não existe conexão e integração entre eles, nem um projeto paisagístico, o que demonstra ausência de iniciativa da administração em promover uma melhor interação do *campus* com suas áreas verdes e paisagens.

Observa-se que a universidade é um ambiente vivenciado pela comunidade acadêmica e por outros tipos de usuários, o que justifica a importância de a UFPI assumir seu papel como um grande espaço livre, a fim de melhorar a vivência das pessoas por meio das vantagens ambientais e da socialização que proporciona. Contudo, a instituição carece de espaços nas áreas mais próximas aos blocos, onde a interação seria mais necessária. Percebe-se, ainda, uma tendência de expansão horizontal no *campus* Ministro Petrônio Portella, o que compromete principalmente as áreas tidas como potenciais. Faz-se necessária a reflexão acerca da possibilidade de verticalizar o crescimento da universidade.

Vale destacar que o projeto tampouco apresenta espaços livres que priorizem o pedestre ou espaços de circulação sombreados, com mobiliário novo, que estimulem e garantam qualidade ao cotidiano da comunidade universitária e da população do entorno.

Por meio deste diagnóstico, obtido a partir da análise de seus problemas e potencialidades, é possível perceber a necessidade de os ges-

tores institucionais valorizarem as áreas verdes livres subutilizadas, para que se tenha uma convivência equilibrada entre os projetos futuros da universidade e o seu potencial como ‘pulmão verde’. Dessa forma, a UFPI também cumprirá seu papel social como espaço livre de maneira mais eficiente, proporcionando a integração das pessoas e enaltecendo seu valor arquitetônico e paisagístico. São os espaços livres e públicos, como os *campi* universitários, que muitas vezes permitem com que o indivíduo exerça sua cidadania de forma mais afetiva.

## Referências

AFONSO, S. *Urbanização de encostas: crises e possibilidades*. O Morro da Cruz como referencial de projeto de arquitetura da paisagem. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1999.

ALEX, S. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 7 jul. 2020.

CALDERARI, E. Saraiva. *(Des)continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos: reflexões sobre o papel dos novos campi universitários*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos/SP, 2018.

CARDOSO, M. *O Centro de Tecnologia da UFPI: trajetória histórica*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil, 2005.

CHAVES, J. *Como nasceu Teresina*. Teresina: PMT/Fundação Cultural, 1987.

DIAS, C. *Piauí Projetos Estruturantes*. Teresina: Alinea, 2006.

FAÇANHA, A. C. *A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e fragmentos da cidade*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Teresina*. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LAURIE, M. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACEDO, S. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999.

MAGNOLI, M. M. Espaço Livre: Objeto de Trabalho. *Paisagem Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 175-198, 2006.

MATOS, K. C.; MATOS, I. C.; LOPES, W. G. R. Descortinando a cidade de Teresina (PI) a partir dos seus rios e pontes. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 10., 2010, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

MATOS, K. C. *A cidade ribeirinha: desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina-PI*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAU-UFSC), Florianópolis, 2017.

MCHARG, I. *Projectar con la naturaleza*. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

PREFEITURA Municipal de Teresina. *Aspectos e Características - Perfil 2016*. Disponível em: <http://semplan.teresina>.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. *Resgate*, v. 19, n. 21, p. 25-35, jan./jun. 2011.

SÁ CARNEIRO, A.; MESQUITA, L. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2000.

TARDIN, R. *Espaços livres: sistema e projeto territorial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TARDIN, R. (org.). *Análise, ordenação e projeto da paisagem: uma abordagem sistêmica*. Rio de Janeiro: Rio Books. UFRJ. PROUB, 2018.

[pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/ININGA-20161.pdf](http://pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/ININGA-20161.pdf). Acesso em: 26 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. *Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019)*. Disponível em: [https://www.ufpi.br/images/cpa/PDI\\_UFPI\\_2015\\_-2019.pdf](https://www.ufpi.br/images/cpa/PDI_UFPI_2015_-2019.pdf). Acesso em: 17 jun. 2020.





## UFSB: A UNIVERSIDADE DA/NA MATA ATLÂNTICA

**Universidade Federal do Sul da Bahia**  
Joel Pereira Felipe

### **Nasce uma universidade inovadora e ancorada na sustentabilidade ambiental**

A elaboração deste ensaio dentro da coletânea de textos que versam sobre os *campi* universitários criados no Brasil, neste início do século XXI, visa a apresentar uma instituição que o país ganhou a partir de 2013 e que consideramos imprescindível para o ensino superior no país pelo seu projeto político-pedagógico ousado e inovador. No contexto dessa publicação, o texto deverá se ater aos aspectos urbanos e ambientais relacionados à implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

A abordagem desenvolverá a hipótese de que a localização dos *campi* de uma universidade

tem papel preponderante na afirmação/negação do desenvolvimento sustentável. Os *campi* universitários implantados em zonas remotas e distantes das áreas centrais das cidades contribuem não somente para piorar os indicadores de sustentabilidade (pegada ecológica individual, coletiva e institucional), mas também para emitir um sinal contrário aos agentes públicos e à sociedade, pois contribuem para a segregação socioespacial, a desigualdade em todos os modos de representação e afastam a possibilidade do sentimento de pertencimento da sociedade em relação à universidade. Logo, um equipamento público do porte de uma universidade traz enorme potencial para contribuir ou mesmo conduzir processos de reabilitação urbana e do meio ambiente nas cidades.

Tendo participado da criação de duas novas instituições no século XXI, a Universidade Federal do ABC (UFABC), de 2006 a 2013, e a Universidade Federal do Sul da Bahia, de 2014 a 2017, como gestor e colaborador técnico na chamada “alta administração universitária”<sup>1</sup>, acompanhei, acredito, em lugar privilegiado de observação e registro dos processos, o desenvolvimento dos projetos desde o seu princípio: a escolha dos locais de implantação. Um dos aspectos que pretendia trazer nesse texto é a detecção da origem de influências que os dirigentes universitários, responsáveis pela tomada de decisão, possam ter recebido, direta ou indiretamente, do modernismo em arquitetura e urbanismo, cujo

1 Na UFABC, fui prefeito universitário, coordenador das obras do campus de Santo André e pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas. Na UFSB, fui pró-reitor de Sustentabilidade e Integração Social, tendo participado da concepção do projeto do campus Jorge Amado em sua fase inicial.

ideário e morfologia se fazem presentes em numerosos *campi* no Brasil.

Para o desenvolvimento do tema, buscaram-se estudos e práticas relevantes relacionados ao compromisso social e ambiental da universidade para com a sociedade que a envolve e sustenta, esperando-se estabelecer referências e parâmetros comparativos, amparando-se no contexto global da inserção das instituições de ensino superior no tema do desenvolvimento sustentável, como já definimos em artigo que antecede esse ensaio:

“ A sustentabilidade ambiental aplicada aos *campi* universitários mobilizou, a partir da década de 1970 no Brasil, uma quantidade significativa de atores que aliavam a mobilização contra as mudanças climáticas às responsabilidades das universidades com o Desenvolvimento Sustentável. Green campus passou a designar o espaço universitário com um conjunto de ações consideradas ‘sustentáveis’ (campus dentro das cidades ou em cidades universitárias isoladas), dando origem à metodologia para realização de diagnósticos e propostas, estabelecendo pactos gerenciais com as administrações dessas universidades, implantando e monitorando ações por meio de planos e sistemas de gestão ambiental (FELIPE, 2020, p.393)

A quase totalidade das universidades adotam medidas de práticas sustentáveis por interesses diversos que vão da exigência legal, do reconhecimento de que isso é um valor, uma missão da universidade e da qual ela não pode se imiscuir e ainda àquelas motivações econômicas para se tornarem atrativas e estabelecerem uma melhor interlocução com o mercado que busca parcerias em instituições de ensino.

A sustentabilidade é uma das principais bandeiras dessa jovem instituição e os recortes aqui apresentados pretendem iluminar alguns elementos que, já nos primeiros anos após sua fundação, demonstraram fragilidades e contradições confrontando suas próprias bases conceituais.

A UFSB foi uma das últimas universidades criadas dentro das iniciativas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2013. Foi a quinta a ser estabelecida na Bahia<sup>2</sup>. Antes de 2002 havia no estado somente uma universidade fe-

2 As outras universidades são: Universidade Federal do Vale do São Francisco

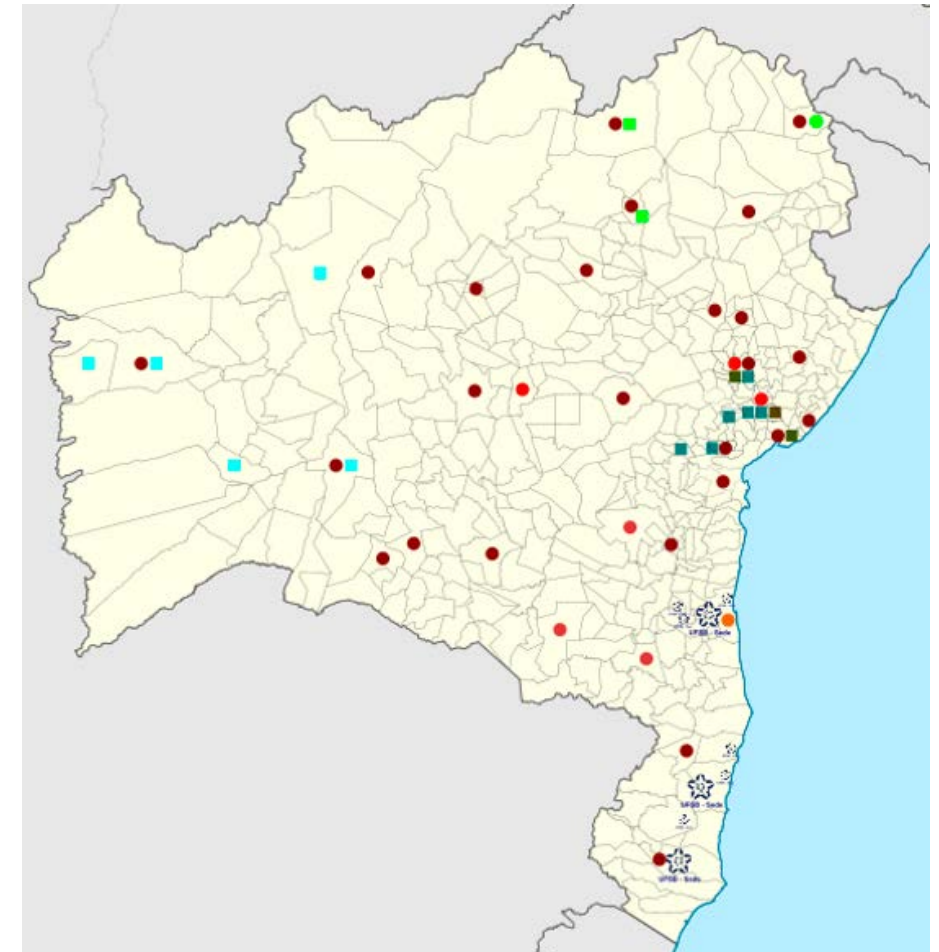
deral procedente da pioneira Escola de Cirurgia da Bahia (1811) que foi incorporada, em 1946, a outros cursos preexistentes, dando origem à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A Bahia contava em 2014 com quatro universidades estaduais: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com 24 *campi*; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com um *campus*; Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com um *campus*; e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com três *campi*. Apesar de se distribuírem por todo o estado, formado por 405 municípios, não alcançavam suficientemente todas as regiões, como o sul e o extremo sul do estado (Figura 1).

O Plano Orientador da UFSB assinala o contexto e a extensão territorial para sua criação e atuação no sul e extremo sul da Bahia, caracterizado por demandar mão de obra qualificada devido a projetos de desenvolvimento regional:

“ (...) investimentos estratégicos dos governos federal e estadual na região, previstos para os próximos anos, compreendem uma via férrea dedicada ao transporte de minérios (Ferrovia Oeste-Leste), um porto de exportação de minérios e grãos (Porto Sul), aeroportos internacionais e um conjunto diversificado de parques industriais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, 2014, p. 32)

(UNIVASF), criada em 2002; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2005; Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), em 2013; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – *campus dos Malês*, em 2014.



**Figura 1.** Universidades públicas estaduais e federais no estado da Bahia, 2020

**Fonte.** Montagem do autor a partir dos arquivos disponíveis em [Brazil\\_Bahia\\_location\\_map.svg](#); [\\*Bahia\\_MesoMicroMunicip.svg](#); Raphael Lorenzeto de Abreu derivative work; Shadownfox (talk) derivative work:L

Mas a compreensão de que uma universidade não tem sua razão de ser somente amparada na necessidade de oferecer oportunidades de profissionalização da sociedade ou atender a demanda do mercado de trabalho em um determinado contexto releva seu papel em “[...] ampliar a oferta de vagas públicas no nível superior de formação, em paralelo e em sintonia com a melhoria dos indicadores pertinentes ao ensino básico, reforçando os programas de aumento da qualidade do ensino fundamental e médio na região”. (UFSB, 2014, p. 37)

A distribuição de suas unidades na região e o desenho institucional que incorporou a necessidade de atingir os pequenos municípios por meio dos Colégios Universitários levam a universidade a ser mais acessível e oportunizam a redução do deslocamento para as cidades médias ou mesmo para a capital do estado, Salvador. Portanto, o projeto político-pedagógico justifica uma extensão multicampi, entendendo seu papel:

“Entretanto, para além do desenvolvimento imediato, é preciso também identificar demandas específicas de formação, destinadas prioritariamente à população local, referidas não somente ao crescimento econômico, mas também ao desenvolvimento social e humano da Região. Nesse caso, enquadram-se os campos da Saúde, do Desenvolvimento Ambiental Sustentável e das Humanidades e Artes. Pode-se apontar o Território do Extremo Sul da Bahia como futuro polo de referência em termos de assistência médica e promoção da saúde e o território da Costa do Descobrimento como polo de formação em Ciências Humanas e Sociais e em Ciências Ambientais. Logicamente, todas essas perspectivas têm como fundamento um projeto de interdisciplinaridade compatível com as mais avançadas tendências científicas, acadêmicas e tecnológicas do mundo contemporâneo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, 2014, p. 37)

A disposição espacial da UFSB para atender a esse projeto a conduziu à configuração *multicampi*, com sede da reitoria em Itabuna e dois *campi* em Porto Seguro e em Teixeira de Freitas, conforme se observa na Figura 2:



**Figura 2.** Região de atuação da UFSB no sul e extremo sul da Bahia e a Bahia no Brasil

**Fonte.** Elaborado pelo autor com base em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_mesorregi%C3%B5es\\_da\\_Bahia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_da_Bahia). Raphael Lorenzeto de Abreu / CC BY-SA (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>).

## A criação da UFSB e do campus Jorge Amado em Itabuna

A iniciativa oficial para a criação da UFSB se deu em agosto de 2011, quando o governo federal, dando sequência ao processo de expansão e interiorização do ensino superior no país, promovido pelo Reuni, enviou o projeto de lei que propunha a sua abertura ao Congresso Nacional.

Sob a tutoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi realizado um processo participativo de escuta na região sul e no extremo sul da Bahia, com visitas aos municípios, apresentações do projeto para a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e para prefeitos e promoção de discussões entre 2011 e 2013, envolvendo, ainda, instituições de ensino superior e médio e consultores especialistas em educação superior. Em junho de 2013, após dois anos de tramitação e aprovação no Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 12.818/2013, marco de criação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

O Ministério da Educação nomeou os membros para uma reitoria *pro tempore* tendo à frente o professor Naomar Monteiro de Almeida Filho. As discussões prosseguiram para o detalhamento do projeto da nova instituição e resultaram em apresentação e aprovação do Plano Orientador e da Carta de Fundação pelo Conselho Universitário *pro tempore* em 14 de fevereiro de 2014.<sup>3</sup>

3 Um relato detalhado está disponível em: <https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Esses documentos apresentam histórico, conceitos, contexto e missão dessa universidade definindo os marcos iniciais de sua criação<sup>4</sup> que lançam os alicerces de uma instituição corajosa e arrojada. A intenção registrada nesses documentos era a de fundar, no interior da Bahia, não somente uma nova universidade, mas a Universidade Nova, trazendo como referências os pensamentos de Anísio Teixeira (Escola Nova), Paulo Freire (Pedagogia da Autonomia), Milton Santos (Geografia Nova), Boaventura de Sousa Santos (Ecologia dos Saberes e Epistemologias do Sul), as referências em cibercultura e inteligência coletiva de Pierre Levy e as reflexões sobre os processos de afiliação estudantil de Alain Coulon.

A sigla da universidade foi inicialmente definida por UFESBA, como consta do texto da lei de criação, e depois alterada para UFSB, após consulta pública, aberta em junho de 2013. Além dos *campi* de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas (Figura 2), havia a previsão de implantação da Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários, que instalaria a universidade em municípios com mais de 20 mil habitantes e que possuíssem mais de 300 egressos do ensino médio público por ano – foram aceitos consócios de municípios vizinhos que, juntos, atenderiam essa condição. Também foram previstos esses colégios universitários em “assentamentos, aldeias indígenas e quilombos em condições aceitáveis de conectividade digital”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, 2014, p. 7)

## A inserção da UFSB no eixo rodoviário Ilhéus-Itabuna

A UFSB iniciou as atividades do *campus* Jorge Amado usando instalações comerciais alugadas (um galpão e um edifício administrativo reformados e adaptados), no bairro de Ferradas (Itabuna), inicialmente com pagamento realizado pela Prefeitura de Itabuna e posteriormente assumido pela própria universidade.

O *campus* definitivo situa-se na divisa dos municípios de Ilhéus e Itabuna que contavam, em 2010, segundo o IBGE, com 184.236 e 204.667 habitantes, respectivamente. Ele será implantado em terreno cedido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (denominação conferida em 2020) do governo federal.

4 Disponíveis em: <https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb>. Acesso em: 22 abr. 2020.



Esse terreno está localizado em área de densa cobertura vegetal, distante cerca de 2 km da rodovia Jorge Amado (BR-415), que interliga as cidades de Ilhéus e Itabuna, e a aproximadamente 8 km de dois pontos de referência importantes na cidade de Itabuna: a prefeitura e a rodoviária municipais, como se verifica na figura que segue.



**Figura 3.** Vista aérea do trecho da Rodovia BR-415, entre Ilhéus e Itabuna, com as distâncias aproximadas entre as instituições de educação e esses municípios

**Fonte.** Google Earth, adaptado pelo autor (2020)

A distância de 25 km separa Ilhéus de Itabuna e, nesse trecho, a rodovia atravessa a área remanescente da Mata Atlântica no sentido Leste-Oeste (Figura 3). Essa rodovia é muito movimentada, tendo em vista ser a única ligação entre essas duas cidades-polo da região sul da Bahia, com fluxo intenso de veículos de passeio, transporte de passageiros e de carga, motivada pelo abastecimento dos dois municípios, o deslocamento diário de trabalhadores do setor público e privado e o atendimento ao Porto de Ilhéus. Em Itabuna, a BR-415 cruza a Rodovia Governador Mário Covas (BR-101) e tem papel estratégico de irrigação rodoviária dos municípios da região

para o comércio, escoamento de produtos importados e exportados. Em Ilhéus também está situado o aeroporto Jorge Amado, que atende ao fluxo de turismo e negócios para esses municípios.

Percorrendo esse trecho da rodovia, encontram-se dois bairros que se configuram como bairros-dormitórios dos trabalhadores de Ilhéus e Itabuna, que possuem comércio e serviços que atendem, além de seus moradores, aos viajantes desse trecho da rodovia e parte dos trabalhadores dos serviços educacionais das instituições localizadas defronte à rodovia. O bairro Banco da Vitória está localizado a cerca de 6 km da saída da zona urbana de Ilhéus, possuía 4.333 habitantes e o Salobrinho, localizado no km 12 a partir da saída de Itabuna, tinha 5.676 habitantes (IBGE, 2010). Nesse bairro, acompanhando o crescimento da universidade, emergiram, em suas ruas e arredores, pensionatos, restaurantes, bares e novos conjuntos habitacionais dedicados à comunidade acadêmica, alterando a dinâmica local até então.

Foram implantados também, nesse trecho da rodovia, um centro de pesquisa (a CEPLAC, em 1957), duas universidades (a UESC, criada em 1972 e estadualizada em 1991; e a UFSB, em 2014), duas escolas de ensino médio técnico-profissionalizante (o IFBA, em 2011; e a escola do SESI, em 2017) e um hospital regional (o Costa do Cacau, em 2018). Isso ocorreu nesse trecho da rodovia em um processo lento, desarticulado – seis grandes equipamentos em 60 anos – mas contínuo e parecendo ser um processo natural de ocupação do território.

Uma primeira indagação se levanta nesse relato: o que levou os órgãos públicos municipal, estadual e/ou federal a instalar nesse trecho da rodovia, que se distingue por uma ocupação habitacional rarefeita e ambiente remanescente da mata atlântica, equipamentos estratégicos de educação? Por qual motivo isso se acentuou na última década?

No Plano Diretor de Ilhéus (Lei nº 3265/2006), propunha-se a “[...] melhoria no acesso rodoviário ao Porto de Ilhéus a partir da construção do semianel rodoviário de Ilhéus e a duplicação do trecho Ilhéus – Itabuna, na Rodovia BR 415”. (ILHÉUS, 2006) A finalidade, portanto, era atender ao porto e não à ocupação lindeira à rodovia com os bairros populares e a conexão de equipamentos de educação e saúde.

Transparece a ausência de legislação que poderia apontar que a BR-415, entre Ilhéus e Itabuna, teria a vocação de se transformar em um corredor a ligar municípios supostamente conurbados. Aparenta assentar-se mais em uma intuição sobre a necessidade de atendimento simultâneo às

duas cidades-polo na região ou a projetos pessoais e visionários do que de planejamento urbano e regional. É o que se depreende da declaração do governador da Bahia Rui Costa, em julho de 2016, ao se referir ao projeto de seu governo de duplicação da BR-415 nesse trecho: “nós temos (ao longo do percurso da via) duas universidades, um instituto federal, o hospital (Regional da Costa do Cacau, em construção), e tenho a vontade de materializar um sonho, que é o novo aeroporto”. (AUTORIZADA..., 2016)

### Plano Orientador e a sustentabilidade

Quando da elaboração do seu Plano Orientador, a UFSB se colocou como protagonista em relação ao Desenvolvimento Sustentável (DS), comprometendo-se a atender os requisitos que se espera de uma instituição de ensino superior, exercitar a educação ambiental dentro e fora de seus muros, criar e implementar boas e exemplares práticas em sustentabilidade. A nova instituição deveria ser eficaz em educar e difundir conhecimentos que pudessem irradiar noções de sustentabilidade aos seus estudantes e à sociedade em seu entorno mediato e imediato, e alinhar os princípios ensinados intramuros universitários ao desenvolvimento de pesquisa e extensão.

Essa responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) com o DS, com a qual a UFSB procurou se alinhar desde seus documentos de fundação, parecem ser consensuais no universo acadêmico, embora nem sempre sejam efetivados a despeito da existência de inúmeros tratados internacionais que se dispõem a difundir-la.

Esse protagonismo da educação veio se delineando desde a Declaração de Estocolmo (1972), primeira a destacá-la como elemento indispensável para o DS; passando pela Rio+20 (2012), quando foi lançada a *Higher Education Sustainable Initiative* (HESI), que colocou a necessidade de atuação das IES como agentes de divulgação, promoção de pesquisas em sustentabilidade e de tornarem ‘verdes’ os seus *campi*; até a Agenda 2030 que, com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 4, pretendia “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (ONU, 2015).

Entretanto, e não obstante à projeção das ações educativas e formativas propostas pela então embrionária universidade, há um marco legal que impõe a todos os órgãos públicos federais a elaboração e execução de Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), atendendo ao Decreto nº 7.746/2012.

Nesse cenário legal e com os princípios da política de sustentabilidade da universidade claros e assumidos, carecia-se o detalhamento da institucionalização e operação das ações, para o que pretendia ser colocado em prática nas várias frentes de atuação da instituição que deveria, entre outros: implantar medidas relacionadas ao controle do consumo de água potável, tratamento de esgotos, racionalização e economia de energia, diminuição de uso de materiais de consumo e mitigação de seus passivos ambientais.

Para a condução da política de sustentabilidade da universidade na sua relação com a comunidade interna e externa definiu-se que a “[...] efetivação dessa política ambiental na instituição, elaborada e reavaliada constantemente, constitui responsabilidade primordial da Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (Prosis)” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, 2014, p. 80)

O Plano Orientador destacou um item específico para o seu modelo de sustentabilidade quando fazia uma crítica à forma como as universidades brasileiras lidam com a questão ambiental e defendia que os *campi* utilizassem edificações existentes em áreas cujas ações humanas haviam modificado o território, rompendo com o cenário vivido pelas demais instituições submetidas a problemas de recursos humanos e orçamentários e com prestadores de serviço, como se depreende do trecho a seguir:

“Na fase de implantação de uma nova universidade nos moldes da UFSSB, devido aos prazos exíguos que se impõem, é muito difícil reverter tal realidade. Entretanto, uma possibilidade concreta de atenuar impactos ambientais desnecessários é o aproveitamento de áreas já antropizadas em posse de outros órgãos públicos. Tais áreas podem ser utilizadas tanto para as instalações provisórias quanto para as primeiras unidades definitivas. Neste sentido, parcerias firmadas com órgãos da administração estadual, como SEC e Bahiatursa, e da esfera federal, como a Ceplac, citadas acima, já configuram medidas de minimização de seu impacto ambiental. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, 2014, p. 80)

Isso de fato ocorreu quando se deu início à implantação dos *campi*, nos três municípios, mas percebe-se que a retórica da ocupação dos *campi*, a partir e sobre áreas já previamente ocupadas, teve curta duração, especialmente no *campus* Jorge Amado em Itabuna, onde se deu início ao projeto e à construção de um *campus* inserido na já combalida Mata Atlântica, usando-se um modelo de *campus* universitário novo e apartado das cidades. Portanto, a utilização de edificações existentes, de fato um elemento fundamental para o alinhamento ao DS, não se aplica a Itabuna, uma vez que o *campus* definitivo da universidade será constituído unicamente por edificações novas.

### O local de implantação e os projetos arquitetônico e urbanístico do *campus* de Itabuna

Esse trabalho não pretende discutir o projeto arquitetônico e suas qualidades, mas tão somente se acercar da arquitetura e urbanismo à medida que fazem parte do contexto de dar

respostas ao programa de necessidades para a universidade e que deveriam estar alinhados com os princípios do DS já delineados em seu Plano Orientador.

Os estudos para a implantação do *campus* Jorge Amado foram iniciados em 2015<sup>5</sup>, em conformidade com as premissas das negociações até então realizadas pela reitoria da UFSSB, para que se instalasse na área cedida pela CEPLAC (órgão federal, como já mencionado). Os ajustes efetuados com as prefeituras de Ilhéus e Itabuna pretendiam que sua participação na viabilização da universidade adviesse igualmente da doação de frações de terra vazias nos limites desses municípios, sendo 37 hectares já doados pela CEPLAC, a estimativa de 40 hectares de Itabuna e mais 40 hectares da Prefeitura de Ilhéus. Os acordos firmados resultariam na incorporação de uma área total de 117 hectares para o *campus*.

Os argumentos para a presença da universidade neste lugar não estão registrados em textos justificativos. Houve uma decisão da gestão universitária, divulgada oralmente e que foi exposta publicamente, para que o *campus* estivesse localizado na divisa entre as duas cidades, Ilhéus e Itabuna, simbolizando uma conexão entre elas, cuja rivalidade pelo protagonismo regional remonta ao final do século XIX, quando se oficializou um movimento legislativo para a emancipação do distrito de Tabocas em relação ao município de Ilhéus para a fundação de Itabuna (COSTA, 1995).<sup>6</sup>

O *campus* prevê a instalação, no município de Ilhéus, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, o Centro de Formação em Tecno-Ciências e Inovação e o Centro de Formação em Ciências e Tecnologias Agroflorestais, e a Reitoria ficaria em gleba pertencente ao município de Itabuna, formando um corredor contínuo de passagem entre os municípios.

As Figuras 4 e 5 apresentam, respectivamente, o projeto de implantação e uma maquete eletrônica de dois blocos do *campus* Jorge Amado em Itabuna.

<sup>5</sup> O desenvolvimento do projeto urbanístico e arquitetônico contou com a participação deste autor, na época na função de pró-reitor de Sustentabilidade e Integração Social, de maio a julho de 2015. Os projetos, do básico ao executivo, foram desenvolvidos sob a coordenação da professora arquiteta Silvia Kimo Costa.

<sup>6</sup> Essa emancipação de Itabuna só se consolidou em 1910, mas em um ambiente de animosidade entre moradores das duas cidades, especialmente de Ilhéus, que se recusavam a conceder a separação, e que permanece culturalmente (em expressões jocosas como “itabunenses são papa-jacas” e “ilheenses são comedores de caranguejo”) e que é alimentado pelas rixas dos políticos locais que clamam por investimentos em seus municípios.



**Figura 4.** Implantação do campus definitivo da UFSB no terreno doado pela CEPLAC

**Fonte.** DINFRA/PROPA/UFSB. Disponível em: [http://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/RDC\\_012017/ANEXO\\_I.pdf](http://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/RDC_012017/ANEXO_I.pdf). Acesso em 12 set 2020



**Figura 5.** Maquete eletrônica do campus Jorge Amado em Ilhéus

**Fonte.** DINFRA/PROPA/UFSB. Disponível em: [https://ufsb.edu.br/cfppts/images/PPC\\_-\\_Bacharelado\\_em\\_Poli%CC%81ticas\\_Pu%CC%81blicas\\_-\\_Versa%CC%83o\\_aprovada\\_CON-SUNI.14.10.2020.pdf](https://ufsb.edu.br/cfppts/images/PPC_-_Bacharelado_em_Poli%CC%81ticas_Pu%CC%81blicas_-_Versa%CC%83o_aprovada_CON-SUNI.14.10.2020.pdf). Acesso em 12 set 2020

A gleba ocupa um setor de mata não ocupada anteriormente e exigiu a abertura de uma clareira para a sua implantação, como pode ser visto representado na maquete eletrônica que traz o recurso de apresentar o futuro longínquo da regeneração da mata original.

Na fotografia das obras em andamento (Figura 6), tem-se uma visão dessa clareira mencionada e o anel de vegetação que cerca o campus, situado a dois quilômetros da rodovia que liga Itabuna à Ilhéus.



**Figura 6.** Campus Jorge Amado em obras na Mata Atlântica

**Fonte.** O Autor (fev. 2019)

Essas glebas a serem doadas pelos municípios não se concretizaram decorridos mais de seis anos de iniciadas as negociações devido às dificuldades de relacionamento com os órgãos públicos municipais e federal que, ao trocar seus dirigentes, podem vir a mudar de opinião sobre essas doações. Essas áreas não são de propriedade municipal e exigem, portanto, que sejam desapropriadas, acarretando despesas para esses municípios.

Estimando-se os valores de mercado de terras na região, em média R\$10 mil por hectare (julho/2020), Itabuna e Ilhéus deverão desembolsar

cerca de R\$400 mil cada uma delas. Essa despesa deverá onerar o orçamento desses municípios, mas o empreendimento trará retorno na forma de oferta de vagas na educação superior para seus cidadãos, geração de empregos locais temporários e permanentes e na forma indireta por meio de arrecadação de impostos do setor de serviços, construção civil e outros. Entretanto, haverá despesas adicionais como em transporte coletivo, manutenção de estradas, segurança patrimonial e pessoal, comprometendo o orçamento de custeio da universidade.

### **O licenciamento das obras do campus Jorge Amado**

A necessidade de elaboração dos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) no Brasil como pré-requisito para a implantação de edificações cujo porte e relevância devem impactar de maneira especial o ambiente construído foi inserida na legislação urbanística a partir do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Essa lei regulamentou o que estava previsto nos Artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 e deu nova configuração ao controle e à gestão da cidade, definindo o princípio da função social do solo urbano e criando instrumentos de intervenção para o poder público – especialmente na esfera municipal – para o planejamento urbano e estabeleceu diretrizes para o licenciamento de novos empreendimentos geradores de impacto nas cidades.

A aplicação do EIV está vinculada à regulamentação por meio de lei municipal (Plano Diretor ou legislação de uso e ocupação do solo), que deve estabelecer os tipos de empreendimentos, públicos ou privados, que deverão atender as

suas regras. Somente após a aprovação dos estudos dos impactos provocados por estes empreendimentos poderão ser concedidas as licenças para a sua construção. O EIV cria uma barreira ao início de projetos possivelmente nocivos ao ambiente antes de serem apresentadas pelos promotores as condições de mitigação dos eventuais danos que possam causar.

Devem ser abordados no EIV: (a) o adensamento populacional provocado; (b) os equipamentos urbanos e comunitários necessários para a sua adequação no território; (c) a acomodação à legislação de uso e ocupação do solo; (d) a valorização imobiliária decorrente de sua implantação; (e) a geração de tráfego e demanda por transporte público no seu entorno; (f) os efeitos na ventilação e iluminação do espaço urbano; e (g) as marcas na paisagem urbana e no patrimônio natural e cultural.

O município de Ilhéus regulamentou a aplicação do EIV no capítulo III da Lei nº 3.746/2015, que definiu quais tipos de atividades podem ser exercidas e as normas a serem seguidas para os empreendimentos de impacto no município, exigindo a elaboração dos estudos anteriores à aprovação dos projetos. A UFSB seria enquadrada na categoria de uso E.3 – uso para instituição especial caracterizado por atividades destinadas à educação, saúde, lazer, cultura, assistência social, culto religioso ou administração pública, não enquadrada em E.1 (até 250m<sup>2</sup> de área construída) e E.2 (até 2.000m<sup>2</sup> de área construída).

O *campus* Jorge Amado da UFSB seria enquadrado como um empreendimento de grande porte pois, em uma primeira fase, ocupa uma superfície de cerca de 60 mil m<sup>2</sup> dos 37 hectares doados. Os primeiros edifícios licitados e em construção (julho/2020) são o Núcleo Pedagógico (5.250 m<sup>2</sup>) e o Núcleo de Vivência e Gestão Acadêmica (4.105m<sup>2</sup>), totalizando a área construída parcial de 9.355 m<sup>2</sup>. Justificava-se, portanto, um EIV, tanto pelo porte do empreendimento quanto por suas intervenções no ambiente natural.

Verifica-se que um EIV não foi realizado. A UFSB realizou o processo de projeto acionando corretamente os órgãos de controle e aprovação – Prefeitura de Ilhéus e o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) –, mas a aprovação se deu aparentemente de forma ligeira ou superficial. A Prefeitura não solicitou o EIV e o INEMA não exigiu o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Essa relação de distanciamento das universidades federais para com os órgãos públicos municipais e estaduais parece ser muito comum quan-

do se ocupam de planejar e executar seus planos de expansão física. O discurso da autonomia das instituições pode fazer com que ignorem os poderes públicos locais quando da execução de projetos e obras. Isso é um equívoco pois, além de ferir a legislação, perde-se a oportunidade de comparar concepções com os técnicos locais que defendem os interesses da comunidade em relação aos impactos urbanos e ambientais e logriam apoiar no aperfeiçoamento dos projetos.

### **Influências na escolha do local e na concepção do projeto urbanístico do campus Jorge Amado**

A implantação de *campus* ou cidades universitárias no Brasil está relacionada com o movimento moderno na arquitetura e urbanismo que influenciaram gerações de arquitetos desde a primeira metade do século 20, como as experiências do pioneiro *campus* do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos. A marca principal foi a criação forçada de vetores de expansão para as cidades, impelindo-as, ou por meio de legislação urbanística ou pela ação do mercado imobiliário, a preencher os vazios deixados entre o sítio consolidado e a nova cidade, a universitária.

Essa preferência está alinhada com uma opção adotada no Brasil desde as suas primeiras e mais importantes universidades que investiram no isolamento dos *campi* universitários em vez de sua integração à cidade. Casos como da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada em 1920, que teve sua instalação definida na Ilha do Fundão, a partir de 1949, sob forte influência do racionalismo moderno (SEGAWA, 1999). A Universidade de São Paulo (USP) teve

sua implantação na periferia oeste da cidade de São Paulo, na Fazenda Butantan, em 1934.

Alguns autores (ALBERTO, INHAN; MIRANDA, 2016; ALBERTO; INHAN, 2016; PEREIRA, 2017) têm identificado que as experiências de novos *campi* a partir da década de 1960 tiveram a influência do consultor grego, naturalizado norte-americano, Rudolph Philippi Atcon (1940-1995) na concepção da universidade brasileira, tanto como consultor – no caso da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1967 – ou, indiretamente, em diversos outros *campi*, tais como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade de Brasília (UnB).

Atcon foi assessor de Anísio Teixeira na CAPES (1952-1956) e registra passagens junto ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB, 1966-1968), cuja criação ele defendeu no documento de 1966. Atcon elaborou documentos como “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira” (ATCON, 1966) e o “Manual sobre o Planejamento Integral do *Campus* Universitário” (ATCON, 1970), que deixaram marcas em um momento de expressiva expansão da universidade brasileira.

Uma das ideias de Atcon era a utilização de 500 hectares para a implantação dos *campi* com a finalidade de atendimento de 5 mil estudantes. Apenas para uma breve reflexão, a superfície da cidade de Itabuna é de 43.200 hectares, mas sua área urbanizada é de 900 hectares. Se as diretrizes de Atcon fossem seguidas no *campus* Jorge Amado, a reserva para o *campus* deveria ser equivalente a mais da metade da área urbanizada do município, indicando um grande desequilíbrio entre a universidade e a cidade. A UFSB, mais adaptada à realidade, está em implantação em área total estimada de 117 hectares, sendo 40 hectares em área de expansão urbana de Itabuna e o restante em Ilhéus. Ainda a título de comparação, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) está instalada em 39 hectares no município de Ilhéus.

O contexto em que essas orientações se materializaram é a política para o ensino superior do regime militar que, com o Decreto nº 63.341/1968 e a Lei nº 5540/1968, definiram a Reforma Universitária. Nela, há a recomendação para que as unidades localizadas nas áreas urbanas fossem transferidas para *campi* fora das cidades e os prédios de origem fossem alienados com a finalidade de financiar a construção dos novos *campi*.

A definição da localização do *campus* revela o ponto de vista de que

ele deve ser separado da malha urbana consolidada, centralizando as instalações em uma só localidade, com a finalidade de agrupar atividades acadêmicas de cursos e faculdades e ainda da burocracia universitária eventualmente dispersas nas cidades e que essas áreas disponham de reserva para uma adequação e crescimentos futuros.

Mas as universidades com os seus *campi* isolados provocam cotidianamente movimentos pendulares de pessoas nos períodos de pico no início das manhãs e finais de tarde, tanto para os estudantes no transporte coletivo, quanto para os docentes e técnicos administrativos em veículos particulares, contribuindo para a piora do trânsito.

Os *campi* sofrem uma queda drástica de circulação de pessoas por ocasião das férias no calendário acadêmico e o abandono das instalações decorrente do seu distanciamento das áreas urbanas. A inviabilidade de se desfrutar os serviços e as instalações (bibliotecas, teatros, quadras esportivas, refeitórios) com a sociedade que a ampara também está relacionada a essa localização. Parques e áreas verdes existentes nos *campi* não são incorporados como espaços de lazer para a população.

Essa perda de oportunidade deve ser avaliada e revista pela universidade, tanto a UFSB quanto o conjunto de instituições criadas nesse movimento de expansão do ensino superior. A conexão *campus*-cidade deve ser um fator de primordial importância na definição de projetos arquitetônicos e urbanísticos. A ocupação de vazios urbanos e edificações subutilizadas como fábricas, galpões ou mesmo edifícios escolares da rede estadual e municipal poderiam ser analisados como opção de instalação das unidades

universitárias.

Somente unidades que exigem edificações que não são apropriadas às áreas urbanas, como das ciências agrárias (Agronomia, Recursos e Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Zootecnia, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca) deveriam ser afastadas dos centros urbanos consolidados, uma vez que exigem instalações que demandam contato permanente com ambientes afastados de assentamentos humanos. As demais áreas do conhecimento podem ser parcial ou totalmente instaladas em áreas urbanas consolidadas, assim como a administração e a burocracia universitárias.

### Localização de moradias de servidores e estudantes: o campus segregado na mata

Um levantamento feito a partir dos endereços de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos em educação (STAE) oferece singulares reflexões sobre a localização do *campus* e a sustentabilidade verificados a partir da exigência de deslocamentos da comunidade acadêmica no sentido casa-trabalho-casa ou casa-universidade-casa.

Para as considerações a seguir é necessário relatar que a UFSB não possui em sua política de assistência estudantil, até o momento de redação desse ensaio (setembro de 2020), o plano de construção e disponibilização aos seus estudantes de residências estudantis no interior de seus *campi*, tendo optado pela concessão de auxílio-moradia aos estudantes que mais necessitam.

As Tabelas 1 e 2 apresentam, respectivamente, os municípios de residência dos estudantes (Tabela 1) e de Docentes e Servidores Técnico-administrativos (Tabela 2).

Tabela 1 – Município de residência dos estudantes do campus Jorge Amado, compreendendo os matriculados no campus provisório (Ferradas) e os Colégios Universitários (CUNI)

Estudantes	Itabuna		Ilhéus		Coaraci		Ibicarai		Outros Municípios		Total	
	qt	%	qt	%	qt	%	qt	%	qt	%	qt	%
Campus provisório (Ferradas)	343	44%	113	15%	70	9%	50	6%	195	25%	771	100%
CUNI - Coaraci	1	3%	-	0%	24	77%	-	0%	6	19%	31	100%
CUNI - Ibicarai	-	0%	-	0%	-	0%	26	79%	7	21%	33	100%
CUNI - Ilhéus	-	0%	27	84%	-	0%	-	0%	5	16%	32	100%
CUNI - Itabuna	36	73%	1	2%	-	0%	-	0%	12	24%	49	100%
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>42%</b>	<b>141</b>	<b>16%</b>	<b>94</b>	<b>10%</b>	<b>76</b>	<b>8%</b>	<b>225</b>	<b>24%</b>	<b>916</b>	<b>100%</b>

Tabela 2 – Município de residência dos STAE (Servidores Técnico-administrativos em Educação) e docentes

Categoria	Itabuna		Ilhéus		Outros Municípios		Total	
	qt	%	qt	%	qt	%	qt	%
STAE	91	58%	40	25%	26	17%	157	100%
Docentes	68	57%	36	30%	16	13%	120	100%

**Tabela 1.** Município de residência dos estudantes do campus Jorge Amado, compreendendo os matriculados no campus provisório (Ferradas) e os Colégios Universitários (CUNI)  
**Fonte.** Lista de endereços fornecidos pela UFSB (mar. 2020)

**Tabela 2.** Município de residência dos STAE (Servidores Técnico-administrativos em Educação) e docentes  
**Fonte.** Lista de endereços fornecidos pela Administração da UFSB (mar. 2020)

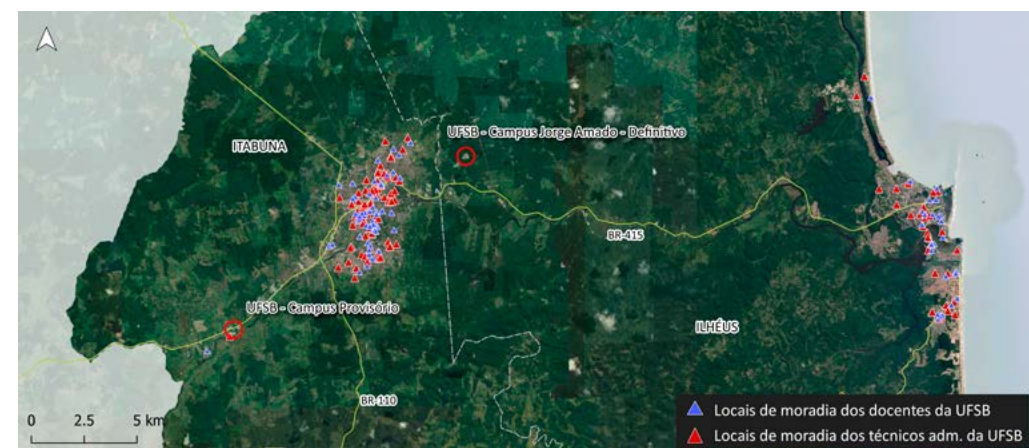
Como se depreende da análise das duas tabelas, menos da metade dos estudantes (44%) moram em Itabuna e, se consideramos o centro da cidade (rodoviária) como localização média entre eles, exigirão um deslocamento médio de 22 km diários (ida e volta) ao *campus* definitivo, o que é preocupante. Entretanto, o restante reside ainda mais distante do futuro *campus*, como os 15% de Ilhéus (27 km), 9% de Coaraci (52 km), 6% de Ibicarai (50 km) e os demais 25% que são de municípios ainda mais afastados.

A mesma reflexão é válida em relação ao deslocamento necessário para se atingir o *campus* por parte dos docentes e servidores técnico-administrativos, conforme evidencia a Tabela 2. A maior parte dos docentes (57%) e STAE (58%) mora em Itabuna com o consequente afastamento do *campus*, similar aos estudantes. Chama a atenção que Ilhéus é o município de residência de 25% dos STAE e 30% dos docentes. Estima-se, em média, 40 minutos de deslocamento em veículo particular do terminal urbano no centro de Ilhéus até o *campus* definitivo.

Os mapas das Figuras 7 e 8 apresentam o local do *campus* provisório no bairro de Ferradas e o campus Jorge Amado (definitivo) na Rodovia BR-415 junto à CEPLAC e os endereços residenciais que se espalham em diversos bairros, sobretudo dos municípios de Ilhéus e Itabuna.



**Figura 7.** Locais de residência de estudantes da UFSB  
**Fonte.** Lista de endereços fornecidos pela Administração da UFSB (mar. 2020) e montagem dos mapas pelo autor



**Figura 8.** Locais de residência de docentes e servidores técnico-administrativos da UFSB  
**Fonte.** Lista de endereços fornecidos pela Administração da UFSB (mar. 2020) e montagem dos mapas pelo autor



Constata-se que o campus parece afastar-se dos seus principais usuários. Enquanto estudantes (Figura 7) e docentes e STAE (Figura 8) se estabelecem na área urbana fixando aí o local de moradia desses três segmentos, o campus parece deslizar para fora da cidade e se esconder às sombras da mata, deixando de aproveitar a oportunidade de ser acessível a todos, principalmente dificultando o acesso por transporte coletivo e o não motorizado.

Configura-se de fundamental importância que as instituições universitárias elaborem metodologias para a aferição da sustentabilidade em seus *campi* que considerem a verificação de sua localização e a conexão às áreas urbanizadas onde habitam os membros de sua comunidade acadêmica. Isso é crucial para considerações relacionadas à sustentabilidade, tendo em vista os deslocamentos cotidianos que faz com que o meio de transporte seja um vilão para o desenvolvimento sustentável.

Mesmo o acesso à universidade por meio do transporte coletivo, que é intensamente recomendável, traz consigo a ressalva, no caso da localização de *campus* periurbano, por conta do consumo de combustíveis fósseis ou não, do custo das passagens e do desgaste físico e mental relacionado às esperas, aos longos intervalos, aos congestionamentos, à superlotação, à insegurança pessoal e patrimonial. Por outro lado, os automóveis particulares, majoritariamente usados pelos docentes e STAE, agregam como consequências também a produção de CO<sub>2</sub> e outros gases do efeito estufa, apresentam o desgaste físico e emocional e o risco de acidentes de trânsito em cidades e rodovias.

A situação mais adequada é a que os *campi* pudessem ser acessados majoritariamente a pé

ou por bicicletas. No presente caso, para um usuário médio da universidade que não seja ciclista profissional, isso é praticamente impossível.

Um outro elemento a ser pensado diz respeito à distribuição espacial da moradia estudantil no município de Itabuna e sua potencial influência no mercado imobiliário e seus impactos no relacionamento com a vizinhança. A Tabela 3 apresenta um quadro sintético dessa localização, conforme ilustrado na Figura 7.

Tabela 3 – Distribuição dos estudantes da UFSB por local de moradia (bairros) em Itabuna

Bairros de Itabuna	Qt. de estudantes	%
Área central: Centro (32) e Alto Maron (5) Santo Antônio (37) e Pontalzinho (25)	99	25,4%
São Caetano	30	7,7%
Nossa Senhora de Fátima	28	7,2%
Nossa Senhora da Conceição	22	5,7%
Califórnia e Nova Califórnia	17	4,4%
Vizinhança campus provisório: Ferradas (3), Nova Ferradas (9) e Nova Esperança (4)	16	4,1%
Mangabinha	14	3,6%
Sarinha Alcântara	12	3,1%
Jardim Vitória	10	2,6%
Bairros com menos de 10 estudantes por bairro	141	36,2%
<b>Total de estudantes</b>	<b>389</b>	<b>100,0%</b>

**Tabela 3.** Distribuição dos estudantes da UFSB por local de moradia (bairros) em Itabuna

**Fonte.** Lista de endereços fornecidos pela Administração da UFSB (mar. 2020)

Em linhas gerais, há uma grande dispersão do local de moradia estudantil no município, considerando-se que 36,2% estão distribuídos em bairros com menos de dez estudantes por bairro. Contudo, observa-se que aproximadamente um quarto dos estudantes (25,4%) moram na área central, apontando uma tendência de concentração nessa zona por conta de sua posição estratégica na cidade com maior disponibilidade de transporte coletivo, oferta de comércio, serviços e lazer.

Acrescentando-se os bairros São Caetano, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Conceição, Jardim Vitória e Mangabinha, que fa-

zem parte de um anel intermediário entre centro e periferia, também estão bem localizados e em menor grau também estão relativamente atendidos nesses quesitos oportunizados na área central, o que elevaria essa característica locacional para 52,2%, ou seja, mais da metade dos estudantes.

A localização da moradia estudantil também é motivada pelo valor dos aluguéis que precisam ser compatíveis com o do auxílio-moradia concedido pela universidade com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), quando 4,4% estão em bairros como Califórnia e Nova Califórnia, zonas mais afastadas da área central.

Um terceiro fator a influenciar o local de moradia está relacionado à localização provisória do *campus* Jorge Amado no bairro de Ferradas, com pequeno percentual (4,1%) de estudantes em uma região com baixa qualidade de serviços, infraestrutura urbana e irregularidade no transporte coletivo para o acesso ao centro da cidade, o que não se configurou determinante para a opção dos estudantes.

### **A moradia estudantil na cidade: alerta para a gentrificação e a estudantificação**

A distribuição das moradias estudantis no município de Itabuna, conforme demonstrado, provoca a curiosidade epistemológica por aquilo que ainda parece não ter ocorrido, mas apresenta pistas do que pode acontecer (FREIRE, 1996): o fenômeno da *studentification*. Esse ensaio pretende iluminar esse neologismo, com necessidade posterior de aprofundamento, que tem sido usado para definir as chamadas student

areas, tendo alguns autores portugueses e brasileiros traduzido para estudantificação (SOUZA, 2018), que optamos por empregar aqui. Simplificadamente, ela descreve a substituição de moradores de uma determinada zona por estudantes universitários.

A estudantificação é uma espécie de parente mais nova da gentrificação, com “[...] muitos paralelos entre os aspectos sociais, culturais e efeitos econômicos da gentrificação e estudantificação. (SMITH, 2005, p. 75, tradução nossa)

Esse termo foi criado no início do século XXI para designar uma excessiva e sazonal ocupação de áreas de algumas cidades britânicas por moradias estudantis, com a consequente substituição de moradores nativos.

“Os pubs foram convertidos em bares temáticos, que costumam fechar durante os meses de verão, quando os alunos voltam para suas casas. Comida pronta, delivery e licenças para o comércio que vendem bebidas alcoólicas baratas dominam as compras nas ruas. As escolas viram suas turmas despencarem à medida que as famílias se mudam da área. Os preços das casas também dispararam, pois os proprietários criaram um boom imobiliário e agora as pessoas que desejam mudar de casa, mas permanecer na área, encontraram preços fora do mercado. (HARRIS; MCVEIGH, 2002 *apud* SMITH, 2005, p.73 , tradução nossa)

Embora a realidade descrita esteja relacionada à conjuntura específica de cidades britânicas, as possibilidades de atração que as universidades e seus *campi* carregam para as cidades devem levar em conta que processos migratórios podem ocorrer a longo prazo, como se pode observar em um bairro como Salobrinho junto à UESC em Ilhéus. (SANTOS, 2013)

São aspectos que chegam a pressionar o poder público para a criação de leis normatizando as atividades dos empreendedores imobiliários que estrategicamente aproveitam uma oportunidade de comprar ou alugar propriedades para poder sublocá-las a estudantes.

Quando ocorre a presença maciça de estudantes é provável a reação negativa da população local, realçando-se, por exemplo, as contrariedades com os ruídos noturnos das músicas das festas como uma característica

da nova vizinhança. Em cidades no Reino Unido foram relatadas a falta de manutenção dos jardins – impulsionando os moradores das calçadas para as ruas –, além de deterioração estética do bairro – causada pela ausência de cuidados com a vegetação –, e outros problemas com o desleixo relacionado ao lixo e aos móveis descartados e depositados na rua em dias impróprios. (SMITH, 2005)

Essas são algumas possíveis marcas relacionadas à estudantificação, com os constantes rodízios e a substituição de população, a que se somam o fechamento de espaços de uso comunitário como igrejas e espaços de encontro e reunião e que tem, como consequência, a fragmentação da comunidade, situação com a qual é preciso que as universidades estejam alertas.

Não obstante, consequências positivas também foram encontradas nas cidades britânicas como: a) o favorecimento do comércio local, dada a necessidade de prover os estudantes e seus hábitos de consumo; b) a melhora no sistema de transporte do bairro, devido à presença dos estudantes e a pressão pela ligação desses com o centro da cidade; e c) a relação com os jovens da comunidade, que puderam ser vistos em atividades comuns com os estudantes universitários em práticas esportivas, como o futebol no bairro. Todos esses resultados se somam ao conceito de ampliar a diversidade e rejuvenescer o bairro.

Seria importante estudar a ocorrência da estudantificação no Brasil, tendo em vista os impactos que a expansão do ensino superior pode trazer para as cidades em aspectos como habitação, transporte e integração com a vizinhança. Entretanto, surgem alguns problemas metodológicos relacionados, em primeiro lugar, à dificul-

dade de informações estatísticas que possam elucidar o que seria o fator a distinguir uma cidade universitária.

Um indicador possível seria a quantidade de estudantes matriculados na educação superior (em todos os cursos e anos) em relação à população das cidades, fazendo uma comparação entre cidades mundialmente reconhecidas como universitárias.

Não obstante os contextos históricos e econômicos singulares e a evolução peculiar da educação formal em distintos países, é possível extrair simetrias nas comparações, se elas estiverem cuidadosamente parametrizadas. Afastando, portanto, a ingenuidade da opção metodológica pela comparação, reconhece-se a particularidade de algumas cidades britânicas que são o berço da universidade, como Cambridge e Oxford. Nessa última, a cidade e a universidade (*town and gown*, ou “cidade e toga”) se fundem e a similaridade é difícil de ser encontrada no Brasil.

A Tabela 4 apresenta dados de alguns países e cidades caracterizadas tradicionalmente como universitárias no Reino Unido e na Europa continental.

Ano da pesquisa	País	Cidade	População	Universidades (graduação e pós-graduação)	%
2017	Inglaterra	Londres	8.789.001	245.530	2,8%
2017	Inglaterra	Oxford	165.377	42.140	25,5%
2017	Inglaterra	Cambridge	149.245	20.765	13,9%
2017	Portugal	Lisboa	506.654	97.172	19,2%
2017	Portugal	Coimbra	133.940	23.088	17,2%

**Tabela 4.** População geral e universitária (graduação e pós-graduação) em países e cidades europeias (2017)

**Fontes.** Elaborado pelo autor baseado em dados da Inglaterra (Disponível em: <https://www.hesa.ac.uk/data-and-analysis/students/where-study>. Acesso em: 22 nov. 2019) e de Portugal (Disponível em: <https://www.pordata.pt/Europa>. Acesso em 23 nov. 2019).

Confirma-se que Oxford (25,5%), Cambridge (13,9%), Lisboa (19,2%) e Coimbra (17,2%) podem ser caracterizadas como cidades universitárias com o cenário urbano marcado pela população estudantil e as marcas dela decorrentes. Chama atenção o caso de Londres, onde somente 3,4% da população residente é universitária, diluindo a importância desse grupo no conjunto da cidade, ao contrário de Lisboa.<sup>7</sup>

No caso brasileiro, contamos com a publicação dos levantamentos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que disponibiliza somente levantamentos de 1991 a 2010 por município e relativos unicamente às matrículas em cursos de graduação, com a ressalva de que não há dados para a pós-graduação.

A exclusão de estudantes de pós-graduação dos dados dos municípios brasileiros dificulta a comparação com cidades europeias, nas quais fatores como a presença física nos *campi* e a moradia impactam sobremaneira a cidade. No Brasil é expressiva a quantidade de estudantes de graduação e pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância que não moram e nem frequentam os *campi* universitários, portanto, com menor impacto nessas localidades. Por esse motivo, fica uma advertência ao reconhecer os limites das comparações realizadas, tendo em vista que os locais de moradia e a mobilidade (impacto no trânsito e transporte) são diferentes

<sup>7</sup> Importante ressaltar que Rodrigues (2008) descreve a nobilitação (tradução acadêmica portuguesa para 'gentrification') ocorrida em Lisboa como específica do local e não está direta e somente relacionada à presença estudantil e o processo de 'estudantificação', que ele concorda que existe, mas que seria apenas uma 'nobilitação marginal', de reduzida relevância.

entre os estudantes da graduação e da pós-graduação, o que recomendaria a não os analisar conjuntamente quando se trata da estudantificação.

A Tabela 5 apresenta o percentual de estudantes universitários em relação à população de algumas cidades brasileiras selecionadas com a finalidade de enquadramento na definição de cidade universitária. Os dados publicados vão até 2010, não contemplando suficientemente o impacto promovido pelo programa Reuni que se inicia em 2007 e não incorporando a UFSPB nos municípios de Itabuna e Ilhéus que começaram a receber alunos a partir de setembro de 2014.

Tabela 5 – População geral e universitária (somente graduação) no Brasil, algumas cidades e a região da UFSPB (2010) \*

Ano da pesquisa	País	Cidade	População	Universidades (graduação e pós-graduação)	%
2010	Brasil	-	190.732.694	5.449.120	2,9%
2010	Brasil	Brasília	2.570.160	157.111	6,1%
2010	Brasil	São Paulo	11.253.503	612.963	5,4%
2010	Brasil	Rio de Janeiro	6.323.037	311.173	4,9%
2010	Brasil	Ouro Preto	70.227	6.323	9,0%
2010	Brasil	Salvador	2.675.656	131.890	4,9%
2010	Brasil	Itabuna	199.749	7.272	3,6%
2010	Brasil	Ilhéus	148.437	9.298	6,3%

(\* inclui Ensino a Distância, pois o INEP não publicou os dados do ensino presencial e a distância desagregados.

Tabela 5. População geral e universitária (somente graduação) no Brasil, algumas cidades e a região da UFSPB (2010) \*

Fontes. Elaborado pelo autor baseado em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da educação superior 2017 (Planilha série histórica por município). Brasília: INEP, 2018.

Diversas pequenas e médias cidades brasileiras podem ter se tornado 'cidades universitárias' nas últimas duas décadas após o forte investimento do governo federal no plano de expansão e interiorização. Mas

mesmo antes do Reuni eram conhecidos alguns exemplos de cidades predominantemente universitárias, como Ouro Preto, que é considerada uma cidade dormitório da Universidade Federal de Ouro Preto, com uma grande quantidade de repúblicas e pensões nos casarões da cidade tombada pela UNESCO, como patrimônio cultural da humanidade. Na Tabela 5, observa-se que Ouro Preto contava, em 2010, com 9% de estudantes universitários entre seus cerca de 70 mil habitantes.

Na região onde está implantada a UFSB, os municípios de Itabuna (com 3,6%) e Ilhéus (6,3%) já superavam, em 2010, a capital baiana Salvador (4,9%) nos percentuais de estudantes na educação superior. Seriam esses percentuais os indicadores que caracteriza uma cidade universitária no Brasil? Em torno de 10% da população? São necessários mais estudos para essa definição.

Paralelamente à discussão de impactos dos *campi* universitários nas cidades, observa-se a movimentação de gestores municipais que só vislumbram as externalidades positivas, como o caso de Itabuna, cujo prefeito Fernando Gomes, em ato legislativo, instituiu seu município como cidade universitária em agosto de 2017, concedendo incentivos à instalação de instituições privadas e visando tirar proveito da atratividade ensejada pela sua ação política.

“O projeto consolida a cidade como polo regional de educação e prestador de serviços, funcionando também como um centro de logística, fatores geradores de emprego e renda para mão de obra qualificada. O projeto ressalta que, seguindo o artigo 30 da Constituição Federal, compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local. Desta forma, o Programa Cidade Universitária propõe colocar Itabuna no patamar das cida-

des simpáticas ao estudante universitário, desenvolvendo políticas específicas de priorização do alunado, vocacionando-o em contrapartida para a prestação de serviços em locais de interesse público. (PREFEITURA DE ITABUNA, 2017)

A atração que a presença de uma universidade promove em uma cidade faz com que gestores municipais promovam batalhas pela sua conquista para suas cidades. No afã de atrair instituições públicas e privadas, as prefeituras oferecem incentivos como doações de terrenos, obras de infraestrutura e alterações de rotas e ampliação de oferta do transporte coletivo. Essas práticas não antevêm externalidades negativas, mesmo que essas vantagens sejam oferecidas em detrimento do orçamento municipal, que não dá conta de demandas de serviços básicos a extratos mais pobres da população.

O impacto da atração de estudantes em algumas cidades para onde se deslocam e permanecem morando enquanto completam o seu percurso universitário não foi ainda estudado no caso da UFSB e há poucos estudos registrados o Brasil, onde se sobressai um artigo de Souza (2018) sobre as repúblicas de estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto e sua relação com a cidade histórica onde está instalada.

Reflexões geradas nesse texto procuraram realçar a premência de se desenvolverem estudos nas cidades brasileiras que sofrem impactos das novas universidades criadas nesse acelerado processo de expansão, tanto para a caracterização de uma cidade universitária brasileira, quanto para o aprofundamento da relação entre os estudantes universitários e a população local.

### **Discursos da sustentabilidade dos campi. Avaliação e indicadores. Alfabetização em sustentabilidade**

Discutir a pegada ecológica institucional de uma universidade é um instrumento importante para criar mecanismos de planejamento, comparação, engajamento e mobilização da comunidade acadêmica e da gestão universitária.

A ‘pegada ecológica’, termo criado por William Rees (Canadá, 1943) e Mathis Wackmagel (Suécia, 1962) na publicação de *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*, em 1996, é utilizada mundialmente como uma das ferramentas que fornece um indicador para aferição

da sustentabilidade ambiental. Os autores construíram a ideia ligando a economia e a ecologia, imaginando disseminar a necessidade de desenvolvimento de modelos de economia sustentável e sociedades mais igualitárias. O argumento é de que as economias em sua fase neoliberal promovem o sobreconsumo de uma parte reduzida da população humana no planeta, enquanto a maioria da população subsiste de recursos mínimos para sua sobrevivência.

Esse indicador mede a biocapacidade, estabelecida como uma unidade de área global necessária (nas superfícies de terra e água do planeta, como áreas agriculturáveis e florestas, rios, lagos e oceanos, excluindo as superfícies “improdutivas”, como desertos e geleiras) para que um habitante obtenha os recursos para manter seu estilo de vida durante um ano (gha/hab/ano – hectares globais por pessoa por ano). Os autores lograram criar um algoritmo, continuamente aperfeiçoado, mas mantido em sua essência para preservar a série histórica, que relaciona as necessidades de cultivo de alimentos, provisão de infraestrutura e geração de energia para o conjunto de produtos e atividades relacionadas ao cotidiano humano, descontada a capacidade de regeneração aquática e de solos. O cálculo considera o peso da emissão de CO<sub>2</sub> nas atividades realizadas.

A ‘pegada’ se tornou uma ferramenta importante para a sensibilização e o engajamento especialmente no meio educacional e que abre um debate que ampara o planejamento de ações para o DS. *A Global Footprint Network*, além de fornecer a calculadora para a determinação do indicador numérico (em 2020, o indicador foi 1,5 para o planeta e 1,6 para o Brasil), publica um marco anual chamado *Year Overshoot Day*

(Dia de Sobrecarga da Terra), que estima o dia do ano em que a demanda da humanidade excede o que o planeta Terra pode gerar de recursos. Em 2020, o dia de sobrecarga foi 22 de agosto.

O cálculo da pegada individual já é razoavelmente conhecido, mas o da pegada empresarial e institucional não são ainda. E se uma universidade calcular a sua pegada ecológica?

Um grupo de pesquisadores relatou um experimento no *campus* Medianeira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), procurando relacionar a pegada ecológica da universidade nesse campus em relação à superfície desse próprio *campus* no ano de 2015. O campus possui superfície de 12,22 hectares e circulavam comumente 2354 pessoas, entre estudantes, docentes e técnico-administrativos. Os estudos selecionaram cinco campos de estudos e concluíram que “[...] a somatória das pegadas de todos os recursos em estudo resultou na Pegada Ecológica de 177,41 gha, esse valor representa uma área 14,5 vezes maior que o próprio campus”. (ARCEGO *et al.*, 2017, p. 7)

Detalhando o resultado da UTFPR, os pesos ficaram distribuídos entre consumo de alimentos (42%), mobilidade e transporte (3%), consumo de energia elétrica (12%), infraestrutura e edifícios (42%) e consumo de papel (1%). Um fator determinante que contribui para o resultado em consumo de alimentos (42%) é o fato de o *campus* possuir restaurante universitário que traz os insumos e a produção para o seu interior. Na ponta inferior em relação à mobilidade e transporte (3%), foi analisado apenas o impacto da frota de veículos da universidade, desprezando-se a participação do transporte individual e no deslocamento por meio de transporte coletivo que seriam muito relevantes para a análise.

A interpretação desses resultados é a de que um *campus* exige muitos recursos produzidos externamente para seu funcionamento. Não é possível reduzi-los e fazer com a universidade não somente mitigue seus impactos, mas também produza recursos para sua existência?

Não obstante a necessidade de adequação da metodologia para se elaborar uma adaptada à UFSC, o levantamento da pegada ecológica do *campus* Jorge Amado (definitivo) seria muito interessante tanto para a parametrização com outros estudos como esse apresentado, quanto para identificação de ações a serem realizadas para a mitigação setorial desses impactos, que certamente serão muitos.

## Alfabetização em sustentabilidade e ferramentas para aferição

A quase totalidade das universidades adotam práticas sustentáveis, seja para cumprir uma exigência jurídico-legal ou pelo reconhecimento de que isso faz parte de sua missão e da qual não pode se imiscuir. Há também as motivações econômicas: para se tornarem atrativas e estabelecerem uma melhor interlocução com o mercado que busca parcerias com instituições de ensino.

Contudo, um aspecto pouco tratado em relação às políticas de sustentabilidade conduzidas por universidades é a verificação dos seus resultados. Isso extrapola os dados econômicos relacionados, por exemplo, à racionalização no uso de água potável, ao reaproveitamento de águas pluviais, ao tratamento de esgotos e de resíduos de escritórios, banheiros e refeitórios, à redução do consumo de papel e de energia elétrica. São pormenores subjetivos relacionados à consciência da sustentabilidade dos atores envolvidos na política que, em última instância, têm implicação mais relevante para a presente e as próximas gerações.

Diante disso, tem importância fundamental a Alfabetização em Sustentabilidade aplicada aos estudantes, servidores técnico-administrativos e professores do ensino superior e a avaliação e ao monitoramento de sua execução. Talvez seja a última oportunidade de convencimento de importantes segmentos sociais que poderão reverter processos deletérios ao planeta.

Há diversas ferramentas de aferição do desempenho da sustentabilidade em instituições e empresas como o *Global Initiative Reporting* (1997, Amsterdã) que gerenciam dados ambientais obtidos em *softwares* desenvolvidos princi-

palmente para a indústria, a partir de padrões preestabelecidos. Outros instrumentos foram desenvolvidos para atender determinadas especificidades das instituições de ensino superior, como a *Sustainability Literacy Test* (SULITEST), de alcance global, e a *Sustainability Tracking Assessment & Rating System* (STARS), mais presente nos Estados Unidos.

O *Sustainability Literacy Test* (SULITEST) foi patrocinado pela *Higher Education Sustainable Initiative* (HESI), que surgiu na Rio+20 (*United Nations Conference on Sustainable Development*), em 2012, e foi concebido como um compromisso das instituições acadêmicas associadas à HESI. A ideia era apoiar a expansão do conhecimento, das habilidades e a da mentalidade em sustentabilidade para alcançar um engajamento crescente de pessoas mais profundamente comprometidas com um futuro sustentável. As perguntas em um questionário deveriam aferir o grau de conhecimento que as pessoas tinham a respeito da sustentabilidade e deveriam estar conectadas com os 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), tendo em vista a aplicação da Agenda 2030.

O objetivo não se resume a aferir o grau de conhecimento de cada respondente e gerar índices comparativos, mas serve para ensinar e engajar as pessoas nos temas do questionário, suscitando discussões, provocando atividades comunitárias e inserindo a plataforma como uma ferramenta nos programas de disciplinas e currículos dos cursos.

O SULITEST, desenvolvido com instituições que fizeram parte da Rio+20 e permanecem com o patrocínio da ONU, parece ter a preocupação mais alinhada com a busca de resultados nas conferências do clima nos últimos 50 anos e não se detém em fazer comparações e promover competições entre instituições, países e parceiros. O acesso e aplicação para o SULITEST são gratuitos, o que também contribui efetivamente para fazer as IES se autorreconhecerem e, neste processo, ajustar as medidas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas em andamento.

## Outro caminho para o desenvolvimento sustentável: rever a localização dos campi da UFSB

Esse ensaio procurou demonstrar as oportunidades perdidas pela UFSB para a utilização do potencial de um equipamento público do porte de uma universidade para liderar um processo de regeneração urbana, ambiental e social nas cidades onde está sendo implantada.

A localização de um *campus* universitário é fundamental para materializar a realização de atividades de pesquisa e extensão que aproxime a

universidade e a comunidade, fazendo com que a instituição retribua os investimentos da sociedade para a sua existência. A decisão tomada pela direção da UFSB de instalar o *campus* Jorge Amado em área periférica do município de Itabuna para poder se consolidar em um espaço contínuo que viabilizasse a integridade de suas estruturas em um só local soma-se à estratégia do grupo dirigente de conseguir uma situação de compartilhamento entre os dois municípios que têm entre si rixas políticas históricas.

As questões locais de Itabuna, Ilhéus e outros municípios da região, como a poluição do rio Cachoeira, os problemas de mobilidade e trânsito e o apoio ao desenvolvimento econômico e tecnológico que abordam os setores de turismo e serviços, são atividades típicas de relações próximas com a sociedade e com os atores sociais.

Foram parcialmente ignorados aqueles aspectos relacionados à sustentabilidade que o projeto político pedagógico da UFSB apregoa, pois sacrifica a cidade e o meio ambiente com intervenções e marcas de longa duração apenas para criar um ambiente idealizado, com urbanismo e paisagismo perfeitos, mas que dá as costas para a cidade real, a qual permanece com seus problemas de poluição, trânsito, transporte público e déficits de qualidade de vida em todos os aspectos.

A hipótese que trazia esse ensaio era que esses dirigentes receberam a influência, ainda que inconscientemente, do modernismo em arquitetura e urbanismo presentes nos *campi* visitados no Brasil e em outros países, que são frutos dessa visão de *campus* apartado, como uma cidade dentro da cidade. Entretanto, não consegui obter dos dirigentes na época um depoimento a fim de confirmação dessa hipótese.

Com esses estudos realizados fica um prognóstico: que as obras do *campus* Jorge Amado no local onde estão sendo instalados deveriam ser paralisadas na fase que estão atualmente, sem a conclusão de todas as edificações previstas e sem a consolidação de um *campus* único em Itabuna/Ilhéus. Que o *campus* universitário não prossiga sendo implantado naquele local. As instalações existentes e em construção deveriam ser utilizadas para os Centros de Formação em Ciências Agroflorestais, com vocação para a instalação em ambientes de bosques e matas. As demais instalações do CJA, como a Reitoria, incluindo suas Pró-Reitorias, o Instituto de Humanidades Artes e Ciências e ainda os Centros de Formação em Técnico-Ciências e Inovação e o de Políticas Públicas e Tecnologias Sociais deveriam se instalar no centro histórico de Itabuna, a fim de se aproximar da comunidade que reivindicou a instituição e a sustenta.

Há algumas iniciativas da UFSB que a mantém em construção de uma universidade sustentável replicando o que é feito em grande parte das instituições brasileiras para cumprir a legislação. Em setembro de 2017, foi publicada a Resolução Consuni nº 5/2017, a qual instituiu uma Comissão de Políticas de Sustentabilidade (CPS) que, entre outras ações, deve coordenar a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS). Segundo informa o *site* da universidade (julho/2020), o Plano está em elaboração por meio de grupos de trabalho e consultas públicas.

Nas obras do *campus* Jorge Amado, a equipe responsável pelos projetos e obras fez o que se esperava dela, inserindo os elementos arquitetônicos e sistemas de engenharia que são ordinariamente usados para adequar a obra para a alcunhada ‘arquitetura sustentável’:

“Os projetos em construção seguem diretrizes de sustentabilidade ambiental: eficiência energética, aproveitamento de água da chuva, segregação e tratamento das águas residuais dos edifícios, cobertura com placas fotovoltaicas, teto-jardim, piso permeável para recarga do lençol freático e paisagismo feito com plantas nativas da Mata Atlântica local.

Conclui-se que são medidas mitigatórias importantes e coerentes e que devem ser adotadas pela UFSB e por outras universidades em qualquer projeto. Isso não invalida que devam ser avaliados os impactos dos *campi* universitários tratados nesse ensaio: a localização, a estudanti-



ficação, a pegada ecológica e a alfabetização em sustentabilidade de todos os seus atores. Até que estudos complementares sejam realizados, o ensaio aponta a preferência de que a UFSB seja a universidade da mata atlântica e não a universidade na mata atlântica.

## Referências

ALBERTO, K. C.; INHAN, G. Rudolph Atcon, entre o educacional e urbanístico. In: ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 4; 2016, Porto Alegre. *Anais* [...]. Porto Alegre, jul. 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s25-00-alberto-k-inhan-g.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

ALBERTO, K. C.; INHAN, G.; MIRANDA, C. Rudolph Atcon e o planejamento do campus da Universidade Federal do Espírito Santo. *Ocolum*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 237-254, jul./dez. 2016.

ARCEGO, C. V.; MAGALHÃES, A. P.; LIED, E. B.; MOREJON, C. F. M.; SANTOS JUNIOR, E. L.; SOARES, D. F.; TREVISAN, A. P. Sustentabilidade de uma instituição universitária pelo cálculo da pegada ecológica. In: International Workshop | Advances in Cleaner Production. Ten years working together for a sustainable future, 6; 2017, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo, maio 2017. Disponível em: [http://www.advancesincleaner-production.net/sixth/files/sessoes/4B/4/soares\\_df\\_et\\_al\\_academic.pdf](http://www.advancesincleaner-production.net/sixth/files/sessoes/4B/4/soares_df_et_al_academic.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

ATCON, R. P. *Rumo à reestruturação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/Diretoria de Ensino Superior, 1966.

ATCON, R. P. Manual sobre o planejamento integral do campus universitário. Local: Editora, 1970.

AUTORIZADA abertura de edital de obras da rodovia BR-415. *A Tarde*, Salvador, 22 jul. 2016. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1788459-autorizada-abertura-de-edital-de-obras-da-rodovia-br-415>. Acesso em 24 abr. 2020.

COSTA, J. P. *Terra, suor e sangue*: lembrança do passado. História da região cacauera. Salvador: EGBA, 1995.

FELIPE, J. P. Campus universitário fora de cidade no reuni (Brasil). Urbanismo retrógrado na contramão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo – SIIU 2020, São Paulo – Lisboa. [Anais]. São Paulo, dez. 2020. Disponível em: [http://siiu2020.fa.ulisboa.pt/openconf/data/SIIU2020\\_Book\\_of\\_Abstracts.pdf](http://siiu2020.fa.ulisboa.pt/openconf/data/SIIU2020_Book_of_Abstracts.pdf). Acesso em: 04 jan. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 25. ed., 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estatísticas populacionais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ILHÉUS. Lei nº 3265, de 29 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Ilhéus e dá outras providências. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/i/ilheus/lei-ordinaria/2006/326/3265/lei-ordinaria-n-3265-2006-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-de-ilheus-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. *Sinopse estatística da educação superior 2018*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 08 fev. 2020.

PEREIRA, F. T. B. *Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil*. 2017. 226 p. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-04092017-105123/publico/VersaoCorrigidaFulvioTeixeiraBarros.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

PREFEITURA DE ITABUNA. Assessoria de Comunicação. *Cidade Universitária consolida Itabuna como polo regional ensino*. Itabuna, 2 ago. 2017. Disponível em: <http://www.itabuna.ba.gov.br/2017/08/02/cidade-universitaria-consolida-itabuna-como-polo-regional-ensino/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

RODRIGUES, W. J. S. *Cidade em transição. Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*. 2008. 393 p. Tese (Doutorado em Sociologia do Território e do Ambiente) – ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2604/1/CIDADE%20EM%20TRANSI%3%87%3%83O%20-%20Walter%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SANTOS, J. R. R. *Universidade pública e desenvolvimento local: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008*. Ilhéus: Editus, 2013.

SEGAWA, H. Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitária e modernidades 1936-1962. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Salvador, v. 5, n. 1, p. 38-47, 1999. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3133/2249>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SMITH, D. P. 'Studentification ication': the gentrification factory? In: ATKINSON, Rowland; BRIDGE, Gary (ed.). *Gentrification in a global context. The new urban colonialism*. Routledge UK: Housing and Society Series, 2005. p. 72-89. Disponível em: <https://southwarknotes.files.wordpress.com/2012/03/studentification-darren-smith.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

SOUZA, E. C. M. Cidade histórica, cidade universitária: usos do patrimônio cultural e repúblicas estudantis em Ouro Preto, MG. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 3, p. 912-947, 2018. Ed. esp. DOI: <http://dx.doi.org/libproxy.ucl.ac.uk/10.5902/2236672537528>. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270299405.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB. Plano Orientador. Itabuna: UFSB, 2014. Disponível em: <https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.



# EPÍLOGO

## AMPLIAR O REGISTRO DE EXPERIÊNCIAS E OS DEBATES

Klaus Alberto

O cenário que o tema dos *campi* oferece ao pesquisador é amplo e desafiador. Os conflitos dos ideais urbanísticos com as situações sociais e culturais específicas do espaço urbano, aqui entendido como um campo tenso de ações e reações, veem-se representados nas universidades.

No Brasil, até o início do século XX a criação de universidades foi um tema de pouco consenso e muitas disputas, o que retardou sua formalização em nível federal. Apenas com o governo revolucionário de 1930 a educação superior passaria a ser, efetivamente, de primeira ordem para o governo federal. Nesse contexto, a criação de uma universidade-modelo, a chamada Universidade do Brasil, e de suas instalações físicas tornou-se o principal foco do Ministério da Educação. (FÁVERO, 2000) Apesar dos pro-

jetos dessa Universidade não terem saído do papel (ALBERTO, 2003), esta iniciativa ministerial conseguiu consolidar uma série de conceitos e diretrizes para o ensino superior que vigoraram nas décadas seguintes, entre as quais destaca-se a relevância da construção de uma cidade universitária para garantir uma universidade integrada. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000)

Entre 1956 e 1961, em um contexto de expressiva demanda educacional, Juscelino Kubitschek promoveu a primeira grande expansão do ensino superior no Brasil, ampliando de sete para dezessete o número de universidades federais. Essa foi uma das ações de realinhamento do ensino superior do país que teve continuidade com a atuação do consultor norte-americano Rudolph Atcon no contexto dos acordos entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Como pano de fundo deste cenário, desenhava-se a Reforma Universitária, que propôs, por meio da Lei nº 5.540 de 28/12/1968, revisões estruturais que impactam, até hoje, a estrutura acadêmica e administrativa do ensino superior nacional.

Nessas revisões constavam a ideia de que as universidades estavam atreladas à construção de *campus* universitário, entendido como o espaço geográfico destinado a abrigar todas as unidades acadêmicas, evitando, assim, sua dispersão nas cidades. O modelo até então predominante de faculdades isoladas era visto como um grande impedimento para a integração universitária. A criação dos *campi*, portanto, seria uma proposta que garantiria circulação intensa do saber, maior eficiência e dinamismo nos procedimentos internos, além de menor ônus aos cofres públicos. Nas décadas seguintes, os *campi* universitários

foram difundidos no Brasil em sintonia com os princípios funcionalistas do movimento moderno. Não por acaso os *campi* desenvolvidos no período tornaram-se sinônimos de experimentos urbanísticos deste movimento.<sup>1</sup>

No entanto, em diversos contextos geográficos, principalmente a partir da década de 1960, alguns preceitos do planejamento modernista passaram a ser questionados. A própria noção de *campus* universitário, entendido como um local segregado da cidade, planejado dentro de um conceito extremamente funcionalista, foi rebatida. Um dos principais focos da revisão deste planejamento foi justamente, os Estados Unidos – país que, paradoxalmente, é considerado como sede da criação da noção de *campus*. Para o pesquisador Peter Allen, apesar de a história do planejamento de *campi* nos EUA ter enobrecido os exemplos bem sucedidos dos anos 1950 a 1960, a maioria deles demonstrara a fragilidade do projeto modernista. (ALLEN, 2007)

No Brasil, a partir da década de 1980 identificam-se críticas mais intensas ao modelo funcionalista dos *campi*, que reverberiam nas décadas seguintes. Adilson Macedo abordou tanto em publicações especializadas (MACEDO, 1984; 1985), quanto em publicações de maior penetração no campo profissional da arquitetura e urbanismo (MACEDO, 1986a; 1986b) as fragilidades desse modelo no contexto nacional. Posteriormente, introduziu novas possibilidades de espacialização das universidades ao apresentar a experiência da Louvain-la-Neuve. (MACEDO, 1990) Análises como essas suscitaram reflexões mais intensas sobre as relações *campus versus* cidade, sobre o resgate de valores tradicionais urbanos na arquitetura e urbanismo de *campi*, sobre segregação extra e intramuros da universidade, além da discussão de preceitos formais da arquitetura moderna *versus* escala humana de valores.

No Ministério da Educação, reflexões como essas permearam os principais fóruns de debate sobre o planejamento universitário no país. Destaca-se que parte da organização desses seminários foi feita justamente pelos órgãos responsáveis pelo planejamento das instalações do ensino superior no Brasil, inicialmente o PREMESU (Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior) e depois o CEDATE (Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação). Este último

<sup>1</sup> Estas relações entre os *campi* e o urbanismo moderno também ocorreu em outros países, especialmente na Europa (MUTHESIUS, 2000) e na América Latina (ARANGO, 2002).

geria a parte mais significativa dos recursos financeiros destinados pelo governo para o desenvolvimento da estrutura física das universidades federais, fruto dos acordos do MEC com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Há, portanto, uma linha direta entre as ações do órgão e o pensamento relacionado à concepção e produção do espaço físico universitário nos anos 1980. (SOUZA, 2013)

Um capítulo importante da consolidação dessas reflexões na história do planejamento dos espaços universitários no Brasil foi o desenvolvimento, em 1983, de uma proposta inovadora do CEDATE para a implantação de um *campus* da Universidade Federal do Maranhão, localizado no centro histórico de São Luís. Por meio dessa proposta, o CEDATE buscava a reinvenção do espaço universitário, inspirado em valores mais próximos da cultura e das tradições urbanas nacionais. A compilação dos resultados dos estudos determinados pelo MEC para a implantação urbana da UFMA se deu em 1984, por meio da publicação do CEDATE intitulada *Universidade Federal do Maranhão no Centro Histórico de São Luís*. (BRASIL, 1984) O fato de ter sido uma proposta pensada no âmbito daquele órgão federal dá a dimensão de sua importância. Todavia, uma vez submetida à administração superior da UFMA, a proposta não encontrou aceitação. Ainda que rejeitado, esse projeto deixou marcas de insatisfação com o modelo de *campus* predominante e uma declaração concreta da necessidade de revisá-lo.

Essas ideias voltaram a ter ressonância somente duas décadas depois, nos anos 2000, quando se iniciou uma nova onda de expansão do ensino superior federal no país, após quase uma década de poucas perspectivas e baixos investimentos nos espaços universitários federais.

Embora a expansão tenha iniciado no começo da década, com a criação de algumas universidades por meio de federalizações, foi no governo Lula que a administração federal adotou uma política expressiva de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, procurando ampliar os benefícios educacionais e econômicos que uma universidade poderia levar para cidades de diferentes escalas. Nesse contexto, predominou a criação de universidades multicampi, o que impactou diretamente o modelo físico destas novas instituições. Em comparação à primeira expansão, agora os *campi* foram criados com poucos cursos, muitas vezes especializando-se em algumas áreas do conhecimento. Possuíam, também, terrenos menores, por vezes instalados em áreas mais próximas das malhas urbanas já consolidadas. (MEDINA, 2019).

Com isso, ocorreu uma forte diversificação espacial dos espaços universitários federais. Junto ao modelo de campus funcionalista, que ainda persistiu adaptando-se às novas demandas, nasceram outros que exploravam novas espacialidades e que contrariavam frontalmente aqueles ideais. Os *campi* das nove universidades federais abordadas neste livro, não por acaso, transitam entre o modelo tradicional e suas críticas.

Neste momento, as reflexões fundadas na década de 1980 também merecem revisão. A diversidade de *campi* enseja novas questões e novas formas de abordagem.

## Um convite para novos estudos

Estudar *campi* universitários não é uma tarefa simples, pois, entre outros motivos, existe uma dinâmica interna dos espaços universitários que exige constantes mudanças e ampliações de sua estrutura física, especialmente em seus anos iniciais. No entanto, passadas quase duas décadas do início da última expansão, muitos dos novos *campi* já possuem uma estrutura formal consolidada, mesmo que não definitiva, e vínculos formais com as cidades, mesmo que em desenvolvimento.

Desta forma, percebe-se a importância do desenvolvimento de novas investigações para reconhecer essa desafiadora realidade. O presente livro configura-se como uma contribuição neste campo, procurando investigar este contexto em, ao menos, três de suas faces.

Em sua primeira parte, intitulada **Impactos urbanos e ambientais dos novos campi nas cidades e regiões**, foi possível conhecer a heterogeneidade das diretrizes de criação de novos *campi* para vislumbrar seus

possíveis impactos. A abordagem descritiva das propostas projetuais nela apresentadas configuraram um passo importante para as pesquisas posteriores, pois permitem compreender os princípios fundadores dos novos *campi*. A partir do conhecimento desses princípios, pode-se avaliar sua constituição em longo prazo.

Na segunda parte, **Universidade e sociedade interagindo nos territórios**, foi desenvolvida uma abordagem que merece atenção dos pesquisadores da área. Ao tratar dos impactos sociais da universidade em seu entorno, para além de sua estrutura física, amplia-se e acrescenta-se variáveis no campo dos estudos em planejamento universitário. Se um dos objetivos da universidade é a sua extensão, ao lado do ensino e da pesquisa, deve-se perguntar sobre o impacto de sua implantação física no favorecimento destas atividades.

Na terceira parte, **Campus universitário e leituras controversas da paisagem urbana e da sustentabilidade**, foram feitos mais registros de projetos de novos *campi* juntamente a outra perspectiva da nova expansão: a ampliação dos *campi* existentes. Estudos sobre o impacto destas expansões em *campi* antigos devem ser mais explorados também pela potencial contribuição no planejamento de futuras expansões. Neste conjunto de textos, a sustentabilidade e a formação da paisagem urbana que permeou a criação de novos *campi* também foi explorada, demonstrando o potencial experimental destes espaços para se pensar perspectivas inovadoras para as cidades.

Mas, naturalmente, estas três faces do estudo de *campi* universitários nesta recente expansão configuram apenas uma mostra do campo que está aberto à investigação. A leitura dos

capítulos expõe que a avaliação do impacto urbanístico dos *campi* é um tema ainda em aberto. Agora, com a diversificação destes espaços universitários, podem ser feitos novos estudos críticos comparativos que apresentem potencialidades e fragilidades de cada um dos modelos adotados.

Por outro lado, também cabe investigar a perspectiva dos planejadores destes novos *campi*. Nesta expansão, além de muitos profissionais estreates em projetos de *campus*, também atuaram técnicos com forte relação com o planejamento universitário, o que, definitivamente, não ocorreu nos anos 1960/70. Cabe não apenas compreender suas propostas projetuais, mas também conhecer suas bases teóricas e práticas, o que permitirá avaliar o panorama intelectual do planejamento universitário nesta expansão de forma mais ampla.

No campo acadêmico, também devem ser investigados o quanto o ensino, a pesquisa e a extensão podem ter ou ser afetados por este novo panorama espacial das universidades.

Para se desenvolver as abordagens como estas acima rascunhadas, faz-se necessário delinear pesquisas mais ousadas, multicêntricas e em rede, que permitam avaliar temáticas específicas por meio de análises transversais de grupos de universidades. Assim, serão possíveis abordagens comparativas que permitam uma visão mais precisa do caráter destes espaços universitários no Brasil.

Para entender o planejamento universitário brasileiro neste novo momento, não se pode ignorar o estudo mais detido da rede de *campi* criados no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que também tiveram um aumento relevante nos anos 2000. Da mesma forma, não se pode desconsiderar uma avaliação das estratégias de implantação dos *campi* das universidades privadas que representam a maior parcela das matrículas de estudantes universitários do país.

Por último, deve-se destacar que as universidades são instituições de longa duração. Portanto, investigações renovadas na área podem trazer contribuições valiosas para compreender seus impactos físicos e sociais nas cidades, tanto no curto quanto no longo prazo. Ao mesmo tempo, estes estudos podem contribuir para aperfeiçoar a qualidade de seu ambiente construído visando a melhoria de suas atividades-fim.

## Referências

ALBERTO, Klaus Chaves. *Três projetos para uma universidade do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALLEN, Peter. *Violent Design: People's Park, Architectural Modernism and Urban Renewal*. Berkeley: University of California, 2007.

ARANGO, Silvia. *Historia de un itinerario*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Universidade do Maranhão no Centro Histórico de São Luís*. Brasília, DF: CEDATE, 1984.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MACEDO, Adilson C. Louvain-la-Neuve, uma cidade e universidade belgas. *Projeto*, São Paulo, v. 115, p. 131-135, 1990.

MACEDO, Adilson C. O meio ambiente do campus universitário e seu projeto. *Projeto*, São Paulo, v. 94, p. 104-106, dez. 1986.

MACEDO, Adilson C. O desenho do campus universitário. *Projeto*, São Paulo, n. 93, p. 96-98, nov. 1986.

MACEDO, Adilson C. O meio ambiente edificado e o uso dos espaços do "campus". In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Campus Universitário – Textos*. Brasília: CEDATE, 1984, p. 59-67.

MACEDO, Adilson C. Sobre o desenho do campus universitário. In: *Seminário Avaliação da Morfologia Urbanística do Campus Universitário Brasileiro, 1985*. Brasília. Anais [...]. Brasília: CEDATE, 1985.

MEDINA, Mara Bastos. *As estratégias de implantação física de universidades federais no Brasil: um estudo comparativo entre dois períodos de expansão 1960-1970 e 2000-2010*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2019.

MUTHESIUS, Stefan. *The Postwar University*. [S. l.]: Yale University Press; New Haven & London, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUZA, Márcio de Oliveira Resende. *O programa MEC/BID III e o CEDATE na consolidação dos campi universitários no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2013.

# ÍNDICE REMISSIVO

## B

Brasília, p. 16, 39, 40, 41, 42, 107, 133, 259, 260, 281, 288, 289, 290, 345, 357

## C

*Campi* universitários, p. 10, 12, 13, 14, 15, 17, 33, 34, 35, 36, 44, 47, 53, 55, 56, 57, 59, 61, 79, 80, 101, 106, 107, 109, 118, 125, 126, 129, 137, 138, 185, 233, 261, 285, 289, 296, 297, 304, 305, 310, 320, 322, 325, 326, 344, 356, 358, 365, 370, 373, 374

Campus universitário, p. 15, 16, 39, 41, 50, 58, 61, 73, 78, 89, 91, 94, 97, 131, 137, 142, 150, 151, 154, 161, 162, 251, 261, 289, 297, 315, 338, 363, 365, 370, 374, 371

Cidades, p. 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 39, 44, 51, 53, 55, 56, 57, 59, 61, 68, 71, 79, 97, 101, 105, 108, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 142, 143, 147, 158, 184, 185, 200, 202, 204, 205, 206, 209, 210, 212, 235, 239, 240, 241, 243, 244, 251, 252, 281, 288, 290, 291, 295, 296, 297, 304, 326, 327, 330, 334, 336, 338, 339, 342, 344, 345, 346, 350, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 363, 370, 373, 374, 375

## D

Desenvolvimento sustentável, p. 27, 99, 115, 137, 143, 148, 156, 234, 286, 326, 327, 336, 337, 350, 363

Desenvolvimento urbano, p. 15, 22, 27, 61, 101, 161, 207, 227, 260, 261

## E

Educação popular, p. 186, 210, 214, 217, 219, 221, 222, 223, 225

Educação superior, p. 39, 56, 59, 141, 143, 173, 196, 209, 228, 234, 297, 305, 332, 342, 355, 357, 358, 369

Ensino superior, p. 9, 10, 13, 22, 36, 44, 53, 54, 56, 73, 74, 111, 133, 134, 137, 138, 141, 146, 157, 158, 198, 240, 241, 260, 299, 304, 305, 325, 327, 332, 336, 345, 346, 354, 362, 363, 370, 371, 372, 373

Espaços universitários, p. 13, 14, 33, 34, 35, 39, 41, 43, 48, 50, 51, 60, 61, 80, 107, 108, 126, 137, 138, 206, 251, 372, 373, 375

Estatuto da Cidade, p. 69, 85, 108, 147, 342



- F
- Foz do Iguaçu (cidade), p. 16, 45, 201, 203, 205, 208, 211, 215, 216, 217, 218, 221, 234, 241
- G
- Governo Bolsonaro, p. 170, 173
- Governo Lula, p. 23, 253, 373
- I
- Ilhéus (cidade), p. 333, 334, 335, 339, 340, 341, 343, 345, 347, 348, 349, 353, 357, 358, 364, 365
- Indicadores, p. 11, 25, 161, 179, 242, 326, 330, 358
- Itabuna (cidade), p. 17, 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 345, 347, 348, 349, 351, 352, 357, 358, 364, 365
- Ituiutaba (cidade), p. 15, 105, 106, 107, 111, 132, 136
- M
- Meio ambiente, p. 227, 288, 326, 364
- Meio ambiente urbanos, p. 292
- Ministério da Educação, p. 9, 10, 39, 74, 76, 77, 79, 105, 111, 137, 233, 247, 332, 369, 370, 371
- Monte Carmelo (cidade), p. 15, 45, 105, 106, 107, 113, 119, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 131, 133, 135, 136
- N
- Novas universidades, p. 9, 44, 97, 233, 234, 235, 241, 243, 244, 251, 252, 359
- O
- Observatórios, p. 16, 25, 26, 168, 170, 171, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190
- P
- Paisagem urbana, p. 16, 88, 93, 245, 270, 288, 311, 343, 374
- Paisagismo, p. 17, 89, 92, 114, 123, 270, 274, 287, 323, 364, 365, 384
- Participação, p. 17, 39, 108, 112, 113, 115, 119, 131, 132, 171, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 291, 339, 361
- Patos de Minas (cidade), p. 15, 45, 105, 106, 107, 113, 114, 127, 128, 129, 133, 134, 136
- Patrimônio (cidade), p. 85, 88, 93, 151, 154, 343, 358, 367
- Paulo [Reglus Neves] Freire, p. 188, 210, 215, 220, 221, 333
- Plano Diretor, p. 79, 85, 87, 109, 111, 112, 113, 114, 116, 119, 121, 124, 137, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 263, 264, 267, 268, 270, 271, 272, 275, 277, 279, 286, 303, 335, 342
- Políticas afirmativas, p. 9, 75, 158, 326
- Políticas públicas, p. 26, 72, 75, 108, 127, 137, 138, 168, 173, 176, 179, 181, 182, 186, 190, 227
- Política urbana, p. 88, 147
- Projeto arquitetônico, p. 80, 93, 338
- Projeto urbanístico, p. 116, 121, 124, 264, 339
- R
- Reabilitação urbana, p. 14, 79, 326
- Redenção, p. 16, 45, 235, 236, 237, 239, 243, 244, 246, 248
- Reuni, p. 10, 14, 16, 34, 35, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 57, 59, 79, 80, 97, 106, 111, 112, 116, 117, 137, 141, 142, 143, 169, 195, 197, 233, 235, 239, 240, 241, 244, 252, 260, 297, 304, 305, 319, 320, 327, 332, 357, 358
- S
- Santo André (cidade), p. 15, 48, 49, 50, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 96, 98, 100, 101, 326
- São Carlos (cidade), p. 15, 40, 142, 144, 161, 169
- São Francisco do Conde (cidade), p. 16, 235, 237, 243, 249
- São Paulo (cidade), p. 15, 16, 26, 51, 53, 70, 71, 72, 74, 89, 95, 106, 107, 138, 142, 146, 147, 151, 152, 161, 168, 169, 171, 173, 174, 180, 182, 186, 211, 344, 345, 357
- Sociedade civil, p. 74, 101, 133, 171, 172, 173, 177
- Sustentabilidade, p. 11, 16, 25, 27, 100, 122, 123, 163, 264, 265, 266, 285, 291, 326, 327, 336, 337, 347, 350, 360, 362, 363, 364, 365, 366, 374
- T
- Teresina, p. 17, 53, 297, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 314, 320
- U
- Uberlândia, p. 15, 40, 45, 105, 106, 107, 108, 109, 115, 118, 126, 129, 136, 137, 138
- Universidade pública, p. 11, 17, 43, 72, 97, 159, 168, 169, 170, 191, 260
- Urbanização, p. 24, 25, 51, 72, 87, 145, 161, 162, 205, 219, 275, 315

# AUTORES

## ORGANIZADORES LIVRO "NOVOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. PROCESSOS E IMPACTOS."



**Elaine Saraiva Calderari**  
elainesc.ufu@gmail.com

“Organizadora, autora da *“Introdução: Potencialidades e perspectivas referentes à dimensão socioespacial dos espaços universitários no Brasil”* e coautora de *“Universidade Federal de Uberlândia - Complexidades da expansão multicampi e os impactos no desenvolvimento regional”*.”

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (2018) pela Universidade de São Paulo – USP. Obteve na Universidade Federal de Uberlândia os títulos de graduação em Arquitetura e Urbanismo (2006) e de mestrado em Engenharia Urbana, na área de Planejamento e Infraestrutura (2012). Antes disso, em 1999, havia concluído o curso técnico em Edificações pela ETEC José Martiniano da Silva, em Ribeirão Preto-SP. De 2007 a 2009 lecionou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUeD/UFU); de 2009 a 2015 atuou como gerente de projetos da equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura da UFU na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos dos campi. Desde 2017 está à frente da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae/UFU), trabalhando no planejamento, na supervisão e na coordenação das ações de ingresso, permanência e conclusão de curso da comunidade discente, por meio da implementação da Política de Assistência Estudantil. Membro do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (Leauc) no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), de 2013 a 2020, e do grupo de pesquisa Rede Azul na FAUeD/UFU.





**Joel Pereira Felipe**  
joel.felipe@ufsb.edu.br

“Organizador, coautor de *“Universidade Federal do ABC: Ruptura com o paradigma de campus universitário periurbano e segregado”* e autor de *“Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB: a universidade da/na Mata Atlântica”*.”

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie (1988), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (1997) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2004). Foi professor adjunto do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (2007-2014), onde ocupou os cargos de Prefeito Universitário e de Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da UFABC (2011-2014). Desenvolveu o estágio pós-doutoral em 2019 junto à Universidade Federal do ABC e ao Urban Laboratory da University College London. É professor associado da Universidade Federal do Sul da Bahia desde 2014, onde ocupou o cargo de pró-reitor de Sustentabilidade e Integração Social (2014-2017).

## PREFÁCIO



**Clare Melhuish**  
clare.melhuish@ucl.ac.uk

“Autora do *“Prefácio: Entendendo o impacto urbano das universidades na vizinhança”*.”

Diretora e pesquisadora principal do Urban Laboratory na University College London. Sua pesquisa se concentra nos processos e impactos da transformação urbana em grande escala de uma perspectiva espacial, social e de design, incluindo o papel das universidades como atores nesses processos. Sua formação é transdisciplinar em História da Arquitetura, Antropologia Social, Cultura Material e Geografia Humana. Sua pesquisa se baseia em métodos etnográficos e visuais para interpretar e compreender a Arquitetura e o ambiente construído como um ambiente social e cultural.

## CAMPUS SANTO ANDRÉ DA UFABC: RUPTURA COM O PARADIGMA DE CAMPUS UNIVERSITÁRIO PERIURBANO E SEGREGADO



**Dânia Brajato**  
daniabrajato@gmail.com

“Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1991), com mestrado e doutorado em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (2020). Atuou como assessora técnica de movimentos sociais urbanos e como dirigente técnica em governos municipais

na região do ABC Paulista (1996-2009). Atuou como supervisora de projetos e orçamentos em contratos de gerenciamento e fiscalização de projetos e obras de instituições públicas, dentre as quais a Universidade Federal do ABC e a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (2009-2014). Desde 2016, é pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR) do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC.



**Dionísio Nunes Neto**  
dionisonneto@gmail.com

“Engenheiro civil, graduado em 1988 pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, com atuação no setor da construção civil nas áreas de projeto e montagem de estruturas metálicas – FICHET; engenharia legal, consultoria e assessoria técnica – CTAGeo; gerenciamento de projetos e obras – GERIS/

CTE/TÜV Rheinland. Pós-graduado em Avaliações e Perícias de Engenharia – FAAP/IBAPE-SP (2001) e em Perícia e Auditoria Ambiental – IPEN/IBAPE (2006). Participação no processo de licenciamento do campus Santo André da UFABC na elaboração do Relatório Ambiental Preliminar (RAP) (2007) e do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) (2007 e 2014), atuando também como engenheiro civil e coordenador-geral da equipe de gerenciamento e fiscalização das obras e projetos de implantação do campus Santo André junto à Coordenação/Superintendência de Obras da UFABC, nos períodos de 2007-2009 e 2012-2020.

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA COMPLEXIDADES DA EXPANSÃO MULTICAMPI E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.



**Flávia Fernandes Carvalho**  
ffcarvalho@ufu.br

“Arquiteta e urbanista, mestranda no curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Uberlândia, com especialização em Educação Ambiental (2003), formada pelo Centro Universitário do Triângulo em Uberlândia-MG (2000). Atuou como arquiteta na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Uberlândia de

2001 a 2008. Arquiteta e urbanista na Universidade Federal de Uberlândia desde 2008, ocupando o cargo de gerente da Divisão de Cadastro Integrado do Espaço Físico desde agosto de 2020.



**Gláucia Trindade Pereira**  
glauciap@ufu.br

“Arquiteta e urbanista, formada pela Universidade Federal de Uberlândia (2003), com especialização em Docência no Ensino Superior (2009). Atuou na empresa Gaia Engenharia e Assessoria Ambiental, no estado de Goiás (2003-2006), com a elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo, paisagismo e recuperação de áreas degradadas. Arquiteta e urbanista da Universidade Federal de Uberlândia desde 2008, ocupando os cargos de coordenadora da Divisão de Projetos (2015-2018), assessora especial (2018-2020) e diretora de Projetos e Orçamentos (2020-atual) na Prefeitura Universitária da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos dos campi e na gestão/planejamento de projetos em Arquitetura Escolar, Fiscalização de Contratos, Obras Públicas e Gestão Pública.

Arquiteta e urbanista da Universidade Federal de Uberlândia desde 2008, ocupando os cargos de coordenadora da Divisão de Projetos (2015-2018), assessora especial (2018-2020) e diretora de Projetos e Orçamentos (2020-atual) na Prefeitura Universitária da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos dos campi e na gestão/planejamento de projetos em Arquitetura Escolar, Fiscalização de Contratos, Obras Públicas e Gestão Pública.



**Ana Beatriz Pereira Lima**  
bialima@ufu.br

“Arquiteta e urbanista pelo Centro Universitário do Triângulo (2007), com especialização em Projetos – Master em Arquitetura – pelo Instituto de Pós-Graduação IPOG (2015). Atuou na empresa Schaan e Buiatti Arquitetura (2007-2008) e na M&M Projetos (2008-2009), em ambas trabalhando com diversas tipologias de projeto. Foi sócia-proprietária da Espaço Attuale Arquitetura e Consultoria (2009-2011). Arquiteta e urbanista da Universidade Federal de Uberlândia desde 2011, atualmente coordenando a Divisão de Projetos.

Arquiteta e urbanista pelo Centro Universitário do Triângulo (2007), com especialização em Projetos – Master em Arquitetura – pelo Instituto de Pós-Graduação IPOG (2015). Atuou na empresa Schaan e Buiatti Arquitetura (2007-2008) e na M&M Projetos (2008-2009), em ambas trabalhando com diversas tipologias de projeto. Foi sócia-proprietária da Espaço Attuale Arquitetura e Consultoria (2009-2011). Arquiteta e urbanista da Universidade Federal de Uberlândia desde 2011, atualmente coordenando a Divisão de Projetos.

## EXPANSÃO UFSCAR E O IMPACTO NA URBANIZAÇÃO – CAMPUS LAGOA DO SINO



**Luciana Márcia Gonçalves**  
arq.luciana.ufscar@gmail.com

“Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo EESC/USP (1989), mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído pela Universidade de São Paulo EESC/USP (1995), doutorado em Planejamento Urbano pela Universidade de São Paulo FAUUSP (2005) e pós-doutorado em Ciências Ambientais na UAB – Universidade Autônoma de Barcelona (2013-2014). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano Sustentável, atuando principalmente nos seguintes temas: Urbanização de Baixo Impacto, Planejamento Urbano Sustentável, Mobilidade Sustentável e Políticas Ambientais Urbanas. Pertence a grupos de pesquisa que abordam temas de sustentabilidade urbana (GPLUS) e manejo de águas pluviais (GHIDRO) na UFSCar/São Carlos. É líder do Grupo de Pesquisa em Gestão do Ambiente Urbano GESTAU/UFSCAR. Assumiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Araraquara-SP de janeiro de 2017 a julho de 2018. Professora do Departamento de Engenharia Civil da UFSCar e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/UFSCAR – São Carlos e secretária-geral da SEGEF – Secretaria de Gestão de Espaço Físico da UFSCar.

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo EESC/USP (1989), mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído pela Universidade de São Paulo EESC/USP (1995), doutorado em Planejamento Urbano pela Universidade de São Paulo FAUUSP (2005) e pós-doutorado em Ciências Ambientais na UAB – Universidade Autônoma de Barcelona (2013-2014). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano Sustentável, atuando principalmente nos seguintes temas: Urbanização de Baixo Impacto, Planejamento Urbano Sustentável, Mobilidade Sustentável e Políticas Ambientais Urbanas. Pertence a grupos de pesquisa que abordam temas de sustentabilidade urbana (GPLUS) e manejo de águas pluviais (GHIDRO) na UFSCar/São Carlos. É líder do Grupo de Pesquisa em Gestão do Ambiente Urbano GESTAU/UFSCAR. Assumiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Araraquara-SP de janeiro de 2017 a julho de 2018. Professora do Departamento de Engenharia Civil da UFSCar e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/UFSCAR – São Carlos e secretária-geral da SEGEF – Secretaria de Gestão de Espaço Físico da UFSCar.



**Yovana María Barrera Saavedra**  
yovanab.saavedra@gmail.com

“Professora na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, campus Lagoa do Sino-SP, atuando nos cursos de Administração, Engenharia Ambiental, Engenharia Agrônoma e Engenharia de Alimentos. Em 2017, obteve seu pós-doutorado pela Universidade de São Paulo, na Escola de Engenharia de São Carlos USP/EESC, no Departamento de Engenharia de Produção. Em 2015, obteve o título de doutora em Ciências da Engenharia Ambiental e, em 2010, o título de mestre em Engenharia de Produção, ambos pela USP/EESC. Em 2007, graduou-se em Engenharia Ambiental pela Universidade Manuela Beltrán-Colômbia (UMB). Seus temas de pesquisa estão focados na Gestão e Engenharia do Ciclo de Vida, Ecodesign, Estratégias-de-Fim-de-Vida, Gestão Ambiental, Gestão de Resíduos Sólidos, Economia Circular e Indicadores de Sustentabilidade.

Professora na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, campus Lagoa do Sino-SP, atuando nos cursos de Administração, Engenharia Ambiental, Engenharia Agrônoma e Engenharia de Alimentos. Em 2017, obteve seu pós-doutorado pela Universidade de São Paulo, na Escola de Engenharia de São Carlos USP/EESC, no Departamento de Engenharia de Produção. Em 2015, obteve o título de doutora em Ciências da Engenharia Ambiental e, em 2010, o título de mestre em Engenharia de Produção, ambos pela USP/EESC. Em 2007, graduou-se em Engenharia Ambiental pela Universidade Manuela Beltrán-Colômbia (UMB). Seus temas de pesquisa estão focados na Gestão e Engenharia do Ciclo de Vida, Ecodesign, Estratégias-de-Fim-de-Vida, Gestão Ambiental, Gestão de Resíduos Sólidos, Economia Circular e Indicadores de Sustentabilidade.

## A UNIFESP ENTRE CEUS E OBSERVATÓRIOS: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DE AÇÃO IMPLICADOS COM A REALIDADE SOCIAL



**Anita Burth Kurka**  
anita.kurka@unifesp.br

“ Assistente social, possui doutorado (Pontifícia Universidade Católica – PUC/São Paulo, 2008), mestrado (PUC/Rio de Janeiro, 1985) e graduação (Universidade Federal Fluminense, 1981) em Serviço Social. Professora adjunta e coordenadora do Observatório Institucional do Instituto Saúde e Sociedade da Uni-

versidade Federal de São Paulo – Unifesp, campus Baixada Santista. Orienta e participa em pesquisas nas áreas: Políticas Públicas Sociais; Território Usado e Desigualdade Socioespacial; Estratégias de Sobrevivência da População Pobre; Memória e Participação Social; Relação Universidade/Sociedade diante dos Processos de Transformação Urbana.



**Cláudia Fegadolli**  
cfegadolli@hotmail.com

“ Graduada em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, mestre e doutora em Saúde Pública pela USP e pós-doutora em Saúde Coletiva pela Unifesp. É docente na Unifesp, campus Diadema, desde 2010. Atuou, de 2013 a 2016, como coordenadora acadêmica da Secretaria Escolar Lato

Sensu da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unifesp; em 2017-2018, como assessora de Avaliação e Acompanhamento e, em 2018-2019, como coordenadora de Inovação Social no mesmo órgão. Coordenou o grupo de trabalho para a construção da Política de Observatórios da Unifesp. Atualmente é coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família Unifesp /Fiocruz e do Observatório do Uso de Medicamentos e Outras Drogas.



**Pedro Fiori Arantes**  
pedro.arantes@unifesp.br

“ Arquiteto e urbanista, com mestrado e doutorado pela USP; professor da Escola de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de São Paulo. Foi pró-reitor adjunto (2013-2017) e pró-reitor de Planejamento (2017-2021). Coordenou diversas políticas na Unifesp, os Planos de Desenvolvimento

Institucional e os Planos Diretores de Infraestrutura; concebeu e secretariou o Conselho Estratégico Universidade-Sociedade e a implantação do campus Zona Leste – Instituto das Cidades. É autor de cinco livros e diversos artigos sobre Arquitetura, Habitação, Autogestão e Direito à Cidade. Foi membro e coordenador por sete anos da Usina, grupo de assessoramento técnico a movimentos de moradia e de sem-terra na produção autogestionária do habitat. São Paulo-SP, Brasil.



**Raiane Patrícia Severino Assumpção**  
raiane.assumpcao@unifesp.br

“ Doutora em Sociologia. Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, gestão 2017-2021; coordenadora do Comitê de Acompanhamentos da Política de Observatórios da Unifesp; docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-

p-BS, Santos-SP, Brasil; pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp, São Paulo-SP, Brasil.

## A UNILA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE PERIFÉRICA



**Cecilia Maria de Morais Machado Angileli**  
cecilia.angileli@unila.edu.br

“Educatória popular e urbanista popular, é atualmente pós-doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE); pós-doutora em Planejamento Urbano (UFABC), doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP), mestra em Arquitetura e Urbanismo (USP). É atualmente professora adjunta do curso de

Arquitetura e Urbanismo da Unila, instituição federal na qual também atuou como vice-coordenadora de curso, Secretária de Infraestrutura e Vice-Reitora Pro Tempore. Como uma intelectual orgânica, tem construído ações extensionistas e de pesquisa-ação na Região Trinacional (BR-AR-PY), onde coordena o projeto Escola Popular de Planejamento da Cidade, com metodologia desenvolvida ao longo de 20 anos de trabalhos técnicos e acadêmicos junto a mais de 400 favelas, ocupações urbanas, acampamentos rurais e comunidades tradicionais



**Solange Rodrigues Bonomo Assumpção**  
solange.assumpcao@unila.edu.br

“Educatória popular, doutora em Letras, mestra em Linguística, licenciada em Pedagogia, possui larga experiência no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação, no ensino presencial e a distância, bem como na coordenação pedagógica e docência da educação básica. Atua como pedagoga na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) desde 2014. Concentra seus estudos e suas pesquisas nas especificidades do processo de alfabetização/letramento, na profissionalização docente e na instituição universitária em suas diversas e complexas dimensões e articulações com outros espaços e atores sociais. Integra o SOCIUS – Grupo de Pesquisa sobre a Instituição Universitária – e desenvolve ações de extensão que conectam a alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas à discussão dos Direitos Humanos e do Direito à Cidade.

## UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – OS CAMPI DA UNILAB COMO UMA JUSTAPOSIÇÃO DE PROPOSTAS ESPACIAIS DESENVOLVIDAS NO REUNI



**Mara Medina**  
mara.arq2013@gmail.com

“Mestra em Projeto do Ambiente Construído pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF-MG. Arquiteta e urbanista pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CESJF. Especialista em Gerenciamento de Projetos pela PUC MINAS-JF. Design de Interiores pelo Clube dos Decoradores do Rio de Janeiro. Participa de inúmeros projetos na cidade de Juiz de Fora e região, com projetos assinados também na cidade do Rio de Janeiro, além de participar com projetos complementares em sistemas de infraestrutura municipal sanitária na área de urbanização de estações de tratamento de esgoto em municípios de pequeno porte na Zona da Mata Mineira. Atuou como docente na Faculdade Finom/Tecsona na cidade de Paracatu-MG, ministrando cinco disciplinas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (2020).



**Klaus Alberto**  
klaus.alberto@ufjf.edu.br

“Autor do *“Epílogo: Ampliar o registro de experiências e os debates”*.

Professor associado do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é mestre e doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu seu pós-doutorado como Visiting Scholar na Graduate School of Architecture, Planning and Preservation (GSAPP), na Columbia University (New York), como bolsista da CAPES. Foi coordenador do PROAC entre 2017 e 2019. Desenvolve pesquisas no campo da História dos Espaços Universitários no Brasil e no mundo e no campo das relações entre Arquitetura e Urbanismo, Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida.

## AMBIÊNCIA E URBANIDADE DOS NOVOS CAMPI DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CEILÂNDIA, GAMA E PLANALTINA



**Caio Frederico e Silva**  
caiosilva@unb.br

“Natural de Teresina-PI, arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal do Piauí (2006). Atuou como arquiteto no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE – Ministério da Educação-MEC) na implantação do Programa Pró-Infância (2007-2008). Mestre e doutor pela FAU-UnB, onde

também é professor desde 2011, com atuação no ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. Atualmente lidera grupo de pesquisa em Simulação Computacional no Ambiente Construído/CNPq ([www.sicac.unb.br](http://www.sicac.unb.br)), com parcerias institucionais com empresas e universidades. Também é coordenador científico da Pós-Graduação Reabilita e pesquisador dos Laboratórios Lacam/UnB, LaSUS/UnB e do Critical Landscapes Design Lab, ligado à Harvard Graduate School of Design (GSD). Foi professor visitante na Universidade de Harvard (2019-2020), com Bolsa de Pós-Doc da FAP-DF.



**Liza Maria Souza de Andrade**  
lizamsa@gmail.com

“Arquiteta pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), com mestrado (2005) e doutorado (2014) em Arquitetura e Urbanismo pela UnB. É professora da FAU/UnB e foi coordenadora/membro da Câmara de Extensão (2016-2020). É também professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes” (PEAC Periférico). Está vinculada ao LabHabitar da UFBA. Integra a Rede Sociotécnica do Projeto Brasil Cidades como membro da Coordenação Operacional do Núcleo DF Metropolitano e, também, a Rede Moradia-Assessoria no Brasil (USP). Foi coordenadora do Escritório Modelo em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UnB-EMAU/CASAS (Projetos de Extensão de Ação Contínua da UnB ASAS e PATUA), no período de 2013 a 2020. Coordenou o Plano Diretor do campus da UnB Ceilândia.



**Marta Adriana Bustos Romero**  
romero@unb.br

“Graduação pela Universidad de Chile e pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1978); especialização em Arquitetura na Escola de Engenharia – USP de São Carlos (1980). Mestrado em Planejamento Urbano pela UnB (1985); doutorado em Arquitetura – Universitat Politècnica de Catalunya (1993) e

pós-doutorado em Landscape Architecture na PSU (2001). Atualmente, é professora titular da Universidade de Brasília. Pesquisadora e bolsista do CNPq desde 1994, PQ nível 1 de 2006 até 2020. Líder do Grupo de Pesquisa “A Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo”. Principal pesquisadora do Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo – LaSUS, o qual iniciou em 2007. Coordena o curso de especialização a distância lato sensu “Reabilita”. Coordenou a elaboração dos Projetos Diretores Urbanísticos para os campi Gama e Ceilândia, da UNB.



**Frederico Rosa Borges de Holanda**  
fredholanda44@gmail.com

“Natural de Recife, arquiteto (UFPE, 1966). PhD em Arquitetura (Universidade de Londres, 1997). Pesquisador colaborador sênior, professor emérito da Universidade de Brasília, onde leciona desde 1972. Livros: O Espaço de Exceção (2002); Arquitetura & Urbanidade (org.) (2003, 2011); Brasília – Cidade

Moderna, Cidade Eterna (2010); Oscar Niemeyer: de Vidro e Concreto (2011); Ordem e Desordem: Arquitetura e Vida Social (org.) (2012); 10 Mandamentos da Arquitetura (2013, 2015); Construtores de Mim (2019). Dedicou-se à realização de filmes sobre Arquitetura e Cultura – da coleção, constam 81 títulos públicos disponíveis na rede mundial de computadores. Investiga relações entre configuração edilícia e urbana, uso dos espaços abertos públicos e segregação socioespacial. Coordena o grupo de pesquisa “Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização” (CNPq). Pesquisador 1-A (CNPq).

## A EXPANSÃO DE CAMPI UNIVERSITÁRIOS E A FORMAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM: ESTUDO DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA, EM TERESINA, PIAUÍ



**Karenina Cardoso Matos**  
kareninamatos@yahoo.com.br

“Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2000). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2004). Mestre em Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya – UPC (2010). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2017). Professora adjunta do Departamento de Construção Civil e Arquitetura, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Coordenadora do Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA/UFPI, atuando principalmente nos seguintes temas: Paisagem Urbana, Espaço Livre e Público e Dinâmica Cultural da Paisagem Ribeirinha.



**Wilza Gomes Reis Lopes**  
wilza@ufpi.edu.br

“Arquiteta pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Especialista em Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Arquitetura pela Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP. Doutora em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas –

UNICAMP. Professora titular do Departamento de Construção Civil e Arquitetura, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí (DCCA/CT/UFPI). Professora permanente do mestrado e do doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI). Coordenadora do Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA/UFPI, atuando na área da Paisagem e do Ambiente Urbano.



**Denise Rodrigues Santiago**  
arq.denise15@gmail.com

“Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2020). Pesquisadora do Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA/UFPI. Pós-graduanda pelo IPOG.



**Giuliana de Brito Sousa**  
giulianaarq@gmail.com

“Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2006). Mestre (2009) e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília – UNB (2018). Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unieuro-DF.



**Nícia Bezerra Formiga Leite**  
nicialeite@ufpi.edu.br

“Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (1993). Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Viçosa – UFV (2004). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2013). Professora adjunta do Departamento de Construção Civil e Arquitetura,

do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Coordenadora do Laboratório de Estudo da Acessibilidade e Mobilidade Urbana – LEAMU/UFPI, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento Urbano, Planejamento Municipal, Urbanismo, Desenho Urbano e Mobilidade e Acessibilidade Urbana.

## Projeto Gráfico

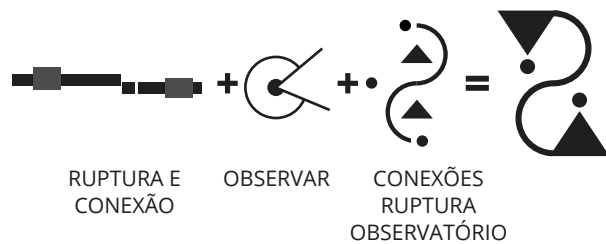
Marina Rosa

contato@marinadarosa.com.br

“Com inspiração nos grandes painéis cerâmicos geométricos do artista brasileiro Athos Bulcão, a proposta gráfica para este livro retoma através de forma ilustrativa conceitos importantes abordados ao longo desta obra.

Conexão. Ruptura. Observação. É a relação discutida acerca das implantações dos campi universitários brasileiros, objetos de análises dos nove artigos contidos neste material, considerando as variadas escalas e adversas circunstâncias que o espaço universitário interage na cidade e com a sociedade.

Seguindo esse embasamento, o resultado é o desenho-base (Conexão + Ruptura + Observação) que ao ser replicado forma um padrão geométrico que foi utilizado ao longo da diagramação e, que aliado as cores vibrantes propostas, formam assim a identidade visual deste livro: “Novos campi universitários brasileiros. Processos e impactos.”



*As tipografias deste livro foram compostas em:  
Newsreader (corpo do texto)  
Open Sans (títulos)*



**Novos campi universitários brasileiros: processos e impactos**, é uma coletânea de estudos que envolve pesquisas sobre nove universidades federais criadas ou expandidas no período de 2004 a 2014.

Ele é fruto da reunião de 26 autores (professores, pesquisadores e gestores) atuantes nessas instituições que se dispuseram a trazer à luz aspectos dos processos de implantação que tiveram como propulsor o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Os casos reportados nesse livro se debruçaram sobre o impacto político físico, econômico, social e ambiental no meio em que se implantaram (cidades e regiões), buscando narrar os contextos, os processos e os primeiros resultados desse grande movimento de expansão e interiorização da educação superior brasileira nesse período.

As universidades reportadas nessa coletânea são:  
Universidade Federal do ABC • Universidade Federal de Uberlândia  
Universidade Federal de São Carlos • Universidade Federal de São Paulo • Universidade da Integração Latino-americana • Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira • Universidade de Brasília • Universidade Federal do Piauí  
• Universidade Federal do Sul da Bahia

